

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luciano Everton Costa Teles

**Construindo redes sociais, projetos de identidade e
espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas
(1890-1928)**

Porto Alegre
Março de 2018

LUCIANO EVERTON COSTA TELES

Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)

Linha de pesquisa:
Relações sociais de dominação e resistência

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para obtenção do grau de Doutor em História.

Porto Alegre
Março de 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Teles, Luciano Everton Costa
Construindo redes sociais, projetos de identidade
e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas
(1890-1928) / Luciano Everton Costa Teles. -- 2018.
289 f.
Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Imprensa Operária. 2. Militância . 3. Redes. 4.
Amazonas. 5. Primeira República. I. Schmidt, Benito
Bisso, orient. II. Título.

LUCIANO EVERTON COSTA TELES

**Construindo redes sociais, projetos de identidade e
espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas
(1890-1928)**

Linha de pesquisa:
Relações sociais de dominação e resistência

Banca Examinadora

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (Orientador) – UFRGS

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro – UFAM

Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza – UFRGS

Profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão – UNISINOS

Profa. Dra. Caroline Poletto – IF / BENTO GONÇALVES

Aos trabalhadores de hoje, dedico.

AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese nem de longe é um trabalho individual, em que pese, em grande medida, os momentos de confinamento no quarto, em uma mesa, para a produção do texto final. Mas, nesse processo, o aspecto coletivo acaba se manifestando em diversos momentos, como nas aulas ministradas no decorrer do curso de doutoramento, nos textos lidos e compartilhados por colegas através de apresentações e debates, nas interlocuções realizadas com profissionais da área, dentre outras situações similares.

Nessa dinâmica, algumas pessoas foram bastante especiais por terem contribuído de uma forma mais pontual, sistemática e significativa para a realização e finalização deste trabalho. Primeiramente, quero agradecer ao meu orientador, professor Benito Bisso Schmidt, que aceitou esse desafio de orientar um amazonense que cruzou o país na expectativa de conseguir seu doutoramento. A leitura rigorosa do trabalho, as problematizações colocadas e as valiosas indicações bibliográficas foram fundamentais para o avanço da tese. As limitações existentes no trabalho foram exclusivamente minhas!

Não poderia deixar de ressaltar e agradecer as contribuições valiosas das professoras Isabel Aparecida Bilhão e Sílvia Regina Ferraz Petersen, que participaram da qualificação como membros da banca avaliadora e, na ocasião, fizeram as arguições necessárias e relevantes para o andamento deste estudo. Nesta esteira, queria registrar também o apoio que tive da Secretária do Programa, sempre atendendo as solicitações e dando as orientações necessárias.

Dois professores, em especial, merecem destaque, pois não somente estiveram presentes e foram fundamentais na minha formação inicial como também, depois de graduado, jamais deixaram de compartilhar conhecimentos da área, livros e fontes históricas. Estou me referindo aos professores Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e Maria Luiza Ugarte Pinheiro. Ao primeiro, grande incentivador e apoiador, meus sinceros agradecimentos.

Da mesma forma, gostaria de registrar o suporte que recebi de dois professores do Colegiado de História da Universidade do Estado do Amazonas/CEST, Alcemir Arlijean Teixeira Bezerra e Tenner Inauhiny de Abreu, que assumiram as minhas disciplinas ao longo de dois anos, possibilitando, deste modo, que pudesse me dedicar de forma exclusiva ao curso – realizando as disciplinas, a proficiência e a qualificação –, além de oportunizar que a Universidade, então, pudesse formalizar meu afastamento para a qualificação. De igual modo,

à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pelo apoio financeiro, através de uma bolsa de estudo.

Por fim, agradeço de coração à minha família: Raimundo Costa (†) e Cleia Guimarães Costa, avós maternos que me criaram e me ensinaram a caminhar no mundo; à minha mãe, Cilene Guimarães Costa, pela força e incentivo; à minha “mãe do coração”, Sônia Maria Guimarães Costa, pelo apoio dado. Em especial, quero assinalar o apoio incondicional que tive de minha querida esposa e companheira, Luana Silva de Matos, que me acompanhou do início ao fim desta caminhada, incentivando-me a todo o momento, não deixando o desânimo nem surgir. Aos meus filhos, Lucas Vinícius Vieira Teles e Nicole de Matos Teles, esta última, minha pequena, minha inspiração e estímulo, companheira de trabalho que participou, durante esses quatro anos (no início tinha apenas um ano, hoje, na defesa, já conta com cinco anos), da escrita deste trabalho (muitas vezes agarrada nas minhas costas). Agradeço a Deus, por ter colocado todas essas pessoas na minha vida.

“Proletários de todos os países, uni-vos!”
Karl Marx e Friedrich Engels

RESUMO

Esta tese tem como objetivo central analisar, através das folhas operárias que circularam no Amazonas na Primeira República, como os seus militantes estabeleceram contatos, conexões e interações e, no seio dos circuitos desenhados, elaboraram e fizeram circular projetos de identidade operária que, de forma imbricada, tinham como finalidade a criação de espaços políticos legítimos de mudança social. Para isso, utilizou-se a imprensa operária como tema e objeto central de análise e reflexão histórica, abordando-a numa perspectiva que a toma como objeto e fonte de estudo concomitantemente. Desse modo, num primeiro momento, procurou-se identificar os militantes que estavam por trás dos jornais voltados aos trabalhadores para, em seguida, entender como eles costuraram relações com lideranças de outros estados e até de outros países. Nesse intento, a análise de redes sociais foi importante, pois possibilitou a visualização dos contatos, das conexões e das interações da militância operária, contribuindo, assim, para a compreensão da movimentação de ideias sociais e políticas que dinamizaram o movimento operário local. Em seguida, certificou-se que, nas redes visualizadas, a fração organizada dos operários elaborou (e fez circular nelas) projetos de identidade operária que caminharam em duas direções: a primeira, de unidade do operariado em geral, vislumbrava o reconhecimento e a distinção em relação a outros setores sociais (sobretudo o patronato e as “classes perigosas”) e tinha como pilar a posição de que o trabalhador era o elemento propulsor da sociedade, criador da riqueza e do “progresso” de um país; o segundo, de diferenças e distinções internas (entre os trabalhadores), evidenciava a diversidade existente no mundo do trabalho. Para perceber esse processo foi utilizado o conceito de projeto e de identidade. Por fim, verificou-se que essas conexões e interações estabelecidas pelas lideranças e a construção de projetos de identidade direcionados aos operários surgiram no sentido de promover a constituição de espaços políticos que concorressem para mudanças sociais. Neste caso, utilizou-se a categoria de esfera pública na perspectiva habermasiana. Confirmou-se que as lideranças operárias intentavam constituir uma esfera pública, visando atingir os espaços deliberativos, de decisão política.

Palavras-chave: Imprensa Operária; Movimento Operário; Militância; Redes; Projetos de Identidade; Esfera Pública; Espaços Políticos; Socialistas; Anarquistas; Colaboracionistas; Amazonas; Primeira República.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze, through the workers' works that circulated in Amazonas in the First Republic, how its militants established contacts, connections and interactions and, within the circuits drawn, elaborated and circulated projects of worker identity that, in a way imbricated, aimed at creating legitimate political spaces for social change. For this, the working press was used as the central theme and object of analysis and historical reflection, approaching it in a perspective that takes it as object and source of study concomitantly. Thus, at first, we sought to identify the militants behind the workers' newspapers and then to understand how they sewed relations with leaders from other states and even from other countries. In this attempt, the analysis of social networks was important because it made possible the visualization of the contacts, connections and interactions of workers' militancy, thus contributing to the understanding of the movement of social and political ideas that stimulated the local workers' movement. Next, it was verified that in the networks seen, the organized fraction of the workers elaborated (and circulated in them) projects of workers' identity that walked in two directions: the first one, of unit of the working class in general, glimpsed the recognition and distinction in relation to other social sectors (especially the patronage and the "dangerous classes") and had as a pillar the position that the worker was the driving force of the society, creator of the wealth and "progress" of a country; the second, of internal differences and distinctions (among workers), showed the diversity in the world of work. To understand this process was used the concept of design and identity. Finally, it was verified that these connections and interactions established by the leaderships and the construction of projects of identity directed to the workers suggest in the sense of promoting the constitution of political spaces that concur for social changes. In this case, the category of public sphere in Habermasian perspective was used. It was confirmed that the workers' leaders tried to constitute a public sphere, aiming to reach the deliberative spaces, of political decision.

Keywords: Press Releases; Labor movement; Militancy; Networks; Identity Projects; Public Sphere; Political Spaces; Socialists; Anarchists; Collaborators; Amazonas; First Republic.

LISTA DE TABELAS, QUADROS, IMAGENS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Produção de borracha na Amazônia entre os anos 1827 e 18607	17
Imagem 1 - Jornal <i>O Restaurador</i> (número 1)	52
Imagem 2 - Jornal <i>Gutenberg</i> (números 1 e 25)	54
Imagem 3 - Jornal <i>Operário</i> (número 2)	58
Imagem 4 - Jornal <i>Tribuna do Caixeiro</i> (número 1)	63
Imagem 5 - Jornal <i>Confederação do Trabalho</i> (número 2)	65
Imagem 6 - Jornal <i>A Lucta Social</i> (número 1)	73
Gráfico 1 - Total de emigrantes saindo de Portugal e imigrantes portugueses entrando no Brasil (1855-1972)	76
Tabela 2 - Distribuição dos imigrantes portugueses por estado (1920-1970)	77
Imagem 7 - Jornal <i>Vida Operária</i> (número 1)	82
Imagem 8 - Jornal <i>Constructor Civil</i> (número 1)	84
Imagem 9 - Jornal <i>O Extremo Norte</i> (número 21)	86
Imagem 10 - Jornal <i>O Primeiro de Maio</i> (número especial)	86
Quadro 1 - Núcleo duro da liderança operária no Amazonas	91
Quadro 2 - Alguns jornais operários do Amazonas e as respectivas associações de trabalhadores que agregavam	94
Quadro 3 - Associações de trabalhadores do Amazonas e suas respectivas diretorias presentes nos jornais <i>Vida Operária</i> e <i>Primeiro de Maio</i>	98
Quadro 4 - Jornais, correspondências e/ou revistas recebidas nas oficinas de algumas folhas operárias do Amazonas	104
Quadro 5 - Transcrições de matérias de jornais e/ou revistas de outras localidades do país e do mundo registradas nos jornais operários do Amazonas	109
Quadro 6 - Matérias publicadas no jornal <i>A Lucta Social</i> oriundas de autores anarquistas	113
Imagem 11 - Demonstração gráfica da organização da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário	131
Imagem 12 - Sessão inaugural do 3º Congresso Operário Brasileiro	132

Gráfico 2 - Esfera Pública – concepção original de Habermas	217
Gráfico 3 - Esfera Pública – conceito reformulado por Habermas	220
Tabela 3 - Jornais editados no Amazonas (1851-1908)	225
Tabela 4 - Nacionalidade dos associados da S.O.U.A (1926)	227
Tabela 5 - Estados de procedência dos associados brasileiros da S.O.U.A (1926)	228
Tabela 6 - Listagem por rua de moradores que não sabem ler	230
Gráfico 4 - Esferas parciais e esfera pública central	235
Imagem 13 - Panfleto Operário	246
Imagem 14 - Café dos Terríveis	248
Imagem 15 - Indivíduos na Praça do Comércio	252
Imagem 16 - Teatro Alcazar	253
Imagem 17 - Joaquim Azpilicueta pronunciando uma fala direcionada aos trabalhadores no Primeiro de Maio de 1914	260

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I	
Imprensa operária e construção de redes sociais no Amazonas	29
1.1 A análise de redes sociais na pesquisa histórica	29
1.2 Os jornais nos estudos históricos e a constituição de redes sociais através da imprensa operária	36
1.3 Limites e possibilidades da proposta	43
1.4 A imprensa operária no Amazonas e a construção de redes sociais	45
1.5 Os jornais e os personagens	50
1.5.1 Os grupos por traz dos jornais: composição social	51
1.5.2 As lideranças operárias	87
1.6 O núcleo duro e as redes sociais pequenas e densas	91
1.7 “O que há lá por fora”: ampliando as redes para além das fronteiras estaduais	104
1.8 A circulação de conteúdos: aspectos gerais e específicos	114
1.9 A imprensa operária do Amazonas marcando presença nas redações de jornais operários de outras regiões do Brasil	125
Capítulo II	
Os projetos de identidade nas páginas dos jornais operários do Amazonas	135
2.1 Identidade e projetos de identidade	136
2.2 Imprensa e projeto de identidade operária: a valorização do trabalho e do trabalhador	143
2.3 Fixando fronteiras sociais e construindo projetos de identidade: operários x burgueses e operários x “classes perigosas”	160
2.4 Imprensa, mundos do trabalho e projetos de identidade operária em disputa	183
2.4.1 O projeto de identidade das lideranças socialistas	184
2.4.2 Os anarquistas e sua proposta de identidade operária	194
2.4.3 Os colaboracionistas e a construção de sua identidade	202
Capítulo III	
A constituição de espaços políticos no Amazonas: militantes, imprensa operária e sociedade	215
3.1 A noção de esfera pública habermasiana e seus desdobramentos	216
3.1.1 Imprensa e a construção de espaços públicos	222
3.2 A imprensa e a cena pública no Amazonas	224
3.2.1 A imprensa operária marcando posições e expressando opiniões: a construção de espaços públicos	227
3.3 As esferas públicas parciais e a esfera pública burguesa	237
3.3.1 As esferas públicas socialista, anarquista e colaboracionista	238
3.3.2 A esfera pública burguesa	252
3.4 A construção de uma esfera política: os canais de expressão, pressão e ação coletiva	262

Considerações finais	271
Fontes e bibliografia	274

INTRODUÇÃO

Esta tese é decorrente de uma trajetória acadêmica que se originou em uma atividade de pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) no ano de 2002 e do decorrente contato, ainda inicial e esporádico, com alguns jornais operários. Naquela ocasião, o projeto de pesquisa tinha como título “De Zé Povo e Barnabés: representações do trabalho e do trabalhador urbano na imprensa amazonense na década de vinte”¹ e estava articulado ao grupo de pesquisa “História da Imprensa no Amazonas” e ancorado na linha “Imprensa e Mundos do Trabalho”. Esse movimento inicial foi fundamental para provocar meu interesse pela imprensa operária, em especial porque, no decorrer da investigação, se observou que uma parcela dos jornais da chamada “grande imprensa”, como, por exemplo, *O Dia* e o *Gazeta da Tarde*, construiu algumas imagens negativas do trabalhador local, num contexto de crise econômica, desemprego e ações de protesto do movimento operário, retratando-o como “preguiçoso”, “indesejável”, “analfabeto”, “alcoólatra” e “maltrapilho”. Por outro lado, visando melhor compreender essas imagens, uma parte da imprensa operária foi consultada (uma vez que se partiu do pressuposto de que a representação não era uma via de mão única), na qual se constatou também que o patronato era retratado mediante termos pouco elegantes, só para citar alguns exemplos: “parasitas da sociedade”, “prepotentes e arrogantes” e “tiranos”. O objetivo da investigação era entender o surgimento dessas imagens e seus significados na década de 20.

Nesta operação inicial, particularmente entre as folhas operárias consultadas, notou-se um posicionamento incisivo de crítica ao capital e de defesa dos trabalhadores do Amazonas. Porém, da parcela que havia sido sondada, uma folha, cujo título é *Vida Operária*, chamou a atenção em função da sua quantidade de edições (26 números) e, mais importante, dos conteúdos existentes nas suas páginas que traziam informações sobre demandas, denúncias, associações operárias, disputas político-ideológicas, comemorações do Primeiro de Maio, entre outros temas. Surgiu, então, a vontade de entender alguns aspectos do movimento de luta dos trabalhadores locais a partir do referido jornal. A oportunidade de pô-la em prática despontou com a implantação em 2006 do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas (*Stricto Sensu*, nível Mestrado), no interior do qual

¹ TELES, Luciano Everton Costa. *De Zé Povo e Barnabés: representações do trabalho e do trabalhador urbano na imprensa amazonense na década de vinte*. Projeto de Iniciação Científica - CNPq (PIBIC). Manaus: UFAM, 2002-2003.

resultou, dois anos depois, a dissertação intitulada “A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)”², onde se procurou compreender, mediante o dito jornal, o universo do trabalho e, em especial, as dimensões da fala, organização e luta operária em Manaus, no início da década de 1920. Nesta esteira, discutiu-se a própria imprensa operária como uma das mais importantes manifestações da cultura do movimento operário e o papel do *Vida Operária* no conjunto de tal imprensa. Esse contato mais sistemático com os jornais operários do Amazonas fez crescer o interesse em abordá-los, valorizando o seu conjunto e os seus conteúdos.

Ao todo, até o momento, foram localizados (e preservados) quatorze jornais operários³ que se encontram nos acervos da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, do Museu Amazônico e do Laboratório de História da Imprensa do Amazonas (LHIA/UFAM). Alguns desses impressos já foram publicados em versão fac-similar.⁴ Eles surgiram no decorrer do *boom* econômico do Amazonas, resultante da exportação da borracha, como se verá mais adiante, e, animados pela militância dos trabalhadores, deixaram registrado em suas páginas importantes aspectos relacionados ao movimento operário. Tais aspectos permitem a compreensão de algumas dimensões da atuação dos trabalhadores locais. Porém, não se deve perder de vista que tal imprensa veiculou “as visões de mundo de minorias militantes, interessadas em formar a classe segundo determinadas orientações ideológicas”, pouco expressando “as vivências, aspirações e crenças do trabalhador ‘comum’”.⁵ Portanto, a tese em tela situa-se no âmbito da militância operária e o que se buscou, dentre outras coisas, foi um melhor entendimento acerca dos jornais animados por ela. Como o recorte espacial se deu sobre o Amazonas, particularmente a sua capital, Manaus, crê-se ser importante realizar uma breve contextualização do espaço e do período em que se insere o objeto de estudo abordado.

Foi na primeira metade do século XIX (meados de 1830 em diante) que a borracha presente na Amazônia passou a ser exportada, ainda que em quantidades modestas, para os países industrializados. Na chamada “indústria de produtos de borracha” ela foi utilizada

² TELES, Luciano Everton Costa. *Imprensa e mundos do trabalho: a vida operária em Manaus (1920)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008.

³ São eles: *O Restaurador* (1890), *Gutenberg* (1891-1892), *Operário* (1892), *Tribuna do Caixeiro* (1908-1909), *Confederação do Trabalho* (1909), *O Marítimo* (1911), *Recordação* (1911), *Marinha Mercante* (1913), *A Lucta Social* (1914), *Folha Marítima* (1916), *O Constructor Civil* (1920), *O Extremo Norte* (1920), *Vida Operária* (1920) e *O Primeiro de Maio* (1928).

⁴ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. Vol. 1. Transcrições e fac-símiles. Manaus: EDUA, 2004. Nesta obra foram publicados os seguintes jornais: *Gutenberg*, *Operário*, *Confederação do Trabalho*, *A Lucta Social* e o *Constructor Civil*.

⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. A produção historiográfica sobre a classe operária no Rio Grande do Sul/Brasil – Balanços e perspectivas. In: *I Congresso Latinoamericano de Historia Económica. IV Jornadas Uruguayas de Historia Económica - Anais*. Montevideú: Universidad de la República, 2007, p. 7-8.

enquanto matéria-prima para a produção de bens industriais e bens de consumo. Todavia, possuía ainda uma utilização limitada em virtude das variações que sofria com as mudanças de temperatura.⁶ Essa limitação só foi superada após o processo de vulcanização (1839) empreendido por Charles Goodyear, que tornou a goma elástica resistente ao calor e ao frio. Assim, a borracha, agora vulcanizada, teve sua utilização ampliada. Rodas dentadas, correias, mangueiras e outros produtos passaram a ser produzidos tendo-a como matéria-prima. A tabela abaixo demonstra esse crescimento da produção da borracha na Amazônia, voltada especialmente ao mercado externo:

TABELA 1
Produção de borracha na Amazônia entre os anos 1827 e 1860

ANO	KG	ANO	KG
1827	31.365	1846	673.725
1830	156.060	1850	1.446.550
1836	189.225	1856	1.906.000
1840	388.220	1860	2.673.000

FONTE: WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 22.

A vulcanização acabou por impulsionar o consumo de borracha pelas regiões industrializadas do globo. Tal consumo se tornou ainda mais intenso com a produção e difusão da bicicleta, em 1890, e a popularização do automóvel, a partir de 1900 (sobretudo pelo desenvolvimento de pneumáticos), como salientou Singer:

Conhecida e utilizada pelos indígenas da Amazônia, a hévea torna-se produto comercial de crescente importância após a descoberta da vulcanização da borracha, em 1840. Neste período praticamente toda a borracha era extraída na área amazônica, em território brasileiro ou de países limítrofes, sendo comercializada nos portos de Manaus e Belém. (...) a borracha ganha (...) destaque em nossa pauta de exportação a partir de 1851-60, ocupando o terceiro lugar nela em 1881-90 e o segundo a partir de 1891 até o fim da Primeira Guerra Mundial.

⁶ A borracha possuía alta sensibilidade a mudanças de temperatura, por exemplo, “botas de borracha tornavam-se duras como pedra no inverno e grudentas como piche no verão”. WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 22.

A demanda da borracha nos países industrializados crescia fortemente, devido à utilização da mesma na fabricação de pneus de veículos: de bicicleta primeiro, de automóveis depois.⁷

A Amazônia foi então incorporada ao mercado mundial articulado no decorrer do século XIX, mais fortemente a partir das suas três últimas décadas. Inserido na Amazônia, com a expansão da borracha e o conseqüente avanço das atividades econômicas que ancoravam a produção e o escoamento desse produto, o Amazonas⁸ sofreu um conjunto de transformações que atingiu de forma significativa o estado e sua capital – Manaus. Nesse processo, dois elementos foram de profunda importância: a implantação de uma rede de comercialização do produto e o desenvolvimento da infraestrutura necessária para a sua produção e escoamento.

Com relação ao primeiro elemento, o que interessa frisar é a atuação das casas aviadoras. Conhecidas também como “casas recebedoras”, possuíam uma posição central na cadeia comercial da Amazônia como um todo. Eram esses estabelecimentos que tinham a função de financiar e comercializar a borracha, decidindo inclusive quando e a quem vender tal produto extrativo. Além disso, assumiam múltiplas funções: negociavam com as casas importadoras as mercadorias que seriam passadas ao negociante do vilarejo, ao regatão (comerciante que viajava em sua embarcação pelos rios da região, comercializando mercadorias diversas em troca de produtos agrícolas e extrativistas), ao seringalista e, por fim, ao seringueiro; providenciavam o transporte e a distribuição dos retirantes que se deslocavam do Nordeste, fugindo dos problemas gerados pela seca, em busca de trabalho nos seringais do Amazonas; atuavam como representantes legais e financeiros de seus clientes mais ricos que residiam no interior e, por fim, realizavam a abertura de novos seringais.⁹ Para Weinstein:

O papel desempenhado por esses estabelecimentos comerciais foi o de financiar e comercializar a borracha na região, fazendo chegar os implementos necessários à organização e funcionamento da vida econômica dos seringais, bem como recebendo deles, no final do período de extração, as remessas de borracha que, posteriormente seriam exportadas para a Europa e Estados Unidos.¹⁰

⁷ SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira vol. III. O Brasil Republicano (1889-1930)*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1997, p. 360-361.

⁸ Não somente o Amazonas. O Pará passou por um processo similar, em especial sua capital Belém. Ver, por exemplo: SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 2º ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

⁹ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia...* Op. Cit., p. 33-34.

¹⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999, p. 37.

Como a exploração da goma elástica se mostrou um empreendimento rentável, o capital estrangeiro passou a atuar na região com o objetivo de intensificá-la, contribuindo não somente para reconstrução/revitalização da cadeia comercial desenvolvida na Amazônia, ancorada no sistema de aviamento¹¹, como também para a construção, na cidade de Manaus, de uma infraestrutura que possibilitasse a circulação e exportação do produto.

Neste ponto reside o segundo elemento antes mencionado: a infraestrutura era importante para o escoamento da produção, facilitando a circulação de pessoas e capitais. Como a produção da borracha se dava fora do espaço urbano (nos seringais), a cidade se colocava como fundamental para a exportação do produto, daí a necessidade de criar uma gama de atividades econômicas ligadas à circulação, consumo e serviços (transportes, limpeza pública, água, luz, esgoto, etc.).

Desta forma, o capital estrangeiro, sobretudo inglês, tornou-se o maior responsável pela execução dos grandes projetos de reforma da cidade.¹² Conforme Pinheiro, praticamente todos os serviços urbanos, por concessão, ficaram nas mãos de firmas inglesas que agenciaram melhoramentos ou mesmo criaram serviços até então inexistentes na cidade. Empresas como a Manáos Markets, Manáos Tramways and Light, Manáos Improvements, Manáos Harbour, Amazon Engineering, Amazon Telegraph, Booth Line e Amazon River estabeleceram relações cotidianas com a população local.¹³

A capital do Amazonas passou a vislumbrar a função de centro comercial. Diversas atividades, em grande medida moldadas pela posição econômica assumida por Manaus, surgiram e/ou foram intensificadas. Além das firmas estrangeiras que atuavam na administração dos serviços urbanos, ocorreu uma ampliação significativa da praça comercial. Estabelecimentos comerciais passaram a oferecer produtos nacionais e importados e uma gama variada de serviços (hotéis, restaurantes, botequins, etc.) passou também a ser ofertada.

Com efeito, neste contexto a cidade presenciou o surgimento de marcenarias, sapatarias, alfaiatarias, fábricas de tecido, fábricas de roupas, fábricas de cestas e vassouras, funilarias, tabacarias, panificadoras, fábricas de cerveja e gelo, fábricas de sabão, entre outros estabelecimentos.¹⁴ Enfim, os setores econômicos desenvolvidos na esteira da exportação da borracha tinham como alicerces as atividades de circulação e serviços, havendo ainda a

¹¹ Aviar, nesse caso, significa fornecer de mercadoria a crédito. Portanto, aviamento se constituiu em um sistema de crédito.

¹² DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A ilusão do fausto*: Manaus, 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 50.

¹³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros...* Op. Cit., p. 42.

¹⁴ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana*: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925. Dissertação (mestrado em História) IFCH/PUC-SP, 2000, p. 53.

atuação, em pequena escala, de oficinas e fábricas voltadas à produção de artigos específicos. A ampliação do mercado de trabalho manauara se deu ancorado nessas bases.¹⁵

A imigração e migração foram essenciais para a ampliação das atividades acima destacadas. A partir do final do século XIX, o Amazonas passou a receber quantidades significativas de pessoas, entre estrangeiros e nacionais, as quais começaram, sobretudo em Manaus, a disputar espaços no mercado de trabalho nas mais diferentes atividades, o que se intensificou ainda mais a partir do aumento das exportações da goma elástica. Segundo Dias:

É no decorrer desse processo [de expansão econômica] que Manaus passa a vivenciar a ampliação e remodelação de seu espaço, assim como o aumento de sua população. Se em 1852 a cidade contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 já tem sua população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento populacional. O centro urbano se constitui como pólo de atração de gente das mais diversas nacionalidades: ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, italianos, franceses, deslocam-se para cá, com também imigrantes de vários estados do país.¹⁶

A ampliação do mercado de trabalho na capital do Amazonas se deu em virtude da expansão econômica associada ao crescimento populacional e também ao desenvolvimento dos transportes, particularmente dos barcos a vapor.¹⁷ Nesse contexto, cabe ainda colocar em relevo que tal expansão gerou uma arrecadação suficiente para que o poder público pudesse realizar uma série de intervenções urbanas no sentido de embelezar a cidade e dotá-la de equipamentos tidos como os mais modernos da época¹⁸, além de promover mecanismos de disciplinamento do espaço que traziam em seu bojo exclusões e conflitos sociais.¹⁹

Todas essas mudanças ocasionadas pelo “boom” da economia gomífera – imigração e migração, ampliação das atividades econômicas e mercado de trabalho, metamorfoses do espaço urbano acompanhadas de um processo de disciplinamento de seu uso e outros desdobramentos ligados a isso – chamaram a atenção de estudiosos da região, os quais passaram a se interessar pelo período aqui examinado.

¹⁵ Não se deve deixar de apontar também que o aparato burocrático do estado se ampliou e absorveu profissionais para seus serviços na área da saúde, educação, policiamento, etc. Sobre este ponto ver PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Vivências urbanas: o cotidiano de trabalhadores na contramão dos processos de modernização em Manaus. *Fronteiras do Tempo*. Manaus, vol. 1, n. 2, p. 12, dezembro 2011.

¹⁶ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A ilusão do fausto...* Op. Cit., p. 38.

¹⁷ SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

¹⁸ DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁹ SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e criminalização das práticas populares em Manaus, 1906-1917*. Dissertação (mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2005; SOUZA, Leno José Barata. *Vivência popular na imprensa amazonense do início do século XX*. Dissertação (mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2005.

Inicialmente, através de uma historiografia conservadora, elitista e apologética, uma visão predominante se impôs, ligada ao fenômeno das transformações urbanas engendradas naquele momento. Ela emergiu a partir de obras elaboradas na década de 1940/50.²⁰ Segue abaixo um exemplo de como era essa escrita e o que procurava destacar:

Manaus, cidade rica, progressista e alegre, de ruas retas e largas, calçadas com granito e pedra de liós importados de Portugal, sombreada por frondosas mangueiras, e de praças e jardins bem cuidados, com belas fontes e monumentos, tinha todos os requisitos de uma grande urbe moderna: água encanada e telefones, energia elétrica, a partir de 1896, rede de esgotos, em construção, bondes elétricos a partir de 1895, espantando até os visitantes europeus do raiar do século, com suas alucinantes velocidades de 40 e 50 quilômetros por hora, nas linhas de aço espalhadas por toda a malha urbana e penetrando na floresta, até aos arrabaldes mais distantes. O seu porto flutuante, obra-prima da engenharia inglesa, construído a partir de 1900, recebia navios de todos os calados e das mais diversas bandeiras.²¹

Na esteira desta narrativa, alguns personagens locais, ligados aos setores da elite econômica e política, eram retratados na sua riqueza e prosperidade, ofuscando o processo de exclusão e os conflitos sociais que também estiveram presentes naquele momento. Porém, na década de 1980, tal visão passou a ser questionada por novos estudos que brotavam da academia e apontavam para aquilo que havia sido relegado ao esquecimento. Assim emergiu a perspectiva d’“A ilusão do fausto”²² com o objetivo de contrapor à ideia de uma cidade próspera, harmônica, moderna e higiênica, outra com diversos problemas, como a deficiência dos serviços públicos, a segregação sócio-espacial, a carestia de vida, o conflito social, entre outros aspectos, os quais desconstruíam a visão do “fausto” generalizado. Ainda nessa perspectiva, porém já na década de 1990, “Quando viver ameaça a ordem urbana”²³ reforçou tal processo de revisão historiográfica ao jogar luzes na racionalização do espaço e nos mecanismos que tinham como finalidade enquadrar e controlar os setores populares, criminalizando seus costumes e vivências, gerando resistências e conflitos sociais.

²⁰ Portanto, num momento em que a borracha amazônica já havia sido desarticulada do mercado mundial, em função da borracha plantada de forma racional na Ásia, que otimizou a produção, baixando seu custo e aumentando a sua produtividade, tornando inviável a exploração extrativa no Amazonas. As obras desse momento eram repletas de sentimentos saudosistas, promovendo uma visão de prosperidade e riqueza retratadas nas transformações urbanas que ocorreram naquele período.

²¹ LOUREIRO, Antônio. *A grande crise (1908 -1916)*. T. Loureiro e Cia: Manaus, 1985, p. 33-34. Dentre os expoentes de tal forma de se escrever a história do Amazonas desse período se destacam: BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Edições Fundo Cultural do Amazonas, 1975; CASTRO, Marvignier de. *Síntese Histórica e Sentimental da Evolução de Manaus*. Manaus: Tipografia Fênix, 1948; CORRÊA, Luiz de Miranda. *O Nascimento de uma Cidade (Manaus, 1890 a 1900)*. Manaus, Ed. do Governo do Estado do Amazonas, 1966.

²² DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A ilusão do fausto...* Op. Cit.

²³ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana...* Op. Cit.

Estas pesquisas, inseridas no âmbito da História Social, foram importantes para a renovação dos estudos regionais, embora se voltem mais ao campo da História Urbana. A obra que inaugura a História Social do Trabalho no Amazonas é “A cidade sobre os ombros”²⁴, a qual recupera uma categoria de trabalhadores, os estivadores, em três dimensões: nas suas relações com a cidade, no cotidiano do trabalho e da vida e nos movimentos grevistas.

Aqui é importante sublinhar o papel instituinte, em relação às pesquisas sobre imprensa, trabalho e movimentos sociais na região, de Pinheiro e Pinheiro. Esses não mediram esforços para fazer avançar os estudos sobre os trabalhadores na região amazônica.²⁵ E é justamente nesse movimento mais amplo que o presente trabalho se insere.

O tema deste estudo está intimamente ligado à trajetória de reflexões sobre o mundo do trabalho no Amazonas na Primeira República. Tal trajetória se caracteriza ao mesmo tempo como individual e coletiva²⁶, e tem sido dinamizada pela perspectiva de recuperar personagens e grupos sociais, como os operários, que foram cobertos pelo manto do silêncio ou colocados à margem da história regional. Portanto, ao investigar dimensões da história de setores populares, no caso em tela, os militantes operários e sua imprensa, busca-se contribuir para descortinar dinâmicas históricas ainda não exploradas na região.

Após esta breve contextualização da pesquisa e do seu objeto de estudo, bem como da historiografia a ele referente, destaca-se que o recorte no Amazonas, mais particularmente na sua capital, Manaus, não significa apostar em uma reflexão intra-regional, fechada em si mesma, pelo contrário, a proposta tem como finalidade salientar relações e interações entre militantes operários de diversas partes do país e do mundo, e, dessa forma, vislumbrar

²⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros...* Op. Cit.

²⁵ Através da linha Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia, no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, e dos grupos de pesquisa História Social da Amazônia e Laboratório de História da Imprensa no Amazonas, Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro e Maria Luiza Ugarte Pinheiro vêm fomentando e orientando reflexões sobre trabalhadores, imprensa e temas correlatos. Como resultado desse processo alguns trabalhos se destacam: AVELINO, Alexandre Nogueira. *O patronato amazonense e o mundo do trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008; PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2010; LITAIFF, Benta. *A crise da economia gomífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910-1930)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2010; CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1930)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2010; OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de Oliveira. *A imigração nordestina na Imprensa Manauara (1877-1917)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2010.

²⁶ A trajetória mencionada se refere a uma reflexão que se originou a partir de um interesse acadêmico individual, o qual foi se desenvolvendo no grupo conduzido pelos pesquisadores destacados acima, particularmente focando em uma dimensão significativa da vivência dos trabalhadores organizados, a imprensa operária.

também a dimensão regional, nacional e internacional presente no movimento operário organizado. Isto ficará evidente mais adiante no texto, sobretudo no capítulo 1. Já o recorte cronológico, em virtude da imprensa operária ter sido eleita como documentação central da análise histórica aqui proposta, operacionalizou-se obedecendo ao ano do primeiro jornal identificado, *O Restaurador* (1890), e ao do último título que se teve acesso dentro do período denominado de Primeira República, *O Primeiro de Maio* (1928).

O problema central da tese consiste em analisar, através das folhas operárias, como os seus militantes construíram complexas relações sociais – visualizadas em redes – e, no seio dessas, elaboraram e fizeram circular projetos de identidade operária necessários à constituição de espaços políticos legítimos de atuação social. Neste sentido, tornou-se fundamental colocar em relevo as relações e interações estabelecidas no processo de configuração de tramas amplas e fluidas (em termos tanto de diversificação social, com a presença de setores médios urbanos e da elite política e econômica, quanto de diversificação geográfica, envolvendo grupos de operários ou não de outras regiões do país e do mundo) e pequenas e densas (aquelas estabelecidas no interior das associações e/ou no conjunto delas, especificamente entre operários do Amazonas e de outras localidades) (essas tramas serão examinadas no capítulo 1). Da mesma forma, mostrou-se decisivo reconhecer que essas redes contribuíram fortemente para a elaboração e difusão, em seu bojo, de projetos de identidade voltados aos operários, concorrendo para o reconhecimento do papel desempenhado por eles na sociedade e para a sua distinção de outros segmentos sociais, sem deixar de considerar também as diferenciações entre os próprios setores do operariado amazonense.

Partiu-se, assim, do pressuposto de que os jornais operários, animados por militantes cuja atividade possibilitava costurar contatos e relações com lideranças de outros estados e até de outros países, produzindo conexões e interações espaciais significativas, promoviam fortes movimentações de ideias sociais e políticas. Neste sentido, neles havia o esforço de elaborar projetos de identidade operária que caminhavam em duas direções: a primeira, de unidade do operariado em geral, vislumbrava o reconhecimento e a distinção dele em relação a outros setores sociais (patronato, poder público e “classes perigosas”) e tinha como pilar a posição de que o trabalhador era o elemento propulsor da sociedade, criador da riqueza e do “progresso” de um país; o segundo, de diferenciação interna (entre as categorias e tendências políticas), evidenciava a diversidade existente no mundo do trabalho. Por fim, tal formação de complexas redes sociais e a construção de projetos de identidade direcionados aos operários em geral emergiram no sentido de promover a constituição de espaços políticos que concorressem para mudanças sociais.

Para demonstrar este processo, a análise de redes se mostrou interessante. Utilizada por antropólogos e sociólogos²⁷, foi introduzida mais recentemente na pesquisa histórica e tem produzido bons resultados²⁸, possibilitando, por meio do delineamento “gráfico” de relações e conexões entre grupos de pessoas, descrever e interpretar comportamentos sociais de indivíduos inseridos em determinados contextos sociais.²⁹ A posição assumida neste trabalho tomou a análise de rede social em dois sentidos, porém de forma imbricada. O primeiro, como “una estructura construida por la existencia de lazos o de relaciones entre diversos individuos”, e o segundo, como “un complejo sistema de vínculos que permiten la circulación de bienes y servicios, materiales e inmateriales, en el marco de las relaciones establecidas entre sus miembros”.³⁰ Importante salientar que os jornais operários locais trouxeram em seu bojo informações que permitiram identificar a existência de laços tecidos entre os indivíduos e grupos por intermédio de dois tipos de relações: as que surgiam no trabalho e as que se vinculavam à formação de uma “consciência” política. Também possibilitaram verificar que, a partir dessas relações, os militantes construíram conexões (de diferentes dimensões: regional, nacional e internacional) por onde fizeram circular conteúdos e informações (sobre organização operária, instrução, participação política, greves...) entre si.

Não obstante, esta perspectiva de rede, se utilizada de forma isolada, se apresenta limitada, mostrando-se mais descritiva do que analítica. Para evitar isso, tratou-se de articular junto a ela os conceitos de identidade e de espaço público. O primeiro, também de usos e significados variados nas ciências sociais³¹, revelou-se interessante por permitir visualizar as lutas travadas por projetos de identidade intra e extra classes (operários x patrões, operários x operários...) a partir de imposições de percepção e de categorias de percepção que procuravam determinar o lugar social de tais grupos. Neste sentido, a imprensa operária carregava em si essas lutas e imposições. Um exemplo emblemático gira em torno das disputas travadas em

²⁷ PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*, n. 271, p. 1-35, mar./2007.

²⁸ São exemplos, para o caso do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX, os estudos de VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2007; COMISSOLI, Adriano, COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Estrelas de primeira grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. *MÉTIS: história e cultura*, vol. 13, n. 25, p. 11-30, jan./jun. 2014; GIL, Tiago Luís. *Infieis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

²⁹ MITCHELL, J. Clyde. Social Networks. In: *Annual Review of Anthropology*. Vol. 3, 1974, p. 279-299.

³⁰ BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Páginas – revista digital de la escuela de historia*. Ano 4, n. 6, p. 61-62, Rosário, 2012.

³¹ LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987; BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

torno da paternidade e do significado do Primeiro de Maio entre anarquistas e socialistas (presentes também na imprensa operária do Amazonas) já examinadas por outros trabalhos.³²

Por outro lado, a categoria de esfera pública, na perspectiva habermasiana³³, possibilitou “fechar” a análise em direção à resposta da questão central do trabalho, pois, para Habermas, tal esfera se constitui da conexão entre mundo da vida e sistema³⁴ (um reverberando no outro), como espaço social da prática comunicativa, onde opinião e vontade vêm a público através de uma rede de comunicação e articulação de fluxos comunicativos.³⁵ Nesta esteira, as folhas operárias contribuíram para materializar essa esfera ao incorporarem questões do “mundo da vida” dos trabalhadores, tornando-as públicas, mediante posicionamentos e opiniões sobre os temas abordados, com a finalidade de construírem espaços políticos (entendidos como esferas de atuação e decisão política).

Cabe destacar que os conceitos acima mencionados, bem como os seus desdobramentos metodológicos, foram discutidos com maior profundidade ao longo de cada capítulo.

O trabalho foi assim estruturado. O primeiro capítulo recebeu como título “Imprensa operária e a construção de redes sociais no Amazonas” e foi dividido em nove seções. Da primeira à quarta, intituladas, respectivamente, de “A análise de redes sociais na pesquisa histórica”, “Os jornais nos estudos históricos e a constituição de redes sociais através da imprensa operária”, “Limites e possibilidades da proposta” e “A imprensa operária no Amazonas e a construção de redes sociais”, buscou-se explicitar os caminhos da emergência da análise de redes sociais e sua inserção na disciplina histórica, apontando de que modo ela foi entendida e utilizada neste trabalho, bem como os limites e as possibilidades de seu uso. Tratou-se ainda de assinalar a importância da imprensa operária nos estudos históricos, reconhecendo que ela foi abordada aqui como objeto e fonte concomitantemente. Já na quinta e sexta seções, “Os jornais e os personagens” e “O núcleo duro e as redes sociais pequenas e

³² Consultar, entre outros: BILHÃO, Isabel. Dia de festa, dia de luto ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920. *Revista de Historia Iberoamericana*, v. 6, p. 28-53, 2013; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Origens do 1º de maio no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS- MEC, 1981.

³³ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003; LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. *Pensamento Plural*. Pelotas, n. 4, p. 37-57, jan./jun. 2009.

³⁴ Mundo da vida (processos comunicativos de transmissão cultural, integração social e socialização) e sistema (dimensão institucional capaz de renovar e preservar tradições, solidariedades e identidades) correspondem aos componentes da sociedade dual. Portanto, a sociedade dual e a ação comunicativa são elementos constitutivos da esfera pública. Ver LUBENOW, A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 10, p. 108, 1/2007.

³⁵ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública...* Op. Cit, p. 98.

densas”, focou-se especialmente nos jornais operários do Amazonas e seus animadores, revelando-se a composição social dos grupos que estavam por traz dos periódicos e, em particular, colocando em relevo os militantes que transitavam frequentemente no universo operário e/ou que eram oriundos dele, e que constituíam o chamado “núcleo duro” das redes pequenas e densas.

Na sétima seção, intitulada “O que há lá por fora: ampliando as redes para além das fronteiras estaduais”, procurou-se demonstrar que a construção de redes sociais se deu “cruzando as fronteiras” do estado do Amazonas, alcançando mesmo dimensões regionais, nacionais e internacionais. Nessas redes amplas e fluidas, em articulação com as pequenas e densas, circulavam conteúdos que se assentavam em assuntos de caráter geral ao movimento operário como um todo e que tinham uma dupla função: estruturar uma visão de mundo e servir como “modelo” para dinamizar a luta organizada do operariado local. Além desse conteúdo geral, corriam pelas redes questões específicas relacionadas aos problemas sociais do Amazonas, o que foi percebido e trabalhado na oitava seção, chamada “A circulação de conteúdos: aspectos gerais e específicos”.

Por fim, na última seção do primeiro capítulo, “A imprensa operária do Amazonas marcando presença nas redações de jornais operários de outras regiões do Brasil”, tratou-se de evidenciar o caminho inverso, ou seja, a recepção de folhas operárias do estado em variadas localidades do país, em especial São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro, salientando-se que as trocas de ideias e experiências entre os trabalhadores organizados não se deram numa via de mão única. Para confirmar isso, inúmeros jornais foram consultados (numa leitura intensa que, às vezes, consumia semanas de trabalho sem ao menos se encontrar uma referência ao Amazonas!) no sentido de visualizar tal difusão.

O segundo capítulo foi dividido em quatro seções e denominado de “Os projetos de identidade nas páginas dos jornais operários do Amazonas”. A sua finalidade foi analisar os projetos de identidade operária que circularam nas redes sociais formatadas a partir das relações estabelecidas pela militância no estado. Para isso, foi necessário observar as variadas redes que foram tecidas (anarquista, socialista e colaboracionista) e as conexões e interações sociais estabelecidas através delas. Como se tratavam de diferentes redes em interação, o processo de construção de projetos de identidade necessariamente acabou expressando alguns elementos comuns presentes no mundo do trabalho, mas também diferenças que tinham em seu bojo, especialmente, questões político-ideológicas. Investigar estas semelhanças e diferenças, mediante a observação dos pertencimentos, relações e interações formadas no âmbito de contextos específicos e desenvolvidas em relação aos próprios militantes e entre

esses e outros segmentos, notadamente o patronato e as chamadas “classes perigosas”, foi fundamental para entender a dinâmica da construção de tais projetos de identidade.

Para a feitura deste capítulo realizou-se, de início, uma breve discussão sobre o conceito de identidade, no sentido de explicitar os seus usos e diferentes significados no âmbito das Ciências Sociais, em especial da Antropologia e da Sociologia, demonstrando-se, através de alguns estudos, as suas perspectivas, limites e operacionalizações. Em seguida, o olhar se direcionou para a Ciência Histórica, com o objetivo de visualizar como o conceito foi incorporado nessa área, apontar alguns estudos que o tomaram como basilar e, por fim, indicar o uso e a perspectiva que foi adotada na tese aqui apresentada, sobretudo marcando a diferença entre “identidade” e “projeto de identidade”. Esta proposta consta na primeira seção do capítulo intitulada “Identidade e projetos de identidade”.

Na seção seguinte, “Imprensa e projeto de identidade operária: a valorização do trabalho e do trabalhador”, buscou-se, por intermédio da imprensa operária, identificar os elementos comuns que permitiram a circulação de um projeto de identidade também “comum” entre os militantes e suas redes. Dando continuidade, na seção denominada “Fixando fronteiras sociais e construindo projetos de identidade: operários x burgueses e operários x ‘classes perigosas’”, examinou-se algumas percepções desses ativistas acerca dos trabalhadores em geral, salientando-se as disputas de classificação social travadas com outros segmentos sociais (em especial o patronato e as chamadas “classes perigosas”, recuperadas numa dinâmica relacional), apontando-se, para tanto, os aspectos que ganharam as colunas dos jornais com vistas a promover um projeto de unidade/identidade dos operários em geral e em oposição aos grupos mencionados.

As classificações sociais e as disputas travadas em torno delas foram pensadas de forma heterogênea, ou seja, partiu-se da perspectiva de que os militantes, assim como os outros segmentos sociais elencados no parágrafo anterior, não formavam um bloco único, homogêneo, em contraposição a outros blocos igualmente homogêneos. Pelo contrário, cabe reconhecer que, no projeto de identidade geral voltado aos variados setores existentes no universo do trabalho urbano no Amazonas, os elementos comuns se fizeram presentes, porém, as diferenças internas, verticais e horizontais, e de caráter político-ideológico, também eram visíveis e se materializaram nos impressos aqui examinados. Estas foram salientadas e inseridas no âmbito de contextos onde ocorreram aproximações, alianças, distanciamentos e rompimentos, num processo dinâmico de luta por direitos sociais e políticos, e também de disputas pela liderança dos trabalhadores organizados. Esta discussão consta da terceira seção

do capítulo, intitulada “Imprensa, mundos do trabalho e projetos de identidade operária em disputa”.

No terceiro e último capítulo, denominado “Imprensa operária e a construção de espaços políticos no Amazonas”, analisou-se a ação dos militantes operários no processo de construção de espaços públicos e políticos calcados na formação de redes sociais e nas atividades comunicacionais (condensadas na imprensa operária), com vistas a viabilizar, de forma racional, posições, opiniões, julgamentos, sínteses e consensos sobre questões sociais (jornada de 8 horas de trabalho, acidentes de trabalho, etc.). Ele foi estruturado em quatro seções.

Na primeira, “A noção de esfera pública habermasiana e seus desdobramentos”, apresentou-se o conceito de esfera pública desenvolvido por Jürgen Habermas para, a partir dele, refletir sobre os caminhos percorridos desde a sua formulação inicial até as alterações realizadas pelo autor após ter recebido uma gama de críticas de alguns pensadores que eram seus contemporâneos. Esse passo se constituiu como fundamental, em especial para entender de forma imbricada a relação existente entre a formação de redes, a atividade comunicacional ligada a elas (e os projetos de identidade que estavam em seu bojo) e a criação de espaços políticos desenvolvidos pelos militantes no Amazonas. Afinal, a esfera pública, enquanto espaço de um público e de uma opinião pública, articula-se com o “espaço político”, de tomada de decisão.

Já na segunda seção, denominada “A cena pública no Amazonas”, buscou-se traçar um panorama geral da esfera pública no Amazonas da Primeira República para, a partir de então, investigar a relação existente entre a articulação em redes, a atividade comunicacional e a criação de espaços públicos e políticos levadas a cabo pelas lideranças operárias. Na seção seguinte, “As esferas públicas parciais e a esfera pública burguesa”, analisou-se de que forma a atividade comunicacional foi fundamental para a constituição de “esferas públicas parciais”, onde opiniões, posicionamentos e julgamentos acerca de matérias ligadas ao universo do trabalho vinham a público e passavam a compor pautas que eram introduzidas na “esfera pública burguesa”.

Na quarta e última seção do capítulo, intitulada “A construção de uma esfera política: os canais de expressão, pressão e ação coletiva”, examinou-se a movimentação dos grupos envolvidos na produção da imprensa operária no processo de constituição dos referidos espaços políticos, identificando-se os diferentes caminhos percorridos e as estratégias para criá-los e ocupá-los, bem como as finalidades a eles atribuídas.

CAPÍTULO 1

IMPrensa OPERÁRIA E CONSTRUÇÃO DE REDES SOCIAIS NO AMAZONAS

O presente capítulo tem como objetivo central analisar as relações sociais construídas pelos militantes a partir da imprensa operária que circulou no Amazonas no final do século XIX e início do XX. Para isso foi lançado mão da análise de redes sociais, o que demandou de início uma explicação acerca dessa perspectiva, explicitando os caminhos de sua emergência, em especial na Antropologia e Sociologia, e sua inserção na disciplina histórica. Da mesma forma, apontou-se de que modo ela foi absorvida e aplicada neste trabalho, não deixando de se salientar os limites e as possibilidades presentes e resultantes de seu uso. Tratou-se também de assinalar a importância da imprensa operária nos estudos históricos, seja como fonte e/ou objeto de análise, reconhecendo que ela foi abordada aqui como objeto e fonte concomitantemente.

Dando sequência, criou-se um caminho no sentido de captar a composição social dos grupos que davam vida aos jornais operários e neles identificar os militantes que agiam no universo dos trabalhadores. A ideia foi perceber quais eram as lideranças operárias que, usando a imprensa, procuravam tecer conexões que se espraiavam regional, nacional e internacionalmente.

Por fim, por intermédio da imprensa operária, pretendeu-se verificar que as conexões estruturadas pela militância possibilitavam a sua circulação, a da sua imprensa e, conseqüentemente, de informações, conteúdos e ideias que ultrapassavam as fronteiras regionais e nacionais, numa via de mão de dupla, revelando-se a rica troca de experiências entre os trabalhadores.

1.1 A análise de redes sociais na pesquisa histórica

O termo “rede social” tem sido largamente utilizado no campo das ciências sociais e humanas, e de variadas formas. Seu uso corrente e diversificado orientou o estudo de diferentes objetos de pesquisa em algumas áreas do saber, o que revela o seu caráter

interdisciplinar.³⁶ Por volta das décadas de 30 e 40 do século passado, da Antropologia e da Sociologia, emergiram os primeiros expoentes que atuaram no sentido de pensar e organizar os fenômenos sociais através de redes. Este termo foi inicialmente utilizado de forma “metafórica”, assumindo, décadas depois, um sentido analítico.³⁷

Na Antropologia Social britânica, a insatisfação com a perspectiva estrutural-funcionalista clássica, especialmente com o seu foco na normatividade dos sistemas sociais, levou os estudiosos a deslocarem sua atenção para o sistema de redes de relações sociais e desenvolver a análise de tais redes de uma forma mais sistemática. A discussão estabelecida girava em torno de como apreender a complexidade da vida em sociedade sem perder de vista as relações entre os sujeitos. Neste sentido, deu-se importância às relações e interações individuais na definição da estrutura social, seja comunitária³⁸, seja familiar.³⁹

Já na Antropologia norte-americana, buscou-se reconstituir, através das relações sociais, a estrutura das redes e a posição dos indivíduos nela. Com isso se tornou possível perceber os impactos das redes sobre os comportamentos daqueles que nelas estavam inseridos.⁴⁰ Para além dessa perspectiva, existem alguns estudiosos que procuraram observar as relações sociais como unidades básicas das estruturas sociais, onde essas eram representadas pelos “nós” e o conjunto de “laços” (usados para retratar fluxos de recursos, ideias, etc.) que materializavam as suas interconexões.⁴¹

Na Sociologia, particularmente de tradição norte-americana, de análise da ação coletiva e da teoria da mobilização de recursos (TMR), a investigação direcionou-se no sentido de entender como os atores coletivos foram mobilizados para a formação de redes sociais. Já os estudiosos ligados à teoria dos novos movimentos sociais (TNMV) lançaram mão das redes sociais para “caracterizar o campo ou tipos de articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores coletivos”.⁴² Em que pese as diferenças, tanto na Antropologia quanto na Sociologia, o foco recaiu sobre os atores sociais, suas relações,

³⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. *Anais do Encontro Nacional da Anpur*. Modernidade, exclusão e espacialidade do futuro. Brasília, vol. 6, 1995, p. 1045-1052.

³⁷ ACIOLI, Sônia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Inf. Inf.* Londrina, vol. 12, p. 1-12, 2007.

³⁸ BARNES, J. A. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. In: LEINHARDT, Samuel (org.). *Social Networks. A Developing Paradigm*. New York: Academic Press, 1977.

³⁹ BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

⁴⁰ SIMMEL, Georg. *Conflict e The Web of Group-Affiliations*. New York: The Free Press, 1955.

⁴¹ WELLMAN, B., BERKOWITZ, S. D. (orgs.). *Social Structures. A Network Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

⁴² SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais... Op. Cit., p. 1048.

vínculos, interações e ações desenvolvidas. Tal foco se mostrou interessante para combater e se desviar dos determinismos presentes nas ciências sociais.

A análise de redes sociais foi incorporada na pesquisa histórica de uma forma interessante e, articulada a outros conceitos e métodos, apresentou-se de uma potencialidade ímpar não somente para recuperar os protagonismos dos sujeitos, num caráter relacional, como também para analisar as configurações sociais dos atores, “suas dinâmicas coletivas y de qué modo en estas dinámicas se produce el cambio o la reproducción de las estructuras organizativas y de los sistemas sociales”.⁴³

Cabe mencionar que, na pesquisa histórica, foram os micro-historiadores italianos que revelaram as potencialidades do uso das redes sociais como um instrumento para a análise. Entretanto, longe de ter sido utilizada num sentido único, também na História existem diferenças teórico-metodológicas significativas.⁴⁴ Pela diversidade de seu uso – político, empresarial, econômico, mas também acadêmico – não é nada fácil sistematizar questões e perspectivas sem operar um processo de seleção de pontos e elementos específicos, em geral baseados no objeto e na problemática de pesquisa específicos.

Realizando esta operação, uma questão importante que emergiu dos usos da análise de redes sociais refere-se à ideia dessas como algo não análogo à realidade, entendendo-as, sim, como um instrumento analítico que possibilita uma melhor apreensão empírica. Outro ponto diz respeito à relação indivíduo/sociedade ou sujeito/estrutura. Para Moutoukias, por exemplo, não haveria influência de elementos estruturais como cultura, norma, instituição e posição social sobre as relações, os comportamentos e as ações dos indivíduos. Segundo ele, esses últimos e o conjunto de suas interações pessoais formariam redes sociais e essas, depois de constituídas, explicariam os comportamentos e as ações daqueles.⁴⁵ Ao contrário, Bertrand procurou demonstrar a influência dessas estruturas, em especial a familiar, nas interações e comportamentos dos indivíduos. De acordo com o autor, estruturas prévias às redes existiam e precisavam ser observadas, pois contribuía para conformar as relações e interações estabelecidas, numa via de mão dupla.⁴⁶

⁴³ IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras- História*. Porto, vol. 5, III Série, p. 125-126, 2004.

⁴⁴ COMISSOLI, Adriano, COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Estrelas de primeira grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. *MÉTIS: história e cultura*. Caxias do Sul/RS, vol. 13, n. 25, p. 11-30, jan./jun. 2014.

⁴⁵ MOUTOUKIAS, Zacarías. “Narración y analisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. p. 221-241.

⁴⁶ BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Páginas – revista digital de la escuela de historia*. Rosário, ano 4, n. 6, p. 47-80, 2012.

Neste caminho, valorizando os elementos estruturais, percebidos não como “externos aos indivíduos”, mas fazendo parte deles, numa relação de interação com as normas e formas de organização, José Maria Imízcoz, assim como Bertrand, destacou as estruturas sociais como preexistentes às relações entre atores, condicionando-os, porém, de forma débil, ao mesmo tempo em que elas eram constituídas, reforçadas ou modificadas pelas relações e ações dos indivíduos.⁴⁷

A análise de redes sociais também tem contribuído para as discussões em torno da relação entre o enfoque micro e o enfoque macro. Como os atores sociais e suas relações foram encarados, pelos antropólogos, sociólogos e historiadores, como ponto fulcral, esta análise sugeriu que os aspectos macro-estruturais deveriam ser construídos sobre as fundações do micro. Desta forma, o nível das relações contribuiria para “promover bases para explicar atividades e estruturas de níveis mais elevados de agregação”, permitindo passar de um nível ao outro.⁴⁸

Existe uma proposição de uso duro da análise de redes sociais. Neste, as informações e os estímulos promovidos por elas correriam através de vínculos pessoais fortes. Para Ramella, que defendeu tal uso forte, “la fuerza de una relación social está dada por el reconocimiento de relaciones recíprocas, y no por el hecho de que los individuos estén físicamente próximos”.⁴⁹ Portanto, a intensidade das relações recíprocas seria fundamental para estabelecer uma análise de rede, independente da proximidade física dos atores envolvidos, caso contrário, o seu uso seria débil, o que transformaria uma análise rica e sugestiva em pobre, vaga e ambígua.⁵⁰

Por outro lado, Miguéz propôs justamente o contrário: o uso débil da análise de redes sociais. Para ele, “la aplicación dura del método sólo parece posible em casos excepcionales”, com fontes densas que permitam estabelecer os vínculos, as relações e as suas dinâmicas.⁵¹ Apontou ainda para a potencialidade de se usar o método na utilização de fontes parcas, de uma forma eclética, resultando daí seu valor heurístico.⁵²

⁴⁷ IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global... Op. Cit., p. 124.

⁴⁸ PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*, n. 271, p. 9, mar./2007.

⁴⁹ RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995, p. 20.

⁵⁰ Ibidem, p. 10.

⁵¹ MIGUÉZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestiva e fuentes parcas. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995, p. 27.

⁵² Ibidem, p. 28.

Do ponto de vista da representação gráfica, estudos demonstraram que o foco nas relações sociais revela as interligações entre os indivíduos e que essas poderiam ser ordenadas e representadas, consoante a posição teórica-metodológica assumida. Portanto foi possível falar em “redes egocentradas” e “redes polinodais”: essas foram constituídas em torno de vários centros, de grupos que tinham existência prévia às redes e serviam de apoio as suas relações, numa perspectiva coletiva⁵³; aquelas foram elaboradas a partir de um único indivíduo.⁵⁴

Como o uso da análise de redes sociais se mostrou diverso, cabe explicitar de que modo ela foi acionada neste trabalho. A posição assumida tomou tal análise em dois sentidos, porém de forma imbricada, conforme salientado na Introdução: o primeiro, como “una estructura construida por la existencia de lazos o de relaciones entre diversos individuos”, e o segundo, como “un complejo sistema de vínculos que permiten la circulación de bienes y servicios, materiales e inmateriales, en el marco de las relaciones establecidas entre sus miembros”.⁵⁵

Ainda nesta esteira, compartilhou-se da posição de Imizcoz, em especial no entendimento de que os indivíduos se relacionam com diversos atributos e valores que não podem ser desconsiderados:

Los individuos tienen unos atributos y unos valores – de economía, cultura, creencias, capacitación, posición en una escala social, etc. – y se relacionan no sólo con otros individuos, sino con todos los elementos materiales e inmateriales de su entorno y de su conciencia. Estas dimensiones de la realidad no son exteriores a los actores sociales. La cultura, las instituciones, la economía, el poder político, no existen fuera de las personas, están encarnados en ellas o “son llevados” por ellas.⁵⁶

Deste modo, os indivíduos atuam em sociedade com sua riqueza, com seu status, com suas atribuições hierárquicas, com suas normas e instituições, etc. Com isso não se procurou absolutizar as estruturas e nem cair no lado oposto, do individualismo “puro”, mas sim promover uma análise que busque articular os diferentes níveis – individual, relacional e estrutural/sistêmico –, percebendo-os num processo de interação onde o fluxo nunca é de mão única.

⁵³ GIL, Tiago Luís. *Infieis Transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 151-152.

⁵⁴ BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad... Op. Cit., p. 61.

⁵⁵ Ibidem, p. 61-62.

⁵⁶ IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global... Op. Cit., p. 125.

Assim, partiu-se da ideia de reconhecer as relações e as interações estabelecidas entre os militantes que davam vida às folhas operárias no Amazonas, utilizando-se o instrumental de forma débil. Esta opção se deu em virtude das fontes centrais utilizadas nesta pesquisa, os jornais operários, que não permitem, por serem escassos e fragmentados, uma análise morfológica das redes (duração, intensidade, etc.), a qual é realizada em geral através de “casos excepcionais” com documentação densa, como mencionado anteriormente. Porém, o uso débil dessa análise, se associado a outros métodos e conceitos, como aqui se propõe, possui um valor heurístico significativo. Como apontou Miguez: “incorporada a una estratégia de investigación estructural, y utilizando las fuentes que nos hemos habituado a emplear, la noción de red nos provee de buenas ideas interpretativas”.⁵⁷

Neste sentido, a imprensa operária proporciona perceber a existência de conexões e interações variadas e significativas entre indivíduos e grupos. As próprias folhas operárias contêm informações, o que será aprofundado no decorrer deste capítulo, acerca de periódicos recebidos de outras regiões do Brasil e vice-versa. A título de exemplo, destaca-se o trecho abaixo extraído de uma coluna chamada *Permutas* (denominação que já revela a via de mão dupla existente) presente no jornal *Tribuna do Caixeiro*:

Temos em nossa banca de trabalho os seguintes colegas cuja visita agradecemos penhorados:
O Maranhão, de São Luiz do Maranhão.
O Caixeiro do Norte, órgão do caixeiro portuguez – Porto.
Folha do Norte, do Pará.
Paládio, da cidade de Itacoatiara – Amazonas.
O Soldado, órgão dos interesses da Guarda Nacional deste Estado.
Diário Oficial, do Maranhão.
Unitário, do Ceará.
Commércio de Mossoró, da cidade de Mossoró – Rio Grande do Norte.
O Aracaty, da cidade do Aracaty – Ceará.
Revista Commercial, da Associação Comercial, de Fortaleza.
O Antonomico, de São Miguel, Açores.
O Binoculo, Pará.⁵⁸

Verifica-se, pelos nomes dos periódicos, que não eram apenas jornais operários que adentravam na redação do *Tribuna do Caixeiro*. Eles eram diversificados e, certamente, carregavam em seu bojo informações variadas, além, é lógico, daquelas ligadas ao mundo do trabalho, pois, como Pinheiro⁵⁹ demonstrou ao estudar os estivadores, tanto nos pasquins quanto nos jornais que tinham circulação diária, em especial o *Jornal do Comércio*, as

⁵⁷ MIGUÉZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones... Op. Cit., p. 33.

⁵⁸ PERMUTAS. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano 1, n. 24, 27/09/1908.

⁵⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte Pinheiro. *A cidade sobre os ombros*... Op. Cit.

notícias sobre os trabalhadores se faziam presentes, particularmente em momentos de protestos, greves e conflitos, embora muitas vezes de forma preconceituosa e pejorativa. Também se constata que os impressos chegavam tanto do interior do estado do Amazonas quanto do Norte e Nordeste, evidenciando que as ligações alcançavam uma parte do território nacional, mas também o estrangeiro (Portugal e Açores). Decerto elas não se limitavam às fronteiras nacionais, pelo contrário, as extrapolavam:

Da Inglaterra chega-nos a notícia de haver a Câmara dos Communs approvado uma lei impondo aos operários mineiros o dia de 8 horas de trabalho: bello e salutar exemplo de humanidade, grande prova de liberdade e amor aos que trabalham!

Alli naquele paiz tem-se a comprehensão nítida de qual deve ser o systema pratico de defender os desprotegidos da sorte, d'aquelles que com seu trabalho honesto e laborioso são a parcella mais poderosa da vida d'uma nacionalidade.

Lançem para isto os olhos srs. empregados no commercio de Manaós; vejam como ali tratam os auxiliares do capital e digam-nos se aqui não poderiam, com perseverança e honestidade conseguir o mesmo.

Vamos! Criem brio, venham congregar-se sob o pavilhão que tremula orgulhoso em nossa sede social, e eu garanto que bem depressa encarreiremos os culpados do atraso em que a nossa classe está.⁶⁰

Como se pode notar na citação acima, a questão das oito horas de trabalho foi destacada no interior de um contexto externo, porém tomada como referência para a dinâmica de luta dos empregados no comércio do Amazonas (o que será assinalado no capítulo 2). Não obstante, o que cabe colocar em relevo neste momento é que essas articulações em redes potencializavam interações e circulação de conteúdos que norteavam interpretações e leituras críticas da realidade social, formas de organização e ações desenvolvidas no interior de parte do mundo do trabalho na Amazônia.

Não se pode deixar de acentuar que alguns autores⁶¹ já apontaram a existência de articulações entre trabalhadores de outros estados e/ou países e ensaiaram a utilização de termos específicos para abordar esse processo, como, por exemplo, “compor redes”, “rede de troca de informações” e “corredor de informações”. Eles procuraram recuperar dimensões relacionadas à circulação de militantes e de jornais operários. Certamente moveram-se no âmbito das questões levantadas por Petersen sobre os cruzamentos inter ou trans-regionais de

⁶⁰ *TRIBUNA DO CAIXEIRO*. Manaus, ano1, n. 14, 19/07/1908.

⁶¹ Entre outros: BARTZ, Frederico Duarte. *Solidariedades impressas (1917-1920): o jornalismo operário como forma de ligação entre o movimento operário gaúcho e os trabalhadores organizados do centro do país no período das grandes greves. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Anais do IX Encontro Estadual de História*. ANPUH/RS, 2008, p. 4 e 6.

mão de obra, lideranças, congressos e imprensa. Nas palavras da autora, a ideia de cruzar fronteiras nos estudos regionais serve:

Tanto para perceber especificidades [locais] (...) no sentido próprio de estabelecer diferenças, como para fazer aparecer processos mais globais cuja percepção se dilui nas análises simplesmente regionais, questões que tomadas no âmbito regional perdem seu possível significado.

Quando me refiro a processos mais globais, não significa buscar uma identidade unitária, pensar na articulação dos estudos regionais como forma de perseguir alguma forma de homogeneização, mas de descobrir vínculos múltiplos e perdidos que podem enriquecer o perfil de atores e processos sociais já tão descaracterizados na memória historiográfica.⁶²

No âmbito internacional, no campo da imprensa operária, o trabalho de Davide Turcato buscou sublinhar a perspectiva transnacional do movimento anarquista italiano, recuperando conexões importantes que dinamizavam tal movimento.⁶³ Nacionalmente, o estudo de Lucas Alvarenga tratou de analisar o jornal *A Terra Livre*, as suas características e as redes sociais formadas pelos seus jornalistas, leitores e subscritores.⁶⁴ Com o objetivo de ampliar essa discussão, o presente estudo, através da análise de redes sociais, intenta analisar as dimensões regionais, nacionais e globais da imprensa operária amazonense.⁶⁵

1.2 Os jornais nos estudos históricos e a constituição de redes sociais através da imprensa operária

Importante assinalar, num primeiro momento, que, neste ponto do trabalho, a revisão bibliográfica teve por base a produção brasileira. Neste recorte, os periódicos impressos em geral, e os jornais operários em particular, passaram a ser utilizados na pesquisa histórica de uma forma mais intensa e significativa por volta da década de 80 do século XX. Isso se deu

⁶² PERTERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 3, p. 134, jun./1995.

⁶³ TURCATO, Davide. Italian anarchism as a transnational movement, 1885-1915. *International Review Of Social History*, Amsterdã, vol. 52, n. 3, p. 407-444, nov. de 2007.

⁶⁴ ALVARENGA, Lucas Thiago Rodarte. *O homem livre sobre a terra livre: o tipógrafo, o jornalista libertário e a rede social do jornal A Terra Livre (1905-1910)*. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

⁶⁵ Alguns trabalhos se valem da “história transnacional”, da “história cruzada” e da “história de transferência” para essas articulações. Ver BATALHA, Cláudio. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre, vol. 13, n. 23-24, p. 97-98, jan./dez. 2006.

em função da renovação dos temas, das problemáticas e dos procedimentos metodológicos da disciplina histórica.⁶⁶

Vistos como “fonte suspeita”⁶⁷ ou “repertório da verdade”⁶⁸, gradativamente, com o avanço da disciplina, os jornais foram sendo encarados como um “manancial dos mais férteis” para a análise histórica. Por meio deles, tornou-se possível recuperar dimensões sociais importantes, notadamente as lutas, os ideais, os compromissos e os interesses de diversos setores que compunham a sociedade. Os jornais possibilitaram um melhor conhecimento das sociedades no nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, dentre outros aspectos.⁶⁹ Para Capelato:

a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época.⁷⁰

Destarte, seu uso ganhou fôlego e diversos trabalhos surgiram tomando-os como suporte documental, em temáticas ligadas à cidade⁷¹, mundo das letras⁷², gênero⁷³, política⁷⁴ e outros. Seu uso tem se realizado em diversos campos e em variados recortes temporais e espaciais. Em particular, no campo da história do trabalho, a imprensa operária se constituiu numa fonte privilegiada.⁷⁵

⁶⁶ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 112; ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudos do PPG em História*. Porto Alegre, vol. 13, n. 13, p. 19-29, dez./1995.

⁶⁷ Ou seja, carregadas de subjetivismo e, desta forma, pouco contribuindo, na visão de alguns estudiosos do século XIX e início do XX, com a tão propalada “objetividade” na História.

⁶⁸ Que surgiu no bojo do jornalismo moderno, o qual pregava que as informações contidas no jornal eram a “verdade” (a ideia do “fato verdade”). Alguns trabalhos no âmbito da história assim incorporaram os conteúdos nele presentes. Como exemplo se tem o trabalho de LOUREIRO, Antônio José Souto. “*Gazeta do Purus*”: scena de uma época (Senna Madureira, 1918-1924). Manaus: Imprensa Oficial, 1981.

⁶⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 13.

⁷¹ Por exemplo: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁷² Alguns exemplos: MICELI, Paulo. *Poder, sexo e letras na República Velha, em intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*: Turunas e Quixotes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

⁷³ Alguns exemplos: BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel*: representações de mulheres pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981; PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. 2º ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

⁷⁴ Por exemplo: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

⁷⁵ Ver, entre outros: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social. (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976; DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas*: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001; HARDMAN,

Porém, como objeto de estudo, as reflexões sobre os jornais necessitam ser intensificadas, o que não significa dizer que não existam trabalhos a respeito. Nesta perspectiva, alguns caminhos já foram percorridos. Contier, por exemplo, procurou pensar o vocabulário político-social de um punhado de jornais produzidos entre as décadas finais do Primeiro Reinado e o início da Regência, utilizando um instrumental analítico oriundo da Linguística e da Semântica.⁷⁶

Numa outra linha, Capelato e Prado, através do jornal *O Estado de São Paulo*, propuseram uma reflexão onde esse foi percebido como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.⁷⁷ Procuraram, para tanto, identificar e localizar o jornal socialmente e, assim, melhor compreender a lógica de seus discursos e a emergência de projetos de intervenção social e política que, por vezes, ele buscava encobrir.

Na década de 1990, Cruz, ancorada em aportes da chamada nova história cultural, e entendendo os periódicos, portanto também os jornais, como “prática social que compunha o tecido social urbano”, focou nas relações entre cultura letrada, periodismo e vida urbana no processo inicial de formação da metrópole paulistana.⁷⁸

Cabe também lembrar que os estudos que buscaram construir uma história da imprensa no Brasil caminharam no sentido de pensar acerca de sua historicidade em articulação com os processos de incorporação de novas tecnologias e linguagens⁷⁹ ou de discutir a dinâmica e evolução dos órgãos de imprensa, analisando suas características em diversos contextos, através, muitas vezes, de um modelo marxista mecanicista que atrelava a dimensão cultural ao nível da infraestrutura – aquela era reflexo desta – e percebia a imprensa como um “aparelho ideológico do estado”.⁸⁰

Mais recentemente, novos estudos foram realizados. Alguns com o objetivo de discutir sobre as diversas possibilidades do “singular e rico fazer histórico da imprensa brasileira”, valendo-se para isso da análise de uma gama variada de trabalhos pontuais e específicos de especialistas de diferentes áreas, buscando, desta forma, “preencher um importante espaço no

Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão!* Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983; GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa Pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: UFRGS, 2001 e outros.

⁷⁶ CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842*: matizes do vocabulário político e social. Petrópolis/Campinas: Vozes/Unicamp, 1979.

⁷⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim, PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1980.

⁷⁸ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC, 2000.

⁷⁹ Por exemplo: BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*: história da imprensa brasileira. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

⁸⁰ Por exemplo: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

âmbito bibliográfico voltado para uma história sistemática e abrangente do fazer jornalístico no Brasil”.⁸¹ Outros pregando uma história cultural dos meios de comunicação, elencando os processos e as práticas comunicacionais como fundamentais para sua reconstrução histórica e propondo o desvelamento do seu circuito – produção de textos e imagens (nas suas diferentes formas de construção no tempo e no espaço), materialidades (os jornais, as revistas, etc.) e público leitor (as leituras e apropriações) – através de premissas como a identificação dos variados atores neles envolvidos, as materialidades produzidas, o produto colocado em circulação e as múltiplas relações narrativas oriundas do processo comunicacional.⁸²

Como objeto de estudo a imprensa foi focada local, regional e nacionalmente sob diversos ângulos e diferentes recortes cronológicos e espaciais, como se tentou mostrar anteriormente. Entretanto, nessa diversidade, é possível apontar, ao menos, sete formas de abordar a imprensa como objeto. A primeira delas é descritiva, factual, cronológica e preocupada em fazer levantamentos de documentação sobre jornais (catálogos e listagens), com baixo teor explicativo. A segunda a toma nas suas transformações estruturais internas, com pouca ou quase nenhuma ligação com contextos sociais específicos. A terceira abordagem caminha no sentido de descortinar os conteúdos políticos e ideológicos da imprensa, percebendo-os como “reais”. A quarta toma a forma para focar estritamente na dimensão textual, desconsiderando os atores e processos de produção da imprensa. A quinta a entende “como aparelho ideológico do estado”. A sexta a percebe como fazendo parte do tecido social, sofrendo e intervindo nas questões da sociedade. Por fim, a sétima a entende como inserida num circuito de comunicação, necessitando considerá-lo como parte da explicação. Cabe destacar que existem trabalhos que transitam entre essas abordagens.

Já o presente estudo buscou explorar a imprensa na perspectiva de Gonçalves. Diferente, ou melhor, na intersecção das anteriores, a autora propõe que ela seja compreendida como:

Instrumento de intervenção na vida social em que seu estudo pode se dar como objeto/fonte, uma vez que desaparece a categoria imprensa na forma abstrata para dar lugar ao movimento vivo das ideias, protagonistas e, principalmente, para que emergam dessa produção de sentidos, como

⁸¹ Por exemplo: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

⁸² Alguns exemplos: BARBOSA, Marialva Carlos. Por uma história cultural latino-americana dos meios de comunicação: um olhar sobre as práticas, processos e sistemas de comunicação nas últimas décadas do século XIX. *Anos 90*. Porto Alegre, vol.9, n. 36, p. 19-33, dez./2012; BARBOSA, Marialva Carlos. Uma história dos sistemas de comunicação: balanço de um percurso teórico. *Conexão – Comunicação e Cultura*. Caxias do Sul, vol. 9, n. 17, p. 11-29, jan.-jun./2010.

resultado da operação histórica, sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.⁸³

Tal perspectiva associada à análise de redes permite visualizar justamente esse movimento de protagonistas e ideias que produziram sentidos e ações. Mas como constituir redes sociais através da imprensa operária? E por que a imprensa operária?

Começando pela segunda pergunta, a imprensa operária se mostrou interessante tanto como suporte documental quanto como objeto de estudo. Na primeira função, permitiu recuperar aspectos importantes do trabalho e da vida dos trabalhadores. Através dela, foi possível identificar diversos contrapontos às iniciativas do poder oficial como propostas políticas, formas de luta, de resistência e de leitura de mundo.⁸⁴ Ela sugeriu uma gama de temáticas como a exploração e opressão do capitalismo, condições de vida e trabalho, alto custo dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade, eleições, voto e representatividade, educação e instrução, organização e associações, repressão e perseguição, denúncias e conquistas, experiências culturais, dentre outras.⁸⁵

Como objeto de estudo, consentiu observar dimensões significativas do processo de produção, circulação e venda dos jornais direcionados aos trabalhadores, com destaque para a relação entre avanços tecnológicos, oficinas e produção de jornais, formatos e características, grupos (proprietários, editores, colaboradores e outros) e suas leituras de mundo e posicionamentos realizados sobre diversos assuntos sociais.⁸⁶

Em linhas gerais, a imprensa operária se singularizou particularmente por seus objetivos programáticos e seu caráter doutrinário. Suas falas caminhavam na contramão dos discursos hegemônicos, sempre visando servir de instrumento para a construção de um novo mundo, sem exploração, miséria, opressão, fome e outros problemas sociais. Com efeito, como se mostrou de um potencial ímpar, sobretudo para recuperar grupos, como os trabalhadores, antes excluídos da história⁸⁷, emergiram vários trabalhos, sobretudo na década de 1980 com a redemocratização do Brasil, que a tomaram ora como fonte ora como objeto.⁸⁸

⁸³ GONÇALVES, Adelaide (Org). *Ceará Socialista – Anno 1919*. Florianópolis: Insular, 2001, p. 9.

⁸⁴ Por exemplo: DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas...* Op. Cit., p. 98.

⁸⁵ Alguns exemplos: RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 15-17; DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas...* Op. Cit., p. 97-98.

⁸⁶ Por exemplo: TELES, Luciano Everton Costa. *A vida operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008.

⁸⁷ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁸⁸ Como fonte observar a nota 34. Como objeto ver, entre outros: GARCIA, Evaldo da Silva. *A imprensa operária e socialista brasileira do século XIX*. *Estudos Históricos*, n. 19, p. 262-273, 1964; FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988; CARDOSO, Alcina Maria de Lara, ARAÚJO,

As perspectivas, conforme salientamos anteriormente, foram variadas, indo desde análises do discurso⁸⁹, passando pelo uso dos conceitos de ideologia⁹⁰, até os estudos de memória⁹¹, representações⁹², identidades⁹³ e gênero⁹⁴. As temáticas eram igualmente diversificadas e, em grande medida, sugeridas pelos próprios assuntos elencados nos jornais.

Foram vários os autores que alertaram acerca da potencialidade da imprensa operária. Em 1985, Zicman já acentuava que os jornais eram bastante consultados e citados, porém raramente estudados e analisados.⁹⁵ Neste mesmo ano, Rago apontou que a riqueza desse tipo de imprensa não estava ligada somente aos aspectos materiais e de luta, mas incluía perspectivas culturais e propostas de uma nova sociedade.⁹⁶ Na década de 90, Jardim assim se posicionou:

Pelo visto, a imprensa operária foi levada em conta como uma variável fundamental para o estudo da história dos trabalhadores, porém (...) pouco se fica sabendo de suas características mais específicas.

(...)

Quer dizer, há muitas indicações da sua importância, mas pouca demonstração do porquê desta importância. Constatase assim sob esse aspecto, uma lacuna na historiografia, mesmo naquela do centro do país, de estudos mais aprofundados, tanto descritivos quanto interpretativos sobre o tema imprensa operária. Ou pelo menos estudos que condensassem e reavaliassem o que já foi escrito de forma esparsa em diversos trabalhos e enfoques.⁹⁷

Silvia Maria Pereira de. Jornais Operários: metodologia para análise histórica do discurso operário na Primeira República. *História: questões e debates*. Curitiba, vol. 4, n. 6, p. 99-110, jun./1983; SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), FFCH/UFBA, Salvador, 1987; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: UFRGS/FAPERGS, 1989; JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1990; PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. *A imprensa dos trabalhadores no Ceará de 1862 aos anos 1920*. Tese (doutorado em História), PPGH/UFSC, Florianópolis, 2001.

⁸⁹ Por exemplo: COSTA, Francisca Deusa Sena da. Manaus e a imprensa operária: o discurso do trabalhador também exclui. *Amazônia em Cadernos*. Manaus: UFAM/Museu Amazônico, n. 2/3, p. 221-232, 1993/94.

⁹⁰ Por exemplo: ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de, CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Ideologia e imprensa operária: o contra-discurso pequeno-burguês. *IX Encontro Anual da ANPOCS*. Águas Claras/SP, p. 1-22, out./1985.

⁹¹ Por exemplo: FERREIRA, Lygia Portenha Borges. *A memória do PCB em Goiás: a experiência do jornal A Luta e a formação da cultura comunista em Goiás (1937-1945)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFG, Goiânia, 2001.

⁹² Por exemplo: BILHÃO, Isabel Aparecida. Representações do movimento operário na imprensa. Resumo. *Anais do IV Encontro Estadual da ANPUH/RS*. São Leopoldo, 5 a 9 de outubro de 1998, p. 28.

⁹³ Por exemplo: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895-1905)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFP, Recife, 2004.

⁹⁴ Por exemplo: ARAVANIS, Evangelia. Apresentando um banco de dados: imprensa anarquista, homens e mulheres na cidade de Porto Alegre (1908-1930). *Textura*. Canoas, n. 1, p. 29-36, 2º semestre de 1999.

⁹⁵ ZICMAN, Renée. *História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projeto História, nº 4. São Paulo: Educ, 1985, p. 92.

⁹⁶ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar...* Op. Cit., p. 16.

⁹⁷ JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância...* Op. Cit., p. 10.

De lá para cá alguns estudiosos escutaram essas vozes e fizeram avançar os estudos sobre a imprensa operária, como já foi salientado. Mesmo assim, na virada do século XX para o XXI, Cruz, de uma forma contundente, realçou a importância desses estudos, pois, para ela, essa imprensa, apesar de ter se constituído como fonte privilegiada e indispensável para o “estudo das classes operárias no período recente da história social do trabalho brasileira (...) vem reclamando por estudos que a proponham também como tema e espaço central de análise e reflexão”.⁹⁸

Assumi-se aqui este propósito, incorporando a imprensa operária, por todas as suas potencialidades, como “tema e espaço central de análise e reflexão” histórica. Sendo assim, para que se possa constituir redes sociais (com a finalidade de conceber contatos, conexões e interações) através da imprensa operária, alguns passos foram observados:

- 1) Identificar o grupo social que estava por traz de cada jornal, contextualizando-o no sentido de investigar sua composição social, bem como as trajetórias de seus membros, contatos e conexões estabelecidas internamente e externamente;
- 2) Em articulação com o que foi dito acima, identificar os nomes dos militantes operários e, através deles, manusear os periódicos com a finalidade de coletar dados que pudessem, de alguma forma, explicitar a “rede de relações” dos indivíduos, bem como dos grupos e dos jornais dos quais os ativistas faziam parte;
- 3) Perceber que nos jornais existem conteúdos que foram alimentados não somente pela trajetória e experiência dos seus responsáveis, mas também absorvidos e/ou estimulados por conexões com outros grupos presentes no Brasil e no mundo, fruto da própria circulação e dinâmica das folhas operárias. Estes contatos estão expressos no jornal, ainda que em alguns casos, de forma fragmentada;
- 4) Identificar que, em alguns casos, os jornais publicavam uma lista com os nomes dos contatos e/ou permutas. Isto era feito porque eram enviadas remessas para eles e vice-versa. Esse movimento se coloca como salutar para a percepção desse processo de circulação;
- 5) Buscar, nos próprios jornais, informações sobre a circulação de lideranças (cidades, estados, regiões, países...);

⁹⁸ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta...* Op. Cit., p. 129.

- 6) Recolher alguns indicativos como transcrições de artigos de folhas operárias de outras regiões do país e do mundo, passagens nos textos publicados que se refiram a movimentos ocorridos em outras localidades, entre outros elementos que indiquem a existência dessas relações e interações.

Como realçou Boissevan, as redes sociais, se visualizadas sozinhas, dizem muito pouco⁹⁹. Cabe então não somente desenhá-las como também demonstrá-las em ação. Nesta esteira, a rede em ação pode ser vista em momentos de organização dos trabalhadores, nos protestos, nas passeatas, nas greves, nas comemorações do 1º de Maio, entre outras ocasiões. Portanto, somente reconstituir a rede é muito pouco, cabe, associando-a com outros conceitos, percebê-la em ação, na sua complexidade.

1.3 Limites e possibilidades da proposta

Não obstante todas estas potencialidades, alguns limites se apresentaram. Com relação aos jornais operários foram basicamente três as preocupações. A primeira consistiu em evitar uma postura ingênua, no sentido da realização de uma leitura superficial da imprensa dos trabalhadores, sem a investigação das motivações, objetivos ou sentidos que orientaram os conteúdos nela presentes, o que conduziria ao risco de se construir uma posição ou interpretação equivocada acerca dos periódicos examinados, ou de se lhes atribuir sentidos que, no geral, podiam não ser determinantes. De modo amplo, é possível dizer que, por traz dos acontecimentos retratados e das posições assumidas frente a eles, existiam interesses – os quais podiam ser políticos, ideológicos, econômicos e sociais – que norteavam a escolha das temáticas, ordenando sua forma e estrutura narrativa. Portanto, ao se perder de vista esses interesses, os conteúdos dos jornais poderiam ser tomados como se fossem a realidade em si, como destacou Vargas, tratando de outro tema e contexto, ao enunciar que a leitura dos editoriais da imprensa partidária sem a observação sobre quem discursava e quem os escrevia impediria uma melhor percepção do conjunto de interesses envolvidos em tais manifestações. Em suas palavras:

O que acaba acontecendo são descrições dos programas partidários e citações de discursos, no qual, por exemplo, a simples denominação de “partido da ordem” dada aos conservadores faz pensar que os homens nele

⁹⁹ BOISSEVAIN, Jeremy. Network Analysis: a reappraisal. In: *Current Anthropology*. The University of Chicago Press. v. 20, n. 2, p. 392-393, Jun, 1979.

filiados agiram sob a orientação desse enunciado, ignorando uma série de influências e imposições externas...¹⁰⁰

Este primeiro perigo remeteu a outro, qual seja: tomar o jornal de forma isolada da sociedade, buscando esquadrihá-lo para traçar um perfil coerente e homogêneo de seu conteúdo. O grande problema é que os jornais, dependendo dos diferentes contextos, mesmo sendo de uma determinada e específica orientação política, podiam assumir posições surpreendentes, embora, logicamente, dentro dos campos de possibilidades e das avaliações realizadas pelo grupo que os colocou em circulação. Especialmente em contextos marcados por “mesclas ideológicas”, resultado do caráter difuso de correntes como o anarquismo e o socialismo, as interpenetrações foram admitidas e proporcionaram tais posições aparentemente contraditórias.¹⁰¹

Neste sentido, a título de exemplo, o jornal *A Lucta Social*, dizendo-se anarco-sindicalista, negando o sistema representativo republicano e o exército, viu com simpatia a revolta dos tenentes em Manaus (1924)¹⁰², declarando apoio ao movimento e às reformas por ele implantadas.¹⁰³ Tais reformas, na perspectiva dos tenentes, visavam à regeneração das instituições republicanas.

A terceira preocupação se refere a como montar redes sociais através dos jornais operários e leva em conta dois perigos. Um diz respeito à sobrevalorização dos contatos entre os indivíduos¹⁰⁴, pois esses não necessariamente implicavam uma relação significativa de interação e, portanto, de circulação de ideias e conteúdos. Ainda mais quando não se teve acesso aos chamados sistemas de pacotes¹⁰⁵ que poderiam apontar com maior clareza os envolvidos nas relações e a intensidade delas. O outro se refere à tentativa de estabelecer a extensão e tempo de duração das redes, pois, sendo escassas e fragmentadas, as folhas operárias não oportunizam tratar tal aspecto com precisão, levando ao risco de se cair no campo da especulação. Muito embora tais fontes não permitam isso, possibilitam, por outro lado, identificar a existência da rede e vê-la em ação, sobretudo por meio das atividades e agenciamentos dos atores que entravam em contato, criavam vínculos e circulavam – ou

¹⁰⁰ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2007, p. 19.

¹⁰¹ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa Pátria!*”... Op. Cit., p. 68.

¹⁰² Sobre a rebelião de 1924 em Manaus consultar: SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3º ed. Manaus: Editora Valer, 2001.

¹⁰³ CIDADÃO RIBEIRO JÚNIOR. *A Lucta Social*. Manaus, ano 1, n. 7, 10/8/1924.

¹⁰⁴ BOISSEVAIN, Jeremy. *Network Analysis: a reappraisal*... Op. Cit., p. 393.

¹⁰⁵ Neles havia listas de nomes para onde os jornais seriam remetidos.

faziam circular – conteúdos que norteavam comportamentos em outras regiões do Brasil e do globo.

Cabe assinalar ainda um “velho” perigo que consiste na identificação dos discursos e ideias do movimento operário como sendo os da classe trabalhadora como um todo. Como os jornais operários eram produzidos no âmbito da militância, colocou-se como fundamental identificar e diferenciar as falas das lideranças, não tomando-as como se fossem dos próprios trabalhadores em geral.¹⁰⁶

Não obstante, pretendeu-se enfrentar estas preocupações na esteira do que realçou Bertrand acerca das redes. Para ele:

Una red no puede existir en lo absoluto, fuera de toda activación, de una finalidad o de un proyecto particular (...) es la naturaleza de un proyecto particular construído en un contexto preciso por actores sociales lo que hace que surja en las fuentes la red, que entoces se vuelve legible a nuestros ojos.¹⁰⁷

Portanto, para se superar as limitações apresentadas, tornou-se fundamental, no caso da presente tese, demonstrar que as redes se constituíam e se ativavam tendo como base projetos sociais – no caso voltados à construção de identidades e de espaços políticos – envolvendo os trabalhadores.

O que se busca, neste estudo, é demonstrar como, através da imprensa operária e da análise de redes, é possível visualizar os contatos, as conexões e as interações realizadas pelas lideranças dos trabalhadores no Amazonas para atuar na constituição de projetos de identidade e na promoção de espaços políticos para tentar estabelecer mudanças nas condições de vida e trabalho do operariado local.

1.4 A imprensa operária no Amazonas e a construção de redes sociais

“Aparece brevemente este jornal, que se destina ao operariado. A sua publicação será eventual, e a sua ação será educativa, indicando aos que trabalham, o Futuro, que a emancipação nos trará, feliz e harmonioso”.¹⁰⁸

“E que melhor vehiculo, sinão a imprensa para fazer conhecido no Universo todo atentado feito às nossas

¹⁰⁶ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 17.

¹⁰⁷ BERTRAND, Michel. De la família a la red de sociabilidade.. Op. Cit., p. 57.

¹⁰⁸ AO OPERARIADO AMAZONENSE. *A Lucta Social* (Suplemento ao n. 1). Manaus, 27/2/1914.

liberdades e aos nossos direitos e justiça a quem merecer?”¹⁰⁹.

“De exclusiva propriedade de uma associação artística tipográfica, órgão defensor das nossas causas, galgando um espaço singello e desembaraçado no cunho das letras, artes, literatura...”¹¹⁰.

“... a Vida Operária, lança-se hoje a luz, como defeza exclusiva do operariado desta terra maravilhosa, prompta para deffender (...) o interesse de uma classe esquecida e velipendiada pelos que nada produzem, a não ser a brutalidade espantosa de augmentar o capital”.¹¹¹

As passagens destacadas acima foram extraídas de parte de um conjunto de jornais¹¹² produzidos e direcionados aos operários do Amazonas, e expressam a forma como se apresentaram no cenário urbano do estado. Da mesma forma como em outros lugares do Brasil, como São Paulo¹¹³, Minas Gerais¹¹⁴, Rio Grande do Sul¹¹⁵ e Ceará¹¹⁶, para ficar somente com alguns exemplos, tornaram-se instrumentos de defesa dos trabalhadores. Ligados ao movimento operário, anarquista, colaboracionista e/ou socialista, veiculavam uma gama variada de informações referentes ao universo do trabalho em contraposição e/ou associação ao mundo burguês.¹¹⁷

Mas o que possibilitou o surgimento da imprensa operária no Amazonas? Impossível não mencionar aqui, mais uma vez, a expansão da economia gomífera e os impactos substanciais que jogaram a região num turbilhão de transformações (sociais, econômicas, políticas e culturais), promovendo uma série de dinâmicas e movimentos que a ligaram ao mundo, expressos em linhas de vapores regulares entre Manaus e Liverpool, por exemplo, como também na apropriação de comportamentos e hábitos europeus.

¹⁰⁹ ENCETANDO A LUCTA. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909.

¹¹⁰ COM LICENÇA... *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 1, 15/11/1891.

¹¹¹ VIDA OPERÁRIA. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 1, 8/2/1920.

¹¹² Ao todo para o período entre 1890 e 1928 os jornais preservados somam 14 títulos, como foi salientado na Introdução. Entretanto é bem provável que tenham existido outros que se perderam no tempo ou que se encontram em algum lugar nos arquivos a espera de alguém para localizá-los.

¹¹³ Ver, entre outros: PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael. *A classe operária no Brasil: 1889-1930 – documentos*. Vol. 1. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979; PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael. *A classe operária no Brasil: 1889-1930 – documentos*. Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹¹⁴ Consultar: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Comportamento operário nas Minas Gerais: Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFGM, Belo Horizonte, 1981.

¹¹⁵ Consultar: JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância...* Op. Cit.

¹¹⁶ Consultar: GONÇALVES, Adelaide, SILVA, Jorge. *A imprensa libertária no Ceará, 1908-1922*. São Paulo: Imaginário, 2000.

¹¹⁷ Contraposição/associação à medida que existiram aproximações e rompimentos com setores da elite econômica e política local no âmbito de conjunturas históricas específicas.

No bojo deste processo, o Amazonas, particularmente a cidade de Manaus, passou por uma forte ampliação e diversificação das atividades socioeconômicas, o que contribuiu para elevar o nível demográfico e interligar mais intensamente a região com outras regiões do Brasil e do mundo. Da mesma forma, esse movimento atraiu mão de obra especializada, em especial os gráficos, e recursos materiais para alavancar a produção de impressos. Como assinalou Pinheiro:

É possível argumentar que a produção periódica no Amazonas só emergiu com vigor, no momento em que, no contexto regional, alguns obstáculos importantes foram sendo lentamente removidos. Tais obstáculos ligavam-se a duas ordens distintas de fatores. Em primeiro lugar, há os de cunho estrutural (...), como o baixo nível demográfico das vilas e cidades e o relativo isolamento geográfico por elas vivido; o caráter tardio e incompleto da penetração da língua portuguesa e a conseqüente incipiência nos índices de letramento e alfabetização, refletindo uma tradição cultural toda ela pautada na ênfase da oralidade como meio prioritário e até mesmo exclusivo de expressão e comunicação entre a população regional. Em segundo lugar, estavam os fatores propriamente técnicos (...), ligados tanto à inexistência de uma mão-de-obra especializada (como mestres tipógrafos, gravadores e impressores), quanto à escassez de recursos financeiros e de matérias-primas necessárias (como papéis e tipos) para a implementação das tipografias. Além do mais, essas carências guardavam uma estreita relação com o caráter incipiente da economia local que, não tendo até então possibilitado a emergência de grandes acumulações, tornava o acesso às tecnologias ligadas à produção jornalística algo bastante dispendioso e quase proibitivo.¹¹⁸

Assim sendo, foram as transformações estruturais pelas quais a região passou – urbanização, industrialização, ampliação do mercado de trabalho, abolição da escravatura e a formação de um mercado de trabalho livre, imigração, etc. –, somadas ao avanço da cultura letrada para além dos círculos das elites tradicionais (alta burocracia, grandes comerciantes e seringalistas), em função do advento e avanço dos setores médios urbanos (advogados, médicos, professores, funcionários públicos e outros), que potencializaram aos “novos” grupos viabilizarem impressos para divulgarem suas ideias, interesses e projetos.

Estas mudanças que atingiram o norte do país ocorreram nas duas últimas décadas do século XIX e início do século XX e fizeram parte de um movimento mais geral, ao qual as principais cidades do país não passaram incólumes, tanto no que tange aos aspectos estruturais quanto ao avanço e difusão da cultura letrada e impressa. Para Cruz, foi nessa época que:

¹¹⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (doutorado em História), PUC/SP, 2001, p. 65-66.

em ritmo acelerado, no compasso de um modo de vida que exporta capitais e invade rapidamente inúmeros espaços do planeta, a história da formação das metrópoles brasileiras multiplica o tempo e a experiência social.¹¹⁹

Tal multiplicação do tempo e da experiência social foi relevante para que os “novos” grupos sociais pudessem invadir o “espaço público”¹²⁰ através da produção, circulação e consumo de jornais. Neste sentido, temáticas ligadas às relações e interações entre os grupos e entre esses e a cidade marcaram presença na imprensa como um todo. Cruz salientou isso quando apontou que:

A cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações.¹²¹

A militância operária se constituiu como um desses grupos que se envolveu na produção de jornais.¹²² No Brasil, a formação dessa classe se intensificou com o advento da urbanização e industrialização. Não obstante, como vários estudos apontaram¹²³, o seu surgimento deve ser pensado menos como uma relação mecânica e automática entre indústria e operário – esse como consequência direta daquela – do que como “fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares”.¹²⁴

Como assinalou Batalha, pode-se falar de formação da classe operária como “um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda manifestação que afirma seu caráter de classe”.¹²⁵ A imprensa operária se apresenta como uma dessas manifestações. Ela foi alvo de estudos, como se falou anteriormente, destacando-se o trabalho pioneiro de Maria Nazareth Ferreira¹²⁶ que assinalou as características desse tipo de imprensa (dificuldades técnicas e financeiras de produção, irregularidade, efemeridade e outros) e sua relevância para

¹¹⁹ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta...* Op. Cit., p. 43.

¹²⁰ Para uma discussão da categoria de espaço público ver o capítulo três desta tese.

¹²¹ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta...* Op. Cit., p. 80.

¹²² MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 39, p. 89-135, jul./dez. 2008.

¹²³ Entre outros: PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a União Operária seja nossa pátria!*”... Op. Cit.; BATALHA, Cláudio. *Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva...* Op. Cit.

¹²⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 17.

¹²⁵ BATALHA, Cláudio. *Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva...* Op. Cit., p. 173.

¹²⁶ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil...* Op. Cit.

a politização do operariado nacional. Além disso, a autora produziu um salutar levantamento, bastante exaustivo para a época, dos jornais espalhados pelas regiões do Brasil desde o último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX. Neste caminho, apontou que:

Apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro. Desse total, 149 títulos encontravam-se no Estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados fora da capital; cem títulos foram editados no Rio de Janeiro, onde apenas sete situavam-se fora da capital; 94 títulos encontravam-se distribuídos por outros Estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná.¹²⁷

Embora tenha deixado de mencionar o Amazonas, o que é compreensível numa pesquisa desse âmbito, a passagem revela que tal tipo de imprensa esteve longe de ser insignificante. Pelo contrário, foi utilizada pelos grupos militantes como veículo de discussão de algumas das principais questões que atingiam os trabalhadores à época (jornada de trabalho de 8 horas, carestia de vida, baixos salários, organização política das categorias, proteção ao trabalho, etc.)¹²⁸, contribuindo inclusive para a elevação de tais temas e posições ao status de “interesse público”. Esse aspecto só é possível observar-se quando se olha o conjunto da imprensa operária e as ligações, as conexões e a circulação de ideias e conteúdos realizados pelos agentes que lhe davam vida, num processo de construção de interações sociais.

Estas ligações, conexões e circulação de ideias foram colocadas em relevo por alguns trabalhos que, embora não tivessem como objetivo específico analisar tais processos a partir da análise de redes sociais, realçaram as trocas de informações¹²⁹ entre militantes, associações e jornais operários de diferentes cidades do país. Um desses estudos, por exemplo, procurou reconstituir a articulação entre as associações de operários do Rio Grande do Sul e os operários organizados do centro do país, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo, por intermédio da imprensa operária, percebendo como essa estabeleceu ligações num dos mais importantes períodos da história do movimento operário brasileiro, os anos entre 1917-1920.¹³⁰

Cabe lembrar que Petersen já havia assinalado a importância de se “cruzar fronteiras”, salientando que esse caminho potencializa a percepção das especificidades regionais sem

¹²⁷ *Ibidem*, p. 14.

¹²⁸ Questões presentes praticamente no conjunto da imprensa operária do Amazonas da Primeira República.

¹²⁹ Bartz, por exemplo, usou termos como “corredor de informações”, “redes de troca”, “rede de contatos” e “rede de informações”. Ver BARTZ, Frederico Duarte. *Solidariedades impressas...* Op. Cit.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 2.

perder de vista os processos mais globais, como se frisou anteriormente.¹³¹ Mas quando mencionou a imprensa operária, a autora foi mais além:

Ainda é possível constatar que alguns aspectos da cultura operária podem ganhar um peso relativo diferente do que decorre de uma análise fragmentada: é o caso da própria importância concedida à imprensa, que provavelmente será redimensionada quando pudermos recompor a rede de sua circulação pelo país.¹³²

Com efeito, atentou-se, em várias regiões do Brasil, inclusive no Amazonas¹³³, para esse aspecto do trânsito de ideias, pessoas e experiências na formação e na expansão dos operários enquanto classe. Neste capítulo, procurou-se justamente assumir este desafio (através da análise de redes sociais, como já foi mencionado), entendendo que a tarefa não é nada fácil, mas promissora para o entendimento da formação da classe operária brasileira, com ênfase no movimento organizado que não a resume mas a compõe¹³⁴, a partir do estudo da imprensa operária manauara.

1.5 Os jornais e os personagens

Certamente não se constitui tarefa fácil obter informações que possibilitem revelar os “rostos” daqueles personagens que se envolveram na idealização e sustentação de jornais operários no Amazonas entre os anos de 1890 e 1928. Pinheiro salientou essa dificuldade:

Se ainda são raras as informações sobre essa imprensa amazonense de trabalhadores, mais difícil ainda tem sido obter informações sobre seus idealizadores e animadores. Quando muito, o expediente dos jornais nos permite saber alguns de seus nomes e como atuavam no interior daquelas folhas (proprietários, diretores ou redatores). Mais ainda: no interior de suas páginas, aparecem muitas matérias e colunas, onde os escritores recorrem ao anonimato, por vezes usando iniciais ou pseudônimos. Por tudo isso, as informações sobre suas existências geralmente são fragmentárias ou mesmo inexistentes.¹³⁵

Por conta da escassez de informações, do caráter fragmentário e esparso da documentação histórica, o que não chega a ser uma grande surpresa para quem se propõe a

¹³¹ PERTERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras... Op. Cit., p. 134.

¹³² Ibidem, p. 135.

¹³³ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imigração, trabalho e imprensa em Manaus, 1890-1928... Op. Cit.

¹³⁴ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, p. 92, dez./1997.

¹³⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A pena e a forja: jornais de trabalhadores no Amazonas no século XIX. *Revista Esboços*. Florianópolis, vol. 21, n. 31, p. 261, agosto de 2014.

fazer uma “história vista de baixo”, uma vez que estudiosos da área já haviam alertado para esse problema¹³⁶, revelou-se árdua a tentativa de identificar quem eram tais personagens.

Para isso, foram realizados alguns procedimentos. Num primeiro momento, buscou-se identificar, através da imprensa operária que se coloca como base fundamental da pesquisa, os personagens que compunham os grupos responsáveis por ela, como editores, redatores e aqueles que faziam parte de diretorias de associações e/ou de partidos operários criados e cujos jornais eram porta-vozes. De posse dos nomes dos personagens, uma gama maior de documentos foi consultada¹³⁷ para obtenção de informações que pudessem revelar minimamente a composição social dos grupos que estavam por trás dos jornais, e dentro do possível, suas profissões e atividades. Em seguida, buscou-se agrupá-los em torno de alguns periódicos que animavam (claramente naqueles onde foi possível identificá-los) seguindo uma linha cronológica crescente (1890-1928).¹³⁸ Não resta dúvida, portanto, que o presente trabalho se foca, como foi dito acima, no âmbito da militância operária.

Sendo assim, a variação para mais e/ou para menos das informações coletadas resultaram em textos de “extensões” diferentes para cada personagem, alguns maiores e outros menores. Neste último caso, conseguiram-se apenas informações básicas e muitas vezes genéricas. Em outros, não foi possível nem traçar um perfil básico, pois nada foi encontrado, a não ser o nome do indivíduo. Como foi observado nas páginas anteriores, localizar socialmente os personagens que estavam por trás dos jornais é fundamental para uma melhor percepção dos interesses que vão se manifestar nos textos publicados nos periódicos.

1.5.1 Os grupos por trás dos jornais: composição social

Num primeiro momento dois nomes se destacaram: J. H. de Souza e A. J. Ferreira da Silva. Eles estavam ligados ao setor comercial e eram os responsáveis pelo jornal denominado

¹³⁶ Ver, entre outros: SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62; HOBBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: *Ibidem. Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹³⁷ Os documentos consultados foram jornais ligados à imprensa em geral – *Correio do Norte* (1906-1912), *Amazonas Commercial* (1899), *A Federação* (1896-1898), *A Capital* (1917-1918), *Quo Vadis?* (1902-1903), *Imparcial* (1918), *Correio do Purus* (1904) e *Commercio do Amazonas* (1870-1898) –, ao Estado – *Diário Oficial* (1893-1900), além de *Mensagem Legislativa* lida perante a Assembleia Legislativa da 2ª sessão extraordinária da 11ª legislatura pelo Exmo. Des. César do Rego Monteiro em 20/2/1924.

¹³⁸ Esse procedimento já foi realizado por TOLEDO, Edilene Teresinha. Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. *Cadernos AEL*. Campinas/SP, n. 8/9, p. 89-115, 1998; CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (doutorado em História), FFCH/UFBA, Salvador, 2008.

O Restaurador, que circulou no Amazonas no ano de 1890 e se autointitulava órgão da classe caixeiral.¹³⁹ Nos arquivos consultados só o primeiro número do periódico foi encontrado.

IMAGEM 1

Jornal *O Restaurador* (número 1)



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

Não se conseguiram informações mais detalhadas sobre estes dois personagens em outros documentos. Mas foi possível observar na folha que eles a animavam. Em primeiro lugar, J. H. de Souza nela atuou escrevendo poesias, como a destinada à morte de Camilo Castelo Branco, um influente escritor português que, em virtude de ter contraído uma doença nos olhos, irreversível e que gradativamente foi lhe tirando a visão, entrou em depressão e cometeu suicídio em junho de 1890.¹⁴⁰ Esse episódio ocorrido em solo português, e retratado por Souza em forma de poesia, indica dois elementos importantes: a ligação com o seu país (revelando sua origem portuguesa) e o conhecimento que tinha de acontecimentos externos. Além disso, o título do periódico, *O Restaurador*, pode ser considerado revelador da sua posição política num momento em que o regime monárquico foi substituído pelo republicano

¹³⁹ *O RESTAURADOR*. Manaus, ano I, n. 1, 22/6/1890.

¹⁴⁰ Consultar: CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho, 1988.

em 1889, como já havia assinalado Pinheiro.¹⁴¹ Sobre A. J. Ferreira da Silva, nada foi encontrado.

Se, por um lado, uma parcela da militância operária amazonense, particularmente frações atuantes no comércio da região desde o Império, nutria um posicionamento de restauração monárquica, por outro, alguns comerciantes e gráficos, em especial os tipógrafos, criaram, com a mudança de regime, uma expectativa de ampliação da participação política e, conseqüentemente, da construção de espaços que possibilitassem alterar as condições sociais e materiais de existência dos trabalhadores. Este foi o caso de quatorze personagens, os quais, animados com a possibilidade aberta pelo novo regime, formaram um grupo que decidiu lançar o jornal *Gutenberg* no segundo aniversário da República. Sobre a data escolhida, o coletivo assim se expressou:

Esta data, na ampulheta do tempo é inapagável e, na senda da política moralizada ella é, então – sublime e toda republicana.

É d'entre as letras acima fluctuantes que, veio de juntarem-se dois acontecimentos na historia revolucionaria: a proclamação da República no Brazil e o apparecimento do Guttemberg na Imprensa do Amazonas.

O dia de hoje, devéras, não passará dessapercebido para os incansáveis populares de 1889, aquelles que, prasenteiros o abrilhantavam de palmas e de risos pomposamente festivaes.

A redacção d'este periódico, vivamente de jubilo, commemora e assignala a proeminente data do 2º anniversario da Republica brasileira.¹⁴²

Portanto, o novo regime implantado era visto por eles como um acontecimento “revolucionário”, “sublime” e “inapagável”, assim como também seria o surgimento do *Gutenberg*, um dos primeiros jornais operários a circular no cenário urbano local.¹⁴³ A criação de uma associação e de um partido operário nesses primeiros anos da República só revela o desejo que o grupo possuía de participação política e intervenção social.¹⁴⁴ Enfim, pode-se dizer que, nesse caso, foi criado um tripé (jornal, associação e partido operário), o qual denota o esforço que se mostrará constante ao longo da Primeira República de construção de espaços políticos pelos militantes, nesse caso os socialistas, processo que será analisado no terceiro capítulo da tese, assim como a expectativa otimista em relação ao novo regime, que foi muito comum entre os socialistas e outros reformistas da época.

¹⁴¹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imigração, Trabalho e Imprensa em Manaus, 1890-1928...* Op. Cit.

¹⁴² SALVE – 15 DE NOVEMBRO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 1, 15/11/1891.

¹⁴³ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto, PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: EDUA, 2004, p. 11.

¹⁴⁴ INDEPENDÊNCIA. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 19, 1/5/1892.

IMAGEM 2

Jornal Gutenberg (números 1 e 25)



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

Antes de identificar os personagens que formavam o grupo em torno do *Gutenberg*, é importante apontar que esse impresso teve duas fases: uma ligada aos gráficos¹⁴⁵ e outra à diretoria do partido operário que logo surgiu.¹⁴⁶ Não houve, nessa passagem, uma mudança significativa de conteúdo, que era basicamente relacionado à instrução educacional e à organização das categorias profissionais em associações e em torno do partido operário (na primeira fase se discutiu a sua criação; na segunda, a ampliação de suas bases). Entretanto, houve uma ampliação de seu alcance, pois, como porta-voz do partido, o jornal passou a se direcionar ao conjunto das categorias de trabalhadores.

Neste sentido, e considerando as duas fases em conjunto, visando não repetir os nomes, pois o grupo era o mesmo, saltaram aos olhos os personagens Raymundo Pinto de Vasconcelos (redator e 1º Secretário do partido), Izidoro Vieira (redator e 2º Secretário), Francisco Alves Medeiros, Vicente L. de Paula Galvão e Antônio Leão (todos mencionados como redatores e membros do Conselho de Diretores do partido), Marcellino da Exaltação Fernandes (redator e orador), Joaquim Carvalho (Presidente), João Diniz Gonçalves Pinto

¹⁴⁵ GUTENBERG. Manaus, ano I, n. 1, 15/11/1891.

¹⁴⁶ GUTENBERG. Manaus, ano I, n. 19, 1/5/1892.

(Vice-Presidente), José Gonçalves Dias (Tesoureiro), J. A. de Figueiredo Castro, Gervásio Jorge dos Reis e Joaquim Pinto dos Santos (Membros do Conselho de Diretores).

Objetivando melhor organizar o texto, partiu-se dos personagens com mais informações adquiridas. João Diniz de Carvalho Pinto (Vice-Presidente do Partido Operário), por exemplo, era comerciante.¹⁴⁷ Relacionava-se com os principais nomes da política regional desse período, como Heliodoro Balbi¹⁴⁸, com quem mantinha contato e em momentos especiais acompanhava.¹⁴⁹ Através de um inventário publicado no jornal *Amazonas Commercial* percebeu-se que vivia com algum conforto. Isto ficava mais evidente quando algumas de suas viagens tornavam-se públicas, como aquela em que se deslocou para Belém no vapor nacional “Perseverança”, em 1º classe, no dia 22 de maio de 1900.¹⁵⁰

José Gonçalves Dias (Tesoureiro do Partido Operário) era comerciante e dono de alfaiataria.¹⁵¹ Em 1903, apareceu, juntamente com Jonathas Pedrosa, Sérgio Pessoa, Antônio Guerreiro Antony, Francisco Xavier da Costa e outros, apoiando os seguintes nomes: Afonso Pena – Presidente; José da Costa Azevedo – Senador; Manuel Machado – Deputado Federal; Gregório Thaumaturgo de Azevedo – Deputado Federal e Henrique Ferreira Penna de Azevedo – Deputado Federal.¹⁵² Foi membro da Guarda Nacional¹⁵³ e Juiz Municipal do Comércio¹⁵⁴ por volta de 1906. Tornou-se parlamentar em 1910 pelo Partido Republicano Federal.¹⁵⁵ No mesmo ano, fez parte da comissão de verificação de poderes, juntamente com Adelino Costa e José Duarte Sobrinho, quando foi veemente criticado.¹⁵⁶

Já Raymundo Pinto de Vasconcelos (1º Secretário do Partido Operário e redator do jornal) era também ligado ao Partido Republicano Federal, atuando inclusive na diretoria da

¹⁴⁷ JUNTA COMMERCIAL – ELEIÇÃO. *Diario Officcial*. Manaus, ano VIII, n. 2018, 12/12/1900.

¹⁴⁸ Nasceu em 16 de fevereiro de 1876. Formou-se em Direito em Pernambuco. Regressando ao Amazonas, prestou concurso como professor de Literatura no Ginásio Amazonense, passando a desenvolver atividades no magistério, na advocacia e no jornalismo. Atuou ainda como político elegendo-se deputado federal. Pela postura “combatente”, seu diploma não foi reconhecido na Câmara Federal. Desiluiu-se pelas adversidades presentes no campo político, deslocando-se para o Acre aonde veio a falecer em 26 de novembro de 1919. BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus: Fundo Editorial da ACA, 1985, p. 229-232.

¹⁴⁹ CORREIO DO NORTE. Manaus, ano I, n. 51, 21/3/1906.

¹⁵⁰ BELÉM. *Amazonas Commercial*. Manaus, ano VI, n. 1628, 26/5/1900.

¹⁵¹ COMMERCIO DO AMAZONAS. Manaus, ano 31, n. 271, 31/8/1899; A FEDERAÇÃO. Manaus, ano III, n. 365, 9/1/1896.

¹⁵² AOS NOSSOS CORRELIGIONÁRIOS E AMIGOS. *Quo Vadis?* Manaus, ano II, n. 42, 9/1/1903.

¹⁵³ CORREIO DO NORTE. Manaus, ano I, n. 103, 22/5/1906.

¹⁵⁴ CORREIO DO NORTE. Manaus, ano I, n. 53, 23/3/1906.

¹⁵⁵ POLÍTICA AMAZONENSE. *Correio do Norte*. Manaus, ano III, n. 585, 8/1/1911.

¹⁵⁶ A crítica foi direcionada ao reconhecimento, por parte da Comissão de Verificação de Poderes, de Raymundo Affonso de Carvalho como deputado estadual, acusado de ser responsável pela miséria e ruína do povo amazonense. 40 MINUTOS. *Correio do Norte*. Manaus, ano I, n. 349, 1/2/1910.

agremiação como suplente (Diretório Central).¹⁵⁷ Assim, possuía estreitas ligações com José Gonçalves Dias e seu círculo político mais tradicional.

Acerca de Vicente L. de Paula Galvão (membro do Conselho de Diretores do Partido Operário e redator do jornal) foi encontrado um dado interessante, presente em artigo que ele elaborou e publicou no *Gutenberg*, revelador de sua atividade profissional. Ele era tipógrafo e, como tal, se empenhou em direcionar uma fala conclamando a categoria ao processo organizativo¹⁵⁸, como se verá mais adiante.

Sobre Marcellino da Exaltação Fernandes (Orador do Partido Operário e redator chefe do *Gutenberg* – 2º fase) obteve-se apenas informações ligadas à tutoria de menores. Pelo menos quatro nomes emergiram sob sua tutoria, Lychia e Almerinda Campello, Antônio e Theodoro Raposo.¹⁵⁹ Ainda nesse âmbito de escassos testemunhos documentais encontram-se Antônio Leão, Joaquim Pinto dos Santos (ambos eram membros do Conselho de Diretores do Partido Operário) e Izidoro Vieira (2º Secretário do Partido Operário e redator do jornal).¹⁶⁰ Certamente também faziam parte da categoria dos empregados no comércio ou dos gráficos, no primeiro caso talvez com um importante lugar na hierarquia administrativa. O próprio Izidoro Vieira elaborou artigos direcionados ao comércio em geral.¹⁶¹

Infelizmente não foi encontrada sequer uma pista acerca do trabalho e da vida de Joaquim Carvalho (Presidente do Partido Operário), J. A. de Figueiredo Castro, Gervásio dos Reis e Francisco Alves Medeiros (esses três últimos membros do Conselho de Diretores do Partido Operário).¹⁶² Entretanto, tais personagens estiveram presentes, juntamente com os anteriores, no cenário político regional e, mais especificamente, na organização dos operários, comungando de muitas ideias e ações que buscaram divulgar e defender através da folha que dinamizavam.

É interessante observar que a formação e a composição do grupo eram dinâmicas, influenciadas por uma conjuntura específica. A incorporação de dois personagens após o “empastelamento”¹⁶³ do *Gutenberg* e o aparecimento do *Operário*, que foi criado para sucedê-lo, atesta isso. O cenário que ajuda a entender tal episódio repressivo se refere à crise política de âmbito nacional, a qual teve desdobramentos em diversas regiões do país, após a iniciativa

¹⁵⁷ *CORREIO DO NORTE*. Manaus, ano I, n. 53, 23/3/1906.

¹⁵⁸ *MOVIMENTO TYPOGRAPHICO*. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 1, 15/11/1891.

¹⁵⁹ *DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano I, n. 23, 14/12/1893.

¹⁶⁰ *DIRECTORIA DO PARTIDO OPERÁRIO*. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 25, 1/7/1892.

¹⁶¹ *PREVENÇÃO AO COMMERCIO*. *Quo Vadis?* Manaus, ano I, n. 8, 27/11/1902.

¹⁶² *DIRECTORIA DO PARTIDO OPERÁRIO*. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 25, 1/7/1892.

¹⁶³ Aqui o termo significa um processo de invasão a uma gráfica e/ou redação de um jornal com o objetivo de parar as suas atividades.

mal sucedida, levada a cabo pelo Marechal Deodoro da Fonseca, de tentar fechar o Congresso Nacional.¹⁶⁴

No Amazonas, a crise se materializou em função de Thaumaturgo de Azevedo, governador eleito de forma indireta (por intermédio de um Congresso Constituinte, em 27 de junho de 1891¹⁶⁵) e com forte influência e sustentação de setores militares “deodoristas” em oposição à candidatura de Eduardo Ribeiro, apoiada por importantes grupos da elite local e “florianistas”¹⁶⁶, ter apoiado a tentativa de golpe do Marechal. Quando Floriano Peixoto assumiu o executivo federal, Azevedo se negou a entregar o cargo, o que somente aconteceu em 26 de fevereiro de 1892, após o novo presidente ter enviado oficiais para consumir a destituição do referido governante. Em seu lugar assumiu Eduardo Ribeiro que ficou no governo por quatro anos.¹⁶⁷ Esses eventos políticos demonstram os conflitos internos existentes na elite política local, a ligação desses com o governo central e, nos anos iniciais da República, a dinâmica para a sua consolidação e definição de seus contornos políticos.

O *Gutenberg* passou a circular nesses anos de instabilidade e crise política, em especial quando Thaumaturgo de Azevedo ainda conduzia o Estado. Ao que parece, os militantes em torno dessa folha eram simpáticos ao governo deste. Com a sua destituição, passaram a tecer críticas a Eduardo Ribeiro, o qual tomou medidas fortes, suspendendo a publicação do jornal. De acordo com Pinheiro, o periódico acusou “Eduardo Ribeiro e seu grupo político de serem ‘democratas sem cotação’, de se aliançar com antigos inimigos, outrora chamados de ‘bandidos, traidores e miseráveis’”.¹⁶⁸

Esses militantes, agora aglutinados ao redor do *Operário*, viram tal episódio como uma “suspensão” da liberdade de imprensa e os motivos alegados por Eduardo Ribeiro – como o de que as críticas atacavam sua honra pessoal¹⁶⁹ –, frágeis para justificar a medida. No lançamento do seu primeiro número, no primeiro artigo, intitulado “Reapparecemos”, ficou bem visível o “clima” desse momento:

¹⁶⁴ SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: nasce a República (1888-1894)*. São Paulo: Editora Três, 1975, p. 97-103.

¹⁶⁵ Instalado em 1º de junho de 1890, após 16 dias de trabalho e em Sessão Solene de 27 de junho de 1891, além da nomeação do governador, promulgou a primeira Constituição Política Republicana do Amazonas. Ver FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Tese (doutorado em Ciências Econômicas), IE/UNICAMP, São Paulo, 2005, p. 149.

¹⁶⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A pena e a forja: jornais de trabalhadores no Amazonas no século XIX. *Revista Esboços*. Florianópolis, vol. 21, n. 31, p. 270, agosto de 2014.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 159-160.

¹⁶⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte...* Op. Cit., p. 143.

¹⁶⁹ REAPPARECEMOS. *Operário*. Manaus, ano I, n. 1, 12/12/1892.

O reaparecimento do órgão das classes operárias, sob o nome “Operário” não é, por certo, um facto que cause surpresa no seio da opinião. Os graves acontecimentos que se desdobraram no nosso meio e motivaram a suspensão de publicação dos jornaes desta capital, excepção feita do órgão official, e outros factos da mesma ordem incoherentes e contra-ditórios com os propósitos d’aquelles que lhe deram causa justificarão por si sós o nosso procedimento actual, da apparencia destoante dos motivos da nossa retracção desde outubro deste anno.¹⁷⁰

Com efeito, nas páginas do novo impresso as criticas ao governo estadual não cessaram, pelo contrario, ficaram mais fortes, com publicações de artigos que o qualificavam de “Terror”.¹⁷¹ Tempos depois deixou de ser publicado, provavelmente alvo de perseguição e novo empastelamento, o que significaria, no caso, uma desagregação do grupo. Embora não se possa fundamentar tal hipótese, a inexistência de informações nos anos subsequentes sugere esse processo de desarticulação.

IMAGEM 3
Jornal Operário (número 2)



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

¹⁷⁰ REAPPARECEMOS. *Operário*. Manaus, ano I, n. 1, 12/12/1892.

¹⁷¹ SECÇÃO LIVRE – GOVERNO DO TERROR. *Operário*. Manaus, ano I, n. 1, 12/12/1892.

Por outro lado, com relação à composição do grupo, é possível verificar que novos personagens foram incorporados nesse segundo momento em torno do *Operário*. Eram eles: Thomaz de Medeiros Pontes e Antônio Augusto Santos Porto. O primeiro era tenente¹⁷² e desenvolveu atividades como 2º suplente de Juiz Municipal e de Comércio do 2º distrito judiciário de Manaus e também como chefe da Repartição de Terras em 1896.¹⁷³ Em 1899, já como 1º tenente reformado, tornou-se comandante do vapor “Barés”, por meio do qual entrava em contato com outras regiões. O segundo era tenente e advogado. Exerceu o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos de Maués, sendo exonerado no ano de 1896 por problemas políticos.¹⁷⁴

Pode-se dizer que este grupo (considerando aqui os personagens ligados ao *O Restaurador*, *Gutenberg* e *Operário*), em que pese os posicionamentos diferentes frente ao regime vigente, foi um dos primeiros a se articular em favor dos operários no Amazonas. Não obstante, as informações levantadas sobre cada um deles, se olhadas em conjunto, produzem algumas interrogações. Como explicar a presença de comerciantes, militares, advogados e donos de oficinas, juntamente com tipógrafos, fazendo parte do grupo de sustentação do *Gutenberg/Operário*? Além disso, o que explica esse “vanguardismo” dos caixeiros e gráficos no Amazonas?

Sobre o “vanguardismo” dos gráficos e caixeiros, esse não foi uma peculiaridade do Amazonas. Pelo contrário, tais categorias assumiram essa posição em diversas regiões do país e do mundo. Sobre os gráficos, por exemplo, Hardman e Leonardi apontaram que:

teriam, assim, tanto em Manaus como em todos os centros, maiores ou menores, pelas próprias características do seu ofício, um papel pioneiro na aglutinação da vanguarda operária, através da imprensa classista e do sindicalismo combativo.¹⁷⁵

As referidas características do ofício eram: a alfabetização (controle normativo da leitura e da escrita), o domínio da técnica e o acesso direto a máquinas e equipamentos tipográficos.¹⁷⁶ A primeira permitia aos gráficos, em especial aos tipógrafos, que entrassem em contato com as correntes de pensamento responsáveis por “modelos esquemáticos” elaborados para entender o mundo e o funcionamento das sociedades. Certamente esse

¹⁷² A *FEDERAÇÃO*. Manaus, ano III, n. 457, 6/5/1896.

¹⁷³ *DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano IV, n. 651, 23/2/1896.

¹⁷⁴ *SECÇÃO LIVRE – GOVERNO DO TERROR*. *Operário*. Manaus, ano I, n. 1, 12/12/1892.

¹⁷⁵ HARDMAN, Francisco Foot, LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global, 1982, p. 315.

¹⁷⁶ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imprensa e mundos do trabalho na Belle Époque manauara. XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. João Pessoa, 2003, p. 3.

entendimento caminhava ao lado do desejo de intervenção social e, no caso da militância, uma intervenção que resultasse em melhorias de vida e trabalho através de projetos políticos que promovessem ações com tal finalidade. Já a segunda e a terceira deram possibilidade à categoria de se lançar na publicação de jornais, por onde divulgavam e defendiam suas leituras acerca da sociedade, seus projetos políticos e suas ações organizativas. Com efeito, tais aspectos, presentes também no Amazonas, contribuíram para que os gráficos assumissem uma posição pioneira no processo de organização dos operários.¹⁷⁷

Da mesma forma, os caixeiros dominavam as letras e também os números. Com isso, não deixaram de ter acesso às informações comerciais importantes que circulavam em seus locais de trabalho. Cabe assinalar que essas informações não se restringiam somente aos conhecimentos de produtos e publicidade, pelo contrário, abarcavam também as discussões realizadas sobre as condições de trabalho da categoria, jornada, instrução educacional e outros. O resultado desses conteúdos e discussões foi uma atuação ativa dos caixeiros no Rio de Janeiro¹⁷⁸, Bahia¹⁷⁹, Pernambuco¹⁸⁰, para ficar em alguns exemplos. Portanto, esses operários qualificados, caixeiros e gráficos, tiveram um papel importante na organização da classe operária no Amazonas, mas também em outras regiões do país.

No que tange à composição pluriclassista (comerciantes, militares, advogados, gráficos e grupos políticos e de elite) do grupo do *Gutenberg/Operário*, é necessário, para entendê-la, assinalar que o mundo do trabalho, nos primeiros anos da República, assumiu um formato específico de um “conjunto indiferenciado”, um “grande bloco”, ainda “indiviso”, composto de setores do patronato, políticos e operários qualificados (no caso os gráficos, especialmente tipógrafos), onde a distância social e de interesses era ainda pequena, proporcionando a formação de alianças e grupos como os citados no início do parágrafo. Nesse momento, como salientou Loner, tal configuração do mundo do trabalho se deu em várias regiões do país.¹⁸¹ Castellucci, por exemplo, demonstrou que o Centro Operário da Bahia era uma entidade que reunia uma variedade de operários e patrões (artesãos, empreiteiros, mestre de obras, proprietário de oficinas, industriais, etc.), com enorme

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Por exemplo: POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

¹⁷⁹ Consultar: SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDFBA, 2009.

¹⁸⁰ Consultar: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Tese (doutorado em História), PPGH/UEFS, Recife, 2011.

¹⁸¹ LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias no Rio Grande do Sul no início da República. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 17, n. 31, p. 111-143, jul./2010.

capacidade de mobilização e potencialidade eleitoral, a ponto de se tornar uma “máquina política eleitoral”.¹⁸²

Todavia, o grupo *Gutenberg/Operário* demonstra que existia uma aspiração de participação política em consonância com os instrumentos vigentes (partido, eleições e voto) e em articulação com as associações operárias existentes. O momento era de cisão e tensão entre as oligarquias locais, sobretudo por força das instabilidades políticas nacionais, que as forçaram a buscar legitimação mediante a ampliação de suas bases de apoio. Nesse quadro, os militantes socialistas, agindo em “bloco”, encontraram uma forma de inserção e participação política, atuando junto aos operários e ao grupo de forças “progressistas” ligadas ao candidato e depois governador Thaumaturgo de Azevedo. A finalidade desse grupo era, através de “candidaturas operárias” ou “candidaturas apoiadas pelos operários”, conquistar e assegurar, pela via parlamentar, leis que mudassem substancialmente as condições de trabalho e vida dos trabalhadores. Informados pela história de luta do socialismo internacional, que balizava o processo organizativo e as ações políticas desse grupo, as alianças interclassistas pareciam toleráveis e vistas até mesmo como uma forma de ampliar apoio e força política. Poderiam, contudo, ter efeito contrário, como demonstrou Oliveira para o caso da Capital Federal. Segundo o autor:

O caso do Partido Operário de Vinhaes (...) tinha a pretensão de ser um partido de aproximação entre o governo provisório republicano e o operariado em formação.

(...)

Essa aproximação (...) ao mesmo tempo que reconhece que as classes trabalhadoras têm demandas específicas no conjunto da sociedade, contém a preocupação do governo federal em ampliar suas bases de apoio. As tentativas de fazer do operariado “massa-de-manobra” evidenciam o peso atribuído pelos “cabeças da política” à classe, na medida em que consideram o poder dos trabalhadores ainda que restrito, como desestabilizador ou ao contrário capaz de sustentar planos de governo.¹⁸³

De todo o modo, os animadores do *Gutenberg* perceberam a possibilidade de articulação com o grupo do então governador do Amazonas Thaumaturgo de Azevedo, o qual, por outro lado, buscava ampliar sua base para sustentar seus projetos políticos. Não deu certo!

¹⁸² CASTELLUCCI, Aldrin. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919). *Revista de História*, n. 162, p. 205-241, 1º semestre de 2015.

¹⁸³ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2003, p. 98.

Como se viu, Azevedo foi obrigado a se afastar e Ribeiro, criticado, fechou os canais de diálogo, partindo para a repressão explícita.

Em que pese os estudos terem demonstrado que tal caminho, nas viciadas eleições da Primeira República brasileira, quando o controle do sistema eleitoral por parte dos grupos hegemônicos e as fraudes eram fortes e constantes, mostrava-se bastante limitado, essa percepção ainda não compunha o “horizonte de expectativas” dos socialistas que viveram aquele período “nos termos de sua própria experiência”¹⁸⁴, especialmente no início de um novo regime onde outros setores se abriam para alianças, como foi o caso do Amazonas naquele momento.¹⁸⁵ Cabe ressaltar que tais aproximações e articulações com outros grupos sociais por parte do movimento operário aconteceram no estado não somente nesses anos de 1891/92, mas no decorrer de toda a Primeira República, porém com características diferentes, como se verá no caso do *Confederação do Trabalho*.

Entre os anos de 1908 e 1909 emergiram dois grupos de militantes, particularmente em torno dos jornais *Tribuna do Caixeiro* e *Confederação do Trabalho*. Com relação ao primeiro impresso, que circulou nos anos de 1908 e 1909, as questões levantadas tinham um caráter específico, ligado ao universo próprio dos caixeiros e envolvendo o comércio. Neste sentido, apareceram em suas páginas temáticas ligadas às tarifas aduaneiras, ao descanso dominical, ao fechamento das portas do comércio às 6 horas da tarde, à instrução, à importância da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, à solidariedade, entre outros.¹⁸⁶ Não se pode deixar de apontar que esses temas eram colocados em pauta para serem discutidos entre os militantes que representavam os empregados do comércio (AECA), os representantes dos patrões (ACA) e o poder público. Provavelmente por isso, esse grupo não apresentava ideias radicais de transformação da sociedade, pelo contrário, através do exercício de uma pressão moral, sobretudo através do jornal, buscava diálogo e colaboração, podendo ser denominado de colaboracionista.¹⁸⁷

¹⁸⁴ Aqui se faz alusão a Edward Thompson quando ele assinala que as aspirações de um grupo são válidas nos termos de sua própria experiência. Ver THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*, vol. 1 (A árvore da liberdade), 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

¹⁸⁵ Para outro caso semelhante, consultar: CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República...* Op. Cit.

¹⁸⁶ Conteúdos que serão alvos de reflexão nos capítulos 2 e 3.

¹⁸⁷ Aqui os colaboracionistas são entendidos como aqueles que, diferentemente dos socialistas que visavam à transformação estrutural da sociedade (nesse caso específico os animadores do *Gutenberg* e do *Operário*), exerciam apenas pressões morais para modificar situações de trabalho pontuais. Essa classificação se mostrou plausível e foi retirada de OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente...* Op. Cit., p. 75.

IMAGEM 4

Jornal Tribuna do Caixeiro (número 33)



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

Entre os personagens por trás do periódico podem ser mencionados Raymundo Alves Tribuzy (fundador e Presidente da Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas e diretor do jornal), Mauri Samuel Marrache (1º Secretário), Abel da Costa Mendes (2º Secretário), Simon Horner (Tesoureiro) e José de Souza Guimarães (Adjunto-Tesoureiro). Como diretores-redatores Antônio Vasconcellos, José Jorge Vieira, José Nunes de Lima, J. Anthero de Sá, Virgílio Xavier de Souza e Jayme Ferreira Ramos.

Sobre Mauri Samuel Marrache, Abel da Costa Mendes, J. Anthero de Sá e Jayme Ferreira Ramos nada foi encontrado. Já a respeito de Simon Horner, descobriu-se que era austríaco e trabalhava como leiloeiro.¹⁸⁸ José de Souza Guimarães desenvolveu atividades como Agente da Vitalícia Pernambucana, Sociedade Mútua de Pensões Vitalícias.¹⁸⁹ Antônio

¹⁸⁸ CORREIO DO NORTE. Manaus, ano III, n. 717, 15/6/1911.
¹⁸⁹ CORREIO DO NORTE. Manaus, ano III, n. 590, 14/1/1911.

de Vasconcellos e Virgílio Xavier de Souza eram empregados no comércio¹⁹⁰ e José Jorge Vieira, Juiz de Órfão na capital (na qualidade de 3º suplente).¹⁹¹

Dois nomes se destacaram. O primeiro, José Nunes de Lima, proprietário da Fábrica MIMI.¹⁹² Além de industrial, era também comerciante e encarregado do Consulado do Equador em Manaus.¹⁹³ O segundo, Raymundo Alves Tribuzy, era maranhense e ajudou a fundar em sua cidade natal o Centro Caixeiral (1890). Portanto, chegou a Manaus com alguma experiência no processo de organização dos caixeiros. Era também guarda-livros. Na capital do Amazonas, além de ter ocupado por mais de uma vez a Presidência da Associação dos Empregados do Comércio, foi professor (sem remuneração) de Português e Escrituração Mercantil na escola da Associação.¹⁹⁴ Sobre Raymundo Alves Tribuzy, Moura apontou que:

Foi sócio fundador da AECA, que veio a Manaus em 1903, com uma intensa experiência em associações mutualistas. Assumiu na AECA os cargos de presidente da Assembleia Geral (1907, 1911, 1912 e 1913) e de presidente da Diretoria (1909, 1910 e 1915). Além de ter sido sócio-gerente do jornal Tribuna do Caixeiro, vinculado a AECA (...).

Contudo, Tribuzy (...) foi um cidadão bastante envolvido em atividades sociais elitizadas que se aproximavam dos ideais de ascensão social projetado...¹⁹⁵

Além de Tribuzy, outros que estiveram ao seu lado e/ou a frente da AECA e do referido impresso também procuraram se inserir em colaborações e práticas e atividades elitizadas que fizeram parte do projeto de construção identitária dos caixeiros, o qual será discutido no capítulo dois desta tese.

Já o grupo que se articulou em torno do jornal *Confederação do Trabalho*¹⁹⁶ buscou atuar e influenciar de forma mais contundente os operários. Em 1909, ano de circulação do periódico, traçou como duas de suas principais metas a articulação com setores presentes nos municípios do interior do Amazonas e a sustentação de nomes de candidatos a cargos eleitorais.¹⁹⁷

¹⁹⁰ A *CAPITAL*. Manaus, ano I, n. 98, 23/11/1917; *IMPARCIAL*. Manaus, ano I, n. 288, 14/10/1918.

¹⁹¹ *CORREIO DO NORTE*. Manaus, ano IV, n. 914, 11/2/1912.

¹⁹² *CORREIO DO NORTE*. Manaus, ano III, n. 696, 21/5/1911.

¹⁹³ A *CAPITAL*. Manaus, ano I, n. 26, 10/8/1917.

¹⁹⁴ A *CAPITAL*. Manaus, ano II, n. 304, 22/5/1918.

¹⁹⁵ MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2013, p. 51.

¹⁹⁶ Desse jornal, ao que se saiba, existem preservados três números: n. 1 de 14/11/1909; n. 2 de 28/11/1909 e n. 3 de 25/12/1909. Todos, ano I.

¹⁹⁷ Esses dois pontos encontram-se praticamente nos três números do jornal. Porém, apresenta-se mais incisivamente no n. 2 (28/11/1909).

IMAGEM 5

Jornal *Confederação do Trabalho* (número 2)

Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

No primeiro caso, a partir da estrutura criada com o surgimento da Confederação do Trabalho – os cargos da diretoria (Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Tesoureiro), na capital e no interior, assim como o processo de inclusão de trabalhadores como associados¹⁹⁸ –, uma dinâmica de incorporação foi implementada com vistas a trazer para sua influência setores economicamente e politicamente importantes dos municípios do interior do Amazonas. Este processo pôde ser observado através dos inúmeros ofícios enviados a comerciantes, donos de seringais e políticos de peso que recebiam a notícia de que foram eleitos para algum cargo da referida entidade em seus respectivos municípios, como fica visível, por exemplo, em um desses documentos publicados no jornal:

Humayta, 8 de março de 1909.
Exmo. Sr.

¹⁹⁸ A *Confederação do Trabalho* procurou se inserir em setores significativos do operariado, em especial no de serviços urbanos como, por exemplo, os operários da Manaós Harbour (empresa inglesa que por concessão administrava os serviços portuários da cidade). NOTÍCIAS IMPORTANTES e BOLETIM. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 2, 28/11/1909.

Accusando a recepção do officio de v. exc. datado de 25 do passado, pelo qual tive sciencia da immerecida honra com que o conselho supremo da confederação do Trabalho do Estado do Amazonas distinguiu minha humilde e obscura pessoa, elegendo-me presidente do comitê da mesma confederação neste município, apresso-me em agradecer a escolha que tanto me honra e confunde, e, ao mesmo tempo, apresentar a minha demissão desse cargo, por motivo que aqui ninguém desconhece o meu precário estado de saúde. Prevaleço-me da oportunidade para testemunhar a v. exc. e a essa humanitária corporação os meus votos de consideração e respeito. Deus guarde V.E.

Ilmo. Exmo. Paulino Montenegro Toscano do Britto, presidente da confederação do trabalho do Estado do Amazonas.

Anselmo Joaquim Barbosa Tinoco.¹⁹⁹

Além de evidenciar a dinâmica de incorporação estabelecida pela Confederação do Trabalho (os officios foram enviados para vários municípios²⁰⁰ e atribuíam aos “escolhidos” diferentes cargos da diretoria), o officio citado acima indicou uma rejeição ao cargo, justificada nessa situação específica por problemas de saúde.²⁰¹

No segundo caso, o jornal tornava público o nome dos seus candidatos ao pleito eleitoral de 1909, por intermédio de artigos.²⁰² Eis os nomes:

Paulino Montenegro Toscano de Britto, industrial, residente em Manáos.
 Dr. Fernando Castella Simões, medico, residente em Manáos.
 Gabriel Xavier de Salles, artista, residente em Manáos.
 Jorge Benedicto Ferreira, artista, residente em Manáos.
 José Arthur Pinto Ribeiro, empregado público, residente em Manáos.
 Raymundo Rodrigues Cruz, empregado público, residente em Manáos.
 Pericles Mello Moraes, jornalista, residente em Manáos.
 Pedro de Alcantara Freire, proprietário, residente em Manáos.
 Luiz da Silva Gomes, industrial, residente no Purús.
 João Martins de Araújo, commerciante, residente em Manós.
 Manoel Antônio Grangeiro, proprietário, residente em Manáos.
 Dr. Adriano Augusto de Araújo Jorge, médico, residente em Manáos.
 Antônio Francisco Monteiro, industrial, residente no rio Madeira.
 José Furtado Belém, empregado público, residente em Parintins.
 Dr. Virgílio Ramos, medico, residente em Manáos.
 Julio Verne de Mattos Pereira, pharmacêutico, residente em Manáos.²⁰³

¹⁹⁹ EXPEDIENTE. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 2, 28/11/1909.

²⁰⁰ Entre eles Itacoatiara, São Paulo de Olivença, Urucará, Silves, Fonte Boa, Benjamin Constant, Lábrea e Canutama. EXPEDIENTE. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 2, 28/11/1909.

²⁰¹ Outras rejeições ocorreram como a de Luiz da Silva Gomes, de São Luiz do Cassyana, que declinou da responsabilidade de assumir um dos cargos da Confederação em sua localidade, alegando que os seus negócios consumiam seu tempo. Outros, como Romualdo de Souza Mafra, de São Paulo de Olivença, em vez de assumir, indicou outra pessoa para o cargo de Tesoureiro. EXPEDIENTE. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 2, 28/11/1909.

²⁰² Em geral os artigos eram intitulados “Os Nossos Candidatos”.

²⁰³ MANIFESTO – AO ELEITORADO, AO POVO E A TODAS AS CLASSES LABORIOSAS DO ESTADO DO AMAZONAS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909.

Nota-se que o jornal mencionou o nome dos candidatos, a profissão e o município onde cada um residia. Consultando outros documentos, numa tentativa de buscar mais informações sobre as pessoas destacadas, descobriu-se que muitos tinham mais de uma atuação profissional e que alguns já tinham sido políticos, como se verá mais adiante. Quanto aos dois “artistas” (nesse período esse termo tinha um significado amplo, abarcando profissionais variados como sapateiro, alfaiates, ourives, pedreiro...) ²⁰⁴, são os únicos que podem ser considerados como advindos do universo operário, e mesmo assim da chamada “aristocracia operária”. ²⁰⁵ A grande maioria residia em Manaus.

Desse grupo, tendo em vista as informações coletadas, quatro nomes surgiram como fundamentais. O primeiro deles, como não podia deixar de ser, foi o do presidente da Confederação do Trabalho e editor responsável pelo jornal, Paulino Montenegro Toscano de Britto. Além de industrial, dono da Fábrica Silverio Nery, que explorava produtos nacionais e, em especial, um produto desenvolvido especialmente para a Amazônia, a tinta amazonense ²⁰⁶, era promotor público com circulação pelos municípios do interior ²⁰⁷, o que talvez explique os contatos que possuía e a dinâmica de incorporação estabelecida e percebida pelos ofícios publicados no jornal.

Já o nome de Luiz da Silva Gomes apareceu num dos ofícios enviados por Paulino Britto. Residente em Lábrea, ostentava o título de coronel, o que revela seu poder político e econômico na região. ²⁰⁸ Era dono dos seringais denominados de Bom Jesus e Lua Nova, e de uma lancha chamada América. ²⁰⁹ Da mesma estirpe, Antônio Francisco Monteiro apareceu também num dos ofícios. Residente em Humaitá, era paraense e comerciante dessa localidade. ²¹⁰ Atuou na Comissão de Poder e Instrução Pública ²¹¹ e foi Deputado Estadual. ²¹² Portanto, já estava envolvido ativamente na política da região.

²⁰⁴ Carvalho, por exemplo, salientou o significado amplo desse termo “artista”, o qual designava boa parte dos trabalhadores do Sul da Bahia na década de 1920. Ver CARVALHO, Philipe Murillo Santana de. Trabalhadores, organizações e disputas políticas na última década da Primeira República. *Revista Crítica Histórica*. Maceió, vol. 3, n. 5, p. 81-105, jul./2012.

²⁰⁵ HOBBSAWM, Eric. A aristocracia do trabalho na Inglaterra do século XIX. In: *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 319-366.

²⁰⁶ FÁBRICA SILVERIO NERY. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 3, 25/12/1909.

²⁰⁷ Como por exemplo, em Tefé, São Gabriel da Cachoeira e Fonte Boa. *DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano VII, n. 1489, 24/1/1899; *DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano VII, n. 1600, 15/6/1899.

²⁰⁸ A FEDERAÇÃO. Manaus, ano V, n. 233, 25/10/1898.

²⁰⁹ O CORREIO DO PURÚS. Lábrea, ano VII, n. 2, 27/11/1904.

²¹⁰ COMMÉRCIO DO AMAZONAS. Manaus, ano XXXI, n. 348, 14/12/1898.

²¹¹ A FEDERAÇÃO. Manaus, ano V, n. 238, 30/10/1898.

²¹² QUO VADIS? Manaus, ano II, n. 234, 13/12/1903.

Os outros dois foram José Furtado Belém e o Dr. Adriano Augusto de Araújo Jorge. O primeiro era comerciante em Parintins. Foi também Administrador da Mesa de Rendas²¹³ e Superintendente Municipal²¹⁴ da localidade. Detinha uma influência significativa em sua região. O segundo, Adriano Jorge, era alagoano. Em Alagoas, trabalhou como professor no Colégio Ginásiano Alagoano na década de 1870 do século XIX.²¹⁵ Fez parte da comissão que elaborou o *Compêndio de Pedagogia Prática* (1886) que trazia em seu bojo um conjunto de orientações para os professores desenvolverem suas atividades em sala de aula. Na Bahia, se formou em Medicina.²¹⁶ Já no Amazonas, atuou como professor, médico e jornalista, além de se inserir na política se candidatando, como se viu, a uma cadeira no parlamento estadual em 1910, apoiado pelo grupo de Bittencourt e pela Confederação do Trabalho no Amazonas.²¹⁷

Sobre os membros da Confederação do Trabalho na capital, além de Paulino Britto, atuavam: Antônio Rodrigues Sampaio – Vice-Presidente (foi ministro da guerra e interino dos estrangeiros)²¹⁸; Antônio de Mattos (não se conseguiu informações sobre ele); Henrique Rocha – 2º Secretário (Deputado Estadual. Foi 2º Suplente de Juiz Municipal²¹⁹ e era dono de lancha chamada Nazaré)²²⁰; Januario Romano (sem informações); Guilherme Borges (era chauffeur)²²¹; Antônio Caetano da Silva (sem informações) e Augusto Borba (era chefe de máquinas da Usina Central no Plano Inclinado).²²²

Com efeito, a partir do que foi coletado sobre os personagens que emergiram do jornal *Confederação do Trabalho*, pode-se sugerir que existiram setores da elite que se movimentaram e promoveram uma articulação com militantes operários, recepcionando alguns como membros da diretoria da Confederação na capital (Augusto Borba e Guilherme Borges) e outros como seus candidatos ao pleito governamental (Gabriel Xavier de Salles e Jorge Benedicto Ferreira). Tem-se aqui uma aproximação tal qual aquela dos socialistas nos anos iniciais da República? Ou algo novo surgiu para que esse grupo de elite realizasse uma aproximação com parcela da militância operária, e vice-versa?

²¹³ *DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano IV, n. 625, 24/1/1896.

²¹⁴ *DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano IV, n. 623, 22/1/1896.

²¹⁵ SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque. Hermenêutica das cadeiras privilegiadas no ensino secundário alagoano do século XIX: discussão que perpassa o currículo. *Debates em Educação*. Maceió, vol. 4, n. 8, p. 105, jul./dez. 2012.

²¹⁶ SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque, SANTOS, Inalda Maria dos. Formação de professores na escola normal maceioense no Império: vestígios de tradições estrangeiras. *VI Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas – EPEAL*, Maceió, 12 a 15 de setembro de 2011, p. 10.

²¹⁷ MANIFESTO – AO ELEITORADO, AO POVO E A TODAS AS CLASSES LABORIOSAS DO ESTADO DO AMAZONAS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909.

²¹⁸ *COMMÉRCIO DO AMAZONAS*. Manaus, ano I, n. 235, 8/7/1870.

²¹⁹ *DIÁRIO OFFICIAL*. Manaus, ano VIII, n. 1784, 2/2/1900.

²²⁰ *A CAPITAL*. Manaus, ano II, n. 233, 10/3/1918.

²²¹ *A CAPITAL*. Manaus, ano II, n. 216, 21/2/1918.

²²² *CORREIO DO NORTE*. Manaus, ano II, n. 514, 12/8/1910.

Passada a instabilidade e a crise política do momento inicial do novo regime republicano, o Amazonas viveu alguma estabilidade política interna entre os anos de 1900 e 1908 com a ascensão de Silvério Nery e sua família. Contudo, após esse período, ocorreram cisões que evidenciaram a falta de coesão e unidade da elite local. Portanto, assim como na Bahia²²³ e no Rio Grande do Sul²²⁴, os grupos dominantes locais não conseguiram unificar, num único partido republicano, os quadros políticos e os interesses comerciais e econômicos, como em São Paulo.²²⁵ Desta forma, surgiram partidos como o Partido Republicano Federal, o Partido Republicano Liberal e o Partido Republicano Amazonense²²⁶, acomodando grupos que disputavam o controle do estado. Portanto, novamente se tem um quadro que contribuiu para que esses grupos buscassem apoio em setores populares, em especial no operariado amazonense, para ampliar suas bases de apoio e sustentação. Mas um elemento “novo” se fez presente nesse momento: a borracha plantada nas colônias britânicas da Ásia que começava a ser oferecida e absorvida no mercado mundial em quantidades crescentes e a preços baixos, em função do menor custo de produção e valor do imposto de exportação e frete. Tratava-se de uma ameaça ao principal produto do Amazonas e à economia erigida com base nele.

A materialização desta ameaça causou profunda preocupação entre os seringalistas e comerciantes, visível num artigo da Associação Comercial do Rio Purus, publicado na *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, no qual se assinala que as “grandes plantações asiáticas da hevea brasiliensis provam quão desenredados andamos nós, cegos pela superabundância deste producto, deixamos que os estranhos se preparem [no plantio], (...) perigo a nossa economia”.²²⁷

A realização do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, em fevereiro de 1910, na sede da Associação Comercial do Amazonas (ACA), em Manaus, buscou discutir, entre outras coisas, a elaboração de um projeto de proteção e valorização da borracha que, nos anos subsequentes, foi ganhando corpo conforme ela ia perdendo mercado. Este se resumia na diminuição dos fretes e capatazias pelas empresas estrangeiras que controlavam o porto e o transporte fluvial, dos impostos de exportação pelo governo federal e dos custos de

²²³ CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República...* Op. Cit., p. 32.

²²⁴ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente...* Op. Cit., p. 89-95.

²²⁵ *Ibidem*, 95.

²²⁶ Ainda está por ser feito um estudo sobre os grupos políticos, partidos e eleições no Amazonas no decorrer da Primeira República. Porém, existem pesquisas que tratam de aspectos desse processo como SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus...* Op. Cit. e FIGUEIRA, Rickson França. *Imprensa, política e poder: a sucessão governamental do Amazonas em 1920*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2011.

²²⁷ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO PURUS. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus, 5/10/1908.

produção.²²⁸ Mas a ação não se resumiu a isso: propostas de instalação/ampliação de indústrias de beneficiamento da borracha foram elaboradas, assim como debateu-se a necessidade de se diversificar os setores da atividade econômica, com a produção agrícola e exportação de outros itens.

Tal cenário de ameaça ao principal produto de exportação da região e os diferentes projetos que surgiram no sentido de superá-lo acentuaram uma divisão no interior das elites e grupos políticos regionais. Isso ficou bastante evidente quando ocorreram acirradas disputas políticas internas, agravadas pelas disputas nacionais²²⁹. No Amazonas, os Nery, grupo político comandado por Silvério Nery que atuou de forma hegemônica entre os anos de 1900 a 1908²³⁰, viu-se ameaçado pelo rompimento de Antônio Bittencourt, governador do Estado (1908-1912) que havia sido apoiado por ele. Muitas das ações políticas de Bittencourt emergiram sem o conhecimento e participação de Nery, o que acarretou cobranças por parte dele.²³¹

O resultado foi um conflito político que apareceu na convenção partidária do PRF (Partido Republicano Federal) em 1910. O objetivo de Bittencourt era retirar Silvério Nery da chefia da agremiação. Em resposta, esse último solicitou apoio de Pinheiro Machado²³² que enviou para Manaus um oficial do exército a fim de assumir o comando das forças federais no Amazonas. Com este apoio, Nery se movimentou buscando retirar à força Bittencourt do governo, o que resultou num bombardeio à cidade em 8 de outubro de 1910.²³³

Tal fato repercutiu para além do Amazonas, reverberando na imprensa de outros estados, particularmente no Rio Grande do Sul, reduto de Pinheiro Machado. O *Brazil*, de

²²⁸ AVELINO, Alexandre Nogueira. *O patronato amazonense e o mundo do trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008, p. 84.

²²⁹ Em especial a sucessão presidencial de 1910, entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, que revelou cisões e disputas políticas intra-oligárquicas (em São Paulo e em Minas Gerais), as quais se materializaram em discursos, por um lado, de “moralização da política” e rompimento das “práticas e vícios excludentes” e, por outro, de “salvacionismo”. Ver UEÓCKA, Lorayne Garcia. *A campanha civilista nas ruas: uma análise de sua construção retórico-política*. Tese (doutorado em História), UNESP, Assis/SP, 2004 p. 86-90.

²³⁰ LOUREIRO, Antônio José Souto. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978, p. 248-250.

²³¹ BURNS, Bradford. *Manaus 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Governo do Amazonas, 1966, p. 32.

²³² Senador pelo Partido Republicano Rio-Grandense desde a década final do século XIX, Pinheiro Machado foi uma figura de muito destaque no cenário nacional e gaúcho. No decorrer da Primeira República brasileira se tornou um personagem proeminente no partido e na própria República, ocupando espaços políticos que lhe deram poder de influência em decisões sobre projetos no Congresso, indicações de candidatos à presidência do Brasil e composição de ministérios. Ver DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e Poder no Brasil – 1901 - 1915: estudo da construção do personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)*. Dissertação (mestrado em Comunicação e Informação), PPGCOM/UFRGS, Porto Alegre, 2007, p. 35-38.

²³³ BURNS, E. Bradford. *Manaus 1910...* Op. Cit., p. 32.

Caxias do Sul, por exemplo, transcreveu um artigo de *O Paiz*, do Rio de Janeiro, sobre esse caso, em primeira página, o qual procurou isentar Machado de qualquer responsabilidade no episódio, atribuindo a culpa aos conflitos políticos internos existentes na região e classificando o fato como “violência abominável contra o prestígio da Federação, contra a ordem do regimen, contra o bom nome da Pátria”.²³⁴ Claramente o jornal se posicionou ao lado de Pinheiro Machado, ao destacar no artigo que:

Os comandantes exorbitaram das suas atribuições, comprometteram seu nome, alarmaram as consciências republicanas do paiz. Agiram por impulso próprio, apaixonados pela causa política da opposição. Onde está um só documento justificando essa sugestão do general Pinheiro Machado?

(...)

Há réos confessos desse crime. Esperemos a sua justa punição. O civilismo, responsabilizando por essa indignidade um político da proeminência do senador Pinheiro Machado cujas palavras são de reprovação absoluta a tal prepotência, não procura senão em desespero de causa, vingar-se do chefe, que lhe inflingiu nas urnas uma derrota formidável.²³⁵

Após toda essa repercussão, Nery não conseguiu o que queria, ao contrário, viu surgir da cisão um grupo político liderado por Bittencourt, que, após o bombardeio da cidade, ganhou apoio de setores médios e parcela da praça comercial. Esse grupo, composto por seringalistas, industriais e comerciantes (pequenos e médios), tinha como proposta proteger e ampliar a indústria de beneficiamento da borracha e diversificar as atividades econômicas. Buscava se distanciar das grandes firmas comerciais (casas aviadoras), que vinham estendendo seu raio de ação e aumentando a extração (e não o plantio) da goma elástica, por intermédio da compra de seringais e de barcos a vapor, e se aproximar dos trabalhadores, dialogando com um pequeno número de militantes socialistas em torno de um projeto, amplo e abrangente, que levasse em conta os interesses do trabalho em geral.

Esse certamente não era o projeto visualizado pelos militantes operários que gravitavam em torno do *Gutenberg* e *Operário*. Naquele momento inicial do regime republicano, os espaços abertos pela instabilidade política oportunizavam uma inserção, ainda que incipiente e efêmera, cujos interesses de participação política e intervenção social encontravam guarida especificamente no Partido Operário, o qual atuaria na composição de forças e pressionaria para que as demandas específicas dos trabalhadores fossem atendidas. Já

²³⁴ PINHEIRO MACHADO. *O Brazil*. Rio Grande do Sul – Caxias, ano II, n. 81, 20/10/1910.

²³⁵ Idem.

a proposta do que se pode chamar de “bloco de interesses do trabalho”²³⁶, presente no *Confederação do Trabalho*, incorporava alguns militantes em partidos que não eram nem socialistas e muito menos operários. Estes tinham que lutar internamente para que as reivindicações dos trabalhadores, ou pelo menos algumas delas, fizessem parte do programa do bloco. Em geral, as reivindicações acabavam assumindo um caráter mais amplo, destinado ao povo em geral, como as críticas estabelecidas a determinados impostos, como o “imposto pessoal para todos os artistas, operários e trabalhadores de Manaus”, e a defesa da descentralização do abastecimento da cidade, com a implantação de feiras nos bairros.²³⁷

Tal movimento, denominado neste trabalho de “construção de espaços políticos” (no plural por serem processos que possuem inserções e formas diferenciadas, como se viu nas duas conjunturas examinadas acima), será analisado no capítulo três. Por enquanto, cabe assinalar que as disputas políticas se agravaram em especial no período da chamada “longa decadência”²³⁸ da borracha, dando origem a novos grupos dissidentes.²³⁹ Esses, não desconsiderando a presença dos militantes operários que desde o início da República procuravam ver atendidas as suas reivindicações, passaram a disputá-los. Particularmente a circulação do jornal *Confederação do Trabalho* (1909) ocorreu no momento das disputas políticas entre Nery e Bittencourt, o que reverberou em suas páginas:

Torna-se preciso para bem de todos os que vivem, que desapareça esta atmosfera carregada de traições, deslealdades e, sobretudo, de falta de compostura dos homens responsáveis perante o povo desta terra tão magnânima e tão hospitaleira.

Quem não quiser estar ao lado dos srs. Silverio Nery, Jorge de Moraes, Jonathas Pedrosa, Antônio Monteiro, Antônio Nogueira, Ferreira Penna e Aurélio Amorim, deve formar de outro lado; o que não pode nem deve continuar, porque é uma vergonha nesta terra, é a descompostura soez e baixa que diariamente se lê nos jornaes que aqui circulam.²⁴⁰

²³⁶ Loner assinalou que no Rio Grande do Sul, em especial Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, vislumbrou-se um “bloco do trabalho, forte pelo seu número e por sua abrangência, que estivesse em posição favorável para lutar pelos interesses da nascente indústria e do trabalho”. Em contexto de proteção à indústria e comércio frente aos fortes “interesses rurais”, o bloco ensejou que parte das reivindicações dos trabalhadores fosse incorporada e disputasse espaço no programa a ser defendido perante a sociedade gaúcha. Ver LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República... Op. Cit., p. 112-113.

²³⁷ LEI CONTRA O OPERÁRIO – IMPOSTO MISERANDO. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 3, 25/12/1909; MERCADO PÚBLICO. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 3, 25/12/1909.

²³⁸ Termo usado por Weinstein para designar o período que se iniciou por volta do princípio dos anos de 1910 e se prolongou até o final da década seguinte, consolidando a crise da borracha. WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993, p. 241.

²³⁹ Um deles ligado a Jonathas Pedrosa e outro a Guerreiro Antony, dois líderes oligárquicos em oposição. Portanto, os anos vinte no Amazonas terão no mínimo quatro grupos políticos (os de Nery, Bittencourt, Antony e Pedrosa) disputando o controle do Estado.

²⁴⁰ DESVENDEM-SE OS MYSTÉRIOS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 3, 25/12/1909.

Claramente o jornal girava em torno de Antônio Bittencourt, pois não somente elogiava sua pessoa²⁴¹ como também criticava duramente os governos anteriores (Silvério Nery e seu irmão Constantino Nery).²⁴² Portanto, o grupo por traz deste impresso, buscando defender e viabilizar a proposta do “bloco de interesses do trabalho”, atuou no sentido de ampliar o seu raio de ação entre extrativistas, comerciantes, industriais e personalidades políticas de diversos municípios do interior, mas também entre os operários, através de seus militantes, prometendo assegurar, por meio de articulações e diálogos, melhorias pontuais para as categorias em geral.

Por um caminho diferente do que se viu até aqui, na década de 1910, os gráficos novamente entraram em cena. Entre eles, um nome foi fundamental no processo de organização da categoria e produção de um jornal operário intitulado *A Lucta Social* (1914)²⁴³: Tércio Miranda. Esse se constituiu em uma das principais lideranças anarquistas²⁴⁴ na Amazônia, incomodando, em grande medida, com a sua presença e ação, setores da elite local, em especial as autoridades públicas, os diretores das empresas concessionárias dos serviços públicos urbanos e os comerciantes.

IMAGEM 6

Jornal *A Lucta Social* (número 1)

²⁴¹ MANIFESTO – AO ELEITORADO, AO POVO E A TODAS AS CLASSES LABORIOSAS DO ESTADO DO AMAZONAS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909.

²⁴² OS NOSSOS CANDIDATOS. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909.

²⁴³ Cabe destacar que o jornal *A Lucta Social* teve três fases: a primeira, em 1914, com Tércio Miranda à frente, da qual tem-se 6 números; da segunda fase, em 1924, existe apenas um número; da mesma forma de 1932 que corresponde à terceira fase. Optou-se por trabalhar a fase de Tércio Miranda, procurando-se recuperar sua trajetória.

²⁴⁴ Entende-se o sindicalismo revolucionário de Tércio Miranda na esteira de Oliveira, ou seja, como um método de ação visando propagar no meio operário os ideais anarquistas. Ver OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (doutorado em História), UFF, Niterói/RJ, 2009, p. 26-27. Cabe destacar que existe uma visão contrária, pela qual o sindicalismo revolucionário é percebido como uma corrente política autônoma. Neste sentido ver TOLEDO, Edilene Teresinha. *O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o Fascismo*. Tese (doutorado em História), IFCH/UNICAMP, São Paulo, 2002, p. 4-5.



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

Tércio Miranda era português. Viveu na cidade do Porto e nela entrou em contato com o anarquismo, não se sabe exatamente quando e como. Porém, existem informações que permitem iluminar alguns aspectos desse contato, em especial entre os anos de 1908 e 1912.

Muito embora o movimento libertário em Portugal remonte ao final do século XIX, mais precisamente aos anos de 1886/88 – com a publicação do periódico *A Revolução Social – Orgão Comunista e Anarchista* ligado à “Associação dos Trabalhadores e Partido Operário do Porto” – foi em 1910 que se publicou o jornal *Aurora*, agregando um maior número de militantes anarquistas. O surgimento dessa folha foi tão significativo que gerou, *a posteriori*, a fundação de uma organização com o objetivo de lhe dar suporte, pois era considerado instrumento de ligação e apoio junto aos trabalhadores portugueses, assim como aos trabalhadores do mundo, buscando inclusive apoiar movimentos contestatórios numa perspectiva internacionalista.²⁴⁵

Desse processo, em 4 de setembro de 1910, nasceu o “Grupo Aurora Social”, do qual Tércio Miranda fez parte, assim como, provavelmente, também participou da “União Geral

²⁴⁵ CRUZ, Manuel Carvalho Ferreira da. *O Movimento Libertário Portuense à luz do periódico A Aurora (1910-1919)*. Dissertação (mestrado em História), Universidade do Porto, 2012, p. 27-28.

dos Trabalhadores da Região do Norte”, organização que se materializou por volta de 1912, tornando-se, pouco tempo depois, Federação Sindicalista.²⁴⁶ O que acabou reforçando essa provável presença de Tércio na União foi a menção feita pelo referido periódico *A Aurora* a sua participação como liderança na Liga D’Educação Nova, em 1912.²⁴⁷

Mas o que fez Tércio se deslocar de Portugal para o Brasil e desenvolver suas ações libertárias na Amazônia? Sabe-se que em 1910 foi implantada a República em Portugal. Tal processo envolveu vários setores, incluindo trabalhadores e suas lideranças, que, ao lado dos republicanos, lutaram para derrubar a Monarquia. Sobre esta questão, Pereira salientou que,

em contexto nacional, os republicanos na oposição souberam colorir o seu programa de socialismo, prometendo de uma só vez resolver a questão política e social. Muitos trabalhadores esperaram que o seu discurso fosse sincero, os mais radicais preferiram testar as suas próprias forças. O operariado dividiu-se entre as promessas republicanas e as conquistas efetivas da CGT francesa.²⁴⁸

Entre os mais radicais, incluindo-se aí o movimento libertário, a CGT francesa foi uma referência, fonte de energia para essas lideranças que se inspiraram nela e trocaram experiências, por meio de correspondências, visitas e participação em congressos.²⁴⁹ Porém, a República assumiu uma forma estritamente burguesa, protelando a participação e os projetos sócio-políticos dos trabalhadores. Nesta esteira, o projeto anarquista, que buscava com sua ação romper com os limites impostos por um regime representativo e excludente, viu-se numa situação complicada.

Neste contexto, a luta se intensificou, gerando respostas dos governantes republicanos que acabaram “manifestando a sua profunda hostilidade ao movimento autônomo dos trabalhadores”. Assim, em 1912, com o apoio dos militares, os governantes realizaram uma verdadeira “caça às bruxas”, proibindo a propaganda libertária, e perseguindo e prendendo seus líderes.²⁵⁰ Talvez Tércio Miranda, como liderança libertária atuante na propaganda e na organização dos trabalhadores do Norte de Portugal, percebendo esse momento de tensão social, com perseguições e prisões, tenha resolvido sair de lá.

²⁴⁶ Ibidem, p. 32.

²⁴⁷ Inclusive dando o endereço da Liga (Rua das Fontainhas, n. 9. Porta do Sol), o que é uma evidência forte da presença de Tércio Miranda justamente na região Norte onde o anarquismo avançou.

²⁴⁸ PEREIRA, Joana Dias. Sindicalismo revolucionário em Portugal. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 2, p. 201, 2009.

²⁴⁹ Isto fica evidente com a visita de Elisée Réclus ao Porto em abril de 1886. Ver MESQUITA, Antônio Pedro. O Pensamento Libertário e Anarquista. In: *O pensamento político português no século XX. Uma Síntese Histórico-Crítica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006, p. 523.

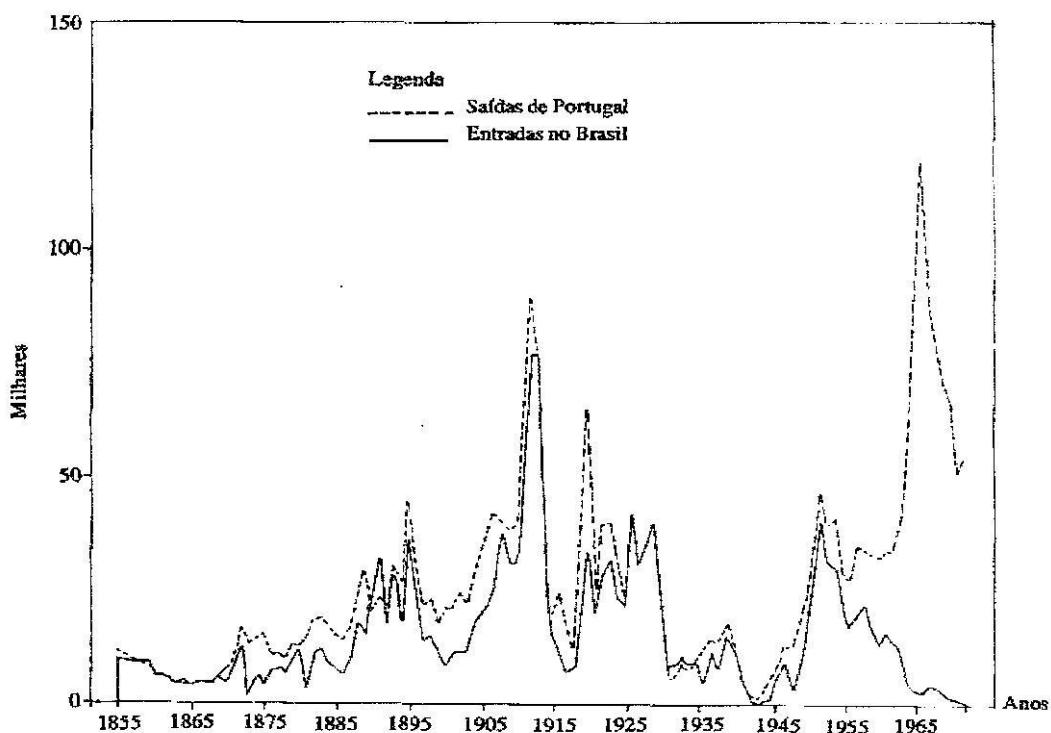
²⁵⁰ PEREIRA, Joana Dias. Sindicalismo revolucionário em Portugal... Op. Cit., p. 203.

Mas também não se deve esquecer que essa região enfrentava alguns problemas estruturais que podiam provocar o deslocamento para outras áreas e países. Entre eles, podem-se destacar “altas taxas de fecundidade, predomínio de um sistema de pequena propriedade, heranças com partilhas estritas e redes de relações sociais fortemente estruturadas”.²⁵¹ Provavelmente tal situação, associada às perseguições acima referidas, tenha provocado o deslocamento de Tércio para o Brasil.

O que se pode aferir de fato é que, dentre as principais correntes migratórias da Europa para o Brasil, a portuguesa foi a mais significativa numericamente, em especial por ter sido a mais longa e duradoura, estendendo-se do início do século XIX até a metade do século XX. O Brasil não foi o único país de destino, entretanto foi o que mais atraiu os portugueses, em grande medida pelo idioma comum, vínculos históricos e oportunidades econômicas, “além de complexas e duradouras relações econômicas e comerciais e uma comunidade local de negociantes dominada por portugueses”.²⁵² Tal situação aparece expressa no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1

Total de emigrantes saindo de Portugal e imigrantes portugueses entrando no Brasil (1855-1972)



²⁵¹ KLEIN, Herbert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no fim do século XIX e século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, vol. 6, n. 2, p. 18, jul./dez. 1989. Ainda segundo o autor, “este movimento de homens (...) foi tão sistemático que o Norte de Portugal ficou bastante conhecido, em termos de Europa, pela predominância de mulheres em todas as atividades agrícolas tradicionais”.

²⁵² *Ibidem*, p. 17.

Fonte: KLEIN, Herbert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no fim do século XIX e século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, vol. 6, n. 2, jul./dez. 1989, p. 18.

Tércio Miranda aqui chegou por volta de 1912/13, uma vez que participou do Congresso Operário Brasileiro de 1913.²⁵³ Portanto, percebe-se que ele realizou esse deslocamento justamente num momento em que a onda migratória para o Brasil atingiu um patamar significativo, como mostra o gráfico acima. É importante destacar também que o Amazonas era um estado que recebia uma quantidade importante de portugueses, conforme tabela abaixo:

TABELA 2
Distribuição dos imigrantes portugueses por estado (1920-1970)

Regiões/Estados	1920	1940	1950	1970
NORTE				
Acre	631	167	99	29
Amazonas	7.615	3.090	2.019	1.064
Pará	14.211	6.013	4.438	3.030
Amapá			41	40
Território			73	50
NORDESTE				
Maranhão	625	511	385	240
Piauí	66	37	40	29
Ceará	296	340	276	200
Rio Grande do Norte	81	98	73	52
Paraíba	131	104	97	78
Pernambuco	4.809	3.048	2.308	2.402
Alagoas	237	162	131	139
Sergipe	125	44	30	44
Bahia	3.345	1.912	1.531	1.586
SUDESTE				
Minas Gerais	18.228	9.310	6.472	5.156
Espírito Santo	1.728	1.278	789	525
Distrito Federal	172.338	154.662	133.905	153.834
Rio de Janeiro	28.661	21.663	21.165	38.349
São Paulo	167.198	165.542	151.320	214.021
(Cidade de São Paulo)	(64.678)	(78.949)	(n.a.)	(136.497)
SUL				
Paraná	1.808	3.451	4.615	9.120
Santa Catarina	506	409	318	341
Rio Grande do Sul	9.324	7.167	5.667	5.189
CENTRO-OESTE				
Mato Grosso	1.310	1.015	728	956
Goiás	304	293	317	634
Brasília				875
TOTAL DE PORTUGUESES . . .	433.577	380.316	336.837	437.983
TOTAL DE IMIGRANTES	1.565.961	1.406.342	1.213.974	1.229.122
POPULAÇÃO TOTAL	9.930.478	41.165.298	51.941.767	93.139.037

Fonte: LEVY, 1974, p. 79-82 *Apud* KLEIN, Herbert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no fim do século XIX e século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, vol. 6, n. 2, jul./dez. 1989, p. 22.

²⁵³ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imigração, Trabalho e Imprensa em Manaus, 1890-1928... Op. Cit.

No Amazonas a comunidade portuguesa era importante e, com a expansão da economia gomífera (1890-1913), ampliou-se ainda mais, devido à chegada de novos imigrantes. Consoante Pinheiro, “de longa data os portugueses controlavam boa parte do comércio lojista, de padarias e mercearias”. Atuavam também em outros serviços, como portuários e gráficos.²⁵⁴ Ainda segundo a autora:

A tomar-se como verdadeira a afirmação do cônsul português em 1916, a “colônia portuguesa em Manaus [possuía] mais de metade da propriedade urbana, que [rendia] anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes”. Vinte anos antes, outro cronista português, Lourenço da Fonseca, já registrava essa primazia, argumentando que “dos seus 25 000 habitantes, talvez um terço seja de estrangeiros, a maior parte filhos de Portugal”. Esse fato é posteriormente (1907) corroborado por Hermenegildo de Campos: “Quanto à nacionalidade da população na capital podemos calcular perto de 10 000 estrangeiros para 50 000 brasileiros. A maior colônia é a dos portugueses, avaliada por competentes em 5 000”.²⁵⁵

Essa presença também pode ser evidenciada através dos jornais publicados no Amazonas por portugueses que lá estavam radicados: *O Lusitano*, *A Voz de Loriga*, *O Loriguense*, *O Poveiro*, *Alma Portuguesa* e outros. Por meio de tais periódicos, eles buscavam assegurar um vínculo identitário e procuravam manter-se conectados com suas comunidades de origem na Europa.²⁵⁶

Pode ser que Tércio possuísse contatos no Amazonas, uma vez que a comunidade portuguesa era significativa e estava em ligação permanente com a Península Ibérica, a ponto dele chegar à região e logo se inserir como tipógrafo no jornal *Amazonas*, desenvolvendo aí sua atividade profissional.

Porém, não se sabe se ele veio diretamente para o Amazonas e, em seguida, foi participar do 2º Congresso Operário Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro, ou vice-versa. O mais importante é que ele participou desse Congresso e entrou em contato com as discussões que foram travadas em seu âmbito. Tais debates giraram em torno de questões como “cooperativismo, carga horária diária de trabalho, salário mínimo, bolsas de trabalho e, principalmente, do modelo organizativo, afirmando mais uma vez o sindicalismo revolucionário”. Além desses temas, foram destacadas a propaganda, a organização e a educação dos trabalhadores como fundamentais. A imprensa operária foi então considerada

²⁵⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920). In: ARRUDA, José Jobson de Andrade, FERLINI, Vera Lucia Amaral, MATOS, Maria Izilda Santos de, SOUSA, Fernando de. (Orgs.). *De Colonos a Imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 564.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imigração, Trabalho e Imprensa em Manaus...* Op. Cit., p. 11.

como um instrumento eficaz de orientação doutrinária e pedagógica. Debateu-se ainda o caráter internacionalista da luta pela emancipação humana, com envio de moções de apoio “aos trabalhadores do México, CGT da França e trabalhadores de Portugal e da Espanha”.²⁵⁷

Em que pese as divergências políticas e ideológicas presentes no universo dos trabalhadores, cujos reflexos foram marcantes nas discussões travadas no 2º Congresso, nele ficou explícita a propagação dos ideais libertários junto aos trabalhadores organizados em torno da C.O.B. (Confederação Operária Brasileira) e do seu jornal, *A Voz do Trabalhador*.²⁵⁸

Muitos militantes de outros estados que participaram do evento devem ter retornado aos seus universos locais convictos da necessidade de lutar pela emancipação operária, não medindo esforços para organizar os trabalhadores em associações, fundar jornais a fim de defender seus projetos e buscar uma articulação de caráter internacional. Assim, possivelmente, foi com esse espírito que Tércio Miranda, na qualidade de delegado especial da C.O.B., atuou no Amazonas a partir de 1912/1913. Outros personagens aparecem ao seu lado, ora no jornal, ora no Sindicato dos Trabalhadores Gráficos no Amazonas. Um deles era Joaquim Azpilicueta (membro da Comissão Administrativa do STG). Assim como Tércio, deslocou-se para a região onde desenvolveu uma participação ativa e significativa junto aos operários. Porém, era espanhol e socialista. Não obstante, mais do que uma atuação assentada numa perspectiva político-ideológica fechada, buscou articular-se com outros setores da sociedade visando gerar debates, promover conquistas e assegurar direitos aos operários em geral, e aos gráficos em particular.²⁵⁹ Neste sentido, realizou diversas atividades em espaços diferenciados, além de escrever artigos para jornais operários, como *A Lucta Social* (1914), *O Primeiro de Maio* (1928) e *Vida Operária* (1920), mas também para o periódico *Union*, ligado à colônia espanhola no Amazonas. Procurou manter contatos com outros países, a exemplo da República do Peru.²⁶⁰

Já Antônio Dias Martins (também membro da referida Comissão) participou da diretoria do S.T.G. no Amazonas. Poucas informações foram localizadas acerca dele. Sabe-se que era 2º escriturário da Alfândega e que foi transferido para trabalhar na Alfândega do Ceará em 1909²⁶¹ onde ficou até 1912.²⁶² Porém, deve ter retornado a Manaus entre 1913/14,

²⁵⁷ MATEUS, João Gabriel da Fonseca. O Sindicalismo Revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920). *Enfrentamento*. Goiânia, ano 7, n. 12, p. 70-71, ago./dez. 2012.

²⁵⁸ MARQUES, João Carlos. *A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UUEL, Londrina, 2013, p. 51.

²⁵⁹ Aspilicueta aproximou-se dos anarquistas, como se buscou mostrar, mas também de personalidades políticas (Dr. Araújo Lima, prefeito de Manaus em 1928) e de lideranças explicitamente reformistas, como João Cursino da Gama, do Sindicato dos Cigarreiros. Ver *O PRIMEIRO DE MAIO*. Manaus, 1/5/1928 (número especial).

²⁶⁰ *CORREIO DO NORTE*. Manaus, ano I, n. 138, 1/7/1906.

²⁶¹ *CORREIO DO NORTE*. Manaus, ano I, n. 281, 13/11/1909.

pois atuou junto a Tércio no Sindicato fundado por eles. Sobre os outros membros da diretoria do Sindicato (Comissão Administrativa, no caso), descobriu-se que Ananias Linhares da Silva era artista gráfico.²⁶³ A respeito de Domingo Batista Guedes nada foi encontrado.

No ano de 1920 três jornais operários, sustentados por grupos diferentes, porém em interação, surgiram: *Vida Operária*, *Extremo Norte* e *Constructor Civil*. A emergência desses impressos, não sendo demais supor que outros pudessem ter existido, é reveladora de uma maior e mais intensa movimentação e atividade envolvendo os militantes. Sabe-se que os anos entre 1917 e 1920 foram de intensa participação do movimento operário no cenário político de várias cidades do país. Alguns estudos que focaram aspectos do movimento nesse período demonstram tal vitalidade.²⁶⁴

Conectado com várias regiões do Brasil, como se demonstrará mais adiante, o movimento operário amazonense realizou diversas ações, inclusive greves gerais que agitaram o estado.²⁶⁵ Isso se expressou no aparecimento dos jornais acima citados. Cada um deles foi resultado do esforço de grupos específicos que, informados pela trajetória de luta do movimento desde o início da República, atuaram nessa conjuntura. A articulação e interação entre eles podem ser averiguadas pelo fluxo de alguns de seus militantes, como, por exemplo, Manoel Sérvulo da Silva e João Cursino da Gama, personagens centrais desse momento, que elaboraram artigos voltados ao fomento do processo organizativo das categorias e a sua participação político-partidária, publicados tanto no jornal *Vida Operária* quanto no *Extremo Norte*. Esses mesmos personagens fundaram associações, por onde circulavam proferindo discursos sobre a luta dos trabalhadores contra suas precárias condições de vida e trabalho. Além de associações voltadas para categorias específicas, como o Sindicato dos Cigarreiros, do qual Manoel Sérvulo fazia parte²⁶⁶, também participaram de organismos de caráter mais amplo e pluriclassistas, como o Centro Operário do Amazonas, a União Operária Amazonense e o Partido Socialista²⁶⁷, espaços que serão analisados no capítulo três.

Voltando aos grupos, um deles se articulou em torno do *Vida Operária*. Esse foi, segundo relatos da época, idealizado numa noite de “boemia”, o que por si só se abre como

²⁶² *CORREIO DO NORTE*. Manaus, ano VI, n. 926, 27/2/1912.

²⁶³ *CORREIO DO NORTE*. Manaus, ano I, n. 494, 20/7/1910.

²⁶⁴ Por exemplo: JORGE, Guilherme Custódio. A greve paulistana de 1917 e suas repercussões no operariado catarinense. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis, vol. 1, n. 2, p. 10-22, 2007; LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta (a greve geral anarquista de 1917)*. Tese (doutorado em História), IFCH/UNICAMP, São Paulo, 1996; SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 5, p. 183-205, julho de 1996.

²⁶⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros...* Op. Cit.

²⁶⁶ Era 1º Secretário. *NOTICIÁRIO*. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 10, 11/4/1920.

²⁶⁷ TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus...* Op. Cit., p. 143-145.

um exemplo dos lugares por onde as ideias e os pensamentos voltados à causa operária corriam e se materializavam em algo concreto, nesse caso, o periódico. Isso indica que não eram somente nos espaços sindicais, nas associações ou centros que se discutiam ideias voltadas ao mundo do trabalho. Pelo contrário, como assinalou Bilhão, ao examinar uma família de anarquistas no Rio Grande do Sul, a militância “encontra espaço fértil também em volta das mesas dos bares, dos cafés, no interior das casas e das pensões...”.²⁶⁸ Só para reforçar essa ideia, o próprio jornal em tela traz alusões a esses espaços, alguns indicados pelos líderes operários, como se vê na citação abaixo:

No dia 13 do corrente, à rua Marquez de Santa Cruz n. 2; amanheceu provida de mais um estabelecimento, onde poderão, não só os principaes homens do commercio e o público da elite, passar alguns minutos de auzencia dá grande ardência do Sol demasiadamente escaldante.
A “Iára-Bar” é um botequim bastante decente e completamente asseiado, cujo proprietário o sr. Victorino Gomes de Sá, procurou o melhor centro commercial da praça, afim de attender á sua aliás já numerosa freguezia.
A VIDA OPERÁRIA envia às felicitações ao proprietário da casa “Iara-Bar”, pela introdução de mais esse melhoramento.
Todos ao “Iara-Bar”.²⁶⁹

Certamente Luz e seus companheiros sabiam da importância desses espaços, pois eles serviam para fomentar variadas conversas, inclusive sobre o mundo do trabalho. O próprio jornal, como se disse, foi idealizado em algum lugar semelhante, quando, entre baforadas de cigarro e tragos café, cinco indivíduos – Elesbão Luz, Oswaldo Mário, Hemetério Cabrinha, Anacleto Reis e Nicodemos Pacheco – interessados na ideia de fundá-lo, conceberam-no da seguinte forma:

Sim a Vida Operária...
Responde o Velho professor.
Surgirá! Exclama Oswaldo entusiasmado! E brilhará! Murmura Cabrinha agitado, dizendo; o Luz será o diretor! E parte da litterária é sua exclama Oswaldo irrevogável! Pois você é o sucurijú da prosa e a águia do verso!
E é logo alli sobre a mudez impenetrável do mármore que se idealiza o artigo de fundo ... a vida mundana ... a vida mundana ... o programma...
Nada! Diz o Cabrinha com os dedos entre os cabellos desalinados.
Há de ser assim...
E já a passarada celebrava os funeraes do sol, quando dalli sahimos intoxicados de jornalismo, e de ideas grandes.
E foi assim que surgimos!²⁷⁰

²⁶⁸ BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, P. 108.

²⁶⁹ IARA-BAR. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 26, 26/9/1920.

²⁷⁰ COMO SURGIMOS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 1, 8/2/1920.

E quando o periódico veio a público trouxe em sua página uma proposta política pautada na luta parlamentar, onde o jogo político-partidário e eleitoral era não somente aceito como também visto como o meio pelo qual, através dos representantes eleitos e compromissados com a causa operária (fossem operários ou “simpatizantes” de tal causa), seriam elaboradas as leis que assegurassem justiça social.²⁷¹

IMAGEM 7

Jornal Vida Operária (número 1)



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

Neste sentido, para o referido grupo, a organização dos operários em torno de associações que fossem ligadas a um partido político era fundamental. Constituíam, na verdade, a base do seu projeto que, aliada à instrução²⁷² e à colaboração de classes²⁷³, e articulada a

²⁷¹ TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus...* Op. Cit., p. 116-118.

²⁷² A instrução era importante por dois motivos: 1) como elemento necessário para o desenvolvimento profissional, tecnológico, material e econômico e 2) como instrumento de inserção política, nesse último caso, para superar a exclusão política estabelecida aos analfabetos pela Constituição de 1891. Ver TELES, Luciano Everton Costa. *O jornal Vida Operária e a instrução educacional como instrumento de inserção política. Anos 90.* Porto Alegre, vol. 21, n. 39, p. 311-336, julho de 2014.

²⁷³ O grupo defendia a participação de pessoas que não eram do meio operário, como advogados, médicos, engenheiros e outros, no interior das associações e do partido ligados ao operariado. Da mesma forma, permitia a

nível nacional, poderia render excelentes frutos. Pode-se identificar esse grupo através do jornal e de duas organizações que foram seus pilares: a União Operária Nacional e o Centro Operário do Amazonas. Existe, nesse caso, uma atuação recíproca que, aliada ao processo de articulação junto a outras associações, deu sustentação ao periódico. Os personagens desse coletivo eram Elesbão do Nascimento Luz (diretor do jornal e membro do Centro Operário do Amazonas), Hemetério Cabrinha (redator e colaborador), Anacleto José dos Reis (redator e vice-presidente da União Operária Nacional), Jorge Benedito Ferreira (redator), Nicodemos Pacheco (colaborador), João Cursino da Gama (colaborador e orador da União Operária Nacional), Guilherme de Oliveira (redator), João do Monte (colaborador) e Manoel Sérvulo da Silva (colaborador). Apareceram ainda como membros da diretoria da União Operária Nacional: Joaquim José Ferreira (Presidente), Odilon Octávio Elessandres (1º Secretário), João dos Santos Filho (2º Secretário) e Francisco Simões Pereira (Tesoureiro).²⁷⁴

Sobre Anacleto José dos Reis, João do Monte, Joaquim José Ferreira e Raymundo Rodrigues nenhuma informação se obteve. E muito pouco dos que seguem agora. Hemetério Cabrinha era poeta, homem de letras. Atuava proferindo discursos em diversos momentos e espaços, sobretudo na tribuna, em reuniões na sede da União Operária Nacional, onde versava sobre a importância da palavra impressa, a Grande Guerra (1914-1918) e outros temas. Também escrevia artigos que eram publicados no jornal.²⁷⁵ Nicodemos Pacheco era inspetor de polícia.²⁷⁶ Guilherme de Oliveira e João dos Santos Filho eram militares, o primeiro praça²⁷⁷ e o segundo atirador.²⁷⁸ Francisco Simões Pereira era auxiliar de comércio.²⁷⁹ Odilon Octávio Elessandres possuía uma estância²⁸⁰, foi funcionário da Inspetoria de Saúde do Porto²⁸¹ e chefe de máquinas do vapor Tavares de Lyra.²⁸²

Já Manoel Sérvulo da Silva, como foi dito, destacou-se no cenário da militância local, participando da diretoria do Sindicato dos Cigarreiros e escrevendo artigos em folhas operárias (*Vida Operária* e *Extremo Norte*).²⁸³ Atuou ainda contribuindo para que diversas

articulação de alianças com outros setores e até mesmo com pessoas que representavam grupos de elite (desde que fosse sinalizado por eles apoio à pauta operária). Essas questões serão aprofundadas no capítulo 2.

²⁷⁴ NOTICIÁRIO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 12, 25/4/1920.

²⁷⁵ UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 1, 8/2/1920; ESTÁ NA HORA. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 13, 1/5/1920. Este último de autoria de Hemetério Cabrinha.

²⁷⁶ CORREIO DO NORTE. Manaus, ano III, n. 842, 14/11/1911.

²⁷⁷ CORREIO DO NORTE. Manaus, ano I, n. 100, 18/5/1906.

²⁷⁸ A CAPITAL. Manaus, ano I, n. 129, 24/11/1917.

²⁷⁹ A CAPITAL. Manaus, ano I, n. 166, 31/12/1917.

²⁸⁰ IMPARCIAL. Manaus, ano I, n. 310, 5/11/1918.

²⁸¹ A CAPITAL. Manaus, ano I, n. 109, 3/11/1917.

²⁸² A CAPITAL. Manaus, ano II, n. 238, 15/3/1918.

²⁸³ PALAVRAS SIMPLES. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 6, 14/3/1920; LUCTEMOS. *Extremo Norte*. Manaus, ano I, n. 22, 12/6/1920; AOS PLEBEUS. *Extremo Norte*. Manaus, ano I, n. 37, 20/9/1920.

categorias fundassem seus sindicatos, a exemplo dos estivadores.²⁸⁴ Sempre que tinha oportunidade, especialmente nas tribunas das associações e em momentos de comemoração de datas significativas (como o 1º de maio), falava acerca das organizações operárias e seus efeitos no processo de luta por melhores condições de vida e trabalho. Sempre pautava sua fala a partir das condições sociais e materiais de existência dos operários e baseado em experiências e referências de outros movimentos de trabalhadores cujas informações chegavam até ele.

Outro personagem de relevo era João Cursino da Gama. Da mesma forma que o anterior, inseriu-se numa dinâmica de incentivo e orientação organizacional, com o objetivo de contribuir para a luta operária.²⁸⁵ Movimentou-se entre diferentes grupos, que possuíam inclusive posições divergentes, conclamando a superarem suas diferenças e construir um consenso em torno de questões específicas como, por exemplo, as eleições governamentais.²⁸⁶

Por fim, destaca-se Elesbão do Nascimento Luz. Foi professor. Desenvolveu suas atividades em diferentes municípios do interior, como Itacoatiara e Beruri.²⁸⁷ Aposentou-se no ano de 1924.²⁸⁸ Interessante assinalar que, no decorrer de suas atividades profissionais, o referido professor parece não ter se envolvido em produção de jornais e fundação de associações.²⁸⁹ Após sua aposentadoria, deslocou-se para Manaus e, a partir daí, não somente se inseriu como membro do Centro Operário do Amazonas, como também fundou e dirigiu um dos mais importantes jornais operários do Estado, não medindo esforços para mantê-lo ativo e em circulação.²⁹⁰

Ainda nesse mesmo ano de 1920, ligado à Associação das Quatro Artes da Construção Civil, surgiu, na data de comemoração do segundo aniversário da referida entidade, o *Constructor Civil* que seguia a mesma linha do jornal anterior.²⁹¹

IMAGEM 8

Jornal *Constructor Civil* (número 1)

²⁸⁴ VIDA OPERÁRIA. Manaus, ano I, n. 7, 21/3/1920.

²⁸⁵ A POSTO. *Extremo Norte*. Manaus, ano I, n. 13, 8/4/1920.

²⁸⁶ O MOMENTO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 9, 4/4/1920.

²⁸⁷ INSTRUCÇÃO PÚBLICA. *A Capital*. Manaus, ano I, n. 74, 27/9/1917.

²⁸⁸ MENSAGEM LEGISLATIVA. Lida perante a Assembleia Legislativa da 2ª sessão extraordinária da 11ª legislatura pelo Exmo. Des. César do Rego Monteiro em 20/2/1924.

²⁸⁹ VIDA OPERÁRIA. Manaus, ano I, n. 1, 8/2/1920.

²⁹⁰ CENTRO OPERÁRIO DO AMAZONAS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 9, 4/4/1920.

²⁹¹ Era socialista reformista.



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

No seu primeiro e único número buscou afirmar a relevância social e política da associação.²⁹² Os responsáveis pelos artigos usavam, em sua esmagadora maioria, pseudônimos (“NUÉ”, “TENBO” e outros). O único nome que efetivamente apareceu foi o de José Monteiro. Sobre ele nada se encontrou, infelizmente.

Já o jornal *O Extremo Norte* estava sob a responsabilidade de Nicoláu Pimentel. Personagens já citados, como João Cursivo da Gama e Manoel Sérvulo, contribuíram também com essa folha operária. Além deles, Jayme de Medeiros, Sérgio Vinícius, Athanásio Mecena, J. Melino, J. Meru e José Florindo marcaram presença, produzindo artigos para o jornal e se envolvendo com sua sustentação e circulação. Apesar da energia canalizada no sentido de encontrar algo que os identificasse, nada foi localizado.

Todavia, não é demais sugerir que esse coletivo atuava muito próximo dos grupos do *Vida Operária* e *Constructor Civil*, sobretudo pelo fato de existirem conexões entre eles, com personagens que, como foi mencionado em linhas anteriores, movimentaram-se lá e cá. Além disso, as associações que apareceram nesses dois jornais faziam-se presentes também no *O Extremo Norte*, como a Sociedade Beneficente União dos Foguistas, o Sindicatos dos

²⁹² *O CONSTRUCTOR CIVIL*. Manaus, ano I, n. 1, 5/1/1920.

Cigarreiros, o Sindicato dos Estivadores, a União Operária e a Sociedade das Quatro Artes da Construção Civil.²⁹³

IMAGEM 9

Jornal O Extremo Norte (número 21)



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

Para finalizar esta parte, cabe mencionar o impresso *O Primeiro de Maio* que foi publicado no ano de 1928 em comemoração a essa data.

IMAGEM 10

Jornal O Primeiro de Maio (número especial)

²⁹³ A presença dessas associações nos três jornais concomitantemente reforça a ideia de articulação em redes.



Fonte: reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

O jornal trouxe informações sobre o histórico da data, as eleições de diretorias de diversas entidades e seus respectivos resultados, a comemoração do Primeiro de Maio no Amazonas e artigos salientando a importância da instrução, da associação, etc. Seu responsável era o “insistente” João Cursino da Gama. Nele apareceu também o nome do nosso já conhecido Joaquim Azpilicueta. Ou seja, esse jornal aglutinou “velhos” nomes de militantes socialistas que marcaram presença constante sobretudo na feitura e sustentação de uma imprensa operária.

1.5.2 As lideranças operárias

Na composição social dos grupos que se envolveram na produção de jornais voltados à causa operária, observou-se a presença de parcela da elite (comerciantes, industriais e políticos) e setores médios urbanos que se aproximaram, em alguns momentos formando “blocos” e em outros articulando alianças, dos operários da construção civil, da indústria, do comércio e outros, a partir de projetos políticos e sociais relativamente comuns. Também foi

possível perceber que muitos desses militantes eram de outros estados do país e até de outros lugares do mundo.

Contribuíram para esta articulação e interação, como já foi mencionado, a constituição, nos anos iniciais da Primeira República, de um mercado de trabalho cujos profissionais ainda formavam um “conjunto indiferenciado”, com interesses comuns que materializaram aproximações e fusões, como aquelas que apareceram no tópico anterior, assim como a abertura, pela 2ª Internacional (1889), do projeto social democrata que consentia a aliança de classes quando a junção resultava em ganhos sociais. Sobre esta influência, Pansardi, tratando do caso de São Paulo, enfatizou que os grupos socialistas ligados aos jornais *O Socialista* (1896) e *A Questão Social* (1895) inseriram-se “não apenas cronologicamente, mas ideologicamente sob a influência da Internacional Socialista”.²⁹⁴ Neste mesmo caminho, os socialistas no Amazonas expressaram essa influência já em 1892, por intermédio do *Gutenberg* e *Operário*, expondo tal conexão internacional.

Os personagens que deram vida às folhas operárias podem ser caracterizados como lideranças, uma das tipologias criadas por Batalha para diferenciar, em diferentes graus, os militantes.²⁹⁵ Neste caso, são assim denominados pelo fato de não se restringirem apenas as suas categorias profissionais, atingindo os operários em seu conjunto, mas também por atuarem de forma substancial na produção, sustentação e circulação de uma imprensa, através da qual procuravam difundir suas interpretações sociais e seus projetos de participação política.²⁹⁶ Embora não se possa pensar a liderança operária como advinda somente do universo dos trabalhadores, pois, como se viu, muitos indivíduos oriundos de outras classes sociais atuavam em nome e em defesa da causa operária, como advogados, professores e artesãos que possuíam oficinas, coloca-se como fundamental recuperar aqueles que, oriundos desse universo e/ou que transitavam mais frequentemente por ele, articularam-se num processo de construção de relações e conexões sociais. Mas quem eram essas lideranças operárias?

²⁹⁴ PANSARDI, Marcos Vinícius. O socialismo dos modernos e o socialismo dos antigos: a incorporação do vocabulário ideológico da II Internacional pelo movimento socialista brasileiro. *História Social*. São Paulo, n. 1, p. 66, 1994.

²⁹⁵ Para Batalha, a militância operária nunca foi homogênea, pois estaria dividida em uma série de correntes políticas e sindicais, além de assumir diferentes comprometimentos. Evidenciando essa heterogeneidade, e ciente de que as tipologias podem criar mais problemas que soluções, o autor distinguiu três tipos de militantes. Além das lideranças, os quadros intermediários (grupo maior que participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, porém pouco escreve sobre suas práticas e muito menos produz teorias) e os militantes de base (os mais numerosos, os que exercem uma militância eventual, em especial em momentos de ascensão dos movimentos). Ver BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Vida Associativa... Op. Cit.*, p. 93.

²⁹⁶ Idem.

Para responder à pergunta foi necessário recortar, dos personagens que emergiram das informações contidas nas folhas, aqueles que transitavam frequentemente nesse universo ou que eram oriundos dele. Realizada essa operação, identificaram-se dezoito lideranças²⁹⁷, a grande maioria proveniente dos setores qualificados do operariado, particularmente gráficos, caixeiros e artesãos. São eles: J. H. de Souza e A. J. Ferreira da Silva (*O Restaurador*), Raymundo Alves Tribuzy, Simon Horner, José de Souza Guimarães, Antônio de Vasconcellos, Virgílio Xavier de Souza (*Tribuna do Caixeiro*) e Francisco Simões Pereira (*Vida Operária*), todos caixeiros. Por outro lado, Vicente L. de Paula Galvão (*Gutenberg*), Tércio Miranda, Joaquim Azpilucuetta e Ananias Linhares da Silva (*A Lucta Social*) eram gráficos. Os demais faziam parte de outras categorias, como Guilherme Borges, que era *chauffeur*, e Augusto Borba, chefe de máquinas da Usina Central do Plano Inclinado (*Confederação do Trabalho*). Já Gabriel Xavier Salles e Jorge Benedicto Ferreira eram artesãos (*Confederação do Trabalho*), assim como Manoel Sérvulo da Silva e João Cursino da Gama (*Vida Operária*).

Estas lideranças tinham uma atuação diversificada e ampla. Como foi dito, além de confeccionar os jornais operários, realizavam atividades que visavam organizar os trabalhadores de diferentes categorias em associações. No interior delas, dinamizavam discussões a partir de temas que focavam a estrutura socioeconômica promotora da desigualdade social, o fortalecimento das associações como fator salutar na luta dos operários por melhores condições de vida e trabalho, a importância da instrução para a categoria específica e para o operariado e sociedade em geral, entre outros. Certamente que as diferenças existiam, sobretudo no que tange aos projetos de sociedade e às estratégias para assegurá-los. Neste sentido, Oliveira estabeleceu uma distinção interessante entre socialistas e colaboracionistas. Para o autor, os socialistas, através da organização dos trabalhadores e formação de partidos políticos, buscavam a transformação da estrutura social em sua totalidade a longo prazo e, nesse processo, consoante o contexto e o embate entre grupos, notadamente aqueles ligados ao Estado, tenderam a tomar posições reformistas. Por outro lado, os colaboracionistas não visavam à transformação da estrutura social. Em geral estavam

²⁹⁷ Entretanto, existe um militante que, embora tenha aparecido esporadicamente nos jornais operários pesquisados, apresentou-se como significativo no processo organizativo dos estivadores. Trata-se de Targino Mariani. Italiano, deslocou-se para Manaus no início do século XX e atuou de maneira muito intensa no sindicato da categoria. Esse militante apareceu na imprensa diária em momentos de greves e negociações estabelecidas pelo Sindicato ao longo de anos, não podendo ser deixado de lado do conjunto dos militantes operários do Amazonas. Porém, sua luta limitou-se aos quadros da diretoria do Sindicato, não se configurando, pois, como uma liderança operária, de acordo com a tipologia de Batalha aqui adotada. Ver PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imigração, trabalho e imprensa em Manaus (1890-1928)*... Op. Cit., p. 2.

próximos e apoiavam constantemente setores da elite e do governo, restringindo suas ações a pressões morais.²⁹⁸ Esta distinção se mostrou plausível para o presente trabalho.

Nesta perspectiva, os socialistas (Vicente L. de Paula Galvão, Joaquim Azpilicueta, Jorge Benedicto Ferreira, Manoel Sérvulo da Silva e João Cursino da Gama) almejavam mudanças significativas através da atuação parlamentar e da formulação de uma legislação social, não descartando, a longo prazo, mudanças estruturais na sociedade em direção ao socialismo. Alguns deles defendiam uma ação levada adiante pelos próprios operários, ou seja, por um partido operário composto somente por esse segmento social, o qual, atrelado às associações, pudesse elegê-los como representantes no parlamento, posição defendida por *O Extremo Norte* (1920). Outros, contrários a um fechamento no âmbito do operariado e defensores de alianças para além desse grupo, sinalizavam a possibilidade de apoiar indivíduos ligados a outras classes sociais e partidos que fossem simpáticos à causa operária, atitude defendida claramente pelos jornais *Gutenberg* (1891-1892), *Operário* (1892), *Vida Operária* (1920) e *O Primeiro de Maio* (1928). Essas duas posturas se inserem no caminho de mudanças sociais traçado pelos socialistas e geraram discussões e conflitos no Amazonas, como será visto, de forma mais aprofundada, no capítulo três.

Já os colaboracionistas (J. H. de Souza, A. J. Ferreira da Silva, Raymundo Alves Tribuzy, Simon Horner, José de Souza Guimarães, Antônio de Vasconcellos, Virgílio Xavier de Souza, Francisco Simões Pereira, Guilherme Borges, Augusto Borba e Gabriel Xavier Salles), embora não pretendessem um sistema alternativo ao capitalismo, e essa era a diferença entre eles e os socialistas, apontavam em direção a um processo de alianças, diálogos e convencimentos, principalmente por meio de pressões morais, com setores da elite e políticos no sentido de serem atendidos em suas reivindicações, via legislação também. Tal ponto de vista estava presente nas páginas de *O Restaurador* (1890), *Confederação do Trabalho* (1909) e *Tribuna do Caixeiro* (1908-1909).

Por outro lado, numa postura mais incisiva e radical, negando ações no âmbito dos poderes constituídos e, sobretudo, alianças com setores que não fossem operários, os anarquistas (Tércio Miranda e Ananias Linhares da Silva) direcionavam suas ações na esteira da ação direta, tendo o sindicato um papel decisivo nessa propositura, postura defendida por meio do *A Lucta Social* (1914). Cabe colocar em relevo que, no Amazonas, nesse período da Primeira República, o comunismo não teve espaço, praticamente não sendo visível através de jornais e até mesmo de outros documentos. A hegemonia ideológica junto aos trabalhadores

²⁹⁸ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Mobilização operária na República excludente...* Op. Cit., p. 75-76.

organizados, como se verá nos próximos capítulos, esteve com o socialismo e o colaboracionismo.²⁹⁹

1.6 O núcleo duro e as redes sociais pequenas e densas

Os personagens citados na seção anterior foram de extrema importância no processo de organização, mobilização e ações de luta dos operários no Amazonas. Através de aproximações e distanciamentos, avanços e recuos, alianças e rompimentos, buscaram costurar relações sociais para “dentro”, entre os operários, e para “fora”, em articulação com setores médios, parcela das elites e outros grupos políticos, tanto no estado quanto em outras regiões do país e até do globo, o que evidencia o caráter internacionalista de boa parte do movimento operário no período, já apontado por outros estudos.³⁰⁰

Do conjunto dos dezoito personagens ligados à militância operária que assumiram um papel de liderança, oito deles se apresentaram de uma forma frequente, insistente e ampla no Amazonas da Primeira República. Alguns desses oito extrapolaram inclusive o referido período, continuando a militar pela década de 1930. Para se ter uma ideia desta frequência, observe-se o quadro abaixo:

QUADRO 1

Núcleo duro da liderança operária no Amazonas

MILITANTES	ANOS 1906-1928 (relacionam-se à militância desses personagens)
Anacleto José dos Reis (Socialista)	1917 1918 1919 1920
Antônio de Vasconcellos (Colaboracionista)	1907 1909 1910 1925

²⁹⁹ Essa característica do movimento operário amazonense já foi mencionada por PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros...* Op. Cit.

³⁰⁰ Por exemplo: PANSARDI, Marcos Vinícius. *O socialismo dos modernos e o socialismo dos antigos...* Op. Cit.

João Cursino da Gama (Socialista)	1918 1919 1920 1928
Joaquim Azpilicueta (Socialista)	1906 1909 1914 1928
Jorge Benedicto Ferreira (Socialista)	1909 1911 1917 1920
José de Souza Guimarães (Colaboracionista)	1909 1911 1912 1915
Raymundo Alves Tribuzy (Colaboracionista)	1907 1909 1910 1911 1912 1913 1915
Virgílio Xavier de Souza (Colaboracionista)	1909 1912 1918 1928

Fontes: Relatórios da AECA, 1907-1914, 1926-1929; Jornal *Correio do Norte*, 1906, 1910-1912; jornal *A Capital*, 1917-1918; jornal *Tribuna do Caixeiro*, 1908-1909; jornal *Confederação do Trabalho* (1909); jornal *A Lucta Social*, 1914; jornal *Vida Operária*, 1920; jornal *O Primeiro de Maio*, 1928.

Pode-se dizer que estes personagens que constam no quadro acima compõem o que se denominou neste trabalho de *núcleo duro* da militância operária amazonense, cuja ação foi determinante para a efetuação de contatos, conexões e interações que pudessem contribuir no processo de formação de projetos de identidade social e de espaços de participação política no estado. Para tanto, eles se colocaram na árdua tarefa de captar informações, de editá-las e materializá-las em impressos, com a finalidade de promover uma reflexão acerca do lugar social dos operários, das lutas e dos meios a serem encaminhados para minimizar as desigualdades sociais e maximizar a justiça social, como também participaram ativamente na organização e fundação de associações e de partidos operários, particularmente em função de serem socialistas e/ou colaboracionistas, o que explica também a força dessas perspectivas no interior do movimento operário local.

Tais indivíduos inclusive desenvolveram atividades como membros de diretorias (associações e partidos operários) e de comissões responsáveis por ações de mobilização, de

difusão, de demonstrações e declarações públicas.³⁰¹ Desta forma, por assumirem atividades cujas dinâmicas procuravam atingir e englobar o conjunto do operariado, esses personagens devem ser vistos, com toda segurança, como algumas das principais lideranças da região. A sua liderança e seus esforços em costurar relações ficam explícitos quando se olha um instrumento utilizado por eles para tal fim: a imprensa operária.

Nas folhas desta imprensa se encontram informações que permitem identificar contatos e interações, os quais possibilitaram a circulação de diversos conteúdos, entre eles, de crítica social e política, com propostas de intervenção social acompanhadas de estratégias e ações que visavam balizar e dinamizar o movimento operário na luta por melhores condições de vida e trabalho. Portanto, através desses periódicos, se observou, para o Amazonas, a existência de dois tipos de articulações: uma ligada aos militantes, seus contatos e suas circulações, portanto de âmbito individual, e outra que envolvia a imprensa operária propriamente dita e as interlocuções estabelecidas via subscrições e/ou remessas solicitadas, nem sempre derivadas de contatos pessoais. Do mesmo modo, deve-se atentar para as cartas e telegramas que chegavam às redações dos jornais trazendo informações sobre fundações de associações, movimentos grevistas, protestos e conquistas de operários de outras localidades do país e do mundo.

Como se procurou mostrar anteriormente, a visualização dessas relações, por meio da análise de redes, revelou o esforço militante de um grupo de operários não muito extenso, dezoito, e, no interior desse, um grupo menor ainda, de oito pessoas, aqui denominado de *núcleo duro*. É importante salientar, mais uma vez, que esses operários faziam parte de diferentes categorias, porém atuavam tanto para implantar, ampliar e fortalecer os laços no interior desses grupos profissionais, quanto no sentido de costurar relações e conexões entre eles. O que se chama de rede densa e, dentro dela de núcleo duro, refere-se a esses grupos que atuavam de forma articulada em associações, partidos e, sobretudo, imprensa operária, com relações próximas e constantes interações.

Todavia, parte desses militantes buscava ampliar tais relações, promovendo ligações com outros grupos, para além do universo do operariado. Nesta perspectiva, setores médios urbanos, políticos e parte da elite, junto com eles, formaram associações e partidos operários pluriclassistas, como foi visto através do *Gutenberg* no início da República, ou dos “blocos de

³⁰¹ Esses termos foram utilizados por Godoy para explicitar as ações anarquistas em São Paulo. Neste sentido, ações de mobilização seriam a constituição de grupos, reuniões, subscrições e incentivo à denúncia. A difusão corresponderia ao lançamento de periódicos. Já declarações públicas eram as denúncias, desafios e apoios (às greves, por exemplo) e demonstrações eram os comícios. Ver GODOY, Clayton Peron Franco de. *Ação direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. Tese (doutorado em Sociologia), FFLCH/USP, São Paulo, 2013, p. 112-114.

interesses do trabalho”, tal qual aquele presente na *Confederação do Trabalho*. Mas tais relações, denominadas de redes amplas, não foram só consideradas neste sentido. Foi importante igualmente levar em conta o caráter internacional dessas alianças e também as articulações com operários de outras regiões do Brasil, como se verá mais adiante no texto. Enfim, caracterizamos como *redes amplas* tanto aquelas tecidas com outros grupos sociais para além do operariado (amplas, portanto, em termos sociais), quanto as que articularam localidades para além do Amazonas (amplas em termos geográficos).

Portanto, empregando a análise de redes, é possível verificar que, nas variadas relações sociais empreendidas, diferentes níveis e densidades foram estabelecidos e, embora não se possa demonstrar isso de forma absoluta, por força da utilização de “fontes parcas”, já justificada no início deste capítulo, é possível reconhecer nesta pesquisa no mínimo três intensidades: a primeira corresponde ao que foi denominado de núcleo duro (já identificado), a segunda à rede pequena e densa (onde se podem incluir os grupos de militantes operários, mas também aquelas lideranças de origem não-operária, em articulação nas associações, na imprensa e partidos operários) e a terceira à rede ampla e fluida, de dois tipos: em função da diversificação social (com a presença de setores médios urbanos e da elite política e econômica) e devido à diversidade geográfica (com grupos de operários ou não de outras regiões do país e do mundo).

Com o objetivo de reforçar este argumento e propiciar uma melhor visualização das articulações das lideranças operárias em redes de diferentes níveis, procurou-se realçar, por intermédio do conjunto da imprensa operária amazonense, as conexões por onde circulavam informações que dinamizavam o movimento operário local.

Um primeiro aspecto que torna plausível o reconhecimento de redes sociais pequenas e densas se refere ao processo de aglutinação das associações em torno dos jornais operários. Estes trazem consigo informações sobre as entidades que lhe davam sustentação, como demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 2

Alguns jornais operários do Amazonas e as respectivas associações de trabalhadores que agregavam

JORNAIS	ASSOCIAÇÕES
<i>A Lucta Social</i> (1914)	- Federação Marítima - União dos Chauffeurs, Carroceiros e Boleeiros - Federação Operária do Amazonas

	<ul style="list-style-type: none"> - Sindicato dos Trabalhadores Gráficos - União dos Alfaiates - Sindicato dos Operários Manipuladores de Pão - (?) Sapateiros
<i>Vida Operária</i> (1920)	<ul style="list-style-type: none"> - União Operária Nacional - Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil - Centro Operário do Amazonas - União de Classe dos Pedreiros - União Beneficente dos Foguistas - Sociedade das Artes Gráficas do Amazonas - União de Moços e Marinheiros - Sindicato dos Cigarreiros - Associação dos Constructores Civis - Sindicato dos Estivadores do Amazonas - Colligação dos Officiaes da Marinha Mercante - Centro Beneficente dos Mechânicos
<i>Primeiro de Maio</i> (1928)	<ul style="list-style-type: none"> - União Beneficente de Marinheiros e Moços - União Beneficente dos Foguistas - Sociedade Beneficente dos Cigarreiros - Sociedade Beneficente dos Barbeiros em Manaós - Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Amazonas - Sindicato dos Estivadores no Amazonas - União Beneficente dos Chauffers - Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil do Amazonas - Sociedade B. O. de Sapateiros - Sindicato dos Alfaiates no Amazonas - Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública - União Operária Amazonense

Fonte: Elaborado pelo autor.

Estas associações, conforme é possível constatar, eram diversificadas, pois se caracterizavam como sindicais ou de beneficência, e algumas pluriclassistas, como o Centro Operário que aceitava entre seus membros indivíduos “não-operários”, entre eles, por exemplo, Elesbão do Nascimento Luz e Hemetério Cabrinha, o primeiro professor e o segundo poeta.³⁰² A grande exceção era *A Lucta Social*, periódico anarquista que congregou ao seu redor entidades que tinham por escopo a luta econômica e criticou fortemente as associações beneficentes acusadas de “caça níqueis”, como se vê nesta citação: “Fundemos sociedades de classe, porém, não essas sociedades caça-nikeis, denominada de Beneficentes – porque ellas são a negação absoluta das idéas reivindicadoras. Organizemo-nos, repito, mas dentro das mais modernas aspirações libertárias, nas bases sólidas do syndicalismo puro”.³⁰³

³⁰² VIDA OPERÁRIA. Manaus, ano I, n. 1, 8/2/1920.

³⁰³ SOMOS OPERÁRIOS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

Estas críticas atestam a existência de disputas políticas e ideológicas entre as lideranças operárias, fazendo-as caminhar de forma paralela e até mesmo entrar em rota de colisão, conforme o caso registrado acima entre socialistas e anarquistas sobre a questão das sociedades beneficentes. Mas eles também realizavam aproximações, sobretudo em momentos de fatalidades sociais, como no caso da morte do operário Ignácio de Souza, assim mencionada no jornal:

No dia 12 de março, faleceu no Porto o operário socialista Ignácio de Souza, irmão do nosso amigo e camarada M. J. de Souza. Se bem, que, no campo doutrinário estivéssemos em desacôrdo, não deixamos de patentear nas nossas columnas, o sentimento devido, pela morte do incasável lutador da causa operária.³⁰⁴

Este cenário revela que tais relações eram permeadas por disputas que, às vezes, se colocavam como limites ao seu avanço. Algumas lideranças, como o socialista Joaquim Azpilicueta, perceberam isso e buscaram superar tais conflitos a partir de um discurso onde se pregava o fortalecimento dos laços entre os trabalhadores, como fica patente num de seus artigos:

Sou completamente contrário á luta entre os operários, porque entendo que essa luta é inglória, prejudicial e contraproducente, ante os fins que perseguimos, pois que com discussões de certo genero, só damos ares aos elementos que devemos combater.

(...)

Não é esse o caminho a seguir.

Formemos em fileiras estreitas, unidas, para defender os nossos direitos, sem esquecer os nossos deveres.

Sejamos também firmes e compactos para procurar a união de todo o proletariado, educando-o, propagando as doutrinas sãs e benéficas do puro socialismo.

Acabemos com essas dissensões e, unidos, batalhemos em prol dos explorados e contra os exploradores.³⁰⁵

Da mesma forma que este ativista, o também socialista João Cursino da Gama utilizou o *Vida Operária* para defender um processo de união entre os militantes:

Realisar-se-ha brevemente nessa cidade, uma grande reunião operaria para resolver sobre a atitude que se deve assumir em face da sucessão governamental. E, nessa perspectiva, concito a todos os companheiros a se

³⁰⁴ IGNACIO DE SOUZA. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 2, 1/5/1914.

³⁰⁵ IMPRESSÕES. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 3, 1/6/1914.

congregarem em derredor de um só ideal, fortificando-se assim para o fim collimado no período antecedente.

Aos meus distintos companheiros do *Extremo Norte*, faço um appello no sentido de, esquecendo pequenas divergências, n'um só pensamento, e, juntos, trabalharmos pela salvação do Amazonas.³⁰⁶

As lideranças que davam vida ao *Extremo Norte*, cujo responsável era Nicolau Pimentel, também eram socialistas. Todavia existiam divergências entre elas quanto à composição das associações e do partido operário. Para esse, ambos deveriam acomodar exclusivamente trabalhadores, enquanto que, para aquele, a formação poderia ser pluriclassista, com a presença de setores médios e frações da elite política e econômica. Com a proximidade das eleições estaduais, certamente essas divergências se intensificaram a ponto de João Cursino da Gama clamar pela sua superação.

Percebe-se, nas palavras das lideranças, sempre um elemento maior que compunha um discurso mais genérico ligado ao capitalismo, onde o trabalhador era identificado como “explorado” e os patrões como “exploradores”. Ou um aspecto mais local, como a eleição estadual, onde o foco recaía sobre a capacidade das lideranças, particularmente socialistas, de agregar os operários. Não obstante, em ambos os casos, o que se tem são elementos gerais utilizados pelos militantes no sentido de criar um sentimento de união contra os seus algozes, mediante a simplificação da realidade social, resumindo-a em dois blocos: “explorados” x “exploradores” ou “grupo político dominante” x “grupo político dominado”. Nesta esteira, sobretudo nos momentos em que as divergências se agravavam, tais ativistas escreveram seus artigos de modo a criar um movimento de união entre os trabalhadores. Claro está que esse processo não se resume somente aos referidos discursos, pois outras questões se colocaram, como, por exemplo, as oito horas de trabalho, a instrução educacional, além de outros temas que, em maior e/ou menor grau, agregaram os trabalhados e contribuíram para que pudessem ampliar suas redes, o que será aprofundado nos demais capítulos.

Assim, pode-se dizer que as redes, mesmo que pequenas e densas, estruturavam-se permeadas por questões ideológicas. Todavia, não se encerravam nelas, por motivos que iam desde a existência de uma “mescla ideológica” que ensejava aproximações em conjunturas específicas, como aquela relacionada à formação de “blocos de interesse do trabalho”, até as fatalidades sociais que impactavam os operários e/ou a emergência de um consenso em torno de uma pauta de reivindicação (por exemplo: a luta pelas oito horas de trabalho). Neste ínterim, faz-se necessário explicar como essas redes foram estruturadas a partir dessas

³⁰⁶ O MOMENTO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 9, 4/4/1920.

relações realizadas no interior de um universo diverso e conflituoso, cheio de distanciamentos e aproximações entre os trabalhadores e entre esses e outros setores sociais.

Como já foi assinalado, é na esteira do que salientou Bertrand que se entendem as redes, ou seja, elas não existem em absoluto, fora das relações humanas, pois é justamente nessas relações, na operacionalização de um projeto específico no âmbito de um contexto construído por atores sociais, que as redes surgem nas fontes, tornando-se visíveis aos nossos olhos.³⁰⁷ Portanto, elas, as redes, são estruturadas por indivíduos a partir de suas relações de parentesco, amizade, vizinhança, entre outros. Todavia, no caso dos nossos personagens, as redes se estruturavam especialmente mediante as relações que surgiam no trabalho e/ou no processo de conscientização política. Esses dois elementos atuavam de forma imbricada e oportunizavam a construção de diferentes tipos de redes (anarquista, socialista, etc.) autônomas, porém não isoladas, as quais mantinham relações umas com as outras, distanciando-se ou agregando-se conforme os interesses em jogo e as questões a serem defendidas. Neste sentido, é possível falar em redes anarquistas, socialistas, colaboracionistas e outras. Por outro lado, deve-se atentar ao perigo de separá-las e torná-las estanques, daí o esforço de tentar colocá-las em relação, como foi dito no início deste capítulo.

Dito isto, cabe sublinhar a força do socialismo e, em menor grau, do colaboracionismo, no interior do movimento operário do Amazonas, o que é reforçado pela quantidade de associações ligadas aos jornais desse grupo. Verificando os membros de algumas dessas entidades, o reconhecimento da formação de redes pequenas e densas torna-se marcante. O quadro abaixo exemplifica isso:

QUADRO 3

Associações de trabalhadores do Amazonas e suas respectivas diretorias presentes nos jornais *Vida Operária* e *Primeiro de Maio*

VIDA OPERÁRIA	
Associações	Diretorias
União Operária Nacional	Presidente: Anacleto José dos Reis Vice-presidente: Francisco Simões Pereira 1º Secretário: Pedro Ribeiro da Silva 2º Secretário: Joaquim Baptista de Carvalho Orador: Guilherme de Oliveira Vice-orador: Oscar Ferreira Lopes

³⁰⁷ Ver citação na página 34.

	Tesoureiro: Raymundo Pinheiro da Silva Procurador: Januario Soares Monteiro
Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil	---
Centro Operário do Amazonas	---
União de Classe dos Pedreiros	---
União Beneficente dos Foguistas	Presidente: Alfredo Moreira Lima Vice-presidente: Adelino Gonçalves Areias 1º Secretário: Ivo Alves de Almeida 2º Secretário: Amancio Rebello Nery Orador: Francisco Magalhães 1º Tesoureiro: Annanias Alves de Oliveira 2º Tesoureiro: José Maria dos Santos
Sociedade das Artes Gráficas do Amazonas	---
União de Moços e Marinheiros	---
Sindicato dos Cigarreiros	Conselho Diretor: Maximino dos Santos (diretor), Antônio Correia e Francisco Xavier da Costa (vice-diretores) Conselho Administrativo: Gonçalves de Araújo (presidente), Werres Galvão (vice-presidente), Manoel Sérvulo da Silva (1º secretário) e Antônio Ribeiro (tesoureiro)
Associação dos Constructores Civis	Presidente: Antônio B. e Silva 1º Secretário: Gustavo Acamphora 2º Secretário: Francisco Tineiro Tesoureiro: Augusto Felício
Sindicato dos Estivadores do Amazonas	Presidente: Targino Mariani Vice-presidente: Joaquim Felix Pessoa 1º Secretário: Arthur Arruda 2º Secretário: Alexandre Martins do Rosário Tesoureiro: Francisco Gomes
Colligação dos Officiaes da Marinha Mercante	---
Centro Beneficente dos Mechânicos	Presidente: Custódio Antônio Rocha Vice-presidente: Alfeu Thaumaturgo Barros 1º Secretário: Odilon Octávio 2º Secretário: José Lopes Conselho Fiscal: Romão José, Juvêncio da Fonseca e Joaquim Gomes Evangelista
PRIMEIRO DE MAIO	
Associações	Diretorias
União Beneficente de Marinheiros e Moços	Presidente: Deozino de Paula Vice-presidente: Arthur Torres 1º Secretário: Francisco Britto Magno 2º Secretário: Antônio Gomes de Oliveira 1º Tesoureiro: José Pedro dos Santos 2º Tesoureiro: Raul Cordeiro Conselho Fiscal: Cypriano Vieira, Carlos Pinheiro e Francisco Lopes Filho
União Beneficente dos Foguistas	Presidente: Adelino Gonçalves Vice-presidente: Manoel Teixeira Cardoso Filho

	<p>1º Secretário: Raymundo Nonato da Silva 2º Secretário: Raymundo Marques 1º Tesoureiro: Antônio Florêncio Gomes 2º Tesoureiro: João de Deus Rodrigues Comissão de Finanças: Francisco Alves da Cunha, Henrique José Correia e Severino Pessoa</p>
Sociedade Beneficente dos Cigarreiros	<p>Presidente: Estácio Santos Lopes Vice-presidente: Pedro Christiano de Oliveira 1º Secretário: Alfredo Miranda de Araújo 2º Secretário: José Freire Cavalcante 1º Tesoureiro: Francisco Gonçalves de Araújo Contador: Manoel Caetano de Andrade</p>
Sociedade Beneficente dos Barbeiros em Manaós	<p>Presidente: João A. Pires</p>
Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Amazonas	<p>Presidente: Major Raymundo Nicolau da Silva Vice-presidente: Dr. Themístocles Pinheiro Gadelha 1º Secretário: Major Carlos Nogueira Fleury 2º Secretário: Nuno Cardoso Tesoureiro: Coronel Tancredo Moreira Lima Comissão Fiscal: Dr. Agnello Bittencourt, Dr. Ismael Henriques de Almeida e Capitão Victor Sobrinho</p>
Sindicato dos Estivadores no Amazonas	<p>Presidente: Firmo Araújo Vice-presidente: Benigno Souza 1º Secretário: Antônio Custódio 2º Secretário: José Valdomiro Tesoureiro: José Bernardino Santarém Conselho Fiscal: Francisco da Costa Pessoa, João Baptista da Cruz e João Affonso</p>
União Beneficente dos Chauffers	<p>Presidente: João Raymundo Mendes Vice-presidente: ? 1º Secretário: Mário de Almeida Cruz 2º Secretário: Antônio Marques Tesoureiro: João Reis Adjunto de Tesoureiro: Sebastião Coelho Conselho Fiscal: Manoel Abreu, João Avelino e Arnaldo Silva</p>
Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil do Amazonas	<p>Presidente: João da Silva Monteiro Vice-presidente: ? 1º Secretário: Manoel Rodrigues Lima 2º Secretário: Bernardo Mattos Tesoureiro: Manoel de Freitas Bibliotecário: Joaquim Cruz 1º Vogal: Francisco Vieira 2º Vogal: Manoel Lima Júnior Conselho Fiscal: Innocência Fernandes de Souza, Manoel Ferreira Coelho e Francisco da Silva Coelho</p>
Sociedade B. O. de Sapateiros	<p>Presidente: José Henrique Lemos Vice-presidente: ? 1º Secretário: José Alves de Lima 2º Secretário: Silvio Bentes Tesoureiro: Antero Ferraro</p>

	Conselho Fiscal: Osório Rabello, Sant'Anna e Manoel Pinto
Sindicato dos Alfaiates no Amazonas	Presidente: Waldemar Braga Vice-presidente: ? 1º Secretário: Antônio Lisboa 2º Secretário: Sebastião do Monte Tesoureiro: Antônio Panilha Conselho Fiscal: Antônio Silva, José dos Santos e Nicolau Filard
Associação Beneficente dos Operários da Imprensa Pública	Presidente: Alfredo Gonçalves Bahia Secretário: Joaquim de Castro Carneiro Tesoureiro: Edmundo Martins de Almeida
União Operária Amazonense	Presidente: Ernesto do Nascimento Vice-presidente: Raymundo de Alcântara 1º Secretário: Moisés Farache 2º Secretário: Durval Oliveira Orador: Cursino Gama Vice-orador: Raymundo do Espírito Santo Tesoureiro: Justino Marques da Silva Procurador: Joaquim B. de Carvalho

Fonte: Elaborado pelo autor.

É considerável salientar que, entre os membros de algumas diretorias de associações, especialmente do Sindicato dos Cigarreiros, da União Operária e da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, estão presentes os personagens do núcleo duro: Joaquim Azpilicueta, João Cursino da Gama, Anacleto José dos Reis, Raymundo Tribuzi, Antônio de Vasconcellos e Virgílio Xavier de Souza. Pode-se pensar numa rede estruturada a partir das ações desse núcleo. Vejam-se dois exemplos: Raymundo Alves Tribuzi e João Cursino da Gama.

O primeiro, como já foi dito, deslocou-se do Maranhão para o Amazonas em 1903. Naquele estado foi sócio fundador do Centro Caixeiral (1890), onde fez parte da direção em várias gestões. Tribuzi é o exemplo do indivíduo que “com seus atributos e valores”, neste caso de militância, relacionou-se com outros personagens e, no Amazonas, compartilhou suas experiências, promovendo a organização dos caixeiros. Neste estado, foi algumas vezes presidente da Associação dos Empregados do Comércio e responsável pelo *Tribuna do Caixeiro*. Juntamente com os seus colegas da associação, costurava relações com setores políticos e da praça comercial com o objetivo de ampliar o seu raio de ação e, por meio de pressões morais, pois era colaboracionista, atuar na defesa dos interesses de sua categoria – fechamento das portas do comércio às seis horas da tarde durante a semana, aos domingos, entre outros.³⁰⁸ O segundo esforçou-se em organizar entidades que congregassem o conjunto

³⁰⁸ *TRIBUNA DO CAIXEIRO*. Manaus, ano I, n. 1, 21/4/1908.

das categorias de trabalhadores, num claro processo de ampliação da rede. A União Operária, que Gama ajudou a fundar, é relevante nesse sentido, assim como também o lançamento do jornal *Primeiro de Maio* (1928), do qual foi diretor e por onde procurou articular diversas associações existentes (e que estão no quadro acima).

A constituição de redes pequenas e densas oportunizou a inserção de outros personagens que passaram a atuar na ampliação das ações de organização direcionadas aos trabalhadores que ainda não possuíam associações. Um deles era Manoel Sérvulo da Silva, que contribuiu na organização de várias categorias, dentre elas a dos trabalhadores da estiva, ajudando-os a fundar o seu sindicato. Tal feito marcou presença nas páginas do jornal *Vida Operária*:

A convite do sr. Manoel Sérvulo da Silva, reuniram-se no domingo passado, grande número de estivadores no prédio n. 38, sito à rua Tapajós, gentilmente cedido pelo sr. Joaquim Gomes Evangelista, cuja reunião tinha por fim a organização dessa classe.

O sr. Manoel Servulo, usando da palavra, expoz as conveniencias das organizações e os seus effeitos, em baseados argumentos, e ao terminar a sua oração, propoz aos assistentes a fundação do Syndicato de Estivadores do Amazonas, proposta esta, que foi unanimemente aceita.

Em seguida, foi aclamada a seguinte directoria: - Presidente, Targino Mariani; vice-dito, Joaquim Félix Pessoa; 1º Secretário, Arthur Arruda; 2º dito, Alexandre Martins do Rosário; Thesoureiro, Francisco Gomes.

Conselho fiscal: - Romão José de Lyra, Juvencio Borges da Fonseca e Joaquim Gomes Evangelista.

Após esses trabalhos, o sr. Presidente encerra a reunião, marcando outra, para hoje as 15 horas, no mesmo local, afim de ser nomeada a comissão que tem de elaborar os estatutos.

Entre os estivadores reinava grande entusiasmo.³⁰⁹

A referida comissão foi nomeada e os estatutos elaborados e aprovados, consolidando a existência do novo sindicato.³¹⁰ Certamente, assim como Manoel Sérvulo, outros personagens foram se inserindo nessa rede e se tornando lideranças, ajudando, dessa forma, a ampliar o número de militantes (intermediário e/ou base) e, conseqüentemente, da rede socialista. Esta propiciava a emergência de um circuito por onde os militantes e as folhas operárias transitavam. Tal movimentação foi registrada nas suas próprias folhas:

No dia 27 de janeiro próximo findo, pelas 19 horas, foi esta promissora Sociedade visitada pelo Director da Vida Operária e nosso bemquisto companheiro de redacção, Elesbão do Nascimento Luz, que alli compareceu em propaganda do nosso jornal, na séde social de nome acima.

³⁰⁹ VIDA OPERÁRIA. Manaus, ano I, n. 7, 21/3/1920.

³¹⁰ NOTICIÁRIO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 10, 11/4/1920.

Já em plena sessão, encontrou o Director da Vida Operária os associados nos seus respectivos mistéres, trocando várias idéas beneficiárias em proveito de seus próprios interesses.

(...)

Após outros assumptos que alli foram discutidos e logo em seguida aprovados, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao representante da Vida Operária, pelo que a seu Director, em uma substanciosa oração toda cheia de dos mais elevados conceitos, exclusivamente em proveito do operariado amazonense e das classes trabalhadoras, declarou que o principal fim colimado da sua visita ante os membros da Sociedade “União dos Foguistas”, era apenas levar aos seus conhecimentos que no dia oito de fevereiro surgia em Manaós, com o título de nome acima, mais um jornal semanal; o qual tinha por fim defender os legítimos direitos das classes operárias e, ao mesmo tempo, tratar de interesses geraes, que se relacionasse com a vida do Estado e da collectividade.³¹¹

Neste caso, é visível a circulação de Elesbão Luz, que foi até a Sociedade União dos Foguistas com a finalidade de divulgar e colocar à disposição da entidade e dos trabalhadores o jornal *Vida Operária*. Assim como também é perceptível a existência de debates e trocas de ideias no interior da referida sociedade e a possibilidade de se realizar discursos direcionados ao público presente, como fez Luz.

No *A Lucta Social* também se encontram passagens que corroboram essa circulação, no caso entre os anarquistas:

Foi grande a satisfação e o regosijo que observamos no dia da posse da nova directoria, onde vários camaradas falaram, exortando a classe ao interesse pela sociedade e á propaganda dos seus fins de solidariedade. Entre outros fizeram uso da palavra Antônio de Castro e Silva, dos práticos; Angelo Cruz, pela Federação Marítima; Antônio Fernandes, pela Sociedade dos Mestres de Pequena Cabotagem; André Santos, pelos Machinistas; Benedicto Teixeira Pinto, pelos Foguistas e Tércio Miranda, pela Sociedade das Artes Graphics.³¹²

Observa-se, neste caso, que os representantes de cada entidade se relacionavam entre si, estruturando, desse modo, uma rede anarquista utilizada para reforçar os laços de solidariedade e a organização de classe. Em grande medida, tal fluxo de militantes se dava em função do lançamento das folhas operárias, da fundação de novas sociedades e de reuniões e/ou confraternizações especiais, como a do Primeiro de Maio, como se verá depois. As interações que surgiam daí eram fundamentais, pois faziam correr nas redes, tanto anarquista

³¹¹ SOCIEDADE UNIÃO DOS FOGUISTAS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 1, 8/2/1920.

³¹² A CONSCIÊNCIA OPERÁRIA NA SOCIEDADE DOS PRÁTICOS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

quanto socialista, as informações e discussões travadas sobre o mundo do trabalho, permitindo posicionamentos e opiniões sobre os assuntos a ele relacionados.

1.7 “O que há lá por fora”: ampliando as redes para além das fronteiras estaduais

A constituição de redes sociais não se limitou às fronteiras estaduais. Pelo contrário, foi se ampliando de uma forma multidirecional e multiespacial, alcançando uma dimensão regional, nacional e internacional. Para demonstrar essa ampliação, optou-se primeiramente em sublinhá-la regionalmente para, em seguida, e de forma conjunta, realçá-la nacional e internacionalmente. Esta divisão se deu em função de melhor apresentar a questão.

A dimensão Nortista³¹³ das redes pode ser percebida pelos jornais e/ou correspondências recebidas nas oficinas e redações das folhas operárias do Amazonas. Investigando-se essas, tornou-se visível tal relação e os exemplos abaixo demonstram isso:

QUADRO 4

Jornais, correspondências e/ou revistas recebidos nas oficinas de algumas folhas operárias do Amazonas

JORNAIS OPERÁRIOS DO AMAZONAS	JORNAIS, CORRESPONDÊNCIAS E/OU REVISTAS RECEBIDOS E SUAS RESPECTIVAS LOCALIDADES
<i>Gutenberg</i> , 1891-1892 (n. 1, 19 e 25)	- <i>Tribuna Operária</i> (PA) - <i>O Democrata</i> (PA) - <i>O Pimpão</i> (PA) - <i>Gazeta Postal</i> (PA) - <i>Onze de Julho</i> (PA) - <i>O Artista Caxiense</i> (MA) - <i>O Nacional</i> (MA) - <i>Comércio de Caxias</i> (MA)
<i>Operário</i> , 1892 (n. 1)	- <i>Estado do Maranhão</i> (MA) - <i>A Pacotilha</i> (MA)
<i>A Lucta Social</i> , 1914 (Suplemento ao n. 1 e n. 1)	- Correspondência da Reunião d'Assembléa Geral (Belém/PA) - Carta da Secretaria da “União dos Operários Sapateiros do Pará” (Belém/PA)
<i>Vida Operária</i> , 1920 (n. 12)	- <i>Folha do Acre</i> (AC) - <i>Jornal do Povo</i> (PA)
<i>Tribuna do Caixeiro</i> , 1908-1909 (n. 9, 10, 14, 17, 20,	- <i>Diário Oficial</i> (São Luiz/MA) - <i>Revista Typographica</i> (São

³¹³ Aqui pensada em termos de Amazônia Legal, abarcando os estados do Norte, o leste do Maranhão e o norte de Mato Grosso.

22, 23,28, 35 e 45)	Luiz/MA) - <i>Revista da Associação Commercial</i> (São Luiz/MA) - <i>Folha do Norte</i> (PA) - <i>Comarca</i> (Codó/MA) - <i>O Maranhão</i> (MA) - <i>O Cruzeiro do Sul</i> (AC) - <i>A Mocidade</i> (PA)
---------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se, no quadro acima, que não eram somente folhas operárias que chegavam às oficinas e redações dos referidos jornais. Os materiais tinham uma composição variada, contemplando jornais diários, que traziam em seu bojo informações políticas de suas regiões, em geral ações de governo que afetavam os trabalhadores. Já as correspondências e cartas das associações visavam a troca de informações e experiências entre elas.

Quanto às oficinas e redações, em muitos casos, estavam localizadas nas casas das lideranças. O caso de Tércio Miranda é um exemplo disso. Na sua casa funcionava a oficina e redação do jornal *A Lucta Social*, a sede da Associação das Artes Gráficas do Amazonas, bem como a sua escola, com uma pequena biblioteca para ser utilizada pelos seus associados e interessados em geral. Na sua residência, portanto, ele centralizava todas essas atividades. Do mesmo modo que ele, Marcellino da Exaltação Fernandes implantou a sede e a escola do Partido Operário do Amazonas, além da oficina e redação do *Gutenberg*³¹⁴, na sua moradia. Por outro lado, existiam associações que possuíam sede própria, como a dos empregados no comércio do Amazonas, possibilitando-os desenvolverem as suas ações de militância nesse espaço, inclusive a confecção do *Tribuna do Caixeiro*.

Outra forma de atestar esta rede mais ampla diz respeito às ligações existentes entre os grupos dessa imprensa operária local e seus colegas de outros estados, mediante a circulação de informações entre eles. Nesta esteira, após o grupo do *Gutenberg* fundar o Partido Operário do Amazonas em 1892 e revelar a sua intenção de fazê-lo ganhar corpo e peso político, o Partido Operário do Pará foi citado por ele como uma referência importante:

Longe do hobrear-se com o Partido Operário dos outros Estados, o Partido Operário do Amazonas ainda não conta com o pequenino, e não em condições de poder enfrentar e castigar os que procurem massacrar-o calcando os pés e sua independencia, a sua liberdade e por conseguinte roubando a sua autonomia.

Porém, desde que tenha o concurso e o apoio de todos os artistas, então será respeitado e poderá ocupar sem receio o lugar que lhe compete, e hobrear-

³¹⁴ GUTENBERG. Manaus, ano I, n. 19, 1/5/1892.

se com os demais partidos, que se fazem respeitar e temem pela sua infinidade de adeptos. Fazemos menção aqui ao Partido Operário do Pará, que é poderoso porque a Liberdade tocou de uma só vez em todos os corações benfazejos (...) dos artistas, que pelo seu órgão de imprensa defende e faz ser respeitada a independência do artista fazendo conhecer no Brasil inteiro “que o artista não precisa absolutamente de favores de quem quer que seja porque sendo livre e independente como é, não se deve se sujeitar a imposições mesquinhas”. E nós não podemos ser tão independentes quanto eles? E nós não podemos usar da mesma franqueza? Sim, podemos, mas para isso ainda nos falta o essencial; - o apoio de todos.³¹⁵

Observa-se que, dentro do artigo publicado pelo *Gutenberg*, existe um trecho que provavelmente foi retirado do jornal ligado ao Partido Operário do Pará. A própria menção a esse já é reveladora do trânsito de informações estabelecidas entre os dois estados e que o quadro 4 atesta. Quanto ao Partido Operário do Amazonas, ficou patente que, depois de criado, enfrentou dificuldades de ampliar suas bases, restringindo-se às lideranças compostas por parte dos gráficos e setores médios, além de parcela de comerciantes que se somaram a esse esforço. A articulação que fizeram para “fora”, ou seja, com os grupos políticos e econômicos dominantes (Guerreiro Antony, etc.), deve ter resultado de uma tentativa por parte desses de controlar e/ou manipular a agremiação. A questão é que o *Gutenberg* foi empastelado (assim como também se sugeriu para o seu sucessor, *Operário*) e o partido extinto, pois nos anos subsequentes ao fechamento das folhas não se teve mais informações sobre ele. Corroboram isso a criação de outros partidos operários no Amazonas ao longo da Primeira República.³¹⁶

Ainda sobre o quadro anterior, ele confirma uma interlocução importante entre os militantes do Amazonas com os do Maranhão. Isso é visível também, por exemplo, por intermédio dos vários relatórios enviados pelo Centro Caixeiral daquele estado à Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas. Tais documentos foram registrados no *Tribuna do Caixeiro*.³¹⁷

É importante destacar ainda dois casos relevantes que permitem enxergar um movimento complexo de conexões regionais. Eles se referem à circulação de duas lideranças pelos estados do Brasil, em especial via pacotes. O primeiro foi Izidoro Vieira, redator dos jornais *Gutenberg* e *Operário* e membro do Partido Operário, como já se viu, que visitou o Pará. Assim o jornal *Operário* noticiou sua viagem:

³¹⁵ INDEPENDÊNCIA. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 19, 1/5/1892.

³¹⁶ Como se verifica, por exemplo, no *O Extremo Norte*, onde se destaca a fundação de um Partido Operário Amazonense. O PRIMEIRO PASSO, PARTIDO OPERÁRIO AMAZONENSE. *O Extremo Norte*. Manaus, ano I, n. 21, 5/6/1920.

³¹⁷ ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO – EXPEDIENTE. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 10, 21/6/1908.

No pacote S. Salvador tomou passagem com destino ao Estado visinho (...) este nosso distinto correlligionário ex redactor do Operário e um dos membros influentes do nosso Partido.

Izidoro Vieira, se há dedicado a lucta, defendendo aqui, propagando ali a justa causa que empreendemos a causa do povo.³¹⁸

O segundo foi Tércio Miranda. Ele mesmo registrou no impresso *A Lucta Social* o adiamento de sua viagem ao Norte do país. Nas suas palavras:

Devendo fazer uma viagem de propaganda, por alguns estados do norte do paiz, na qualidade de delegado especial da C.O.B., declaro afim de informar as agrupações operárias que com bastante pezar meu e por motivos que se relacionam com a minha vida particular, não posso partir já, como informava A Vós do Trabalhador, órgão da mesma C.O.B., no seu último número.³¹⁹

Tanto Izidoro Vieira quanto Tércio Miranda circularam por alguns estados da região Norte do Brasil estabelecendo ligações e conexões importantes ao processo de conscientização e luta dos trabalhadores. Deslocavam-se no sentido de realizarem um trabalho de militância, difundindo os ideais socialistas (Vieira) e anarquistas (Miranda).

Ao visualizar e analisar estas redes de militância e troca de experiências, é impossível deixar de apontar a energia das lideranças no sentido de firmar uma relação de abrangência nacional e internacional. Isso pode ser identificado mediante ajuda financeira à imprensa operária de outras regiões do país e do mundo. Tal ajuda quase sempre ganhava as páginas dos periódicos, pois nelas se identificavam as folhas beneficiadas e também se prestavam contas àqueles que haviam contribuído, em geral os trabalhadores e as sociedades que se dispunham a tal esforço. No jornal *A Lucta Social*, por exemplo, se encontram informações a esse respeito:

Pró “Voz do Trabalhador” do Rio de Janeiro

Norberto Vilaça, 1\$000 reis; Antônio J. Cunha, 1\$000 reis; Antônio Ribeiro, 200; Francisco Dias, 200; F. J. Silva, 200; M. Trindade, 500; Raul R. Costa, 500; Manuel M. Silva, 300; Antônio Ramos, 1\$000; Júlio Mendes, 1\$000; Francisco Fernandes, 1\$000; Joaquim C. Ferreira 1\$000; José Ramos, 1\$000; Jacinto Ramos, 1\$000; Manuel Fernandes, 1\$000; Ramiro Lopes, 1\$000; J. Coelho, 3\$100; Manuel Assunção 1\$000; M. Rebelo, 2\$000; J. Quintana, 5\$000; Vicente de Souza 1\$000; Antônio Rocha, 1\$000; Elias Barbosa, 1\$000; Francisco Aranha, 1\$000; Raul Braga, 1\$000; Nicolau Pimentel, 1\$000; Castro Leal, 1\$000; Rodolfo Silva, 2\$000; Fernandes

³¹⁸ NOTICIÁRIO. *Operário*. Manaus, ano I, n. 2, 19/12/1892.

³¹⁹ A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA DO NORTE. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

Varela, 1\$000; José Gabilanes, 2\$000; Araujo Viana, 1\$000; Antônio da Costa Júnior, 500; Leopoldino F. Moita, 1\$500. Total 37\$000.³²⁰

O valor colhido entre os operários tinha como destino *A Voz do Trabalhador* no Rio de Janeiro. Nunca é demais salientar que tal periódico circulou entre janeiro de 1908 e junho de 1915. Com 71 edições preservadas, porém descontínuas do ponto de vista cronológico, sobretudo em virtude de problemas políticos e financeiros, o órgão da Confederação Operária Brasileira se colocava como porta-voz dos operários anarquistas numa dimensão nacional. Por força de sua extrema importância, colocada em relevo por Pinheiro no prefácio da edição fac-símile³²¹, foi foco de variados estudos acadêmicos.³²² Não obstante essa vitalidade, os problemas financeiros levaram o grupo a solicitar explicitamente ajuda:

Amigos, mais uma vez: vinde, TODOS, em auxílio do jornal. Acorrei com urgência, e tirá-lo da situação desesperada em que ele se encontra. A ajuda pronta, imediata, a ajuda de TODOS de conformidade com as posses de cada um, - eis a ajuda eficaz, eis a salvação...³²³

A solicitação, realizada mais de uma vez, foi atendida pelo grupo que girava em torno do jornal *A Lucta Social*, não esquecendo que Tércio Miranda era delegado da C.O.B. na região e, como consequência, estava em conexão com aquele coletivo, como se pôde ver logo acima, com a publicação no periódico dos nomes dos indivíduos que haviam feito doações ao seu congênere carioca.

Por outro lado, a ajuda financeira não se deu somente em âmbito nacional. Para além dessas fronteiras, foi possível verificar outros destinos, como, por exemplo, ao grupo do *Aurora* em Portugal:

Pró “Aurora” de Portugal
S. do GR. Aurora Libertaria, 15\$000; S. do N. Libertas, 10\$000; Tércio Miranda, 25\$000; José Nunes Coelho, 10\$000; Antônio d’Andrade Márta,

³²⁰ VIDA SINDICAL. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

³²¹ *A Voz do Trabalhador*: Órgão da Confederação Operária Brasileira: coleção fac-similar de 71 números, 1908-1915. Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Secretária da Cultura: Centro de Memória Sindical, 1985.

³²² MARQUES, João Carlos. *A Voz do Trabalhador...* Op. Cit.; TOLEDO, Edilene. “Para a união do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República. *Perseu*, n. 10, ano 7, p. 11-31, dezembro de 2013; SOUSA, Fábio da Silva. *A Voz do Trabalhador/Regeneración*. Uma leitura libertária da Revolução Mexicana pela imprensa operária brasileira. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

³²³ SALVEMOS A NOSSA “VOZ”. *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 56, 1/6/1914.

5\$000; Virgílio de Sá, 5\$000; Joaquim Gonçalves Renda, 10\$000. Total 80\$000.³²⁴

A formação de redes amplas e fluidas de alcance nacional e internacional pode ser dimensionada ainda por intermédio das transcrições de matérias retiradas dos periódicos de outras localidades que chegavam às mãos dos grupos responsáveis pelas folhas operárias locais. O quadro abaixo foi construído buscando demonstrar esse movimento:

QUADRO 5

Transcrições de matérias de jornais e/ou revistas de outras localidades do país e do mundo registradas nos jornais operários do Amazonas

JORNAIS OPERÁRIOS DO AMAZONAS	JORNAIS E/OU REVISTAS RECEBIDOS E SUAS RESPECTIVAS LOCALIDADES	MATÉRIAS TRANSCRITAS
<i>Gutenberg</i> , 1891-1892 (n. 1, 19 e 25)	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Cangassú</i> (CE) - <i>Revista Ilustrada</i> (RJ) - <i>O Democrata</i> (PI) - <i>Libertados</i> (Fortaleza/CE) - <i>O Norte</i> (Fortaleza/CE) - <i>O Operário</i> (Fortaleza/CE) - <i>O Bentivi</i> (Fortaleza/CE) - <i>Estado do Ceará</i> (Fortaleza/CE) - <i>A República</i> (Fortaleza/CE) - <i>Cruzeiro de Baturité</i> (Fortaleza/CE) - <i>O Povo</i> (RN) - <i>A República</i> (RN) - <i>Cruzeiro do Norte</i> (Maceió/AL) - <i>O Guarany</i> (BA) - <i>Pequeno Jornal</i> (BA) - <i>Verdade</i> (SP) - <i>Luz</i> (SP) - <i>L'Etoile du Sul</i> (RJ) 	Não houve matérias transcritas
<i>Operário</i> , 1892 (n. 1 e 2)	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Le Parti Ouvrier</i> (França) - <i>O Guarany</i> (BA) - <i>Le Parti Ouvrier</i> (França) - <i>Cidade do Rio</i> (RJ) - <i>Estado da Parahyba</i> (PB) - <i>Le Parti Ouvrier</i> (França) 	<ul style="list-style-type: none"> - Movimento Social - Falsa posição - Caridade - Para onde nos levam? - Assassinato de uma dançarina - O Movimento Operário e a civilização
<i>Vida Operária</i> , 1920 (n. 1, 3, 4, 9, 10, 15, 18 e 19)	<ul style="list-style-type: none"> - <i>A Razão</i> (RJ) - Relatório (Inglaterra) 	<ul style="list-style-type: none"> - Política Operária - O que dizem todos os médicos eminentes (sobre o

³²⁴ VIDA SINDICAL. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Hora Social</i> (Recife) - <i>Folha do Comércio</i> (RJ) - <i>Correio da Manhã</i> (RJ) - <i>Folha da Alemanha</i> (Alemanha) - <i>Gráfico</i> (RJ) - <i>Liga da Defesa Nacional</i> (RJ) 	<p>álcool)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para os Sindicatos Camaradas - ? - Decreto de 1º de maio, equiparando a funcionários os operários da Prefeitura - Os Mandamentos Cívicos da Alemanha - Acto de Fé do Operário - Os Dez Mandamentos
<i>O Constructor Civil</i> , 1902 (n.1)	<ul style="list-style-type: none"> - <i>El Dia</i> (Espanha) - <i>El Dia</i> (Espanha) - <i>República Portuguesa</i> (Portugal) 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobre as Ligas das Nações - Son Compañeros em acción y en sentimento - Collumna Operária
Tribuna do Caixeiro, 1908-1909 (n. 9, 14, 17, 20, 22, 23, 28, 29, 32, 33, 35 e 45)	<ul style="list-style-type: none"> - <i>O Núcleo</i> (Caruarú/PE) - <i>Revista Commercial</i> (Fortaleza/CE) - <i>Folha do Povo</i> (RJ) - <i>Diário de Natal</i> (RN) - <i>A Bahia</i> (BA) - <i>Revista da Associação Commercial</i> (CE) - <i>Aracaty</i> (Aracaty/CE) - <i>Comarca</i> (Codó/MA) - <i>A Alvorada</i> (RN) - <i>O Mossoroense</i> (Mossoró/RN) - <i>Commercio de Mossoró</i> (Mossoró/RN) - <i>O Commercio</i> (Theresina/PI) - <i>O Progresso</i> (Fortaleza/CE) - <i>O Echo</i> (Recife/PE) - <i>Unitário</i> (CE) - <i>O Monitor</i> (Theresina/PI) - <i>A Estrella</i> (Aracaty/CE) - <i>A Illustração</i> (Maceió/AL) - <i>Caixeiro do Norte</i> (Porto/Portugal) - <i>El Imparcial</i> (Quito/Equador) - <i>Correio da Noite</i> (RJ) - <i>El Viajante</i> (Barcelona/Espanha) - <i>La Aurora</i> (Buenos Aires/Argentina) - <i>A Voz do Trabalhador</i> (RJ) - <i>Notícias de Caminha</i> (Portugal) - <i>O Sol</i> (Aracaty/CE) 	<p>Não houve matérias transcritas</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Algumas considerações são necessárias após a observação do quadro em tela. Em primeiro lugar, verifica-se uma quantidade maior de impressos vindos do Nordeste,

especialmente do Ceará. Este fato está relacionado ao processo migratório da população nordestina para o Amazonas, que ocorreu de uma forma constante entre a segunda metade do século XIX e os anos iniciais do XX.³²⁵ Esse movimento envolveu trabalhadores que buscavam oportunidades de emprego, como assinalou *O Operário* em relação ao Estado do Maranhão: “Seguiu para o Estado do Amazonas o nosso distinto companheiro, Prudêncio José Rotelho. É mais um operário que imigra para o Estado vizinho em procura de trabalho...”³²⁶. No *Jornal do Ceará* também é possível evidenciar essa circulação: “Tomaram passagem no paquete ‘Olinda’ com destino à capital do Amazonas, os nossos particulares amigos e hábeis typographos, Luiz Senna e Francisco Martins Pereira.”³²⁷ Embora o referido periódico não traga informações sobre o objetivo da viagem dos tipógrafos (busca de trabalho, atividade de militância, etc.), ele comprova essa movimentação existente entre Norte e Nordeste.

Em segundo lugar, nem todos os impressos recebidos tiveram matérias “recortadas” a fim de serem publicadas nos jornais locais. Claramente a escolha do que seria veiculado se assentava nas questões comuns ao movimento operário em geral, como, por exemplo, a fundação e/ou ampliação das associações. Neste sentido, por exemplo, o artigo do *Hora Social* do Recife foi escolhido pelo grupo do *Vida Operária* para ser transcrito num contexto em que esse vinha realizando uma marcha em prol da organização dos trabalhadores locais, o que já foi visto através de dois dos seus personagens: João Cursino da Gama e Manoel Sérvulo da Silva. O artigo transcrito possui o seguinte teor:

O momento é de animo. Nada de preconceitos, intrigas ou sophimas.
Unidos, pugnae, com decisão, pelo vosso direito à vida, combatendo os vossos exploradores; congregando-vos promovendo a união de todas as classes productoras, a bem da humanidade productora.
Companheiros. Para chegar á meta que visamos, precisamos abandonar os preconceitos e prejuizos e abraçarmos, de braços abertos, as doutrinas syndicalistas. O syndicalismo é a força que libertará os trabalhadores. O syndicato é a escola que os curará de sua ignorância e de sua apathia.
Avante, camaradas, combatamos pela nossa emancipação.
Todos ao syndicato.³²⁸

Neste trecho, é possível notar os elementos comuns que, de acordo com os articulistas, dificultavam o processo de organização dos trabalhadores: “intrigas”, “desunião”,

³²⁵ Sobre o processo de imigração nordestina para a Amazônia consultar, entre outros: OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de. *A Imigração nordestina na imprensa manauara*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2010.

³²⁶ *O OPERÁRIO*. Ano III, n. 56, 17/2/1896.

³²⁷ *JORNAL DO CEARÁ*. Ano VI, n. 1.155, 16/2/1910.

³²⁸ PARA O SYNDICATO, CAMARADAS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 4, 29/2/1920.

“preconceitos” e “disputas”. Tais questões não serão abordadas agora, mas sim retomadas em momentos oportunos da presente tese, em especial nos capítulos dois e três. Ainda sobre as transcrições, encontrou-se no *Constructor Civil* um trecho que traduz de forma significativa como se davam essas escolhas. Veja-se: “Lêmos há dias no jornal ‘República Portuguesa’, escripto pelo collaborador operário do citado jornal, um artigo que julgamos de utilidade transcrevel-o para estas columnas, por se tratar ali d’um assumpto que nos parece de utilidade para os comapanheiros”.³²⁹ O assunto era, justamente, a organização de associações operárias.³³⁰ Ou seja, os periódicos operários manauaras apropriavam-se de textos de seus congêneres de outros locais com vistas a suscitar debates ou legitimar ideias que também, acreditavam seus redatores, diziam respeito aos trabalhadores amazonenses.

Em terceiro lugar, verifica-se que os impressos eram variados e procedentes não somente do Brasil, mas também do Equador (Quito) e da Argentina (Buenos Aires), assim como do continente europeu, particularmente Portugal, Espanha, França, Alemanha e Inglaterra. A circulação da militância e das folhas operárias ocorria, portanto, numa escala internacional. O primeiro caso é passível de ser observado no *Tribuna do Caixeiro*, o qual noticiou a viagem de um de seus militantes, como se vê: “Está em viagem para Portugal o nosso amigo Manoel Antônio Gomes, suplente da Directoria da Associação dos Empregados do Commércio do Amazonas.”³³¹ O segundo caso se torna verificável, por exemplo, através do jornal ligado ao Partido Operário Francês, de cunho socialista, denominado *Le Parti Ouvrier*, do qual foram transcritos alguns artigos n’*Operário*. Tais textos aludiam ao caráter internacional do movimento social, a necessidade do fortalecimento do movimento operário socialista e aos interesses “mesquinhos” e “egoístas” da burguesia.³³² De igual modo, a coluna existente no *Vida Operária*, intitulada “O que ha la por fora”, reunia informações a respeito do movimento de trabalhadores de outras localidades do Brasil (Rio de Janeiro, Paraná, etc.) e do globo (Buenos Aires, Porto, Madri, Berlin, entre outras cidades). A título de exemplo:

Rio – Afim de conseguirem que sejam diminuídas as horas de trabalho, os operários da fábrica de tecidos “Bangú” ha dias se declararam em greve. Os gerentes da alludida fabrica, declarando terem os grevistas ameaçado assaltar o estabelecimento caso não fossem as suas exigências satisfeitas, pediram garantias á policia, que fez seguir para a fabrica uma força embalada.

³²⁹ COLUMNA OPERARIA. *O Constructor Civil*. Manaus, ano I, n. 1, 5/1/1920.

³³⁰ *Idem*.

³³¹ *TRIBUNA DO CAIXEIRO*. Manaus, ano I, n. 1, 21/4/1908.

³³² MOVIMENTO SOCIAL (Transcripto do jornal *Le Parti Ouvrier*). *Operário*. Manaus, ano I, n. 1, 12/12/1892; O MOVIMENTO OPERÁRIO E A CIVILIZAÇÃO (Transcripto do jornal *Le Parti Ouvrier*). *Operário*. Manaus, ano I, n. 2, 19/12/1892.

Mas, apesar de todos os boatos alarmantes, nada de anormal ocorreu, pois os operários se conservaram na mesma calma, calma com que se vêm mantendo desde o início da greve.

A fabrica continua, entretanto, guardada por uma força policial, afim de que sejam evitados quaisquer movimentos revolucionários.

Berlim – Todas as uniões trabalhistas de Berlim, ligadas á Comissão da União do Trabalho, resolveram pedir um aumento de salário de 25 marcos por semana, afim de fazer face ao alto preço do pão e de outros gêneros de consumo, devido aos prêmios que o governo offerece aos agricultores “por cumprirem com seu dever”.

A Comissão da União do Trabalho redigiu auctorização para solicitar do governo a realização de uma conferência em que tomem parte representantes de todos os trabalhadores na indústria, afim de discutir a situação.³³³

O anarquista Tércio Miranda se constitui em um caso emblemático dessa configuração em redes amplas. Ele, ainda em solo português, particularmente na cidade do Porto, juntamente com seus companheiros de luta, como Salvaterra Júnior, entrou em contato com os ideais libertários através das obras de Piotr Kropotkine³³⁴, José Prat³³⁵, Emile Pouget³³⁶, Clemencia Jacquinet³³⁷ e Elisée Reclus.³³⁸ Portanto, no norte daquele país, os anarquistas, incluindo-se aí o nosso personagem, sob essas influências, ingressaram em associações de classe e se tornaram os principais responsáveis pela introdução do sindicalismo revolucionário no movimento operário português. Chegando ao Amazonas, Tércio trouxe consigo tais experiências. Elas foram materializadas na fundação da Associação das Artes Gráficas do Amazonas, entidade ligada à C.O.B., e do jornal *A Lucta Social*, por onde buscou difundir os seus ideais. O quadro abaixo demonstra essa propaganda mediante a publicação de trechos das obras de pensadores anarquistas:

QUADRO 6

Matérias publicadas no jornal *A Lucta Social* oriundas de autores anarquistas

JORNAL <i>A LUCTA SOCIAL</i>	TÍTULO DADO AO TRECHO PUBLICADO	AUTORES
Ano I, n. 1,	A Aurora Proletária	José Prat

³³³ O QUE HA LA POR FORA. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 1, 2/2/1920.

³³⁴ Seguem algumas de suas obras: “Palavras dum Revoltado”, “A Grande Revolução”, “A Conquista do Pão”, “Em Volta de uma Vida” e “A Anarquia, sua Filosofia, seu Ideal”. Todas foram traduzidas ao português.

³³⁵ Com destaque para “A Burguesia e o Proletariado” e “O Sindicalismo”, ambas publicadas em espanhol.

³³⁶ Entre suas obras, pode-se sublinhar “A Confederação Geral do Trabalho” e “Bases do Sindicalismo”, as duas publicadas em português.

³³⁷ MORAES, José Damiro de. “Leitura que recomendamos – o que todos devem ler”: impressos didáticos e ensino de história nas escolas anarquistas. *Cadernos de História da Educação*, vol. 2, n. 1, p. 55, jan./jun. 2013.

³³⁸ Com destaque para “Evolução, revolução ideal anarquista”.

29/3/1914		
Idem	O Salaríato	Piotr Kropotkine
Ano I, n. 2, 1/5/1914	Os Sindicatos Operários	Emile Pouget
Ano I, n. 3, 1/6/1914	Ferrer... Istória Simples	Salvaterra Júnior
Idem	A Greve	Emile Pouget
Ano I, n. 4, 1/9/1914	A Ideia da Pátria	Clemencia Jacquinet
Ano I, n. 6, 1/11/1914	O Ideal Futuro	Eliséé Reclus

Fonte: Elaborado pelo autor.

Acredita-se que outros expoentes do anarquismo foram lidos por Tércio, como Neno Vasco, Alfred Naquet, Enrico Malatesta e Bakunin, cujos textos não foram localizados no conjunto dos números preservados, mas que talvez tenham sido publicados em outros que não tiveram o mesmo destino.

É possível observar que Tércio Miranda manteve contato com pessoas de seu país de origem, no seu caso, companheiros de luta. O próprio Salvaterra Júnior, como já se mencionou, pode ser um exemplo. Arrisco-me a imaginar que esse era muito próximo de Tércio, uma vez que também era membro do Grupo Aurora Social, liderando organizações libertárias no Porto como, por exemplo, A Libertadora, O Centro de Instrução Livre, O Germinal/Centro Instrutivo e outros.³³⁹ Com uma ampla participação, Salvaterra Júnior atuava de forma ativa no movimento dos trabalhadores organizados daquele país, inclusive produzindo textos, particularmente poemas que ganharam também as páginas do *A Lucta Social*.³⁴⁰ Tal fato é indicativo de que a ligação de Tércio Miranda com os companheiros do Porto continuava, o que demonstra a permanência do vínculo estabelecido, mas também as interações e conteúdos que circulavam a partir dessa rede de relações constituída no processo de luta libertária. E essa rede não se restringia ao Porto, nem a Portugal, nem à Europa, envolvendo igualmente militantes que circulavam e atuavam em outras regiões do Brasil, como no Pará (observar quadro 4) e no Ceará (como foi visto).³⁴¹

1.8 A circulação de conteúdos: aspectos gerais e específicos

³³⁹ CRUZ, Manuel Carvalho Ferreira da. *O Movimento Libertário Portuense à luz do periódico A Aurora...* Op. Cit., p. 22-26.

³⁴⁰ Como por exemplo, FERRER... ISTÓRIA SIMPLES. *A Lucta Social*. Manaus, ano 1, n. 3, 1/6/1914.

³⁴¹ EM FACE DOS CONTRATOS. *A Lucta Social*. Manaus, Ano I, n. 3, 1/6/1914. Esta é a transcrição de um artigo extraído do jornal *Orgão Operário de Fortaleza* (CE) realizada pelo grupo de Tércio Miranda no Amazonas.

A imprensa operária e os procedimentos metodológicos adotados para abordá-la possibilitaram demonstrar as relações sociais instituídas pelos militantes, as quais foram visualizadas e concebidas em redes, o que oportunizou examinar as conexões locais, regionais, nacionais e internacionais por eles estabelecidas que potencializaram a circulação dos próprios ativistas, da sua imprensa e dos conteúdos a ela relacionados. Esses, embora já tenham aparecido de modo não sistemático quando se tratou do processo de constituição das redes, serão, neste tópico, tomados mais detalhadamente.

Percebeu-se que alguns conteúdos que circulavam nestas redes se assentavam em assuntos de caráter geral ao movimento operário como um todo. Isso se deve ao caráter internacional assumido pela contradição capital / trabalho, em outras palavras, à dimensão internacionalista do movimento de luta dos trabalhadores resultante do capitalismo e da exploração por ele gerada. Tais conteúdos assumiram uma dupla função: estruturar uma visão de mundo e de sociedade e servir como modelo para dinamizar o movimento operário local.

A relevância atribuída às conexões realizadas pelos militantes no Amazonas é diretamente proporcional à amplitude e intensificação dos fluxos comunicacionais que possibilitavam dinamizar leituras críticas da realidade social, modelos de organização operária e formas de ação política, além de inúmeros outros pontos direta ou indiretamente ligados a esse processo de luta. Neste sentido, os assuntos mais gerais atinentes ao movimento operário “universal”, cuja exploração e luta contra o capitalismo pareciam ser independentes dos aspectos locais, estiveram presentes na imprensa operária manauara, sendo utilizados pelos militantes com a finalidade de dinamizar o movimento operário amazonense.

Para efeito de constatação deste processo, escolheu-se três assuntos comuns que constam significativamente em quase todos os jornais operários. São eles: capitalismo, instrução educacional e organização dos trabalhadores. Todos se encontravam interligados e representam, a meu ver, os fundamentos gerais comuns aos movimentos operários de diversas partes do mundo. O que os diferenciava, como se sabe, eram as formas de ação, as estratégias e os instrumentos utilizados no processo de luta social.

O capitalismo enquanto sistema vigente e em expansão pelo globo ganhou as páginas das folhas operárias locais, sejam elas anarquistas, socialistas ou colaboracionistas. O *Vida Operária* assim se reportava ao tema:

O capitalismo, na imensa brutalidade de tudo conquistar tem oprimido vítimas indefesas e arrastado em turbilhões, pela ambição, - papa e baronetas, e pelo direito da força, reis e exércitos.

O operariado esmagado, martyrisado e asfixiado, pela prepotência sanguinária do capital, ha de saccudir o jugo em que se acha manietado, e proclamar debaixo da ordem aos quatro ventos os seus direitos conspurcados pelo próprio capital.

O capital ha de vêr o pedestal de suas conquistas derruído, e uma nova aurora raiar no campo operario e nelle se erguer o monummento inabalável da Liberdade, em que o mundo será uma única família, embalada nesse dôce lemma Igualdade, Liberdade e Fraternidade, até hontem sonhada e proclamada, porém, calcados pelos pés dos magnatas do capitalismo.³⁴²

Esta crítica tecida pelos socialistas ao capitalismo e seus “magnatas” incorporou, como se pode ver, elementos também presentes no anarquismo (a forte oposição à Igreja, à monarquia e ao militarismo, por exemplo), o que é um indício forte da “mescla ideológica” existente e mencionada anteriormente como um elemento que ensejava uma aproximação entre tais tendências e, dependendo da conjuntura, até mesmo a “troca” de uma perspectiva pela outra, como demonstrou Bartz ao estudar a trajetória de Abílio de Nequete. Esse foi um importante personagem do movimento operário brasileiro. Em 1917, ele participou da Liga de Defesa Popular, organismo criado pelos anarquistas para gerir a greve geral ocorrida naquele ano no Rio Grande do Sul. Pouco tempo depois, o militante se distanciou dos anarquistas fundando o Partido Comunista do Brasil (1922) e tornando-se o seu Secretário Geral.³⁴³ Não encontramos casos semelhantes na realidade por nós estudada, mas isso não quer dizer que eles não tenham acontecido.

Da mesma forma que a folha anterior, *A Lucta Social* atacava o capitalismo por intermédio dos seus protagonistas, chamados de burgueses:

Companheiros:

Sabeis p’ra que servem essas palavras amenas, bonitas, que os burguezes empregam em seus livros, em seus jornaes, nos seus discusos, emfim? Servem para enganar-nos, porque desse modo elles não trabalham e querem que nós produzamos tudo o que elles carecem, fazendo-nos vêr que o trabalho é uma virtude e que nós temos o dever de trabalhar até morrer, enquanto elles se divertem nos lupanares immundos, desviando-se por completo da pratica de tal virtude, isto é – o trabalho.

Assim, pois, camaradas, é chagada a hora de ajustar contas com elles, nós que tudo produzimos e nada possuímos (...). Reflexiona CINCO MINUTOS somente no teu futuro, e dirás depois: - só uma coisa me espera – a fome que passarás e farás passar aos teus é producto do burguez...³⁴⁴

³⁴² O OPERARIADO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 4, 29/2/1920.

³⁴³ BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária. *História Social*. Campinas/SP, n. 14-15, p. 161-166, 2008.

³⁴⁴ SOMOS OPERÁRIOS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

Nestes periódicos, o capitalismo e/ou seus agentes, os “burguezes”, eram responsabilizados pela exploração dos trabalhadores, pelas desigualdades sociais e, conseqüentemente, pelas dificuldades de subsistência das famílias operárias. Críticas semelhantes apareceram em outras folhas operárias do Brasil, como, por exemplo, no *A Rebelião*, jornal anarquista publicado em São Paulo, que dizia que “o pauperismo” era produzido “pela sêde insaciável de ganhos e lucros dos patrões em detrimento dos produtores”³⁴⁵, ou no *A Voz Operária*, de Campinas/SP, o qual apontou que a burguesia é “usurpadora, cujo escopo único é viver no dolce far Niente, explorando, baixa e miseravelmente as victimas, que, sem cansaço e sem esmorecimentos, trabalham para maior força dar aos seus algozes”.³⁴⁶

Perrot demonstrou que a imprensa operária na França constantemente utilizava um “vocabulário de insultos” onde mais se qualificava do que se descrevia o patrão. Assim, ele era representado como “pançudo” e “parasita”, entre outros termos semelhantes.³⁴⁷ Tal vocabulário se constituiu, portanto, como uma imagem geral que circulou pelas mais diferentes regiões do globo, inclusive na capital do Amazonas, como se observará mais à frente.

A instrução educacional era outro tema comum presente nos impressos orientados aos trabalhadores. Como se sabe, o índice de analfabetismo era alto entre eles, forçando a militância a criar mecanismos que pudessem ampliar a sua interlocução (leituras coletivas, conferências e palestras nas associações, discursos em datas festivas, etc.). Consoante Bilhão, as dificuldades impostas por essa situação mobilizaram “os redatores na defesa da instrução operária, tema que como seu correlato incentivo à leitura, comparecia reiteradamente na imprensa militante da época”.³⁴⁸ No caso dos socialistas, a própria ação para se dilatar a participação dos homens do trabalho no processo eleitoral fez da instrução um instrumento de inserção política, posto que a alfabetização se colocava como um dos critérios para o voto nos pleitos da época.³⁴⁹

Em que pese as diferenças relativas às características e aos objetivos atribuídos à instrução pela militância, em função das correntes ideológicas que a moviam, constantemente ela estava em pauta nos jornais, por força da crença iluminista que apostava na “defesa da

³⁴⁵ O PRINCIPIO DO FIM. *A Rebelião*. São Paulo, ano I, n. 6, 17/6/1914.

³⁴⁶ PALESTRAS OPERÁRIAS. *A Voz Operária*. Campinas/SP, ano I, n. 2, 7/9/1919.

³⁴⁷ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história...* Op. Cit., p. 81-125.

³⁴⁸ BILHÃO, Isabel Aparecida. “Informar” para “formar” – reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, vol. 16, n. 24, p. 152, 1º semestre de 2015.

³⁴⁹ TELES, Luciano Everton Costa. O jornal *Vida Operária* e a instrução educacional como instrumento de inserção política... Op. Cit.

educação como arma de emancipação operária”.³⁵⁰ Neles apareciam artigos que inclusive reconheciam os esforços realizados por algumas associações, as quais até podiam estar em campos doutrinários opostos, para consolidar juntos às suas respectivas categorias um espaço destinado à instrução. O trecho abaixo explicita isso:

Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas

A esta associação manifestamos aqui o nosso reconhecimento, pela oferta do relatório sobre o movimento do seu ano social de 1913, que nos foi enviado. Demonstra-nos este documento, uma prova enorme de esforços empregados, que através da sua existência tem tido. A sua biblioteca conta cerca de 5.500 volumes, tendo uma regular frequência, pois, perto de 1.200 volumes foram consultados naquele ano. Tem também uma Escola Profissional, onde já, alguns dos seus associados, com grandes vantagens e aproveitamentos tem concluídos os seus cursos comerciais. Um caso, porém, é ali, contrario ao nosso modo de vêr; é a necessidade da criação de um advogado, para pleitear em juízo, em caso de necessidade, os seus direitos.

Na nossa opinião e esta é a opinião da maioria do operariado organizado em todo mundo, não devemos confiar a outros o que só a nós compete fazer. Isto é abdicar de nós mesmos. Num opúsculo de Griffueilhes, “Le Action Syndicaliste”, aparece-nos um caso ocorrido na classe caixeiral da França, que serve de exemplo a apresentar, aos seus camaradas daqui. Faziam eles certas, reclamações, pelas vias legais e pacíficas, servindo-se dos “Conseillers Prud’homs”, pois, só conseguiram a satisfação dos seus desejos, quando pela ação direta, fizeram suas imposições.³⁵¹

Como se pode verificar, o trabalho desenvolvido pela referida associação, cuja presidência em 1913 estava nas mãos de Raymundo Alves Tribuzy, no sentido de implantar um espaço destinado à instrução educacional dos empregados no comércio do Amazonas, foi reconhecido por Tércio Miranda e seus companheiros. Mas não sem críticas, pois esses negavam a colaboração de classes e os canais legais de diálogo existentes nas décadas iniciais do regime republicano, propondo e defendendo a ação direta. Além disso, faz-se necessário realçar que a citação acima deixa entrever uma relação existente entre tais militantes e entidades, a qual acontecia justamente através desses elementos comuns, como já foi salientado em outros momentos da presente tese. Não custa lembrar que eram justamente esses elementos que permitiam um processo de integração das redes, agregando-as no seu entorno (essa argumentação será desenvolvida nos outros capítulos, especialmente no terceiro). Não obstante as divergências existentes, a questão da instrução educacional ultrapassou fronteiras e foi tratada de forma recorrente no conjunto da imprensa operária.

³⁵⁰ BILHÃO, Isabel Aparecida. “Informar” para “formar”... Op. Cit., p. 153.

³⁵¹ ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

Já a questão da organização operária constou em grande parte dos periódicos operários locais, como atesta o exemplo abaixo acerca da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas:

Vamos caixeiros de Manaós, unamo-nos, façamos confiantemente a construção sólida do edifício da nossa união, com o mesmo pensamento e com o mesmo sincero amor de irmãos que somos de uma classe, que deve e precisa de um centro fortalecido para todos os embates da adversidade.³⁵²

Estes conteúdos de caráter geral também foram “adaptados” à realidade local. Observou-se isso a partir de alguns exemplos. O primeiro consta no jornal *Gutenberg*. Nele, o redator Vicente L. de Paula Galvão elaborou um artigo com o objetivo de chamar os tipógrafos a uma reunião onde se abordaria o processo de organização da categoria em torno de sua entidade, como se vê:

Em quasi todas as capitaes do mundo têm-se operado o grande movimento artístico com os mais sublimes resultados.

A arte typographica, que, sendo como é, uma das mais importantes invenções da humanidade, deve collocar-se também na vanguarda das associações.

Em Manaós, que um typographo não é mais nem menos do que um simples artista, pode, entretanto, sahir desse marasmo, onde por tanto tempo se acha collocado.

Em São Paulo, por exemplo, que os typographos com mui diminuto numero, isto é inferior a nós aqui no Amazonas tem sabido elevar-se e elevar a classe a tal ponto de se fazer representar nos grandes movimentos populares.

Têm uma bôa associação, vivem todos bem colligados e assim têm chegado a rivalisar com muitas das melhores sociedades no sul da União.

Assim também, collegas do Amazonas, unamo-nos, que não estará talvez, muito longe o dia em que sahindo do obscurantismo em que vivemos, dizer ao mundo inteiro: - “Nós, os typographos, aqui no Amazonas somos grandes também; temos a nossa associação, vivemos uns para os outros e, assim unidos podemos apparecer no meio da grande e humanitaria sociedade amazonense”!

Faço, portanto, um apello nestas collumnas aos meus dedicados collegas, para comparecerem a uma reunião, que brevemente será comunicada.

No dia da reunião pede-se o comparecimento de todos.³⁵³

Neste chamamento o redator se referiu à associação dos tipógrafos de São Paulo claramente cometendo exageros no que concerne à quantidade diminuta da categoria e à ideia da existência de uma harmonia em sua sociedade, desconsiderando as disputas travadas no seu interior. Ao que parece esse excesso foi proposital, uma vez que o articulista praticamente

³⁵² SUBLIME DESPERTAR. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 17, 9/8/1908.

³⁵³ MOVIMENTO TYPOGRAPHICO. *Gutenberg*. Manaus, ano 1, n. 1, 15/11/1891.

criou um modelo de associação a fim de ser tomado como referência ao movimento de organização dos trabalhadores dessa categoria em Manaus.

O segundo foi extraído das colunas do *A Lucta Social*, mais precisamente de um artigo denominado “Appello aos trabalhadores de Manaós”:

A situação precária em que se encontra a vida de Manaós, demonstra a evidente necessidade da organização operária.

O operario, não se tem importado, absolutamente, com esse dever, decerto, porque a vida lhes sorria, mas n'uma felicidade efêmera! Porém agora, necessario se lhe torna essa organização, não só para fazer valer os seus direitos que a natureza concedeu ao homem, cujo futuro, na sua ambição, será uma sociedade livre.

A constituição de sociedades de classe, é um dever que se impõe ao trabalhador do mundo culto, fortalecendo-as com a solidariedade de todos, debaixo dos sãos princípios da ideia sacrosanta do Socialismo.

É preciso impormo-nos ao capital que tudo avassalla, e erguermo-nos contra o desdem e o odio voltado aos trabalhadores, com seu olhar ferino.³⁵⁴

O texto foi elaborado em um contexto marcado pela Primeira Guerra Mundial e pela crise econômica no estado, os quais impactaram fortemente a economia local: a primeira encarecendo os gêneros de primeira necessidade importados³⁵⁵; a segunda gerando desempregos e atrasos nos salários dos operários, sobretudo dos gráficos que, naquele momento, fizeram inclusive greves, como se observa abaixo:

Há já bastantes dias os operários graphics de O Tempo diariamente publicado nesta cidade, se declararam em greve pacífica.

Segundo fomos informados a falta de pagamento aos operários motivou o levante.

Havia cinco semanas que os escravos d'aquelle orgam não tinham o prazer de contemplar o gorro frígio d'um nikel.

O padeiro a porta; o proprietario amável como sempre ameaçava com despejo; a carne a 1500 e 1700 (ainda dizem que há crise), o merceiro suspendera o credito, o calçado gasto, e... emfim pelo esophago só passava (as vezes) um café, água quente em direcção do estomago.³⁵⁶

O trecho acima retrata bem o momento em que o “Appello aos trabalhadores de Manaós” foi publicado. Tratava-se de um chamado ao processo de organização dos operários num contexto de crise econômica e luta por emprego e pagamento dos salários em dia. Outro exemplo: já foi assinalado na introdução desta tese que os serviços urbanos estavam por concessão nas mãos do capital inglês. As companhias que operavam na exploração dos

³⁵⁴ APPELLO AOS TRABALHADORES DE MANAÓS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

³⁵⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros...* Op. Cit., p. 70.

³⁵⁶ EM VOLTA D'UMA “GREVE”. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

serviços portuários (Manáos Harbour), no saneamento e abastecimento de água (Manaós Improvements) e no transporte e energia elétrica (Manaós Tramways), bem como os seus respectivos executivos, foram fortemente criticadas ao longo do período aqui analisado com relação à exploração do trabalhador local. No caso da Manaós Tramways, a imagem do patronato “sanguessuga” e “parasita” foi apropriada pelos socialistas do *Vida Operária* para se reportar à referida companhia, como mostra o trecho a seguir: “A Manaós Tramways, não passa de um verdadeiro sorvedoiro das rendas do estado, parasita do fisco federal e sanguessuga do povo”.³⁵⁷ Veja-se também a passagem recortada do jornal *O Extremo Norte* sobre os trabalhadores dessa mesma companhia:

Os nossos companheiros de luta que começavam o seu trabalho quotidiano as seis e meia horas e largavam para almoçar às onze; recomeçavam às treze e concluía às dezeseite e meia, e aos sábados às dezeseite, agora, são obrigados a trabalhar de seis às seis.³⁵⁸

E não era somente a jornada extensa que alimentava um sentimento de exploração do trabalho. Essa mesma folha indicou que havia um processo de disciplinamento voltado aos operários locais em curso, pois destacou em suas páginas que o trabalhador que “chegasse atrasado ao trabalho, teria descontado no seu salário uma hora de trabalho”.³⁵⁹ As críticas se estenderam às outras companhias e também aos setores mais abastados da praça comercial, sobretudo com relação às altas jornadas de trabalho, alvo de constantes reclamações dos caixeiros, sobretudo em seu jornal *Tribuna do Caixeiro*.

Já foi possível demonstrar que certos conteúdos mais gerais serviram como elementos estruturantes de uma leitura crítica envolvendo a realidade do Amazonas, dando visibilidade aos problemas sociais locais que se intensificaram com o avanço das relações capitalistas. Os militantes se empenharam em explorar essas questões com a finalidade de produzir e/ou intensificar um sentimento de insatisfação e injustiça frente a tal situação, como no exemplo que segue:

Operário:

Pensa que – trabalhas desde que o sol aparece até a sua desapareção no occaso e sempre mofado pelo patrão, eternamente escamoteado pelo industrial que só visa o augmento de seu capital, sacrificando, para isso a ti e tua família...³⁶⁰

³⁵⁷ MANAÓS TRAMWAYS. *Vida Operária*. Manaus, 18/4/1920.

³⁵⁸ O EXTREMO NORTE. Manaus, ano I, n. 13, 8/4/1920.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ SOMOS OPERÁRIOS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

Certamente que as leituras críticas efetuadas visavam desenvolver um sentimento de indignação capaz de movimentar o operariado no sentido de construir um caminho (seja anarquista, socialista e/ou colaboracionista) que o levasse à luta para a promoção da justiça social. Desta forma, diversos artigos foram elaborados questionando a relação capital/trabalho, inclusive com transcrições de textos de outros jornais que transitavam pelo país e que muitas vezes serviam como base para essas reflexões, conforme se constata no trecho a seguir: “No nosso primeiro número da *Vida Operária*, fizemos publicar em uma das nossas columnas, um substancioso artigo epigraphado com o título de Política Operária, transcripto do jornal D’A Razão do Rio”.³⁶¹

Estes conteúdos gerais e específicos circulavam pelas redes formadas através da militância, promovendo e dinamizando trocas de pensamentos, experiências e referências.

Ainda com relação a isso, por intermédio das alusões ao Primeiro de Maio, é possível verificar não somente a circulação de alguns desses conteúdos como também as redes em ação. Neste sentido, cabe salientar que, na Europa, em 1890, o Primeiro de Maio foi comemorado pela primeira vez entre os operários e, exatamente no ano seguinte, como apontou Pinheiro³⁶², o jornal *Gutenberg* teceu algumas considerações acerca da data, como atesta a passagem abaixo:

Mal desponta no horizonte as horas desse grande dia, o Universo enche-se de hynnos festivos saudando á natureza cheia das canções das aves e do odor das flores que enfeitam a natureza nesse mez privilegiado.

O operário ao levantar-se entoa uma canção ao Omnipotente e parte a procura desse hynno festivo do alvorecer da natureza afim de confundir o gorgueio das aves, matutinas com alegria de seu coração e com o grito de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que há tantos annos ouve pronunciar, mas que não passa de simples sussurrar da briza, que depressa desaparece, ficando sempre a realidade na sua fria nudez enganadora.

Mas, hoje que operário já não curva a servil diante desses fementidos promettedores de liberdades, o seu sonho já não é uma chimera, é realidade pura e não tardará muito que o seu brado repercutindo por todo o Globo venha transformar as sociedades modernas, implantado na Terra de Santa Cruz, a verdadeira Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Coragem irmãos o dia da nossa emancipação não tardará, mostremos aos vindouros que no mundo todos somos iguaes, ou que se maior somma de direitos cabe a alguém, esses são os que no estudo do trabalho procuram o aperfeiçoamento da raça humana para attingir o mais alto grao de perfectibilidade.

³⁶¹ QUAL A CAUSA DA GREVE DOS OPERÁRIOS NACIONAES EM QUASI TODO O PAIZ. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 2, 15/2/1920.

³⁶² PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imigração, trabalho e imprensa em Manaus, 1890-1928... Op. Cit., p. 2.

Salve o 1º de Maio.³⁶³

Com efeito, as discussões travadas em torno da paternidade e do sentido atribuído ao Primeiro de Maio no Amazonas reforçam o fluxo de conteúdos político-ideológicos através das redes sociais. Nesta esteira, o grupo libertário liderado por Tércio Miranda, utilizando o jornal *A Lucta Social*, atribuía aos anarquistas o surgimento da data, em especial ao Congresso realizado pela Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá em Chicago no ano de 1884. Para o grupo, tal Congresso “deliberou votar a greve geral no dia 1º de maio de 1886 para a conquista da jornada de oito horas de trabalho”.³⁶⁴ A data era vista por ele e seus companheiros mais como um momento de reflexão sobre as adversidades enfrentadas pelos operários no trabalho e na vida – não hesitando em, nesse momento, recuperar as tragédias ocorridas no decurso da luta operária –, no sentido de preparar as condições para o enfrentamento com a burguesia, do que como tempo de “festa do trabalho”:

Se rebuscarmos as páginas da história, havemos de ver que todas as festas se realizam para celebrar ou comemorar um triunfo.

Mas o trabalho, esse, ainda não triunfou. Continua sob o peso da maldade bíblica. Os governantes e os sacerdotes, os nobres e os militares, os funcionários e os privilegiados, os capitalistas e financeiros não só não participam dele, como o fazem pesar, qual fardo maldito, sobre a carcaça dos assalariados...

A festa do trabalho! Que irrisão (...) o nosso trabalho que é duro e insuportável, extenuante e doloroso, ainda não triunfou... É certo que vamos a caminho de seu triunfo, mas até lá, o 1º de maio é apenas uma efeméride de guerra; e como temos na nossa frente o inimigo, entretermo-nos com festas é não só ridículo como rematada estupidez.³⁶⁵

Por outro lado, o grupo que dava sustentação ao jornal *Vida Operária*, em virtude da comemoração da data em Manaus no ano de 1920, tratou de viabilizar um artigo recuperando historicamente o seu surgimento e delegando aos socialistas à discussão acerca da implantação da efeméride:

A ideia da festa do trabalho tem encontrado partidários por toda a parte. A iniciativa de sua criação partiu do Congresso da Federação do Trabalho, reunido em S. Luiz da América do Norte, em 1888, cuja primeira manifestação foi em favor do dia de oito horas de trabalho.

No Congresso Internacional dos operários reunidos em Paris em 1889, foi aceita a idéia americana, ficando acordado que o 1º de maio de 1890, fosse festejado em toda a Europa.

³⁶³ SALVE AURORA DO DIA 1º DE MAIO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 19, 1/5/1892.

³⁶⁴ O 1º DE MAIO. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 2, 1/5/1914.

³⁶⁵ A FESTA DO TRABALHO. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 2, 1/5/1914.

A idéia, da festa espalhou-se por toda a parte, e o Congresso Operário reunido em Zuric, na Suíça, em 1893, declarou o 1º de maio dia de Festa do Trabalho.³⁶⁶

Percebe-se também um sentido, diferente daquele veiculado pelo *A Lucta Social*, de comemorar a data como “festa do trabalho”. Tais disputas em torno do Primeiro de Maio retratam igualmente as diferentes posições político-ideológicas assumidas pelos diversos grupos que atuaram no seio do movimento operário, mas, sobretudo, as conexões e interações existentes que faziam circular conteúdos e militantes ligados ao mundo do trabalho. Tal circulação pode ser visualizada em exemplos como os abaixo transcritos:

União dos Pedreiros – As 9 e ½ horas, reuniu-se em sessão solemne em comemoração ao dia 1º de Maio.

Durante a reunião falaram diversos companheiros, e os meninos José e Maria Fernandes da Silva, que foram grandemente applaudidos.

Sindicato dos Estivadores – As 14 horas, reuniu-se em sessão magna, na qual tiveram posse os novos corpos dirigentes.

Usaram da palavra, os companheiros Joaquim Azpilicueta e Joaquim Evangelista.

Sindicato dos Cigarreiros – As 14 horas, em sessão solemne, reuniu-se esta agremiação, dando posse aos novos corpos diretores.

Durante a sessão fallaram os companheiros Nicodemos Pacheco, Paulino de Carvalho, Cursino Gama e Carlos Reis.

Depois de encerrada a sessão, foi servido schopp e doces finos.

Quatro Artes – As 15 horas, reuniu-se em sessão magna, esta importante sociedade.

O salão nobre, lindamente ornamentado, regorgitava de socios e de operários de todas as classes.

Aberta a sessão, usaram da palavra os companheiros Malgueira, Hemetério Cabrinha, Joaquim Capitão, Ottero Teixeira e os membros José e Maria Fernandes da Silva e o companheiro e presidente.

(...)

União Operária – As 20 horas, esta grande sociedade realizou uma sessão magna, na qual deu posse aos novos corpos dirigentes.

Durante a reunião falaram o acadêmico Chagas Printes, e o dr. Benjamin de Sousa.

Aos convidados foi servido schops e pasteis.

União dos Foguistas – As 20 e ½ horas, reuniu-se esta importante sociedade, em sessão solemne, na qual deu posse aos novos corpos dirigentes.

Foi orador official o dr. Vivaldo Lima, e em seguida usaram da palavra os companheiros Cursino Gama, Nicodemos Pacheco e Alfredo Lima, presidente daquela agremiação.

Encerrada a sessão, foi servido aos presentes schopp, pasteis e sandwicks.

Tocou durante as cerimoniaes da sessão uma bem organisada orchestra.

³⁶⁶ 1º DE MAIO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 13, 1/5/1920.

A VIDA OPERÁRIA fez-se presente em todas essas reuniões.³⁶⁷

A participação de João Cursino da Gama e Nicodemos Pacheco em mais de uma solenidade alusiva ao Primeiro de Maio e a presença dos representantes do impresso *Vida Operária* em todas as reuniões referentes à data realçam essas conexões entre os militantes e suas associações, neste caso, socialistas, potencializando a troca de ideias e experiências. Conexões semelhantes podem ser vistas também na rede anarquista: “Várias sociedades comemoraram o 1º de Maio, falando na Sociedade das Artes Gráficas, os acadêmicos Edgar de Castro e Euclides Bentes e os gráficos Domingos Batista Guedes, Fernandez Viana e Tércio Miranda que encerrou a sessão”.³⁶⁸ Miranda ainda participou de uma solenidade na Federação Marítima.³⁶⁹

Ou seja, tanto o *A Lucta Social* quanto o *Vida Operária*, ao tratarem das comemorações do Primeiro de Maio, além de conectarem-se ao movimento mundial de luta dos trabalhadores, demonstram o entrelaçamento local existente, em outras palavras, as redes socialista e anarquista em ação.

Enfim, nessa seção procurou-se examinar temas gerais do movimento operário internacional que compareciam na imprensa manauara promovida pelos trabalhadores organizados, bem como as apropriações específicas que deles eram feitas em função da realidade peculiar do Amazonas.

1.9 A imprensa operária do Amazonas marcando presença nas redações de jornais operários de outras regiões do Brasil

Até agora se verificou a existência de conexões entre os militantes e entidades ligadas aos trabalhadores utilizando como base documental a imprensa operária do Amazonas. Todavia, para demonstrar ainda mais fortemente a existência desses laços, se buscou, em jornais operários de outras regiões do país, evidências que revelassem o caminho inverso, ou seja, a recepção de folhas operárias da região em variadas localidades do Brasil.

Isso não se constituiu em tarefa fácil, pois foi necessário consultar uma gama diversificada de jornais operários espalhados pelo território nacional³⁷⁰, o que já é revelador

³⁶⁷ COMO FOI COMMEMORADO O DIA 1º DE MAIO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 14, 9/5/1920.

³⁶⁸ O 1º DE MAIO EM MANAÓS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 3, 1/6/1914.

³⁶⁹ *Idem*.

³⁷⁰ Exemplos de alguns deles: São Paulo (*A Plebe, A Lanterna, La Battaglia, A Voz Operária e A Rebelião*), Rio de Janeiro (*Spártacus, O Cosmopolita, Na Barricada e A Classe Operária*), Rio Grande do Sul (*A Luta, A Democracia e Aurora*), Paraíba (*O Artista*), Maranhão (*O Operário, Pacotilha, O Trabalho, Jornal dos Artistas*

de sua rede de circulação, uma vez que se tornou possível observar, nos próprios periódicos manuseados, que eles eram frequentemente endereçados a outros estados. Cabe apontar que, em virtude das informações coletadas, se escolheu três localidades para evidenciar o processo inverso mencionado: São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro.³⁷¹

Desta maneira, insiste-se, objetiva-se salientar que as trocas de ideias e experiências entre os operários envolvidos com a imprensa ligada ao movimento organizado dos trabalhadores não se davam exclusivamente em um único sentido, seja partindo de estrangeiros que se deslocaram para o Amazonas, de militantes vindos de outras capitais do país e/ou de jornais direcionados ao mundo do trabalho provenientes de outras cidades; pelo contrário, a pesquisa indicou a existência de uma “via de mão dupla”, na qual o Amazonas também era um ponto de origem, mostrando uma troca significativa no movimento operário como um todo. Em artigo intitulado “Nossa Imprensa. A Luta Social”, publicado em São Paulo no jornal *A Lanterna*, cujo editor responsável era Edgard Leuenroth, ficou explícita essa ligação:

Recebemos, dias atrás, mais um número deste periódico – e com este já são seis os que tivemos sobre a nossa mesa de trabalho – que está sendo publicado em Manaus, no Amazonas.

O seu nome e seu sub-título – órgão operário-livre – dizem bem claramente ao que veio o nosso baluarte da imprensa revolucionária.

Edita-o um grupo de esforçados companheiros, sendo seu redator responsável o camarada Tércio Miranda.

Está bem feito, trazendo sempre bons artigos doutrinários e de crítica social e notas sobre o movimento operário local.

Oxalá os trabalhadores do Norte prestem o devido apoio a Luta Social para que ela viva anos a fio, difundindo p’ aquelas bandas os ideias redentores.

Caixa postal, 78, Manaus, Amazonas – é seu endereço.³⁷²

A nota identificou o editor do jornal *A Luta Social*, chamando-o de “nosso camarada”, o que pode denotar um vínculo pessoal entre os militantes atuantes nos dois estados; explicitou os assuntos tratados em suas páginas e desejou vida longa ao periódico irmão no processo de difusão dos ideais libertários no Amazonas. Além disso, atestou algo que serve como termômetro para se tentar medir a intensidade dessa ligação, qual seja, os seis números do jornal presentes na mesa de trabalho dos editores do *A Lanterna*. Tal fato é significativo dessa ligação e interação, em especial por indicar uma constância nesse vai e

e *O Caixeiro*), Ceará (*Ceará Socialista*, *O Rebate*, *A Luta* e *A Voz do Gráfico*) e Bahia (*Germinal* e *A Voz do Trabalhador*).

³⁷¹ A escolha dessas localidades se deu em função exclusivamente da maior fartura da documentação e das informações contidas nela.

³⁷² NOSSA IMPRENSA. A LUTA SOCIAL. *A Lanterna*. São Paulo, ano XIV, n. 270, 19/12/1914.

vem de trocas de informações e experiências. Não se deve perder de vista que Edgard Leuenroth e Tércio Miranda, assim como outras lideranças libertárias espalhadas pelo país, estabeleceram ligações e reforçaram as mesmas através dos Congressos Operários, em especial o 2º Congresso Operário Brasileiro que ocorreu em 1913. Com isso, arrisca-se a assinalar que essas conexões eram fruto, como se disse anteriormente, de articulações pessoais que se mantinham através dos jornais. Inclui-se aí também a circulação de ativistas, em função da própria atividade de militância.

Ainda com relação ao *A Lanterna*, percebe-se que, mesmo antes da circulação do *A Lucta Social*, os editores do primeiro registravam os “preparativos” do lançamento de uma folha libertária no Norte, sob responsabilidade de Tércio Miranda, mas com outro nome, *Germinal*:

É este o título de um novo campeão da propaganda do ideal libertário que vai encetar a sua publicação em Manaus, com o fim de despertar as energias amortecidas da classe trabalhadora, chamando-a à luta em favor do bem-estar geral.

A todos quantos têm dedicado o seu esforço pela divulgação dos ideais avançados nesse imenso paiz, não pode deixar de provocar uma grande satisfação a notícia que nos vem do Estado nortista, onde, até agora, bem pouco se tem feito em prol da nossa causa.

Aos companheiros de luta no Norte cabe acoroçoar a excelente iniciativa de Tércio Miranda, o companheiro que vai publicar o *Germinal*, prestando todo o apoio à sua obra, que é também a de todos nós.

Toda correspondência para o *Germinal* deverá ser dirigida a Tércio Miranda, Av. Eduardo Ribeiro, 3, 78, Manaus, Amazonas.³⁷³

No número subsequente, o *A Lanterna* fez uma retificação:

O jornal de que demos notícia no nosso número anterior e que se deveria chamar *Germinal*, aparecerá com o título *Aurora Libertária*, nome do grupo que assumiu a responsabilidade de sua publicação.

(...)

O grupo *Aurora Libertária* deseja entrar em comunicação com todas as agrupações de propaganda do Brasil.³⁷⁴

Os trechos citados são significativos desse processo de estabelecimento de conexões, assentado em fluxos de informações que seguiam uma via de mão dupla, estruturando redes sociais. Percebe-se neles uma comunicação próxima envolvendo a escolha acerca do título do

³⁷³ GERMINAL. *A Lanterna*. São Paulo, ano XII, n. 179, 22/2/1913.

³⁷⁴ AURORA LIBERTÁRIA. *A Lanterna*. São Paulo, ano XII, n. 180, 1/3/1913.

jornal libertário que iria circular na Amazônia. Ao fim e ao cabo, nem *Germinal*, nem *Aurora Libertária*, o jornal acabou por chamar-se *A Lucta Social*.

Mas os fluxos de informações englobavam igualmente outros elementos, como por exemplo, o surgimento de associações de resistência no Amazonas norteadas pelo ideal libertário, em particular pelo sindicalismo revolucionário. Um exemplo:

União dos Chauffeurs, Carroceiro Boleeiros – com o fim de patrocinar os direitos das classes indicadas no seu título, foi constituída, em Manaus, Amazonas, no mez de fevereiro passado, uma associação de resistência que, segundo nos informaram, obedecerá a orientação do sindicalismo revolucionário.

A sua sede social está na rua Saldanha Marinho, 2.

A’ nova organização de combate enviamos a saudação da Lanterna, almejando-lhe farta messe de resultados na luta travada em prol da causa dos trabalhadores.³⁷⁵

Como se vê, notícias sobre o surgimento de jornais, associações de classe e outros aspectos inerentes ao movimento operário, presentes em sua imprensa, circularam nacionalmente num processo de articulação em redes. E isso não se deu só em São Paulo. No Ceará também corriam notícias sobre o Amazonas, sobretudo a respeito de sua situação econômica³⁷⁶, mas também aspectos relacionados ao transporte³⁷⁷ e alguns artigos que foram produzidos em Manaus e publicados em jornais daquele estado.³⁷⁸ Porém, um personagem é exemplar neste sentido. Trata-se de Antônio Ramos de Oliveira. Ele atuou em Manaus como gráfico em jornais como *A Federação*, *O Amazonas*, *Jornal do Commercio*, entre outros, e dirigiu movimentos paredistas em 1912. No Ceará, para onde se deslocou posteriormente, agiu no processo de organização dos trabalhadores do seu “novo” estado.³⁷⁹

O Rio de Janeiro não ficou de fora dessas ligações. Os jornais operários de lá sustentaram e iluminam esse esforço dos militantes operários do Amazonas de constituir conexões mais amplas. Essas podem ser confirmadas por diversos meios, dentre eles, e o qual se optou por elencar aqui em virtude de seu peso, um artigo com a assinatura dos trabalhadores industriais do Amazonas publicados no jornal *A Classe Operária* com o título “A Classe Operária mergulha nas profundezas dos seringaeis. O appello do proletariado industrial aos seringueiros e balateiros”. Nesse texto, os operários industriais do Amazonas

³⁷⁵ NO AMAZONAS. *A Lanterna*. São Paulo, ano XIII, n. 249, 27/6/1914.

³⁷⁶ A SITUAÇÃO DO AMAZONAS. *A Luta*. Sobral/Ceará, ano V, n. 233, 16/10/1918.

³⁷⁷ SOBRAL. *O Rebate*. Sobral/Ceará, ano II, n. 11, 27/6/1918.

³⁷⁸ O PÃO DA FRUCTA PÃO. *A Luta*. Sobral/Ceará, ano II, n. 88, 5/1/1916.

³⁷⁹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imigração, trabalho e imprensa em Manaus, 1890-1928*... Op. Cit., p. 17.

saúdam *A Classe Operária* e a percebem como um instrumento salutar para tornar público o sofrimento e as angústias dos seringueiros e balateiros. Viam assim o jornal como um espaço por onde se tornava possível chamar a atenção para o que estava acontecendo com os trabalhadores no interior do Amazonas.

No artigo em tela, tais trabalhadores assinalaram a alta e extenuante jornada, as condições de trabalho e a exploração patronal. Revelaram ainda a necessidade de organização e apoio para a promoção de um movimento de mudança e apontaram o jornal *A Classe Operária* como um espaço para dar início a esse processo:

Para combater a exploração, precisam organizar-se em grandes sindicatos de resistência e precisam ter um jornal para defendel-os.
Este jornal já existe, é A CLASSE OPERÁRIA, Os sindicatos não existem: precisaes creal-os nas cidades, nas vilas, nos povoados, nos barracões. A Classe Operária é o guia de nós todos. Fazei reuniões para um ler o nosso jornal e os outros companheiros analphabetos ouvirem e discutirem.³⁸⁰

Observe-se que *A Classe Operária* foi visto como um instrumento potencialmente a ser utilizado não somente para defender os referidos trabalhadores, mas também como norteador de discussões sobre a importância da organização para a luta operária. Um ponto que se coloca interessante no trecho acima diz respeito à forma como faziam circular as informações internamente: a leitura em voz alta direcionada ao coletivo. Tal prática era uma alternativa significativa para oportunizar a inserção nas discussões e debates daqueles que não tinham domínio da leitura e da escrita, ou seja, uma boa parte da classe operária.

A leitura pública era constantemente feita nas sessões que ocorriam nas associações operárias, nos discursos proferidos em comícios, em especial no 1º de maio, e em espaços como cafés, botequins, entre outros. Gonçalves e Bruno ressaltaram que essa prática era realizada pelos militantes socialistas e anarquistas no Ceará, denominando-a, na esteira daquilo que Barrancos³⁸¹ assinalou para a experiência portenha, de leitura comentada. De acordo com os autores, no caso da imprensa operária:

É razoável situar essa prática como herdeira da tradição do lector, as conferências realizadas nos salões das entidades operárias e os discursos em suas assembleias e atos de protesto ou celebração são elementos de difusão

³⁸⁰ A CLASSE OPERÁRIA Mergulha nas Profundezas dos Seringaês. O Apello do Proletariado Industrial aos Seringueiros e Balateiros. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, ano I, n. 6, 6/6/1925.

³⁸¹ BARRANCOS, Dora. As leituras comentadas: um dispositivo para a formação da consciência contestatória entre 1914-1930. *Cadernos AEL – Anarquismo e anarquistas*, arquivo Edgard Leuenroth/IFCH, Campinas, UNICAMP, n. 8/9, p. 151-161, 1998.

da palavra impressa. Através dos conferencistas que traduzem e adaptam as realidades do seu meio às teses correntes, os não alfabetizados têm acesso à palavra impressa.³⁸²

Com base no exemplo citado acima, é possível que o jornal *A Classe Operária* e os assuntos tratados em suas colunas tenham se tornado suporte para “leituras comentadas” nos meios de sociabilidade operária no Amazonas, com vistas a “guiar” (na verdade “formar”) os leitores/ouvintes.

Por outro lado, como já se salientou acima, os congressos operários também serviam para estabelecer, ampliar e/ou reforçar as conexões entre os militantes espalhados pelo Brasil. Os ativistas do Amazonas participaram de alguns desses congressos e viram, a partir deles, a possibilidade de construção/inserção em redes. Um bom exemplo desse anseio se encontra no primeiro número do Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário:

Ao lançar o primeiro número do seu “Boletim”, a C. E. 3º C. O., estuante de entusiasmo por vêr a caminho de realização a obra grandiosa delineada na imponente constituinte do proletariado do Brasil.

(...)

Surgindo como meio de divulgação dos trabalhadores do organismo confederal, das organizações existentes nesta região da América para a resistência e luta contra o regimen capitalista.

O “Boletim da C. E. 3º C. O.” será o veículo das relações entre o proletariado militante fornecendo informações sobre o que se passar no ambiente syndical, debatendo os melhores métodos de organização, esforçando-se, enfim, para encaminhar os trabalhadores na batalha decisiva em prol de sua emancipação...³⁸³

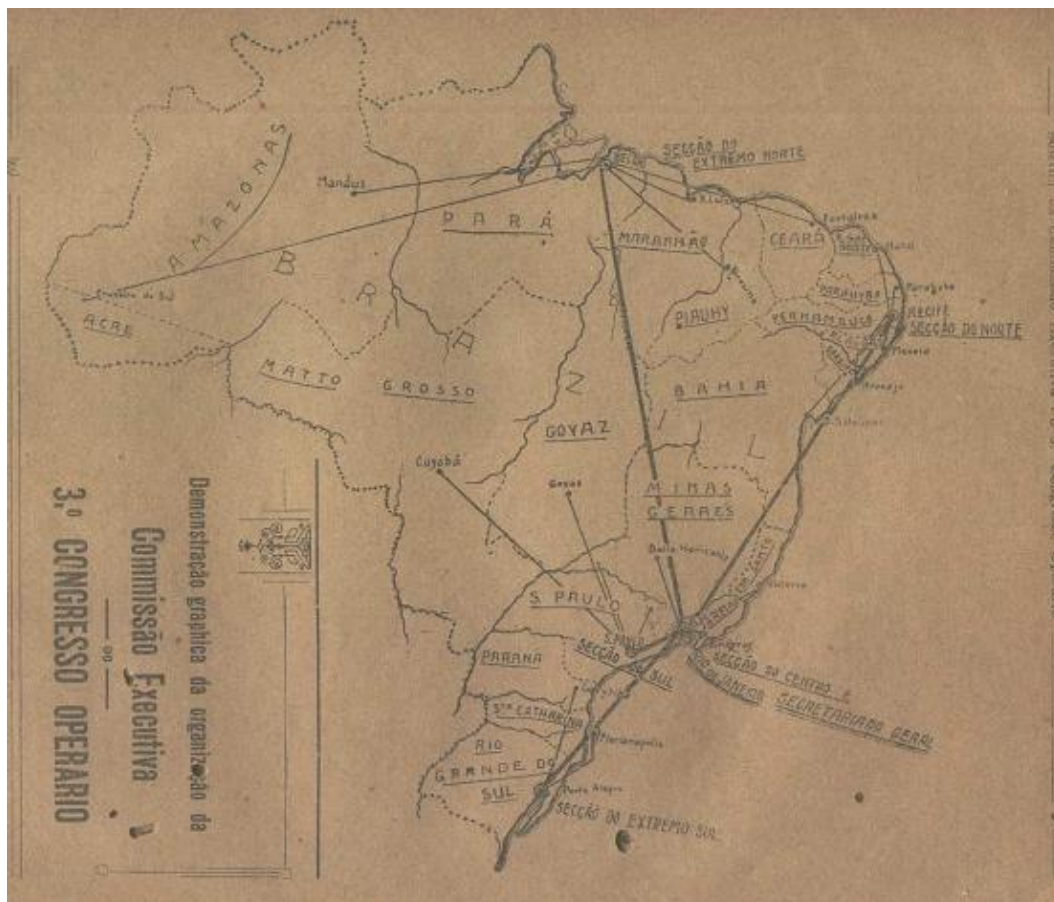
A marcha deste pretendido processo de articulação seria de caráter regional, nacional e internacional. De diferentes intensidades, ele era encarado como essencial para a luta operária por transformações sociais, seja de escopo revolucionário, seja de caráter reformista. O próprio boletim materializou, com um formato gráfico bastante expressivo, esse movimento de nível nacional:

³⁸² GONÇALVES, Adelaide, BRUNO, Allyson. Libertários: educação da solidariedade e educação da revolta. *Verve*, São Paulo, n. 2, p. 78, 2002.

³⁸³ SURGINDO. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, ano I, n. 1, agosto de 1920.

IMAGEM 11

Demonstração gráfica da organização da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário



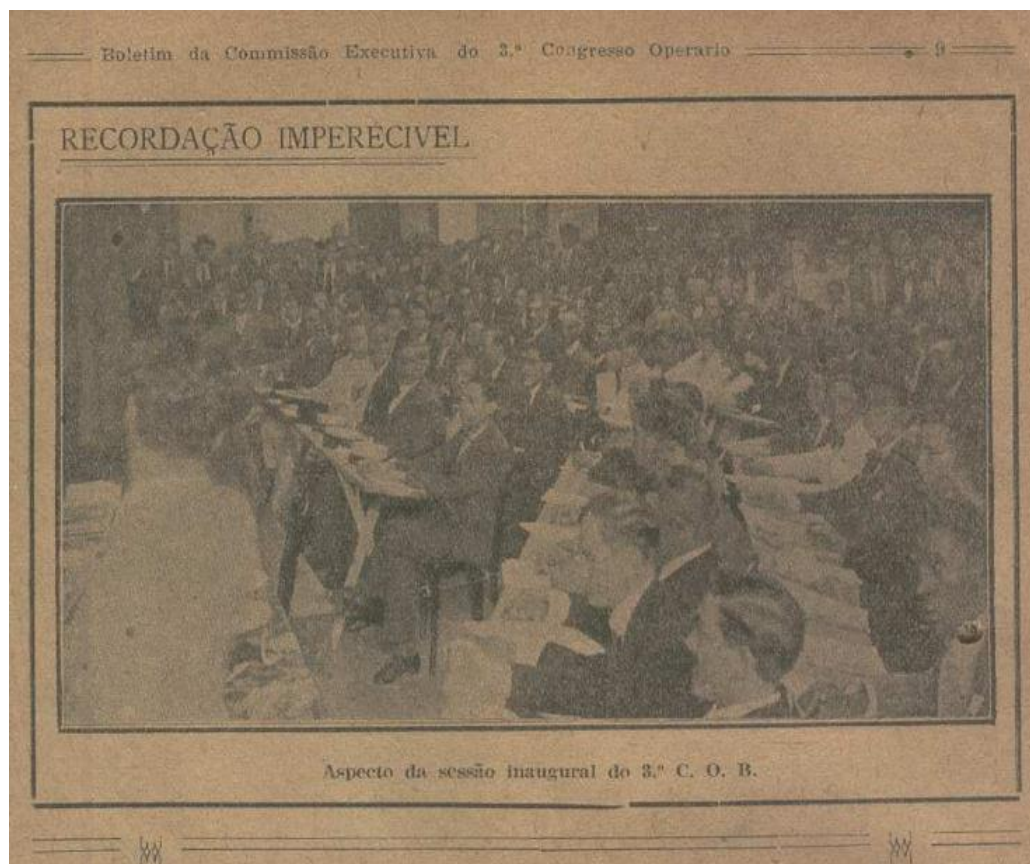
Fonte: *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, ano I, n. 1, 8/1920.

No mapa é possível identificar uma proposta de organização de alcance nacional subdividida em cinco seções: a primeira situada no Centro, composta pelos estados do Rio de Janeiro (com sede na cidade do Rio de Janeiro), Espírito Santo e Minas Gerais. Ligada a essa seção está a do Sul, agregando os estados de São Paulo (com sede na cidade de São Paulo), Goiás e Mato Grosso, além de duas zonas do Triângulo e do sul de Minas; a do Extremo Sul, formada pelo Rio Grande do Sul (com sede em Porto Alegre), Paraná e Santa Catarina; a do Norte, integrada por Pernambuco (com sede em Recife), Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia; e, por fim, a do Extremo Norte, constituída pelo Pará (com sede em Belém), Amazonas, Maranhão, Ceará, Piauí e Acre.³⁸⁴ Desta forma, o Amazonas comparece na seção do Extremo Norte, firmando-se nessa correlação regional e se inserindo numa articulação mais ampla, por onde os militantes deveriam se mover nacionalmente.

³⁸⁴ NORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO 3º CONGRESSO OPERÁRIO. *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, ano I, n. 1, 8/1920.

IMAGEM 12

Sessão Inaugural do 3º Congresso Operário Brasileiro



Fonte: *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*. São Paulo, ano I, n. 1, 8/1920.

Todavia, as lideranças operárias da região romperam as fronteiras nacionais, atingindo o estrangeiro. Notícias sobre o envio de relatórios sobre ações, especialmente libertárias, no Amazonas para o Congresso Anarquista Internacional em Londres, no ano de 1914, sustentam essa ligação, em especial do grupo cujo expoente era Tércio Miranda³⁸⁵ que, como se viu, encadeou-se internacionalmente.

Tal processo, obviamente, não se restringia ao Amazonas, que nesta tese assume o lugar de “laboratório de observação”. Neste sentido, ao se olhar para grupos de militantes envolvidos com a imprensa operária de outros estados, se constata essa mesma marcha visando à constituição de encadeamentos mais amplos para o movimento de luta operária, como fica evidente no trecho a seguir: “Trabalhadores leiam e divulguem *A Plebe*, ajude *A Voz Operária*, *Spártacus* e *Alba Rossa*”.³⁸⁶ Aqui é factível notar a conexão entre os grupos por

³⁸⁵ A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA DO NORTE. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

³⁸⁶ A VOZ OPERÁRIA. Campinas, ano I, n. 2, 7/9/1919.

intermédio desses periódicos. Respectivamente correspondem a São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo novamente.

À vista do que foi visualizado, torna-se exequível afiançar uma configuração em redes sociais do movimento operário brasileiro, na qual o Amazonas também era um elo importante, por onde fluxos de informações circulavam numa via de mão dupla.

Alguns aspectos precisam ser reiterados acerca do capítulo em tela. O primeiro deles, como não podia deixar de ser, corresponde à análise de redes sociais. Nunca é demais apontar que se optou por um uso “frouxo” desse instrumental, em função da documentação utilizada, a imprensa operária, que, como é notório, é esparsa e fragmentada. Contudo, esse uso não inviabiliza a análise de redes, pelo contrário, chegou a ser até defendido na bibliografia.³⁸⁷

Por conseguinte, seu uso “débil” em fontes parcas, como foi o caso da documentação aqui trabalhada, permitiu visualizar as relações sociais costuradas pelas lideranças operárias envolvidas com a imprensa no Amazonas e reconhecer que, através das conexões estabelecidas, circulavam conteúdos (programas, conceitos, imagens...) que dinamizavam o movimento operário local e vice-versa. Por outro lado, impossibilitou avaliar a duração e a intensidade das redes formatadas, o que só seria plausível por intermédio de fontes densas.

Embora se reconheça isso, seguramente foi possível identificar um grupo de operários que não mediu esforços em tecer relações, formando o que denominamos de redes pequenas e densas e, dentro dele, um núcleo duro, ou seja, um punhado de militantes que, apesar dos avanços e recuos, insistiu de modo constante no processo de organização dos trabalhadores no Amazonas ao longo da Primeira República. Do mesmo modo, também estabeleceram conexões para além das fronteiras estaduais, ampliando contatos e interações.

Aqui reside o segundo aspecto a ser considerado. Como, em termos gerais, não foi possível avaliar a duração e a intensidade das redes examinadas, este capítulo pode ter sugerido uma associação entre redes pequenas (relacionadas à cidade de Manaus e/ou ao estado do Amazonas) e *densidade*, e redes amplas (envolvendo as demais regiões do país e do mundo) e *fluidez*. Não foi isso que buscamos defender! Como “desmentido” pode-se citar o exemplo de Tércio Miranda. Seu grupo manteve ligações e conexões com aquele reunido em torno do *A Lanterna* em São Paulo. A quantidade de mensagens e exemplares remetidos

³⁸⁷ MIGUÉZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestiva e fuentes parcas... Op. Cit.

ininterruptamente para tal periódico demonstra a intensidade dessa relação. Da mesma maneira, Tércio mantinha laços e conexões com grupos militantes de Portugal, como aquele que circulava ao redor do *Aurora*, verificáveis por intermédio dos recursos financeiros enviados para lá e registrados no *A Lucta Social*. De modo semelhante, a rede estruturada pelos socialistas sugere uma relação constante, de dimensões regionais, com o Pará, observada tanto no quadro 4 quanto na imagem 10. Com efeito, deve-se reafirmar mais uma vez que as conexões estruturadas eram multidirecionais e vias de mão dupla, e que distância não significava necessariamente fluidez.

Por fim, o último aspecto se refere diretamente às redes sociais. No presente capítulo, a ideia era demonstrar o estabelecimento dessas redes através da imprensa operária. Espera-se que esse processo tenha ficado evidente em seu caráter geral. Embora seja possível reconhecer diferenças entre os grupos de lideranças que animavam a imprensa operária na Amazônia, não se constituiu em objetivo do presente capítulo discutir acerca da autonomia e da relação das diferentes redes sociais constituídas por elas, expondo suas aproximações e distanciamentos. Por uma única razão: isso será desenvolvido nos capítulos dois e três quando serão destacadas tais divergências internas, que resultaram em diferentes projetos de identidades para os operários, bem como em formas distintas de encarar a participação da classe trabalhadora no processo de construção de espaços políticos.

CAPÍTULO 2

OS PROJETOS DE IDENTIDADE NAS PÁGINAS DOS JORNAIS OPERÁRIOS DO AMAZONAS

Como se viu no primeiro capítulo, os militantes operários construíram redes sociais de diferentes dimensões por onde circulavam e faziam circular, sobretudo através da sua imprensa, conteúdos e informações atinentes ao mundo do trabalho local, regional, nacional e internacional. Nelas também veiculavam projetos de identidade destinados aos trabalhadores. Como eram diferentes redes (anarquista, socialista e colaboracionista) em interação, o processo de construção de projetos de identidade operária integrava elementos comuns, mas também diferenças que tinham em seu bojo, especialmente, questões político-ideológicas. O presente capítulo tem como finalidade identificar essas semelhanças e diferenças, mediante a observação dos pertencimentos, relações e interações formadas no âmbito de contextos específicos e desenvolvidas em relação aos próprios militantes e entre esses e outros segmentos da sociedade, notadamente o patronato e as chamadas “classes perigosas”.

Para a elaboração deste capítulo foi necessário, de início, realizar uma breve discussão acerca do conceito de identidade, no sentido de explicitar os seus usos e diferentes significados no âmbito das Ciências Sociais, em especial da Antropologia e da Sociologia, demonstrando, através de alguns estudos, notadamente de autores brasileiros, as suas perspectivas, limites e operacionalizações. Em seguida, o foco recaiu na Ciência Histórica, destacando como o conceito foi incorporado nessa área, alguns estudos que o tomaram como basilar e, por fim, qual foi o uso e a perspectiva a ser adotada na tese aqui apresentada, sobretudo sublinhando a diferença entre “identidade” e “projeto de identidade”. Esta proposta consta na primeira seção do capítulo intitulada “Identidade e projetos de identidade”.

Após esta discussão, e em íntima articulação com ela, buscou-se, através da imprensa operária, identificar os elementos comuns que permitiram a circulação de um projeto de identidade também comum entre os militantes e suas redes. A ideia foi analisar as percepções desses militantes acerca dos trabalhadores em geral, reconhecer as disputas de classificação social travadas com outros segmentos (patronato e poder público, recuperados numa dinâmica relacional), além de apontar os aspectos que ganharam as colunas dos jornais com vistas a promover um projeto de unidade/identidade dos operários em geral e em oposição aos grupos mencionados acima. Este caminho marcou presença na segunda seção do presente capítulo

chamada de “Imprensa e projeto de identidade operária: a valorização do trabalho e do trabalhador”.

Todavia, as disputas de classificação social não foram pensadas de forma homogênea, como se os militantes se constituíssem num bloco único em contraposição a outros blocos externos. Os elementos que foram utilizados para promover um projeto de identidade comum às diversas categorias integrantes do mundo do trabalho existiram (como vamos pontuar no capítulo, apresentando as condições históricas para isso), porém, as diferenças de “dentro”, ou seja, entre/intra categorias, e de caráter político-ideológico também se materializaram nos impressos. Estas foram salientadas e inseridas no âmbito de contextos onde ocorreram aproximações, alianças, distanciamentos e rompimentos, num processo dinâmico de luta por direitos sociais e políticos, e também de disputas pela liderança dos trabalhadores organizados. Esta discussão consta da terceira seção do capítulo, chamada de “Imprensa, mundos do trabalho e projetos de identidade operária em disputa”.

2.1 Identidade e projetos de identidade

Da mesma forma que a análise de redes sociais, o conceito de identidade possui vários significados e usos diversos. Tomado de empréstimo da Antropologia, num diálogo profícuo com a pesquisa histórica, mostrou-se interessante ao permitir recuperar dimensões e aspectos relacionados à cultura operária.³⁸⁸ Este caminho ficou evidente nos trabalhos reunidos por Lopes na coletânea *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*.³⁸⁹ Tal obra tratou de sublinhar as possibilidades de compreensão da cultura e identidade operária por intermédio de novas abordagens teóricas e metodológicas, as quais buscavam articular de forma conjunta e complementar as visões históricas e antropológicas, bem como as questões referentes a grupos específicos com os temas mais gerais relacionados ao processo de formação da classe operária. A inspiração que resultou na organização dessa coletânea – que reuniu os trabalhos apresentados no encontro “Questões sobre a Cultura Operária”, organizado pela Associação Brasileira de Antropologia no Museu Nacional em 1982 – emergiu dos estudos de historiadores sociais, como Thompson e Hobsbawm, e de antropólogos que se dedicaram a entender aspectos sociais de comunidades específicas. Os

³⁸⁸ Entendida, por alguns autores, mais como um campo de discussões do que propriamente um conceito. Ver BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 22.

³⁸⁹ LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

assuntos tratados na obra foram diversos, com destaque para as práticas cotidianas, tradições, diferenciações internas, dentre outros.³⁹⁰

Pode-se focalizar o conceito de identidade nessa coletânea especialmente através dos trabalhos de Duarte³⁹¹ e Seyferth³⁹². O primeiro, numa perspectiva etnográfica, focando os pescadores de Jurujuba, em Niterói (RJ), apontou para uma forma específica de articulação de identidade. Para o autor, as ameaças da “modernização” impactaram a comunidade que buscou no passado da escravidão, e do suor do trabalho, uma “imagem de identidade”, procurando religar a ideia de exploração do passado à do presente. A segunda, ao trabalhar com os colonos-operários de Brusque, no Vale do Itajaí (SC), demonstrou como a ligação com a terra foi fundamental para a valorização do trabalho agrícola e a percepção do trabalho assalariado na indústria como menor, acessório, o que promoveu uma identidade vinculada ao universo camponês.

As duas reflexões perceberam a identidade como um conjunto de representações que emergiu através das formas de resistências constituídas contra o avanço, sobre os modos de vida e trabalho tradicionais, das forças capitalistas de produção. Portanto, notou-se que esses estudos caminharam na contramão da ideia de que a identidade podia ser atribuída aos trabalhadores exclusivamente com base na sua localização na estrutura socioeconômica, ou seja, como sendo algo fixo.³⁹³ Pelo contrário, de acordo com tal linha interpretativa, ela tinha que ser vista como construção dos próprios trabalhadores em relação aos outros grupos.

No âmbito da Sociologia, considerando as abordagens funcionalistas e estruturalistas, a identidade de um grupo foi apreendida inicialmente na esteira da posição social de seus membros (trabalho) e dos antagonismos em relação ao capital, o que se mostrou inviável para a “explicação da pluralidade de novos movimentos sociais, dos desafios que colocam às identidades com que até então eram associados e da diversidade de questões que levantam na legitimação de suas reivindicações”.³⁹⁴ Buscando superar tal limitação, passou-se a considerar que os indivíduos construam, mantinham ou modificavam suas identidades conforme as interações sociais estabelecidas. Como apontou Santos:

³⁹⁰ Idem, p. 12.

³⁹¹ DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes de suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói: EDUFF, 1999.

³⁹² SEIFERTH, Giralda. Aspectos da proletarianização do campesinato no vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 103-121.

³⁹³ TILIO, Rogério. Reflexões acerca do conceito de identidade. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*. Vol. 8, n. 19, p. 111, abril/junho de 2009.

³⁹⁴ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 13, n. 38, p. 1, out. 1998.

Desta nova perspectiva, passou-se a afirmar que indivíduos constroem suas identidades e que a manutenção destas identidades depende do processo resultante das interações mantidas por estes indivíduos no processo de compreensão de si próprios e de suas intervenções na realidade. Identidades coletivas passaram a ser compreendidas a partir não só de um agregado de interações sociais, mas também da razão político-estratégica de atores sociais.³⁹⁵

O foco voltou-se então aos atores sociais em suas interações e as identidades foram encaradas como construções políticas e sociais que brotavam daquelas. Cabe destacar que essas são apenas algumas considerações que podem ser feitas sobre o conceito de identidade nos âmbitos da Sociologia e da Antropologia, a partir de uma bibliografia limitada (uma vez que a literatura que existe é extensa), mas que é de fundamental importância para a análise aqui proposta.

Na pesquisa histórica, o conceito de identidade também foi utilizado de variadas formas. Dentre elas, como uma construção voltada para estabelecer estratégias de luta e de valorização social dos trabalhadores³⁹⁶ frente a situações de crise³⁹⁷, como um processo de criação de referências de comportamento, organização e ação, através do reconhecimento e da valorização de uma “ética do trabalho”³⁹⁸, como um empreendimento associado e resultante do conhecimento do ofício³⁹⁹ ou como produto de transformações contextuais e conjunturais permeadas ora por um processo de enquadramento ou disciplinamento do trabalhador, o que contribuiu para uma valorização positiva do trabalho, demandando resistências e oposição classista⁴⁰⁰, ora por questões étnicas e de gênero.⁴⁰¹

Assim, observa-se, através desses usos variados, três aspectos importantes que necessitam ser considerados na utilização do conceito de identidade na pesquisa histórica: o

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ Por exemplo: DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³⁹⁷ Especialmente nos momentos em que ocorrem mudanças estruturais que impactam e afetam de forma significativa categorias de trabalhadores e que podem levar, por exemplo, a um processo de desqualificação e precarização do trabalho.

³⁹⁸ Por exemplo: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 12, n. 23-24, p. 111-124, set./ago., 1992.

³⁹⁹ Por exemplo: MALATIAN, Teresa. Memórias de sapateiros: transformações no mundo do trabalho e identidade. Comunicação Coordenada. In: *XXI Simpósio Nacional de História*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, R.J., 22 a 27 de julho de 2001.

⁴⁰⁰ Por exemplo: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009.

⁴⁰¹ Por exemplo: BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, vol. 2, n. 4, p. 181-224, jul./dez., 2003.

relacional, o construtivista e o contextual. O primeiro aspecto envolve o caráter *relacional* dos grupos que compõem a sociedade. A relação desses é marcadamente conflituosa e hierárquica, assentada em interesses específicos divergentes que forçam alinhamentos, distanciamentos e embates. Este processo promove uma dinâmica social cujo resultado se materializa na construção de representações e identidades. O aspecto *construtivista* remete às “posições sociais” ocupadas pelos grupos, em especial as condições materiais objetivas a que estão submetidos e as percepções que emergem acerca delas. Por fim, relação e construção estão intimamente ligadas ao *contexto* que se formou por meio das interações, desenvolvidas no âmbito de uma estrutura socioeconômica, gerando disputas no processo de classificação social (a ser imposta a determinados grupos), empreendidas pelos diferentes setores da sociedade e permeadas por relações de dominação e resistência.

Bilhão, ao tratar das pesquisas e das discussões acerca da identidade, mostrou que:

O estudo da construção da identidade operária tem encontrado terreno fértil para ampliar e para aprofundar suas análises, priorizando as noções de experiência identitária e a percepção de que a identidade operária é construída e se constrói de forma inter-relacional com outras identidades coletivas, tanto por meio de peculiaridades locais quanto de macroinfluências.⁴⁰²

Portanto, não se pode negar que a identidade se constrói em “relação à”, em oposição ou em referência a alguma coisa ou a alguém.⁴⁰³ Também não se pode negligenciar as múltiplas e distintas identidades que constituem os indivíduos, como produtos de sentimentos de pertença a diferentes grupos (étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc), como bem sinalizou Louro:

Essas múltiplas e distintas identidades constituem o sujeito, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.⁴⁰⁴

⁴⁰² BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). *Revista Eletrônica Mundos do Trabalho*. Vol, 2, n 4, p. 231, ago./dez., 2010.

⁴⁰³ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, padrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917-1919)*. Tese (doutorado em História), UFRGS/PPGH, Porto Alegre, 2012.

⁴⁰⁴ LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.

Entretanto, extrapola o objetivo deste trabalho explorar a “totalidade” das identidades produzidas no “jogo social” do período examinado, muito menos as distintas identidades que marcaram os sujeitos analisados. Mais modestamente, se quer perceber, através da imprensa operária, de que forma os trabalhadores militantes internamente, e nas suas relações com o patronato e as “classes perigosas”, buscaram construir projetos de identidade direcionados aos trabalhadores. Em outras palavras, busca-se examinar como as complexas redes sociais formadas serviram de canal para fazer circular esses projetos e promover a construção de espaços políticos com a finalidade de estabelecer mudanças na vida e no trabalho dos operários amazonenses.

Portanto, cabe evidenciar os militantes e suas teias de relações, explicitando as interações e os conteúdos que se fazem presentes nelas e que impactam de forma significativa, porém não de forma absoluta, os indivíduos que se localizam no seu interior. Para tanto, é preciso realçar que as redes sociais se materializam numa multiplicidade de conjuntos de relações, os quais emergem no interior de contextos históricos específicos e produzem alinhamentos e distanciamentos, além de oposições e conflitos entre grupos cujos interesses e identidades são divergentes, fazendo com que os participantes das redes criem ideologias e histórias comuns que integrem e legitimem suas ações, expressando-as inclusive na imprensa.

Já se viu acima que, no processo de construção de identidades sociais, é necessário levar em conta as relações entre os grupos e os interesses em jogo num contexto histórico específico. Procuramos realizar essa operação na medida do possível (e aqui o “possível” se refere sobretudo às fontes selecionadas para análise). Porém, estamos cientes de que deixamos de lado porções significativas do movimento operário, em especial as suas bases, sem contar os trabalhadores que não se vinculavam a tendências políticas e a estruturas organizativas, priorizando, em virtude das limitações documentais já assinaladas, as lideranças e, em algum grau, os quadros intermediários, voltando-nos ao exame de seus projetos de identidade.

Sendo assim, para o presente trabalho, é fundamental explicitar a diferença existente entre identidade e projeto de identidade, questão que se articula ao recém referido recorte das fontes e dos grupos de trabalhadores aos quais elas se referem. A documentação histórica central desta tese, como já se apontou, é a imprensa operária do Amazonas do final do século XIX e início do século XX, produzida pela parcela organizada dos trabalhadores urbanos. Dada a natureza de tal fonte, a ideia de projeto de identidade leva em consideração esse grupo específico que, além de se envolver na produção de periódicos, de fazê-los circular em dimensões locais, estaduais, nacionais e internacionais por meio de conexões com lideranças localizadas em diversas regiões do país e do globo, passou a elaborar, tendo como base as

condições materiais de vida e trabalho do operariado, e a divulgar ao conjunto dos trabalhadores, uma visão do mundo social ancorada no princípio de “di-visões” que “quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo”.⁴⁰⁵

Neste sentido, insistimos, o foco recaiu nas lideranças que elaboravam e proferiam os projetos de identidade, pois, como salienta Bilhão:

Os textos publicados nos jornais operários só permitem chegar muito indiretamente às formas de constituição de uma identidade operária, pois, na maioria dos casos, mostram muito mais os projetos das lideranças do caminho a ser trilhado pelo conjunto dos trabalhadores do que a realidade da vida cotidiana.⁴⁰⁶

Para se chegar à forma de constituição de uma identidade operária seria necessário averiguar a apropriação do discurso identitário pelo conjunto dos trabalhadores, o que requereria verificar os elementos de internalização desse discurso pelo grupo. Por outro lado, os projetos de identidade estão diretamente ligados às lideranças operárias, que constantemente os defendiam na imprensa direcionada ao mundo do trabalho e que aí podem ser observados em seus elementos constitutivos. Tal diferença entre identidade e projeto de identidade é, portanto, fundamental à análise aqui empreendida. Sobre a noção de projeto, ela é utilizada na presente tese conforme as formulações do antropólogo Gilberto Velho, o qual a entende como algo edificado a partir de uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, construída conscientemente para produzir “um sentido e uma coerência a uma experiência fragmentadora”.⁴⁰⁷ Portanto, pode-se dizer que os projetos de identidade elaborados pela militância operária no Amazonas buscavam, acima de tudo, promover um efeito unificador entre os trabalhadores. Não se quer, com essa afirmativa, construir uma “fronteira intransponível” entre identidade operária e projetos de identidade voltados ao operariado, pois há elementos que circulam entre os dois níveis. Afinal, os trabalhadores podiam absorver elementos identitários difundidos por suas lideranças (as quais, vale lembrar, seguidamente eram também operários) e essas últimas deveriam levar em conta os pertencimentos sociais experimentados no dia-a-dia pelas “bases”. O que se busca, ao propor

⁴⁰⁵ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: Ibidem. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 113.

⁴⁰⁶ Bilhão, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma História do operariado Porto-Alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008, p. 22.

⁴⁰⁷ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 101.

tal divisão analítica, é evidenciar os limites desta tese, a qual, pela natureza das fontes que a amparam, tem dificuldade em avançar para além dos projetos de identidade operária.

Portanto, recuperar os projetos de identidade defendidos e difundidos na imprensa operária exige que se percebam as “representações mentais e objectais” que foram elaboradas por seus redatores. Isso requer pontuar as disputas e os conflitos entre os diversos setores que compõem a sociedade e que atuam consoantes seus “actos de percepção e de apreciação” em que investem “os seus interesses e pressupostos” num dado momento histórico.⁴⁰⁸

O esforço consiste em visualizar, nas páginas dos jornais operários, a construção, levada a cabo pelas lideranças, de projetos de identidade forjados intra e extra grupos a partir de imposições de percepções e de categorias de percepção que procuravam determinar o lugar social dos trabalhadores. Nesta esteira, ao tratar do tema da identidade, Bourdieu assinalou que:

o poder sobre o grupo que se trata de trazer a existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade.⁴⁰⁹

Em que pese tal movimento unificador, os diferentes contextos, relações e percepções produzem também variadas construções de identidades sociais, como demonstrou Bak.⁴¹⁰ Além disso, dois aspectos se destacam em tal processo de construção dos projetos de identidades sociais: o reconhecimento e a distinção.

Quanto ao reconhecimento, esse não depende somente, como assinalou Bourdieu, “do reconhecimento daquele que o detém”, mas também

do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum...⁴¹¹

Por outro lado, este processo leva à distinção, sobretudo pelo fato do mundo social ser formado por grupos diversos que, através de seus interesses e das relações impulsionadas e estabelecidas por esses, se colocam de forma específica em determinado espaço, procurando

⁴⁰⁸ Idem, p. 112.

⁴⁰⁹ Idem, p. 117.

⁴¹⁰ BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*: Caxias do Sul: EDUCS, vol. 2, n. 4, p. 181-224, jul./dez., 2003.

⁴¹¹ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação... Op. Cit., p. 117.

atestar sua existência como grupo “conhecido e reconhecido”. O presente estudo procurou fazer uso da ideia de projetos de identidade social, procurando, pela imprensa operária, “apreender ao mesmo tempo o que é instituído”⁴¹² e as “representações”.⁴¹³

2.2 Imprensa e projetos de identidade operária: a valorização do trabalho e do trabalhador

Ao se ler os artigos dos jornais operários que circulavam no Amazonas na virada do século XIX para o século XX e que versavam sobre as condições de trabalho do operariado em geral, nota-se um constante discurso a respeito das condições precárias a que os trabalhadores eram submetidos no cotidiano de suas atividades profissionais, seja nas oficinas, seja nas fábricas, seja em outros espaços. Nos textos publicados nessas folhas, são constantes as referências relacionadas a equipamentos comprometidos, a jornadas extenuantes de trabalho, aos baixos salários e a uma disciplina rígida imposta pelos patrões.

O jornal *Vida Operária*, por exemplo, veículo sustentado por grupos socialistas, foi utilizado, em grande medida, para tornar públicas as inadequadas condições de trabalho a que diferentes categorias profissionais, sobretudo as que estavam vinculadas às empresas concessionárias dos serviços urbanos em Manaus, estavam sujeitas. O trecho abaixo é revelador disso:

As machinas estão completamente estragadas, os mancaes escorados com madeiras; as bobinas dos motores estão sendo cheias com fios velhos e as caldeiras em lamentável estado, podendo de uma hora para outra tudo aquillo virar pelos ares.⁴¹⁴

Estas máquinas estavam localizadas na Usina de Força e Luz, situada no bairro Plano Inclinado, e pertenciam à Manãos Tramways, empresa estrangeira que, por concessão do governo estadual, atuava no serviço de luz e bondes. Retratada pelo jornal como uma “hydra que asfixia o povo e as rendas do Estado”, nela as condições de trabalho apontadas eram retratadas como deploráveis, conforme se pode novamente atestar:

Quarta-feira última estando o nosso camarada Francisco Isaphe, machinista da Uzina Central da Manãos Tramways, a manejar com um fiche das

⁴¹² Considerado aqui, na esteira de Bourdieu, como “resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou ‘inexistir’ o que existe”. Ver BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação... Op. Cit., p. 119.

⁴¹³ Representações entendidas neste trabalho como “enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam”. Ver BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação... Op. Cit., p. 119.

⁴¹⁴ MANÃOS TRAMWAYS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 8, 28/3/1920.

mesmas oficinas, aconteceu que o referido aparelho, devido o mau estado em que se encontra, rebentando um cabo que o sustentava, apanhou desastradamente esse nosso amigo, atirando-o ao solo (...) lamentamos o estado em que se encontra o referido aparelho, chamando a atenção da Companhia afim de evitar outro accidente.⁴¹⁵

No trecho acima, é interessante perceber como o jornal acabou personalizando essas condições precárias de trabalho. Provavelmente realizava isso para causar identificação no leitor (ou ouvinte, no caso de uma leitura em voz alta, provavelmente seguida de comentários e debates), que poderia se ver na pele de Francisco. De modo geral, essas condições precarizadas de trabalho acabavam acarretando acidentes, os quais eram alvos de disputas entre operários e patrões, em especial sobre quem arcaria com as despesas no tratamento, tema que será tratado no terceiro capítulo. No momento, cabe salientar que não eram somente os socialistas que, por intermédio da imprensa, denunciavam tais perigos. Os anarquistas, através do jornal *A Lucta Social*, e, nesse caso específico, referindo-se às festividades do dia do trabalho, também sublinhavam tal tipo de situação:

Poderá o trabalhador embelezar com frescas e aromáticas flores a máquina em que se extenúa para ganhar uma ridicularia que mal chega para o pão e caldo, a oficina que o sufoca, as cadeias que lhe cortam a liberdade, o chicote que o açoita, a organização social contemporânea que pretende reduzi-lo á submissão e á impotência?...⁴¹⁶

No trecho, várias questões ligadas às condições de trabalho são mencionadas: a área sufocante da oficina, a disciplina imposta ao processo de trabalho, os baixos salários que não cobriam o mínimo para a subsistência, as máquinas e sua relação com o homem, em grande medida, ditando o ritmo da atividade e, certamente, uma tentativa de submeter o operariado aos ditames dos patrões.

Os exemplos poderiam se multiplicar, não obstante, o que se quer realçar agora é que essas condições adversas foram associadas à memória de uma recente escravidão abolida no país e que deixou marcas profundas, especificamente em uma visão social dominante de demérito do trabalho braçal. Como assinalou Bilhão para o caso do Rio Grande do Sul, tais marcas “estavam presentes nas falas das lideranças tanto em âmbito nacional quanto local”. Demonstrou isso através do exemplo de Antônio Guedes Coutinho⁴¹⁷ que, ao responder sobre

⁴¹⁵ ACCIDENTE NO TRABALHO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 3, 24/2/1920.

⁴¹⁶ LORENZO, Anselmo. A festa do trabalho. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 2, 1/5/1914.

⁴¹⁷ Foi uma liderança socialista de atuação significativa no Rio Grande do Sul, organizando os trabalhadores em associações, escrevendo na imprensa e contribuindo para a formação de um partido político direcionado aos interesses dos operários. Para conhecer melhor a vida e a militância deste personagem, consultar: SCHMIDT,

o que é o operário, salientou o seguinte: “o operário é aquele que trabalha, que tudo produz, porém nada vale, é o escravo que foi arrancado do seio de sua família para vir substituir o antigo escravo sujeito ao azorrague de um malfeitor”.⁴¹⁸

Da mesma forma, no Ceará, através do jornal libertário *O Regenerador* (1908), os militantes denunciavam a exploração dos capitalistas, informando que o operariado estava numa condição de “escravo moderno”:

Ouvis ao longe o ruído de uma oficina. Dirigi-vos para lá. Encontrareis suarentos e fatigados homens, mulheres e crianças seminuas, as faces cadavéricas e macilentas, os olhos amortecidos, o andar vagaroso e cambaleante.

Trabalham o dia inteiro.

(...)

É o operário, a eterna vítima das explorações pequeninas do capitalista miserável, dos parasitas (...), o escravo moderno, que de grilhetas suporta, sem poder reagir, que lhe roubem o pão, que lhe suguem o sangue, que lhe violem todos os seus direitos.⁴¹⁹

A visão social dominante de demérito do trabalho braçal era alimentada a partir das deploráveis condições de trabalho presentes no início da Primeira República. Desse modo, a disciplina, os baixos salários e os ditames do patrão passaram a ser retratados pelas lideranças operárias como os elementos constitutivos de uma “escravidão moderna” que teria substituído a anterior. No Amazonas, tal discurso também foi construído pelos militantes, provavelmente em diálogo com os seus pares de outras regiões do país, por meio das redes sociais examinadas no capítulo anterior, tendo como base as péssimas condições também existentes no mundo do trabalho local, o que fica evidente na passagem a seguir: “Operários, martyres da democracia moderna, escravos da prepotência do capital, abnegados da sorte, escutae, e prestaes como verdadeiros apóstolos, nesse momento de convergimento os vossos esforços em pról da sacro-santa causa da immancipação dos póvos”.⁴²⁰

Esta visão de uma “nova escravidão” que mergulhava a vida dos trabalhadores numa situação de miséria também era compartilhada pelos anarquistas do jornal *A Lucta Social*:

Benito Bisso. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/RS, Porto Alegre, 1996.

⁴¹⁸ *GAZETINHA*. Porto Alegre, 1/7/1897. Apud BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho...* Op. Cit., p. 35.

⁴¹⁹ *O REGENERADOR*. Fortaleza, ano I, n. 1, 22/2/1908. Apud GONÇALVES, Adelaide. *A imprensa dos trabalhadores no Ceará...* Op. Cit., p. 212.

⁴²⁰ *VICTORIA. Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 5, 7/3/1920.

Curvados ao pezo das fadigas diárias, aumentadas pela miseria em que viviam, com uma reduzida alimentação, se é que alguns dias ela não faltava, esses escravos, mais infelizes do que os da antiga gleba, não poderam por mais tempo suportar o seu vexame e abandonaram o trabalho.⁴²¹

Estes “escravos” eram os gráficos do jornal *Amazonas*⁴²² que haviam paralisado o trabalho em virtude dos baixos salários e da irregularidade no pagamento de seus vencimentos, que atrasavam frequentemente.⁴²³ Já para o órgão socialista da Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil, *O Constructor Civil*, os “escravizados” eram aqueles que se submetiam aos desmandos e arbitrariedades dos patrões, conformando-se com sua posição e, conseqüentemente, distanciando-se do processo organizativo da categoria:

Mais um anno! O segundo de lucta em prol da emancipação operária e contra os seus terríveis inimigos.
Relembra-nos o dia de hoje, todo um passado de sacrifícios, não só contra o inimigo commum, mas também contra a má vontade dos que podendo ser livres, preferem o degradante papel de escravos.⁴²⁴

Da mesma forma, o jornal *Tribuna do Caixeiro*, de corte colaboracionista, não deixou de fazer referência a essa visão de uma “escravidão moderna” nos artigos que nele eram publicados. O trecho abaixo, de um deles, é exemplar disso:

Trataremos hoje da liberdade do caixeiro em geral.
(...)

Somos ainda considerados nesta terra, em maioria, verdadeiros maçanos dos tempos pre-historicos, verdadeiros escravos do trabalho vexatorio que nos amofina e embrutece.⁴²⁵

Portanto, verifica-se que a militância operária no Amazonas, utilizando seus jornais, associava as marcas da escravidão ao universo do trabalho e do trabalhador. É importante ressaltar que tal associação transcendia as posturas ideológicas dos militantes, pois ela acabava emergindo de algo que era comum ao operariado e às suas lideranças: a memória recente da escravidão.⁴²⁶ A continuidade que os militantes envidaram estabelecer entre o

⁴²¹ SERENAMENTE. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 6, 1/11/1914.

⁴²² Jornal diário que circulava na capital do Amazonas.

⁴²³ GREVE NO AMAZONAS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

⁴²⁴ A MINHA ASSOCIAÇÃO. *O Constructor Civil*. Manaus, ano I, n. 1, 5/1/1920.

⁴²⁵ PELA ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMÉRCIO. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 9, 14/6/1908.

⁴²⁶ Sobre a escravidão no Amazonas, consultar: SAMPAIO, Patrícia Melo. Escravidão e liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis/SC, 2005; CALVALCANTE, Igor Olinto Rocha, SAMPAIO, Patrícia Melo. Histórias de Joaquinas: mulheres, escravidão e liberdade (BRASIL, AMAZONAS: SÉC. XIX). *Afro-Ásia*, n. 46,

trabalho escravo e o trabalho “livre”, particularmente no que tange à desvalorização do labor braçal e à precariedade das condições de vida, seguramente visava aguçar uma movimentação significativa de reconstrução da imagem do trabalho e do trabalhador, como se verá mais adiante. Nesse processo de reelaboração identitária, a memória é fundamental, pois se constitui como um elemento fundamental do sentimento de identidade, como atestou Michael Pollak:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.⁴²⁷

Desta forma, observa-se a importância da memória para a formação da identidade coletiva e, no caso específico abordado na presente tese, o papel desenvolvido pelos militantes em um processo denominado de “enquadramento da memória”, ou seja, de construção de uma memória com uma finalidade específica, a qual, no que se refere à situação em tela, é fundamentalmente política.⁴²⁸ Esta postura, que não deixava de ser uma denúncia, vinha acompanhada de um esforço que visava sublinhar a importância do operário e do valor do seu trabalho. Para esses militantes, era necessário “impor” e difundir ao conjunto dos trabalhadores e da sociedade um processo de valorização do trabalho e do trabalhador, realçando sua posição chave de produtor de riquezas e, portanto, de elemento fundamental para a dinâmica econômica de um país e/ou região (ou mesmo de todo o globo). Um exemplo:

Operarios, que esperam as sociedades de vós?
Sois força que gera; fonte que dimana; inteligência que age?
Se sois tudo isso, di per si, ou irmanado, então operarios, vinde a significar tudo!
Este deve ser o nosso raciocinio relativamente a essa força motriz do nosso engrandecimento, accionadora do dynamismo social! Essa deve ser a nossa interrogação a esse elemento supino das riquezas de uma nação, expoente máximo da grandeza industrial de um paiz.
Operarios, leitor amigo, é o que mergulha nas entranhas da terra, indo arrancar das adherencias nativas o carvão que arde nas fornalhas candentes das usinas que condensam a electricidade que move os omnibus, que brilha e refulge como os raios de um astro solar nas lampadas da illuminação publica e particular; que imprime o movimento em mil outros inventos cuja

p. 97-120, 2012; ABREU, Tenner Inauhiny de. “*Nascidos no Grêmio da Sociedade*”: racionalização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889). Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2012.

⁴²⁷ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 206, 1992.

⁴²⁸ Idem.

construção já o seu braço amigo e protector, indômito e tenaz forjou, bateu, amolgou, pulio, integralizou e construiu.

(...)

Operário, leitor amigo, é todo o braço que influe no dynamismo commercial, agrícola e industrial de um povo! (...) É o seu braço que amolda e constróe os canhões com os seus aprestos e munições; que crava os arrebites às laminas de ferro na construção dos transportes e couraçados; é o seu braço que executa todos os planos da mechanica nas suas modalidades máximas, em fim, é o seu braço que ajuda em tudo, quer nas mínimas, quer nas maiores cousas que porventura necessitem o povo e o paiz!⁴²⁹

O esforço, portanto, era o de promover junto ao conjunto do operariado e da sociedade auto-reconhecimento e reconhecimento social, respectivamente. Deve-se entender o reconhecimento como um efeito produzido pela forma como o discurso absorve e traduz as condições materiais e simbólicas de existência dos trabalhadores, estruturando-se e fundamentando-se, para retomar ideia já anteriormente referida de Pierre Bourdieu:

(...) na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades.⁴³⁰

Um dos mecanismos para isso era, como ficou visível, explicitar que o “dynamismo social” só existia por força da ação dos trabalhadores, pois eram eles que construíam e colocavam em circulação os meios de transporte, que eram eles os responsáveis pela expansão urbana através da construção de prédios, pontes, ruas, dentre outros elementos que se tornavam, cada vez mais, visíveis em cidades como Manaus. Ou seja, era dos trabalhadores o braço que fundamentava a riqueza agrícola, comercial e industrial de um estado e de um país.

Certamente que este esforço tinha como finalidade a superação do pensamento hegemônico de demérito do trabalho braçal e, conseqüentemente, das precárias condições de trabalho que, para as lideranças operárias, reproduziam uma espécie de “escravidão moderna”. Neste sentido, a busca de auto-reconhecimento e de reconhecimento público se colocava instrumento necessário à construção de um caminho legítimo de mudança nas condições sociais do operariado. Daí uma “constante afirmação da pessoa do operário e do valor do seu trabalho”⁴³¹, como mostra o trecho abaixo:

⁴²⁹ NE QUID NIMIS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 5, 7/3/1920.

⁴³⁰ BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação... Op. Cit., p. 117.

⁴³¹ BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho*... Op. Cit., p. 36.

O operário é quem forja, amolda e faz, e a burguesia [se] senhoria deste feito.

O operário funde e rebate o arado, e outro sulca a terra; o capitalismo esconde-lhe a grandeza.⁴³²

Nota-se também que a importância do operário como o elemento fundamental da produção das riquezas de um país é sublinhada ao lado de um processo que se pode chamar de usurpação e ocultação desse valor por parte do capital e/ou da burguesia. Esse não reconhecimento, sobretudo por parte dos segmentos econômicos e sociais dominantes, consubstanciaria-se não somente nas precárias condições de trabalho salientadas anteriormente, mas também, e principalmente, na ausência de uma inserção e participação dos trabalhadores nas benesses do “progresso material”. A esse, segundo as folhas operárias, apenas uma diminuta parcela da sociedade tinha acesso, ou seja, aquela que concentrava renda e produzia as desigualdades sociais através da exploração do trabalho.

Sobre esta última questão, a imprensa direcionada aos trabalhadores buscava recorrentemente demonstrar que o discurso burguês do trabalho enquanto uma virtude tinha como finalidade esconder tal caráter de exploração:

Sabeis p'ra que servem essas palavras amenas, bonitas, que os burquezes empregam em seus livros, em seus jornaes, nos seus discursos, emfim? Servem para enganar-nos, porque desse modo elles não trabalham e querem que nós produzamos tudo do que elles carecem, fazendo-nos vêr que o trabalho é uma virtude e que nós temos o dever de trabalhar até morrer, enquanto elles se divertem nos lupanares immundos, desviando-se por completo da pratica de tal virtude, isto é – do trabalho.⁴³³

Além disso, nota-se, na passagem acima, extraída do jornal anarquista *A Lucta Social*, e já citada anteriormente, uma perspectiva moralista que associava a burguesia a “vícios” como a prostituição e à preguiça. Por outro lado, os jornais diários e revistas aliadas aos interesses dos patrões visavam imprimir a ideia do trabalho como uma virtude, glorificando-o e, nessa empreitada, ocultando a exploração e a desigualdade daí resultante, como fica visível na seguinte passagem extraída de um artigo sobre o Primeiro de Maio publicado no *Jornal do Comércio*:

O trabalho, como já disseram muitos, é a condição essencial da existência humana; a lucta continua pela vida. Portanto, trabalhar é viver e consagrar-se um dia ao trabalho é consagral-o a imagem da vida.

⁴³² URGE. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 6, 14/3/1920.

⁴³³ SOMOS OPERÁRIOS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

O grande exercito dos operários, a grande família daquelles que não apertam nas mãos o áureo e fugidio pomo da fortuna, debaixo de todos os céos, em todas as partes do Universo, solemnisa o dia de hoje, santifica o 1º de maio, em homenagem ao seu grande ideal, em honra ao seu grandioso sonho, em glorificação à lucta da qual tira o pão que lhe extingue a fome, a roupa que lhe occulta o corpo e pela qual anniquilla as energias de seu cérebro e derrama o sangue de suas carnes.

Bella festa! Risonha glorificação!

(...) a voz humana que hoje sobe aos ares abençoando o trabalho, é uma só, concretisando as emoções de todas as raças symbolisando as alegrias de todos os povos.⁴³⁴

Percebe-se que o trabalho enquanto uma virtude (e associado à alegria) foi realçado, mas como exploração nem foi cogitado. Coube às lideranças operárias, por intermédio dos seus veículos de comunicação, tornar públicas as dificuldades que o operariado enfrentava no sentido de assegurar o mínimo para subsistir, para sustentar sua família, uma vez que o baixo salário que recebia não chegava a “atender as primeiras necessidades do lar”. Era nesse momento de dificuldade que, segundo Manoel Sérvulo, importante liderança socialista local, o operário deveria refletir:

Então pensativo, e dentro do circulo de ferro em que se acha exclama: que miséria! Não tenho dinheiro nem credito!... É uma verdade. Porque se recorre ao taverneiro que é seu amigo (emquanto vir o interesse) e pede-lhe crédito, este logo lhe diz; não posso! Outros dizem sim, mas... exploram tão estupidamente o pobre trabalhador, que não sabe o meio de julgal-o. E, ai daquelle que diz; não posso pagar esta semana; tenha um pouco de paciência. Fica termitantemente cortado, e entregue á sua própria desventura... não sabem elles que o pobre é honrado, e se não lhe poude pagar foi por não ter recebido, ou teve que attender á doença em casa, e o que ganhou, não deu para o medico e a pharmacia. Mas que há de fazer?... O pobre está sujeito a todos esses dissabores!...⁴³⁵

O esforço do militante era demonstrar como a exploração do trabalho atingia o cotidiano do operariado, produzindo uma gama de adversidades a serem superadas. As lideranças procuravam assim denunciar a perversa situação daquele que produzia a riqueza e dela não participava, revelando que tal riqueza não era destinada aos trabalhadores:

Companheiros: A lucta que desde longos annos se vem travando entre os dois factores adversos – o capital e o trabalho – tem despertado a attenção em todas as classes, as quais pareciam viver completamente no abysmo sujeitas aos extravagantes desejos da avarenta burguezia.

⁴³⁴ O 1º DE MAIO. *Jornal do Comércio*. Manaus, ano III, n. 660, 1/5/1906.

⁴³⁵ SÉRVULO, Manoel. *Palavras Simples. Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 6, 14/3/1920.

Eis o momento propício: principiam a despertar da letargia em que se encontram diversas classes que vivem em completa desorganização e completamente escravizadas e os seus direitos consporcados por estes avarentos patrões que só procuram usurpar o suor do proletário, sem o menor escrúpulo.

(...)

Companheiros! Acordemos desse somno letárgico, lembremo-nos que somos homens, e que temos o direito a vida e a liberdade e a tranquilidade, temos o direito de conquistar para os nossos filhos, para as nossas esposas, e nossos paes, o nosso bem estar. Isto é um dever sagrado que nos impõem diante dos nossos olhos.

Emquanto assim não procedermos, não passaremos de escravos e pobres victimas do trabalho!...

As nossas famílias não podem viver tranquilladas porque os nossos lares estão invadidos pela miséria, que a carestia de vida assim impõe pela maldita burguezia que nos procura aniquillar sem o menor escrúpulo.⁴³⁶

Uma vez excluído das benesses do “progresso material e econômico” e mergulhado na miséria, com sua honra masculina ferida em função das dificuldades de assegurar a manutenção do lar, restava ao operariado amazonense, segundo *O Constructor Civil*, realizar um esforço organizativo com vistas a modificar a sua situação social. Neste sentido, seus interesses começavam a se desenhar e em oposição aos interesses de outros grupos. Afinal, como bem salientou Edward Thompson em conhecida passagem, a classe é um “fenômeno histórico” que traz consigo “a noção de relação histórica”, essa “encarnada em pessoas e contextos reais”. Para o autor:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.

Portanto, a classe se faz historicamente como produto das relações humanas concretas e dos interesses antagonicos que surgem a partir dessas relações. No caso que interessa a esta tese, além do que foi verificado nas citações anteriores, o fragmento a seguir, direcionado ao operário no Amazonas, reforça tal dinâmica:

Lembra-te que – durante 30, 40, 50, 60, ou setenta annos (emquanto puderes) trabalharás e depois... dissolução fatal!... já exausto de forças, inutil para seres explorado serás lançado nos aposentos lúgubres d’um hospital, os teus filhos pedirão esmola levado pelos braços da progenitora amantissima que tu tanto idolatraste, porém que a Sociedade Maldicta fez

⁴³⁶ MANIFESTO ÀS CLASSES TRABALHADORAS. *O Constructor Civil*. Manaus, ano I, n. 1, 5/1/1920.

escrava e mendiga depois de inutilisá-la no trabalho excessivo com que essa seita negra da humanidade enriqueceram.⁴³⁷

Tem-se aqui um componente essencial do processo de construção de projetos de identidade: a oposição de interesses. Ou seja, tais projetos foram sendo construídos pela militância operária sempre em “relação à”, em oposição ou em referência a alguma coisa ou a alguém, como foi aludido anteriormente. No caso, o principal “outro”, o burguês, é encarado como “antagônico”. A demarcação entre um e outro se encontra na questão do trabalho. Certamente que existia uma ética do trabalho que perpassava a sociedade ocidental e brasileira, e a amazônica em particular, como um todo e, dessa forma, constava nos discursos dos patrões e operários. Ela estava assentada numa noção de trabalho positiva, enobrecedora e materializada naquilo que Batalha chamou de o “bom operário”. Esse seria aquele indivíduo “laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo, ordeiro”.⁴³⁸ Porém, em uma sociedade marcada por três séculos de escravidão, o trabalho manual foi carregado de um significado negativo, considerado em grande medida como algo aviltante e degradador. Todavia, com o fim da escravidão, em 13 de maio de 1888, a elite dominante sentiu a necessidade de impregnar o trabalho de aspectos positivos. Isso porque, segundo Sidney Chalhoub, surgiu um problema (para a elite e as autoridades da época) que precisava ser resolvido: a transformação do liberto, agora dono de sua força de trabalho, em trabalhador, ou seja, aquele que venderia a sua força de trabalho ao patrão.⁴³⁹

Analisando os debates sobre o projeto de repressão à ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888, Chalhoub observou que houve um esforço amplo de construção de uma nova ética do trabalho, materializado na elaboração da noção de trabalho como “elemento ordenador da sociedade, sua lei suprema” e na relação estabelecida entre o trabalho e a moralidade. Consoante o autor:

Uma das justificativas ideológicas fundamentais para o projeto era a intenção de moralizar o indivíduo. Era preciso inculcar nos cidadãos o hábito do trabalho, pois essa era a única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos – indivíduos sem nenhum senso de moralidade.⁴⁴⁰

⁴³⁷ SOMOS OPERÁRIOS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

⁴³⁸ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920)...* Op. Cit., p. 119.

⁴³⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 65.

⁴⁴⁰ Idem, p. 70-71.

Partiu-se naquele momento do pressuposto de que os libertos eram ociosos e que, portanto, precisavam, de alguma forma, seja pela repressão (criminalização da vadiagem), seja pelo discurso ideológico (nova noção de trabalho), desenvolver o hábito do trabalho.⁴⁴¹

Tal noção de trabalho e do “bom operário” foi encontrada no discurso do patronato local, como acentuou Avelino para o caso do Amazonas:

O patronato procurou idealizar um modelo de trabalhador que atendesse a nova ordem da produção em face às necessidades do capitalismo comercial. A elite comercial de Manaus procurou mudar a feição da população operária, vista no Brasil pelos poderes constituídos geralmente como promíscua e degenerada, de hábitos nocivos e de cultura inferior, que estaria potencial e efetivamente pré-disposta à criminalidade e à revolta, moldando-os em trabalhadores eficientes, ordeiros e pacatos. Uma proposta bem de acordo com o ideário burguês de mudança da fisionomia da cidade.⁴⁴²

Esta ética do trabalho difundida pelo patronato em seus periódicos também reverberou na imprensa operária. Exemplar nesse sentido é o discurso pronunciado pela normalista Rita Alves da Conceição por ocasião do dia Primeiro de Maio em 1920. Tal discurso foi realizado na Escola de Aprendizes Artífices em Manaus por força da comemoração da referida data e, posteriormente, foi publicado pelos socialistas no *Vida Operária*. Acerca do trabalho dizia o texto:

O trabalho encurta o tempo, enchuga as lagrimas, esquece os desgostos sofridos, evita crimes horríveis e dissipa os males. Elle é um bem: aqui, curando feridas da alma; alli, evitando maos pensamentos e além fazendo a felicidade do que o pratica.
Pelo trabalho nos vemos conduzidos a epocas gloriosas, vem-nos o conforto em nossos lares; elle faz renascer o bem estar de uma nação inteira.⁴⁴³

E continuava:

A nação será trabalhadora, progredirá e conquistará mais respeito entre as demais se os cidadãos forem os primeiros amigos do trabalho honesto, perseverante, porém se seus filhos forem ociosos, entregando-se somente ao trabalho deshonesto como o roubo, ou por outras palavras não forem firmes e pontuaes no cumprimento de seus deveres, a nação jamais conquistará o respeito e o progresso das demais.

(...)

O trabalho honra, alegre, faz esquecer as dores áqueles que o pratica ao passo que martyriza, acabrunha e envergonha o ocioso...⁴⁴⁴

⁴⁴¹ Idem, 64-77.

⁴⁴² AVELINO, Alexandre Nogueira. *O patronato amazonense e o mundo do trabalho...* Op. Cit., p. 71.

⁴⁴³ CONCEIÇÃO, Rita Alves da. O Dia do Trabalho. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 14, 9/5/1920.

Dois elementos saltam aos olhos nestes fragmentos do discurso que ganhou as páginas do *Vida Operária*, quais sejam: o trabalho, que aparece de forma descolada do operariado, e a sua função de regeneração moral e progresso nacional. Com relação ao primeiro, fica clara a ideia do trabalho em si como gerador de riquezas, ao contrário do que se viu anteriormente, onde se coloca o operário como a força motriz fundamental do “progresso” material. No que concerne à segunda questão, o trabalho se caracteriza como um instrumento de regeneração moral, ou seja, evitaria o ócio e, por conseguinte, a vadiagem, estabelecida como um crime na virada do século XIX para o XX, o que será discutido no tópico seguinte; além disso, seria o fator fundamental para o desenvolvimento de um país.

Portanto, a ética do trabalho que aparece de forma comum nos periódicos patronais e operários possui como elementos constitutivos a disciplina, a obediência e a ordem na execução daquilo que seria o dever do operariado: trabalhar. Interessante notar que, quando o patronato fala do trabalho, em nenhum momento aponta qualquer tipo de situação relacionada a espaços inadequados, fétidos, escuros, perigosos, etc. Isso só se encontra, e de forma frequente, na imprensa operária, como se viu anteriormente.

E é justamente aqui que se pode realizar uma demarcação, de oposição, entre um e outro discurso. Pois se, para o patronato, no regime capitalista, o trabalho é produtor de riquezas e “legítima socialmente o indivíduo”, para as lideranças operárias, ele, que só existe pela movimentação coletiva dos braços dos trabalhadores, embora produza riquezas (que não são usufruídas pelo conjunto da sociedade), tem um caráter de exploração, destacados nos jornais aqui examinados. Neste caso, é o conjunto dos trabalhadores que tem que buscar “sua própria legitimidade”.⁴⁴⁵

E buscar legitimidade para quê? Para modificar sua situação social, não somente transformando o trabalho braçal de algo negativo para positivo – “de estigma a emblema de luta” – como também construindo uma identidade social, a de operário, uma vez que “a construção de uma legitimidade de grupo pressupõe o estabelecimento de uma identidade”.⁴⁴⁶ Para Batalha, é no processo de conscientização e organização que ocorre a “ruptura entre a ética do trabalho defendido pela burguesia e a concepção sustentada pelos dirigentes

⁴⁴⁴ CONCEIÇÃO, Rita Alves da. O Dia do Trabalho. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 15, 16/5/1920.

⁴⁴⁵ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920)... Op. Cit., p. 120.

⁴⁴⁶ Idem.

operários”. Segundo o autor: “Se trabalhar para viver marca a condição operária, é a atuação organizada que acaba por lhe conferir a condição de classe de forma mais evidente”.⁴⁴⁷

É possível ver este movimento em ação na atuação das lideranças operárias no Amazonas, que não pouparam energias no sentido de promover e se envolver no processo de organização dos trabalhadores locais. Para isso, utilizaram insistentemente a imprensa operária, como estamos procurando demonstrar. Por meio dela, destacavam a importância da organização operária:

Oh! Minha Associação! Que os teus filhos, os teus adeptos, os teus amigos, se reúnam em volta de ti, para saudarte unisonamente e que atentamente escutem os teus conselhos transmitidos pelos teus dirigentes. E vós, oh! Meus companheiros, martyres da dedicação, daqui vos envio todo o sentimento de prazer da minha’alma, para que elle vos anime a persistir-des na lucta encetada.⁴⁴⁸

Os dirigentes da Associação das Quatro Artes da Construção Civil, por intermédio do seu órgão de imprensa, *O Constructor Civil*, que foi lançado na comemoração do segundo aniversário da referida entidade, em 5 de janeiro de 1920, saudaram-na como um espaço fundamental onde as questões que incidiam sobre o trabalho em geral, e o dos construtores civis em particular, fossem diagnosticadas, avaliadas e, a partir daí, inseridas numa agenda de luta política e social parlamentar (pois eram de orientação socialista-reformista) que alterasse para melhor aquelas condições relatadas por parte da imprensa operária como vimos no início dessa seção do texto.

Portanto, do ponto de vista da militância, o principal ponto, que é visível na citação recortada acima, era a participação dos operários nas suas associações, em outras palavras, o fundamental era que aderissem a elas e se envolvessem em suas atividades. Nesta esteira, os militantes produziram uma ampla gama de artigos publicados na imprensa que buscavam chamar a atenção para a importância de tal inserção, destacando justamente o contexto de exploração do trabalho nos textos direcionados ao operariado, como atesta o exemplo a seguir:

Vacilla – e diz com franqueza o que sentes. Acceitarás o jugo eterno da escravidão? Não! Conduzirás sempre no rosto enrugado aos vinte annos de idade pela miséria, o estigma do reprobado, do pária, que, sendo o artifice de todo o existente não tem lar nem casa? - - Não!

⁴⁴⁷ Idem, p. 122.

⁴⁴⁸ A MINHA ASSOCIAÇÃO. *O Constructor Civil*. Manaus, ano I, n. 1, 5/1/1920.

Que fazer pois, ante esse dilemma terrível em que a sociedade actual te prostou?

Preparar-te para a lucta pela tua emancipação.

Não esqueças que de ha longas datas tens a miséria á porta e por consequencia urge escorraçal-a como outr'ora Christo, fez aos vendilhões do templo.

Associa-te, organisa-te em associações onde encontrarás o antidoto poderoso que, ajudar-te-á a levar a cabo a grande obra da regeneração humana, mostrando assim que sabes comprehender os laços de solidariedade que atravez das fronteiras se cruzam unisonos, em holocausto da tua emancipação integral.

Sim, é ella a solidariedade poderosa que, paralisando em dado momento o movimento do arado, a força do vapor, fará com que n'um só dia o operariado recupere aquillo que os burguezes lhe roubaram – toda a producção existente, porque é legado dos nossos antepassados, aperfeiçoado por nós; e para gaudio delles por honra aos mortos, não devemos consentir que por mais tempo a vibora se nutra do nosso sangue, e do de nossas famílias, condemnando-nos assim, a perpetuo servilismo.⁴⁴⁹

A associação era encarada, pois, como um instrumento fundamental de luta operária, o “antídoto” para a superação da “doença” produzida pelo capitalismo e seus agentes sociais: a miséria no seio do operariado. Mas, para que ela ganhasse corpo e se tornasse forte e, assim, fosse capaz de promover a cura dessa “enfermidade”, teria que ultrapassar o círculo da militância e atingir a categoria como um todo, que, de forma coesa e com posições e ações direcionadas pela associação, poderia agir politicamente no sentido de exercer pressões sobre o patronato. Essa preocupação de ampliar o raio de ação da militância para a categoria esteve presente nos órgãos de comunicação dos gráficos (*A Lucta Social*), dos construtores civis (*O Constructor Civil*), dos cigarreiros (*Vida Operária*), dos sapateiros (*Vida Operária*), dentre outros ofícios. O *Tribuna do Caixeiro* também demonstrou tal preocupação:

Quizeramos não ter necessidade de escrever o presente artigo.

Mao grado nosso é forçoso confessal-o porém, aos caixeiros do Amazonas ainda é preciso aparecer quem os estimule ao cumprimento do seu dever!

Há cerca de anno e meio fundou-se nesta cidade uma associação cujo objectivo há sido um constante pelear na defesa dos interesses da classe caixeiral.

Nós que temos acompanhado os passos da futura sociedade, vemos a cada instante os resultados inestimáveis coroando os esforços dos moços arrojados e emprehendedores que tomaram a si tão difficil iniciativa.

Há comtudo grande número de empregados no commercio que, esquecendo-se dos mais elementares principios de dever social, permanecem numa indifferença condemnavel – excepção inerte e contagiosa – medrando a sombra bemfazeja dessa arvore cuja semente plantou-a parte dessa mocidade trabalhadora, regando-a carinhosamente com o aficcto da sua fé inquebrantável.

⁴⁴⁹ SOMOS OPERÁRIOS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

É a esses transviados, pois, que hoje nos dirigimos numa tentativa talvez infructífera que a nossa fé acalenta, procurando ensinar-lhes o caminho por onde se chega ao oásis venturoso, onde habitam os que trabalharam em prol de uma idéa, cujos imensos resultados são benefícios perennes, cahindo como chuva copiosa suavizando os dias de tristes amarguras dos que vierem depois de nós e que serão – quem sabe? – os nossos filhos. Sim, os nossos cujo imenso amor so comprehendem aquelles que já são paes.

É a esses transviados que não nos cansaremos jamais de vir, com a constância do evangelista, convencidos do cumprimento de um dever que nos trará no futuro a paz de espírito, reanimar a chama inerte do amor social.

(...)

Porque os nossos colegas, cegos na obstinação do interesse não vêm os exemplos das associações congêneres do Paiz que estão vendo a todo o instante coroados de resultados brilhantes os sacrifícios feitos no passado pela obra do futuro.

Não comprehendem que uma sociedade é a única base que assegura o futuro de uma classe, principalmente quando ella tem por princípio a educação moral dos seus associados.

Só no Amazonas a nossa classe inda não conseguiu unir-se em unanimidade irresistível para formar um centro poderoso que oponha forte resistência aquelles que nos consideram ainda ilótas do seu depotismo.⁴⁵⁰

Este exemplo permite tecer algumas considerações sobre os pontos centrais da análise aqui proposta. Primeiramente, é preciso falar da existência de uma parcela não desprezível das categorias profissionais, neste caso específico a dos caixeiros, que não frequentava as associações operárias, sejam elas beneficentes e/ou de resistência. Portanto, fazia-se mister “revelar”, numa linguagem quase religiosa, para esse setor, a importância da associação no processo de luta por proteção e melhores condições sociais. Aqui entra o segundo ponto: a militância operária via-se como a responsável por organizar as categorias, assumindo esse papel e encarando-o como um dever social. Vários pequenos grupos de militantes de diferentes categorias operacionalizaram a fundação de associações (além de jornais e partidos operários), como ficou explícito no primeiro capítulo. Tais grupos agiram não somente fundando-as, mas, sobretudo, buscando com que elas atingissem os operários em geral, tentando consolidá-las como espaços de conscientização, organização e luta. Este é o terceiro ponto: a associação seria, em tal perspectiva, o “centro poderoso” a imprimir resistência contra a exploração do trabalho e a propor sua superação. Isso explica porque os dirigentes acabavam por fundá-las e insistiam na sua ampliação e consolidação, vendo-se na posição de “apóstolos” do projeto associativo.

Interessante sublinhar que, nesta ótica, e em certos momentos, as lideranças percebiam que algumas pressões, protestos e/ou greves tinham que ser abortados pelo fato de, em sua visão, determinada associação não ter atingido o conjunto da categoria e, conseqüentemente, a

⁴⁵⁰ TRANSVIADOS. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 1, 21/4/1908.

força necessária para encampar a defesa dos seus interesses, como no caso dos gráficos em 1914:

Todos se devem lembrar, pois não é muito o tempo passado, que desde a fundação do “Sindicato dos Trabalhadores Gráficos”, quando eu me fazia ouvir, mostrava a necessidade de uma ação consciente, para imancipação, mas nunca me esquecia de dizer, que o nosso primeiro trabalho, devia ser o levantamento moral da classe. Precisava-mos da adesão de toda a classe, que não é grande afinal, para estreitarmos indestrutivelmente, os laços da solidariedade, indispensável a nossa vitória.

Mais que uma vez, como secretário-geral do Sindicato, eu fiz sentir que a nossa agrupação, não podia assumir a responsabilidade de qualquer movimento, por se sentir ainda sem forças. O resultado seria negativo, e os nossos adversários, - adversários sim: porque os temos e muitos, e infelizmente na classe – teriam ensejo para apontar a nossa invalidade.

(...)

Nem todos, por motivos vários estavam sindicalizados (...). Mas, o que fazia o restante da classe? Nem ás nossas reuniões compareciam.⁴⁵¹

Foi Tércio Miranda, significativa liderança anarquista, que escreveu as palavras acima e chamou a atenção para a tarefa de assegurar, antes de qualquer movimento, a participação dos gráficos no sindicato, gerando, a partir daí, os laços de solidariedade e a união necessários à luta social. Manoel Sérvulo, socialista, também apontava esses dois elementos como fundamentais para o movimento operário:

Entre os operarios, deve existir os mais estreitos laços de UNIÃO e de SOLIDARIEDADE, todos unidos em uma só família, para assim alcançarmos o que almejamos.

Na época presente companheiros; não devemos curvarmos diante d’essa infame burguezia que só procura nos amordaçar e nos escravizar com as suas pretensões ambiciosas.

Devemos conjugar as nossas ideas n’um só ideal, traçar o nosso programma que a reivindicação dos nossos direitos, pois a necessidade assim nos impõem, já chega de tanto soffrer o peso dos grillhões do maldito capital, compete a cada classe de persi a congregar-se, constituindo os sindicatos ou Sociedades, unidos n’um só ideal, procurarem conquistar os seus direitos como as demais classes que já se acham organizadas, avante pois companheiros, esse é o nosso ideal, luctar contra os nossos usurpadores.

Isto companheiros, só se pode fazer é com a UNIÃO de operarios ou trabalhadores que pertecem a uma só classe e que obedecem uma só vontade, e sacrificando os seus interesses pelos interesses communs.⁴⁵²

Mas este discurso não era direcionado exclusivamente aos trabalhadores que estavam longe de sua associação, ele tinha como finalidade neutralizar, no terreno da militância, as

⁴⁵¹ MIRANDA, Tércio. Serenamente. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 6, 1/11/1914.

⁴⁵² M.J.S. Manifesto ás classes trabalhadoras. *O Constructor Civil*. Manaus, ano I, n. 1, 5/1/1920.

divergências e as disputas político-ideológicas em torno da ação política operária “correta”. Anarquistas, socialistas, reformistas e colaboracionistas encaravam de forma diferente certas questões, como, por exemplo, a greve e a participação política e parlamentar, como ficou visível no primeiro capítulo, produzindo rivalidades e divisões que, de acordo com algumas lideranças, prejudicavam enormemente a organização dos trabalhadores, o que era crucial suplantá-los.

Em que pese tais pontos, a associação seria, na perspectiva da militância, independentemente do perfil ideológico dessa, e não obstante seus projetos associativos diferenciados, a grande responsável por estabelecer um conteúdo de luta e uma identidade de classe. Nas palavras de Batalha:

A associação operária é a materialização da experiência comum no decorrer da qual se constrói a identidade coletiva; mas é, ela própria, um fator de reprodução dessa identidade. Isso não significa que o surgimento de uma identidade de classe e da consciência em determinada categoria ou grupo de trabalhadores só possam ser constatadas a partir de sua organização: elas já se fazem presentes em toda e qualquer manifestação de ação coletiva. Ocorre, porém, que no ato de criação da organização se evidencia a vontade de estabelecer uma identidade coletiva.⁴⁵³

Este projeto de identidade elaborado pelos dirigentes, ou seja, a vontade de afirmar uma identidade coletiva para os trabalhadores manifestou-se então especialmente nas organizações. Do mesmo modo, exibiu-se também na imprensa e no partido operário (no caso dos socialistas). Não se pode desvincular esse tripé, pois a organização, a imprensa e o partido se retroalimentavam e, na esmagadora maioria das vezes, eram constituídos pelos mesmos grupos, como se demonstrou no primeiro capítulo.

Tais grupos de militantes, sejam socialistas, reformistas, colaboracionistas e/ou anarquistas – esses, sobretudo, na ação sindical –, de uma maneira geral, e considerando o conjunto do operariado, trataram de agir no sentido de demarcar uma fronteira que possibilitasse as suas afirmações identitárias. O elemento demarcador dessa fronteira, como se tentou demonstrar, foi o trabalho visto como uma virtude (e, nesse sentido, se aproximando do patronato), porém, com caráter de exploração (aqui se diferenciando dos patrões).

Tal perspectiva passou a exprimir, em outros termos, a “legitimidade do operariado”, distanciando-se da ética do trabalho do “bom operário”, uma vez que tornava pública a exploração e buscava promover um reconhecimento interno e externo acerca da importância

⁴⁵³ BATALHA, Cláudio. *Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade?* *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 12, n. 23/24, p. 123, set/91 e ago./92.

do trabalho e do trabalhador e, com isso, assegurar melhorias nas relações de trabalho e nas condições de vida. Tal questão era geral e transcendia fronteiras ideológicas, num esforço em atingir os trabalhadores de maneira ampla.

Não obstante, as diferenças que existiam entre os grupos que animavam o movimento operário no Amazonas e, conseqüentemente, aquelas também presentes entre suas respectivas lideranças, vão culminar em projetos de identidade igualmente diferenciados. Ou seja, temos, em primeiro lugar, a configuração de uma identidade social comum – a de operários – e, em seguida, a emergência de projetos de identidade particulares, refletindo a heterogeneidade do universo da militância operária. A ética do trabalho, que incorporava a denúncia da exploração e a valorização positiva do trabalhador, é o ponto fundamental dessa identidade social ampla, que vai definir as fronteiras desse grupo em relação ao patronato e às “classes perigosas”.

2.3 Fixando fronteiras sociais e construindo projeto de identidade: operários x burgueses e operários x “classes perigosas”

Como ficou visível na seção anterior, havia um componente fundamental no projeto de identidade delineado e difundido pelas lideranças operárias do Amazonas (comum, é importante dizer, com suas congêneres de outros países e de outros estados do Brasil): a oposição de interesses, em especial entre patronato e trabalhador. Isso ocorreu, sobretudo, em função das condições objetivas dos trabalhadores serem precárias, marcadas pelas extensas jornadas, baixos salários, rígida disciplina, péssimas condições de máquinas e equipamentos, dentre outros elementos. A percepção era de que o trabalho, embora fosse o fator primordial para a produção de riquezas, agravava a situação do operariado, o qual vivia muito próximo da fome e da miséria, produtos da exploração burguesa e da acumulação do capital.

Daí a ideia do “bom operário” ter sido incorporada pela militância em dois sentidos: para gerar uma distinção entre os trabalhadores e as “classes perigosas” e para demonstrar a exploração do seu suor, exteriorizando o não-trabalho burguês. Nesta esteira, as diferenças sociais eram atacadas, assim como a riqueza acumulada pelo patronato, percebida como constituída pela exploração do braço do trabalhador. Essa situação era constantemente denunciada na mesma proporção em que se intentava disseminar a ideia de que o operário era o fator primordial do avanço material e econômico de um povo:

O operário é o factor por essência da vida de um povo, e a burguesia... um ente despresível.

Operarios e autocratas, arrancae de uma vez essa mascara da hypocrisia! O capital nada vale, perante o braço másculo do operário, este não deve deixar que se lhe roube os seus feitos, a sua glória, a sua grandeza!⁴⁵⁴

Interessante notar o apelo à masculinidade presente no trecho acima, sintetizado na frase “perante o braço másculo do operário”. Conforme demonstrou Isabel Bilhão, existia um elo entre os elementos constitutivos de uma identidade masculina e aqueles associados à identidade operária⁴⁵⁵, o qual, no nosso caso, deve ser observado na dinâmica da edificação de um projeto de identidade comum aos trabalhadores. De modo mais amplo, não “roubar os seus feitos” significava reconhecer a importância desse grupo social e da riqueza por ele produzida, fazendo-o inclusive participar dela. Não é à toa, por exemplo, que os dirigentes operários acusavam o patronato de serem “parasitas” e “sanguessugas”, que viviam grudado nas costas largas do trabalhador. Aquele sugava o sangue desse porque “o exercício diario do trabalho lhes é prejudicial ao corpo (...) é a theoria dos parasitas.”⁴⁵⁶ Ou seja, na sociedade capitalista, a ideia do trabalho como virtude, segundo a folha operária anarquista *A Lucta Social*, se destinava apenas ao operário, para fazê-lo trabalhar cada vez mais, enquanto o burguês se deleitava em sua cama, acumulando riquezas através do trabalho daquele. Citemos um outro exemplo de tal percepção:

É imprescidível ao operariado um novo rumo a trilhar, por entre a immensa barreira erguida, a sua frente pelo capital, que enervante procura envolvê-lo em seus tentaculos, como o polvo faminto em azado momento, caindo sobre a presa descuidada, suga-lhe a última gotta de energia vital.⁴⁵⁷

Aqui, os agentes do capital – leia-se patronato – eram comparados a um polvo que não media energias no sentido de dominar e oprimir o operariado, absorvendo sua disposição e fazendo-o definhando paulatinamente. A própria diferença no que concerne às condições materiais de existência foi exteriorizada, no sentido de demarcar as significativas distâncias sociais existentes entre os burgueses e os trabalhadores:

Operário:

Pensa que – desde que nasce até a hora suprema da agonia, luctaste, trabalhaste honradamente e... maldição! Quasi sempre morres na mais

⁴⁵⁴ O QUE VÊS? *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 7, 21/3/1920.

⁴⁵⁵ BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho...* Op. Cit., p. 132.

⁴⁵⁶ SOMOS OPERÁRIOS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

⁴⁵⁷ MONTE, João do. A Postos! *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 4, 29/2/1920.

infrene miséria, deixando a tua família em humilde condição, geralmente na mendicidade, implorando a esmola caridosa que com mãos de seda te dará o burguês onnipotente.

(...)

Medita que – quantas vezes na vida deixas de comer e dar pão a teus filhos, enquanto a burguezia derrama em orgias, nesses imensos palácios construídos por ti, o vinho, teu suor convertido em finos licores.⁴⁵⁸

Um aspecto que se sobressaiu nas passagens extraídas da imprensa operária transcritas na presente tese, o qual foi apenas indicado ao longo deste capítulo, e que volta a se acentuar no fragmento citado acima, remete ao teor moralista presente nos textos difundidos pela militância operária. Tal moralismo, como se pode perceber, acabou por integrar o projeto de identidade operária aqui examinado, colocando-se como um componente importante de diferenciação em relação aos burgueses. Em geral, os vícios atribuídos aos burgueses – “enquanto a burguezia derrama em orgias (...) o vinho do teu suor convertido em licores” – eram enfatizados em contraposição ao mundo do trabalho, particularmente no que concerne à miséria experimentada pelo operariado, o qual construía os “palácios” burgueses, mas não participava das benesses do seu labor.

Assim, além de colocar em relevo a exploração do trabalho, o trecho em tela aponta que era justamente através desse mecanismo que “o burguês” construía sua riqueza material, ao passo que o operário era submetido a uma condição de miséria e, não raras vezes, de mendicância. Tal representação encontrava respaldo no cotidiano dos trabalhadores, considerando que, nas primeiras décadas do século XX, em função das condições de trabalho adversas já salientadas, muitos acidentes ocorriam e, seguidamente, impactavam fisicamente o trabalhador, a ponto de torná-lo incapaz de desenvolver as suas atividades laborais, isso quando esse não morria, sem nenhuma proteção por parte do Estado. Em ambos os casos, recorrentemente a sua família caía na miséria. A diferença é que, se ele sobrevivesse ao acidente, acompanharia seus entes queridos na situação de mendicância, ficando dependente da “caridade” dos patrões. Ou seja, o discurso da militância associava o seu projeto de identidade com exemplos objetivos, concretos, que poderiam ser vividos ou conhecidos pelos seus destinatários, conferindo-lhe, assim, legitimidade.

Certamente que não deve ser negligenciado o esforço ocorrido no seio dos trabalhadores de construírem associações com vistas a amparar as famílias dos companheiros que estivessem em situação precária, por intermédio de fundos denominados “caixas de pensões”. Isso para os trabalhadores organizados e associados. Neste âmbito, até mesmo a

⁴⁵⁸ SOMOS OPERÁRIOS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

questão dos acidentes de trabalho foi tratada pelas lideranças nos jornais operários, uma vez que o trabalhador acidentado acabava arcando com os custos do seu tratamento, quando o conseguia, e ainda sofria descontos nos seus vencimentos pela ausência no emprego. Isso é visível no exemplo abaixo:

No dia 10 de janeiro último o conductor chapa 13, Luiz Ventura da Silva, na ocasião em que procedia a cobrança, perdendo o equilíbrio, foi cuspido violentamente ao chão, recebendo forte pancada e diversas escuriações, prostrando-o sem falta durante todo o dia. Pois bem. O director da Companhia ou quem quer que fosse, mandou recolher o chapa 13 a Beneficente Portugueza, arbitrando-lhe o salário de 5 horas de trabalho durante o tempo que estivesse em tratamento. Ora, sabem os nossos companheiros qual foi o resultado dessa amabilidade da Tramways? Lá vae. Logo que o nosso companheiro Luiz Ventura voltou ao trabalho o gerente mandou que lhe fosse descontada mensalmente uma certa importância até final amortização das despesas feitas na beneficente. Agora pergutamos nós: Onde está a lei que regula o accidente de trabalho?⁴⁵⁹

Quando esta passagem, extraída do jornal *Vida Operária*, foi publicada, a lei sobre acidentes de trabalho (1919) já havia sido elaborada, fruto das ações e reivindicações do movimento dos trabalhadores, ao contrário da citação anterior, que é de 1914, quando tal legislação inexistia. Todavia, é indispensável ressaltar que essa questão chegou ao Congresso Nacional, ainda em forma de projeto de lei, em 1904.⁴⁶⁰ Somente 15 anos depois, pelo Decreto 3724 de 15 de janeiro de 1919, é que tal lei passou a existir, evidenciando a enorme resistência dos parlamentares em relação a sua aprovação. Depois de aprovada, a referida legislação foi, nas palavras de Fabiano Fernandes Segura, a “primeira norma protetiva estendida tanto aos empregados da iniciativa privada como aos da esfera pública nos três níveis federativos (art. 4º) que sofressem acidente ou contraíssem moléstia (art. 1º) advindos de ambiente de trabalho de alto risco”.⁴⁶¹ Porém, como se pode notar, o seu surgimento não significou automaticamente a sua aplicação, situação reforçada no trecho abaixo:

Estamos informados que o sr. Carvalho, proprietário de uma officina, mechanica à rua de S. Vicente não tem ate hoje ligado importância à Lei do accidente do trabalho. Alguns accidentes já se teem dado em sua officina e nunca tomou em consideração, nem tão pouco tem a mesma Lei afixada em logar visível, como manda a mesma.

⁴⁵⁹ OS ABUSOS DA TRAMWAYS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 7, 21/3/1920.

⁴⁶⁰ SEGURA, Fabiano Fernandes. *A questão previdenciária na Primeira República: a excepcionalidade da Lei Eloy Chaves*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), PPGFCL/UNESP, Araraquara/SP, 2017, p. 70.

⁴⁶¹ Idem, p. 69.

Sabemos ainda, que outros proprietários de oficinas procedem do mesmo modo. Com todos esses camaradas, estaremos de atalaia.⁴⁶²

Verifica-se, por estes exemplos, que, tanto as empresas concessionárias dos serviços urbanos, como é o caso da Manaós Tramways, quanto certas oficinas e fábricas da cidade não estavam cumprindo a lei depois que ela recebeu aprovação. Tal legislação foi aqui evocada para demonstrar como a situação social e econômica dos trabalhadores se encontrava precarizada e, acima de tudo, como ela foi utilizada pelas lideranças no sentido de demarcar, através de denúncias, a distinção de interesses com relação aos patrões e, ao mesmo tempo, a necessidade de união dos operários visando superar tal condição. Ou seja, aqui se encontram os elementos de distinção de interesses (operários x patrões) e reconhecimento entre iguais (operários).

Estes elementos ainda são possíveis de serem vistos quando os militantes abarcam temas como moradia, alimentação, lazer e vestuário. A título de exemplo, transcrevemos a seguinte passagem:

É tenebroso, principalmente para os operários, falar em carestia de vida, porque para dizer o que ela é vae ferir muita gente boa.

A alta dos preços na velha Europa é um facto, porém aqui no Brazil, é uma fonte de riqueza dos senhores commerciantes que famintos do ouro, e sedentos de ver os seus capitaes augmentarem de dia para dia, lançam mão de todas as especulações.

É verdade que em todas as praças houve alterações, devido a exportação, que até então era nenhuma, mas, o que não chegou a tanto, como os senhores apregoam.

Admitto mesmo que tudo custe o olho da cara, porém não admitto é a exploração que esses mesmos senhores são useiros e vaseiros.

Não admitto que esses senhores sedentos de ouro, amparados pela mentira convencionada, sustentados pela necessidade do povo, explore esse mesmo povo, sem dó nem piedade!

(...)

O anno atrasado elles se aproveitaram da miséria do povo, vendendo a caixa do Kerozene a 80\$000, quando as suas duas casas representantes desse líquido, vendiam a 27\$500.

No mesmo anno na quadra calamitosa da grippe, certo taverneiro da E. Epaminondas vendeu a lata de leite a 5\$000!

Durante uma semana o assucar oscilou de 800 a 3\$000.

Alguns comerciantes obtiam o leite a 300 reis, e venderam a 3\$000. Para esses senhores, ainda não terminou a guerra, as mercadorias, cada dia sobe de cotação, nunca se fartam, sempre famintos!

A maior parte dos retalhistas, possuem dois ternos de pesos e medidas!

Entra anno, sahe anno, e cada vez tudo mais caro.

O povo além de comprar caro é ludibriado no peso e na medida.

(...)

⁴⁶² NOTICIÁRIO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 7, 21/3/1920.

O freguez, não tem dinheiro sufficiente para satisfazer todas as necessidades de sua casa, vae comprando de tudo um pouquinho, nesta mercadoria perde meio tostão, naquella outra, e no fim de suas compras perdeu 200 ou 300 réis.

E quem ganhou? O negociante, porque de grão em grão a gallinha enche o papo.

E pode o Povo, esse matyr contribuinte do erário público, além de soffrer os rigores da sorte ser explorado e vilipendiado por esses sedentos e gananciosos commerciantes?

Não! Mil vezes não!

É preciso que o braço trabalhador que é o Povo, regimente-se forte e coheso, silencioso e humilde, para comprehender quem são seus inimigos e deitar por terra o marco da autocracia burgueza e erigir sobre elle o templo da democracia moderna.⁴⁶³

Neste quadro, os exemplos poderiam se multiplicar, porém acredita-se já ser patente a demarcação de fronteiras sociais entre os operários (retratados como membros do povo) e os burgueses (nesse caso, os comerciantes). A “insegurança estrutural”, cabalmente indicada acima, mostra-se como outro elemento demarcador dessa fronteira. Acerca dessa noção, Mike Savage frisou que:

Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências.⁴⁶⁴

Para o autor, esta formulação é primordial ao seu conceito de classe, pois contribui para a percepção de pressões estruturais sobre o universo operário.⁴⁶⁵ No caso do Amazonas, tais pressões também deixaram suas marcas no mundo do trabalho urbano, em aspectos como a rotatividade de emprego, os baixos salários, o desemprego, a falta de agências de proteção ao operariado, etc.

E tal processo não parou por aí. Com a finalidade de reforçar este “reconhecimento entre iguais” e a distinção “frente aos outros”, os militantes operários no Amazonas também realçaram a importância do altruísmo e da coletividade em contraposição ao burguês individualista e egoísta. Esse aspecto ganhou as páginas das folhas operárias locais, como evidencia o exemplo abaixo:

⁴⁶³ A CARESTIA DA VIDA. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 3, 24/2/1920.

⁴⁶⁴ SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando Teixeira, FORTES, Alexandre (Orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 33.

⁴⁶⁵ Idem.

A humanidade, desviada das suas origens de liberdade e igualdade pelo egoísmo anti-social, de castas e classe dominantes, vae lançar-se novamente no percurso rectilíneo do progresso guiada pelo egoísmo social duma classe que não admite entre os homens outras diferenças, além das naturais. Essas diferenças naturais de côr, linguagem, mentalidade, etc., não são nem foram, em tempo algum, os verdadeiros e essenciaes motivos de inimizades entre os homens. Teem sido os pretextos para encobrir a injustiça do roubo que é a conquista e o latrocínio da exploração do homem pelo homem. Essas diferenças naturais dum grupo para o outro e de individuo para individuo, não constitue uma base lógica nem racional para que um reduzido número de homens, tenha a pretensão de fazer derivar a desigualdade econômica dessas mesmas diferenças, que não foram tomadas como base da sua conveniência social pelo homem primitivo; e é de primeira intuição que não existe no gênero humano uma disparidade, de tal ordem que possa dar a alguem um motivo para expoliar e dominar outros homens.⁴⁶⁶

Este é um trecho de uma análise social realizada por José Prat⁴⁶⁷ e publicada na forma de artigo no jornal *A Lucta Social*. Tal visão era compartilhada pelo grupo responsável pelo periódico: a desigualdade social como produto da exploração do trabalho e não das diferenças físicas e culturais dos diferentes “tipos humanos”. Nessa perspectiva, os grupos dominantes assumiam a condição de dominação no processo de espoliação dos outros (os operários), ancorados no seu individualismo e egoísmo.

Aqui é possível visualizar a existência de uma condenação moral, expressa pelos líderes anarquistas. Esse tipo de condenação era, como vimos, um ingrediente importante das críticas elaboradas com relação à desigualdade social, e não estava circunscrito ao âmbito da militância libertária e muito menos ao Amazonas. No sul do país, Benito Bisso Schmidt constatou que as ideias socialistas de Xavier da Costa e de Carlos Cavaco, notáveis lideranças operárias gaúchas, possuíam tal ingrediente, assinalando que “o socialismo da época trazia, sobretudo, uma condenação moral das injustiças sociais” e que ambos “e outros propagandistas da ‘sublime doutrina’ no Rio Grande do Sul defendiam a ‘regeneração moral’ da sociedade, apoiada em valores tradicionais como a honra e a bondade”.⁴⁶⁸ Para os dois militantes socialistas, “a defesa dos ‘bons costumes’ e de valores tradicionais como a honra, a solidariedade e a bondade, assim como o repúdio ao egoísmo e à imoralidade da burguesia”⁴⁶⁹ eram fundamentais como medidas de regeneração social. Assim como no Sul, caberia aos

⁴⁶⁶ PRAT, José. A aurora proletária. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

⁴⁶⁷ José Prat (1867-1932) foi um anarcosindicalista que teve significativa atuação no movimento operário espanhol.

⁴⁶⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004, p. 303-304.

⁴⁶⁹ Idem, p. 307.

trabalhadores do Amazonas a tarefa de erigir e propalar o altruísmo e o coletivismo e, com união, vencer a exploração e as desigualdades sociais daí resultantes.

Não é de se estranhar, portanto, que, na imprensa voltada aos trabalhadores, o patronato fosse desenhando como um inimigo a ser combatido. Em contrapartida, esse último, principalmente em momentos de tensão nas relações entre capital e trabalho, lançou mão do aparato jurídico-repressivo, realizando perseguições às principais lideranças operárias locais. Aliás, até mesmo a perseguição pode ser vista como um elemento agregador daqueles que sofriam esse tipo de investida e dos que eram com eles solidários. O artigo intitulado “A necessidade da perseguição”, publicado no jornal *Tribuna do Caixeiro*, deixa entrever isso:

A perseguição é (...) tão necessária ao desenvolvimento triunphante de uma idéa, como os applausos.

Aquella origina-se do coração canceroso dos despeitados, hypócritas e más creaturas, parasitas da sociedade, incapazes de acceitarem a peito aberto a responsabilidade de uma lucta, aguardando-se no emtanto, para em opportuna occasião recolher os proventos das idéas que fora semeada em favor geral, pelos batalhadores incansáveis e invencíveis dessa immensa peleja universal, numa effervescencia continua em favor da idéa de progresso dominadora dos espíritos liberaes, ao passo que, os applausos são filhos das almas justiceiras, já depuradas do cadinho dos grandes ensinamentos, tornando-as aptas para proclamarem a verdade em todas as occasiões, fazendo da justiça e do direito um culto santificado pela soberania da razão.

É necessário comtudo, que uma sociedade encontre na sua trabalhosa jornada, inimigos com que tenha que luctar, empregando nessa luta para assegurar a victoria o esforço sobrehumano que só se encontra na fé inquebrantável e no amor pela idéa periclitante.

Ao envez, portanto, de nos deixarmos invadir do desanimo aniquilador que nos possam trazer as intrigas e discórdias que sempre surgem no seio de uma sociedade incipiente, devemos ao contrário, acceitar a lucta com satisfação e repelir os desaffectedos com a energia da força do direito que nos assiste e marchar para a frente cada vez mais fortalecidos na crença ineffável que nos conduz pela estrada do futuro.⁴⁷⁰

Atesta-se no trecho, portanto, a ideia de um opositor, de um inimigo, sendo a luta e a identidade operária construídas em “oposição a”, em “relação a”. Isso aponta, indubitavelmente, para a existência de uma relação conflituosa, que era percebida e expressa pela parcela organizada dos caixeiros, entre os grupos que formavam a sociedade amazonense, particularmente entre trabalhadores e patrões. Tal percepção parece justificar o grande número de artigos solicitando a união entre os trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho, como na seguinte passagem:

⁴⁷⁰ EURICO. A necessidade da perseguição. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 14, 19/7/1908.

Vamos caixeiros de Manaós, unamo-nos, façamos confiantemente a construção sólida do edifício da nossa união, com o mesmo pensamento e com o mesmo sincero amor de irmãos que somos de uma classe, que deve e precisa de um centro fortalecido para todos os embates da adversidade.⁴⁷¹

Este centro era a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas. Como foi mencionado anteriormente, era na associação que, na visão da militância, se estabeleceria o espaço da luta e de uma identidade de classe, aspectos que, conforme se viu, rompem com a ideia de trabalho defendida pela burguesia e demarcam a ação da militância operária.

Outro ponto que emergiu das fontes e que está dentro deste cenário de demarcação de fronteiras sociais com relação aos patrões é a defesa de uma conduta digna e honrada. Nessa dinâmica, os operários reverberavam a ausência desse tipo de conduta no patronato, o que se manifestaria, principalmente, na falta de reconhecimento e cumprimento do seu dever para com o trabalhador. Isto pode ser visualizado em dois de uma gama de artigos relativos a algumas categorias profissionais que entraram em greve no ano de 1914 em Manaus. O primeiro deles se refere à paralisação do trabalho levada a cabo pelos empregados da limpeza pública por conta da ausência de pagamento dos seus salários. Conforme o jornal:

Os empregados da limpeza pública,— esses humildes e tão úteis saneadores da cidade declararam-se em greve pacífica.
A falta de pagamento de seus vencimentos levou-os ao acto de paralyser o trabalho por tempo indeterminado...
Esperamos que os srs. Poderosos, a quem affecta o caso, saibam cumprir o seu dever, isto é, pagar immediatamente o salário desses escravos obreiros, que outros recursos não têm a não ser os que lhe faculta o seu esforço pessoal. Avante operários. Sêde unidos e não cedaes uma linha sem ver cumpridas as vossas justas reclamações.⁴⁷²

Atente-se para o fato de o periódico realçar que o pagamento do salário era um dever do patrão e que a cobrança e a paralisação eram justas devido ao não cumprimento dessa obrigação, solicitando ainda a união dos trabalhadores na empreitada grevista. Embora outros documentos tenham sido manuseados, como a grande imprensa diária, não se localizou maiores informações acerca desse movimento paredista, o que impossibilita dizer algo sobre o seu desfecho. Entretanto, o que se quis colocar em relevo e que corresponde à ausência de uma conduta digna e honrada por parte do patronato está presente no trecho em tela. Outra evidência nesse sentido pode ser encontrada na mesma folha e se liga diretamente a uma

⁴⁷¹ NARCISO. Sublime despertar. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 17, 9/8/1908.

⁴⁷² A FOME NOS EMPREGADOS DA LIMPESA PÚBLICA. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

greve desencadeada pelos gráficos que trabalhavam nas oficinas do jornal *O Amazonas*. O assunto: salário.

Neste caso específico, segundo o *A Lucta Social*, os operários daquele impresso andavam recebendo pequenos vales “que mal chegavam para tomar uma garapa”. Porém, não havia nem protesto e nem reação, o trabalho era executado diariamente e normalmente, até que “alguma coisa de anormal se passou” no dia 29, quando então foi dito ao diretor que as atividades na oficina seriam paralisadas caso os pagamentos não fossem regularizados. O diretor, diante dessa situação, empenhou sua palavra afirmando que seria disponibilizada uma parcela do pagamento no dia seguinte, domingo, e outra parte na terça-feira. Deste modo, os braços continuaram em movimento, assegurando a circulação do jornal *O Amazonas*.⁴⁷³

Chegou o domingo e a parcela do pagamento prometida não foi paga. O resultado foi uma paralisação logo em seguida, finalizada à noite, pelo esforço do dito diretor que, “com palavras que muito se pareciam com o dom mais natural do crocodilo, conseguiu insinuar-se, no animo dos que tinham tomado uma resolução, que devia ser inabalável, e convenceu alguns a retomar o trabalho”. O *A Lucta Social* condenou essa postura dos operários, pois a paralisação deveria ser “inabalável”, não obstante, finalizou da seguinte forma:

Não é digno dos operários este procedimento, porém, somos informados de que todos estão na disposição, de não trabalharem mais, se não chegarem a uma conclusão satisfatória.
Pois bem: veremos então a sua honestidade e o seu caráter [diretor]...⁴⁷⁴

Alguns dias depois, a greve foi deflagrada pelos operários do periódico *O Amazonas*. O *A Lucta Social* considerou tal atitude como “um digno gesto de solidariedade (...) em virtude das falsas promessas do seu diretor”. Não bastasse isso, ainda segundo a folha, o diretor, “de quem nunca a dignidade se aproximou”, ciente de que a paralisação era irreversível, tratou de arregimentar trabalhadores “fura-greves”, o que gerou uma discussão interna e a fragilização do movimento em virtude dos grevistas temerem ser substituídos e demitidos. A greve foi abalada, fragilizada, e o próprio Tércio Miranda, responsável direto pelo *A Lucta Social*, reparou isso:

A greve do Amazonas está perdida e o seu diretor, com o seu cinismo, com o seu cinismo aliado a falta de dignidade e de escrúpulos, zombando daqueles que tiveram a veledade de acreditar nas suas falas e deixar acumular nas

⁴⁷³ N^o AMAZONAS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

⁴⁷⁴ N^o AMAZONAS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

suas mãos, algumas semanas que não receberam, vem ainda dizer criminosamente, que não deve nada.⁴⁷⁵

Em outros impressos operários também se encontram discursos retratando esta falta de uma conduta digna e honrada por parte do patronato e de seus prepostos. Porém, esse tipo de condenação realizada pelas lideranças operárias não se limitava ao patronato, era direcionada também aos operários, como se pode notar no editorial denominado “A lucta social”, do primeiro número do jornal de mesmo nome:

Vamos tentar fundar, com uma grande ajuda, que é a nossa boa vontade, um jornal operário com o titulo que epigrapha estas linhas.
Sendo de orientação operária, todos percebem que é um jornal prompto e apto a deffender o pequeno, o humilde, o produtor, contra o burguez, enfadonho, SNOBISTA e mal cheiroso.
Mas tu meu pequeno productor, não vás julgar que te illibas de apanhar as nossas censuras, caso mereças.
Este jornal é operário, o dissemos; e como tal bastante justiceiro.
Escusa o burguez de nos preparar charlatanices grosseiras, nem aquelle a quem deffendemos, o operario, afivelar-se com a mascara hypocrisiaca de Camilo, ou com outra, peor ainda, mais velhaca, suja, demonisiaca.
O nosso traçado é este...⁴⁷⁶

Nunca é demais apontar essa distinção em relação ao burguez. Por outro lado, atesta-se igualmente uma cobrança em relação ao comportamento moral do operário. Esse, nas relações estabelecidas com seus pares, deveria afastar a hipocrisia (fingimento, falsidade, dissimulação...) e se pautar pela honra, dignidade, solidariedade e união no processo de luta por melhores condições de trabalho e vida. Neste sentido, é exemplar um episódio narrado pelo jornal, no decorrer de vários artigos, sobre um trabalhador específico chamado João Gonçalves Demoniz. O episódio começa com uma Moção enviada pela União dos Operários Sapateiros do Pará para a redação do jornal *A Lucta Social* sobre uma quantia de 50\$000 entregue ao referido trabalhador, que ficou responsável por enviá-la, como contribuição da União, ao 2º Congresso Operário Brasileiro. No entanto, quando o jornal *A Voz do Trabalhador* publicou uma lista das organizações que haviam contribuído, nenhuma menção foi feita à entidade paraense. Para agravar a situação, a União Operária dos Sapateiros do Pará enviou um ofício solicitando informações sobre a contribuição. Em resposta, a Confederação Operária Brasileira disse nada ter recebido. Foi então que a União acabou produzindo essa Moção, resolvendo:

⁴⁷⁵ MIRANDA, Tércio. Serenamente. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 6, 1/11/1914.

⁴⁷⁶ A LUCTA SOCIAL. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

Oficiar para todas as Associações de classe de qualquer Estado do Brazil, ou Estrangeiro, desde que esta Associação tenha conhecimento, de que João Gonçalves Demoniz se encontre à frente das mesmas, para evitar que nossos irmãos de trabalho sejam ludibriados, com a infame exploração de que esta Associação foi vítima.

Que a esta moção lhe seja dada publicação, em todos os Jornaes Operários, brasileiros e estrangeiros, se casos não previstos o exigirem.⁴⁷⁷

A rede de militantes e de circulação de informações, conforme foi visto no primeiro capítulo, permitiu tratar de assuntos como esse. Tal moção foi publicada pelo grupo editor do periódico *A Lucta Social* porque o dito Demoniz se deslocou em direção a Manaus e passou a agir junto ao operariado local, como indica a passagem abaixo:

As classes organizadas, por onde o supracitado individuo tem andado, e ainda áquellas que elle pretende organizar, taes como Chauffeurs, e Marinheiros e Moços, apresentamos essas considerações que nos foram enviadas do Pará, onde o operariado foi torpemente enganado, por aquelle que se dizia seu amigo.

Temos mais documentos a que daremos publicidade, se fôr necessário.⁴⁷⁸

Fica evidente a preocupação deste grupo com relação à presença de Demoniz junto a algumas categorias profissionais, tanto é assim que novas informações sobre ele vieram a público, principalmente aquelas apontando como o mesmo agiu no seio dos trabalhadores paraenses. Segundo o jornal, o referido indivíduo veio do Rio de Janeiro e seu nome verdadeiro era João Gonçalves Monica. Chegara a Belém no início do ano anterior, 1913, “pregando as suas doutrinas e conseguindo arregimentar algumas classes”. Depois de um tempo, fundou o “Partido Operário Socialista” e um jornal denominado “A Voz do Operário”. Além disso, criou uma sociedade com o nome “Mútua Paraense”. No primeiro caso, para pregar “as suas doutrinas”, falava para algumas categorias da necessidade de imprimirem textos, e cobrava um valor significativo, “(elas o confessam)”. No segundo caso, mandou realizar a impressão do periódico “A Voz do Operário” e, “(nos dizem)”, ficou devendo “a tipografia e aos assignantes” também. No terceiro caso, pediu dinheiro aos trabalhadores para fundar a “Mutua Paraense” e, “(segundo o proprio testemunho dos lezados)”, ao receber o dinheiro, “abandonou tudo”. E, por fim, como “intermediário” entre a União Operária dos Sapateiros do Pará, não entregou a contribuição de 50\$000 réis ao 2º Congresso Operário

⁴⁷⁷ MOÇÃO. *A Lucta Social*. Manaus, suplemento ao n. 1, 27/2/1914.

⁴⁷⁸ Idem.

Brasileiro, ficando com a quantia e sumindo no mundo. Depois desse relato, *A Lucta Social* foi taxativa:

João Gonçalves Demoniz não só deve ser excluído do seio das agremiações operárias como deve ser apontado em qualquer parte onde se encontre como um individuo sem escrúpulos, que não trepida em descer aos mais indignos procedimentos para viver.⁴⁷⁹

[...]

É preciso cuidado com víboras desta natureza. Tais intrusos devem ser corridos a chicote, onde quer que apareçam e o operário não deve deixar introduzir nas suas sociedades, tais desmoralizadores e exploradores do movimento operário. Cuidado com tais amigos!⁴⁸⁰

Percebe-se, nesse caso, duas ações por parte do jornal: tornar público o trabalhador desonesto e hipócrita e, ao mesmo tempo, excluí-lo do seio do operariado. Isso evidencia aquilo que Bilhão apontou como “conduta inatacável”, que era, segundo a autora, “uma das principais formas de garantir o lugar social do operariado”. Em consequência, esse mesmo operariado “era chamado a manter um comportamento honrado não apenas em seu local de trabalho, mas também em sua rede de sociabilidades”.⁴⁸¹

Os artigos que versam sobre Demoniz tiveram duas consequências. A primeira diz respeito a sua credibilidade, pois as denúncias realizadas e publicadas no jornal *A Lucta Social* fizeram com que algumas categorias, em especial aquelas em que ele já havia conseguido certa inserção, como a dos Marítimos, deixassem de seguir suas orientações. A segunda consequência foi a raiva que o personagem passou a nutrir em relação aos anarquistas, tanto de Belém quanto de Manaus, os quais por ele eram desqualificados e até ameaçados, como foi o caso de Tércio Miranda: “O Santo André-Demoniz, anda bastante descontente com Providencia Divina, porque depois de jurar ao seu Deus matar – mas matar a valer, não é historia – Tércio Miranda, ainda não se lhe proporcionou o momento”.⁴⁸² Esta foi a última informação que o jornal trouxe sobre Demoniz. Provavelmente, após isso tudo, deslocou-se do Amazonas para outro estado.

Outro exemplo que deixa clara a defesa de uma “conduta inatacável” é a antes referida greve dos operários do periódico *Amazonas*. Como foi dito anteriormente, a paralisação deles

⁴⁷⁹ A CONDUCTA DE DEMONIZ. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 2, 1/5/1914.

⁴⁸⁰ GERRA. A conduta de Demoniz. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 3, 1/6/1914.

⁴⁸¹ BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: uma História do operariado Porto-Alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008, p. 57.

⁴⁸² PREOCUPAÇÃO. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 6, 1/11/1914.

se deu em virtude de irregularidades no pagamento dos salários. Uma vez a greve deflagrada, o diretor do jornal em tela recrutou alguns indivíduos e assegurou a sua circulação. Quando o editor d'*A Lucta Social* soube disso, certamente pela denúncia dos operários que estavam em greve, reservou uma coluna e publicou um artigo denominado “Dois que se albardam”, onde condenou veemente tal postura:

A greve dos operários do “Amazonas”, que apesar de tudo, é mantida com verdadeira solidariedade, atravez de muitas semanas, junta mais dois traidores e d’aqueles que há bem pouco tempo, o albardeiro incluía no estrangeirismo, para que reclamava a atenção da polícia!

São dois que vao ter a onra de figurarem no quadro negro da traição e os seus nomes ficarão odiados por todos aqueles que vêm trabalhando pela sua emancipação!

Augusto dos Reis, um operário que trabalha como impressor na casa comercial o velho Lino e em quem nós operários confiávamos, pelas suas palavras que pareciam sinceras, recebeu pelo serviço de pôr o prélo a funcionar a misera quantia de 30\$000 réis!

O outro, **Virgílio Carneiro**, o pernetta, mancando, não poderá com o repucho de fazer grandes caminhadas, porque, além da albarda que lhe peza sobre o lombo, terá ainda o ódio de todos aqueles que viram, na sua porca ação, um traidor descarado!

Ambos são de nacionalidade portugueza. Para que recebam o pago que merecem, e para os devidos efeitos, fazemos a sua apresentação, recomendando-os a todos os centros laboriosos.

Cumprindo o nosso dever de solidariedade, aqui fica o aviso.⁴⁸³

Verifica-se, portanto, uma forte condenação aos “fura-greves”. O trabalhador que não aderira à greve e/ou que substituíra os grevistas era retratado como traidor e covarde. Tratava-se claramente de um ataque à honra dos não-grevistas no sentido de desqualificá-la e, concomitantemente, difundir e defender a “conduta honrada”. Esta postura não se restringia ao Amazonas, mas atingia outros estados, a exemplo do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, Queirós apontou que a imprensa operária da Primeira República em Porto Alegre, ao tratar das greves que ocorriam na cidade, indicava aqueles trabalhadores que não haviam paralisado as suas respectivas atividades, chamando-os de “traidores da classe e de sua própria família” e publicando, inclusive, listas com seus nomes, como foi o caso, segundo o autor, da greve dos marceneiros, quando alguns operários tiveram seus nomes figurando como traidores no jornal *O Syndicalsta*.⁴⁸⁴

Portanto, neste caso, a defesa de uma “conduta honrada e inatacável” era construída em relação e oposição aos patrões e aos operários “fura-greves”. Junto a ela, soma-se um rol

⁴⁸³ UMA VÍTIMA. Dois que se albardam. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 6, 1/11/1914.

⁴⁸⁴ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades...* Op. Cit., p. 173.

de comportamentos morais direcionados aos operários e que tinham como finalidade a constituição de um “modelo de operário” e/ou do “bom operário”. Este seria aquele trabalhador cumpridor do seu dever, assíduo, pontual e que se mantinha longe dos vícios, como álcool e jogos de azar, ficando perto de casa e da instrução (e aqui voltamos ao tema do moralismo abordado acima).

A imprensa operária do Amazonas, semelhante à de outros estados, é repleta de matérias que demonstram a defesa dessas condutas. A condenação dos jogos de azar, por exemplo, era feita firmemente:

Campeia livremente até altas horas da noite, em diversos pontos desta cidade, o cancro social – o jogo – onde centenas de pessoas vão deixar o dinheiro que ganharam durante o dia com mil sacrifícios.

A maior parte das vezes, infelizes operários, atraídos por esse maldito quino, perdem o último vintém, e no dia seguinte, as suas famílias ficam entregues aos negrimes da fome.

Além de tudo esses antros perniciosos converte os habitues em alcoólatras inveterados, maus cidadãos e maus chefes de família.

Terminando, pedimos em nome do operariado enérgicas providências ao exmo. Snr. Desembargador Raposo da Câmara, d. d. chefe de polícia, para que ponha termo a essa jogatina desenfreada.⁴⁸⁵

Constata-se que, ao condenar o jogo, o jornal *Vida Operária* menciona também o álcool, numa associação entre o local frequentado e a difusão de bebidas alcoólicas. Essas eram igualmente criticadas:

Outro vício não menos pernicioso é o álcool, que já contaminou quase todos os habitantes da terra (...) apellamos para a Assembléia Legislativa do Estado que se acha em trabalhos, para que nos dê leis, que cohiba, o álcool, o jogo, a prostituição e alguma cousa mais.⁴⁸⁶

Examinando o tema do alcoolismo junto aos trabalhadores no Rio Grande do Sul, Evangelia Aravanis notou que ele era combatido pela militância operária gaúcha, tanto socialista quanto anarquista. Com relação aos socialistas, a autora grifou que embora tenha localizado, na imprensa operária daquele estado, informações de reprovação acerca do consumo de álcool pelos trabalhadores, os militantes de tal corrente se limitavam a esse tipo de ação. Por outro lado, os anarquistas foram muito mais além, estabelecendo uma correlação

⁴⁸⁵ A JOGATINA. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 21, 25/7/1920.

⁴⁸⁶ O ÁLCOOL. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 22, 8/8/1920.

de causa e efeito entre “um corpo operário combalido pelo álcool e a impossibilidade de consciência e ação operária”.⁴⁸⁷ De acordo com Aravanis:

(...) lutar contra a ingestão do álcool significava também, para esta parcela militante do operariado, a construção de um corpo apto a lutar contra o capital.

Esta aptidão se daria exatamente a partir do momento em que o operário estivesse, ao não consumir este nocivo líquido, tanto na condição de gerar pensamentos propícios à causa, como fisicamente capacitado / com energias, para a luta social.⁴⁸⁸

Por conseguinte, as lideranças anarquistas no Sul viam o consumo de álcool como um grave obstáculo para a ação operária, pois ele impossibilitaria uma atuação de luta e o desenvolvimento de “uma consciência crítica e transformadora do social”.⁴⁸⁹ No combate ao álcool no Amazonas, a fração militante dos trabalhadores utilizou até mesmo o conhecimento médico da época, numa tentativa de explicitar as consequências negativas de sua ingestão para a saúde humana e o comportamento moral. Assim, o jornal *Vida Operária* transcreveu um relatório inglês sobre o álcool, em forma de artigo denominado “O que dizem todos os médicos eminentes”, que vale a pena destacar:

1. O abuso dos estimulantes alcoolicos é um dos mais poderosos e perniciosos agentes que produzem a deteriorização physica.
2. O álcool não é e não tem alimento.
3. Não é uma fonte de vida muscular ou destreza, mas o contrário.
4. Pode produzir alegria momentânea, mas logo vem o abatimento.
5. A continuação do seu uso diminue a produção do hábil operário.
6. O seu uso, quer na forma de cerveja, vinho, ou outras bebidas, posto que não seja sufficiente para embriagar, resulta em envenenamento chronico.
7. Enfraquece as forças naturaes que resistem a doença.
8. Augmenta a possibilidade da doença, torna-a mais severa e retarda a convalescença.
9. Corrompe a moral, affecta o discernimento e prejudica a memória.
10. Matta a sensibilidade da miséria e destroe todo o desejo de melhoramento.
11. Está augmentando a producção de homens e mulheres que povoam os azylos de alienados.
12. Encurtece a vida.
13. Intemperança nos paes traz soffrimentos nos filhos.
14. Produz nelles a fraqueza physica e muitas vezes a fraqueza mental.
15. Se escapam à morte na infância, a incapacidade permanente pode resultar de paralysisia, epilepsia e idiotismo.

⁴⁸⁷ ARAVANIS, Evangelia. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890 a 1917)*. Tese (doutorado em História), PPGHIST/UFRGS, Porto Alegre, 2005, p. 188.

⁴⁸⁸ Idem, p. 191.

⁴⁸⁹ Idem, p. 186.

16. A mortandade entre os infantes de mães dadas a bebidas, é duas vezes e meia mais que os infantes de mães que nunca bebem.⁴⁹⁰

O artigo assim finaliza: “Os governos que consentem o uso do álcool como bebida, não velam pelo bem estar do povo e cavam suas próprias ruínas”.⁴⁹¹ Um leque tão amplo de efeitos negativos da bebida alcoólica, que ia da fraqueza do organismo e da diminuição da produção do operário, passando pela corrupção moral e atingindo até mesmo os filhos que estavam por nascer, visava criar uma sensação de aversão a ela. Quanto ao governo, providências foram cobradas pelos socialistas no sentido de minimizar/erradicar a difusão do álcool. No tocante à militância anarquista, ao contrário do caso do Rio Grande do Sul apontado acima, a documentação coligida não exibiu, de forma pontual e sistemática, textos que versassem sobre o tema do alcoolismo, impedindo, dessa forma, qualquer tipo de inferência mais aprofundada. Mas, seguramente, pode-se falar que essas lideranças, no mínimo, combatiam o consumo de álcool entre os operários.

Com efeito, álcool e jogo eram uma dupla questionada e combatida pelas lideranças operárias locais, independentemente de suas orientações político-ideológicas, o que deixa entrever que elas defendiam “uma conduta operária baseada nos cânones éticos-morais predominantes no período”⁴⁹², porém, com um objetivo específico: legitimar sua luta política e social, o que será trabalhado mais à frente na tese. Nesta esteira, a família operária entrou em cena visando reforçar a ideia do trabalhador como provedor de seu lar. O trecho abaixo é emblemático com relação a isso:

Quereis vêr morrer à fome os vossos filhos, a vossa família, enfim. Então, deixai-vos ficar na inanição. Mas si ainda em vós existe algum sentimento nobre, se a miséria ainda não vos tirou a razão, si ainda tendes amor próprio, si o pranto silencioso da esposa e a grita inconsciente dos filhos que pedem pão vos angustia e fazem protestar contra este estado de couzas, levando-vos a um desespero incontido; e, se julgaes ser tempo ainda de pôr um basta a essa tyrania, acudi ao apêlo que vos faz, indo a reunião da classe que hoje se realiza ás 17 horas à rua Barroso n. 13, na qual se decidirá com o concurso de todos, as medidas que se devem tomar.⁴⁹³

Novamente se verifica o componente moralista, calcado em padrões de gênero tradicionais (pai provedor, mãe restrita ao lar e responsável pelos filhos), permeando o projeto de identidade operária difundido pelos militantes através da sua imprensa, com o intento de

⁴⁹⁰ O QUE DIZEM TODOS OS MÉDICOS EMINENTES. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 3, 24/2/1920.

⁴⁹¹ *Idem*.

⁴⁹² BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho...* Op. Cit., p. 74.

⁴⁹³ AOS OPERÁRIOS GRÁFICOS. *Panfleto*. Manaus, 19/7/1915.

gerar um comportamento voltado para a luta social e, logo, para a transformação do estado de coisas que atingia o trabalhador.

Quanto à instrução, como foi salientado no primeiro capítulo, era vista, tanto por anarquistas quanto por socialistas e colaboracionistas, como arma de emancipação operária. Observa-se, desse modo, que a construção do “bom operário” efetivada por tais agentes levava em consideração o interesse pela instrução, pela família e pela atividade profissional. Neste quadro, os lugares que os operários tinham que frequentar acabavam sendo associados a isso, sendo respectivamente a sala de aula, a casa e o trabalho. Não deixava também de ser uma perspectiva disciplinadora, coadunada a uma moral operária. Isso era importante para que o trabalhador pudesse se distinguir das “classes perigosas”, sobretudo nesses anos iniciais da Primeira República.

Neste sentido, não se pode esquecer que a implantação do regime republicano veio acompanhada da necessidade de organização do trabalho livre (como já indicamos mais acima). Para os grupos que compunham a elite política e econômica do país, era necessário elaborar, desenvolver e implantar mecanismos de disciplina e controle que garantissem, ao mesmo tempo, a presença do trabalhador no espaço de trabalho e uma significativa produtividade. Em tal projeto, a constituição da noção de vadiagem e o desenvolvimento de um aparato jurídico-policiaI tiveram papel preponderante. No que tange ao primeiro ponto, nota-se que a construção desta noção está intimamente associada à elaboração e difusão de uma nova ética do trabalho. Retomando a análise de Chalhoub já abordada anteriormente nesta tese, em 1888, ainda no período Imperial, foi apreciado na Câmara dos Deputados um projeto de repressão à ociosidade de autoria do ministro Ferreira Vianna. Tal projeto foi motivado pela Abolição da escravatura, sobretudo pelo fato dela significar, para Vianna, “uma ameaça à ordem porque nivelava todas as classes de um dia para o outro, provocando um deslocamento de profissões e de hábitos de consequências imprevisíveis”.⁴⁹⁴

O referido projeto gerou no Parlamento inúmeras discussões acerca do trabalho e do trabalhador. Produziu também um consenso: o de que, com o término da escravidão, a ordem estava ameaçada. Tal posição acabou se refletindo no Código Penal de 1890 que definiu a vadiagem como um delito de grande amplitude. Por meio deste instrumento, ela era caracterizada como:

Deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover

⁴⁹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2º ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, p. 67.

a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.⁴⁹⁵

Não resta dúvida de que a noção de vadiagem foi sendo formulada em contraposição à ideia burguesa de trabalho. Esse, outrora rebaixado a algo aviltante e degradante, era agora elevado ao patamar de ordenador da sociedade, de produtor de riquezas e de enobrecedor moral. Como valor social supremo da modernidade, o trabalho era fundamental para a sociedade e para o indivíduo, que deveria ser “o bom trabalhador”: assíduo, pontual e produtivo. A ausência da prática do trabalho, o não-trabalho, comprometeria moralmente o homem, pois aqueles supostos valores ali encarnados não seriam assimilados. A vadiagem passou a ser considerada uma “pré-condição” para o crime e o vadio um “potencial criminoso”. Isso pode ser constatado no Código de Posturas de Manaus (1890), que assim se posicionava a respeito da vadiagem:

O indivíduo que viver sem indústria, emprego ou profissão habitual certa, honesta e suficiente é considerado vadio e vagabundo e como tal obrigado, desde que for intimado pelo Fiscal a tomar uma ocupação honesta dentro de 15 dias e no fim desse tempo deve provar ter tomado um emprego ou ocupação que lhe garanta a subsistência.⁴⁹⁶

O Código de Posturas, portanto, considerava vadio e vagabundo aquele que estivesse sem emprego, passível, assim, de ser punido com prisão, pois tornou essa condição uma contravenção. Mas não era só isso, pois a ideia de vadiagem abarcava em seu universo vários crimes, o que permitiu englobar “num só conjunto (...) tanto mendigos, bêbados e desocupados” quanto gatunos, falsários e vigaristas, o que demonstra sua grande amplitude.⁴⁹⁷

A ideia do vadio não somente contribuiu significativamente para a elaboração de um aparato jurídico-policial como nele se fez presente. É possível constatar isso a partir do processo de reordenação do espaço urbano ocorrido em Manaus (como em várias outras cidades do mundo ocidental) no período em questão, que trouxe em seu bojo um conjunto de leis que passou a nortear inclusive a ação policial no sentido de moldar padrões de conduta e comportamentos desejáveis. Com base nos relatórios da chefatura de polícia e nas mensagens dos governadores a respeito da segurança pública, fica visível uma ação policial de “caráter

⁴⁹⁵ Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Cap. XIII, art. 399. Collecção de Atos do Governo Provisório. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

⁴⁹⁶ In: DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto...* Op. Cit., p. 33.

⁴⁹⁷ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis...* Op. Cit., p. 132.

inibidor-repressivo”⁴⁹⁸ e a construção de uma fronteira separando o “mundo da ordem” (do trabalho) do “mundo da desordem” (do não trabalho).

Neste cenário, desenvolveu-se, a partir de então, uma fiscalização e vigilância daquilo que seria considerado “desvio de conduta” ou “comportamento indesejável”. Em mensagem lida perante o parlamento estadual, por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da sétima legislatura em 10 de julho de 1910, o governador do Estado, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, apresentou algumas informações sobre os delitos criminosos em Manaus. Tais informações identificavam a época do ano em que eles ocorriam com maior intensidade, a sua natureza e as suas possíveis causas sociais. Quanto às duas últimas questões os crimes eram considerados “de natureza leve”, cujas “causas principaes são o alccolismo e a prostituição”. Apontava ainda a mensagem que “de 381 prisões effectuadas de janeiro a maio, todas foram por embriaguez” e finalizava condenando o jogo, o alcoolismo e a prostituição, justamente as práticas também condenadas pela imprensa operária, como vimos acima.⁴⁹⁹

Nos relatórios da chefatura de polícia, a embriaguez, os distúrbios/algazarras/desordens, a vadiagem, a gatunagem e os pequenos furtos foram os delitos mencionados para este período.⁵⁰⁰ Desta forma, as práticas como jogo, prostituição e ingestão de bebidas alcoólicas foram elementos vistos como integrantes do “mundo da desordem”, focalizados e condenados pelo poder público e jornais da imprensa diária, que se esforçavam em desqualificá-los, construindo imagens estereotipadas daqueles que supostamente a eles se associavam (como os operários). Nas palavras de Decca, referindo-se ao caso de São Paulo, mas cujas considerações também se aplicam ao recorte da presente tese:

Os meios operários eram vistos por instituições e grupos dirigentes como extremamente perniciosos para a “moral e disciplina do trabalho”, focos de agitação e revolta social. Hábitos operários no escasso tempo de lazer eram considerados vícios, e a recreação do operariado era considerada “improdutiva”.⁵⁰¹

Levando em consideração esta perspectiva, compreende-se então a solução apresentada pela mensagem do poder executivo local, que destacava a importância da

⁴⁹⁸ NEDER, Gizlene. *Cidade, Identidade e Exclusão Social...* Op. Cit., p. 106-134.

⁴⁹⁹ Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão extraordinária da sétima legislatura pelo Exm. Sr. Cel. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, governador do Estado em 15 de novembro de 1910. Manáos, *Secção de Obras da Imprensa Oficial*, 1910.

⁵⁰⁰ Chefatura de Polícia do Estado do Amazonas – 1913. Disponível do Arquivo Público do Estado do Amazonas.

⁵⁰¹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 89.

construção e funcionamento de espaços que promovessem a educação (e, nesse aspecto, também se percebe a tentativa de se construir uma ética do trabalho) e a vida em família. Tais discussões e debates, no âmbito das elites, giravam em torno do estabelecimento de padrões de conduta e comportamento que viabilizassem, sobretudo, um maior vigor para o trabalho. Sobre o tema, Margareth Rago apontou que nesse momento estava em curso, na cidade de São Paulo, mas também em outras capitais do país, uma gama de medidas elaborada pelas elites e autoridades públicas no sentido de erigir uma “cidade disciplinar” que pretendia englobar, além do local de trabalho, os lugares públicos da cidade e o lar, justamente por intermédio de regras e padrões de conduta.⁵⁰²

Sendo assim, era tarefa importante para a militância operária, neste processo de construção de uma identidade operária que estamos analisando, distinguir-se das “classes perigosas” – alvos de um discurso, proferido pelas autoridades e elites, de exclusão e reclusão – e faziam isso com vistas a não serem confundidos com elas e, desse modo, não sofrerem as perseguições e sanções legais que figuravam na legislação desse período, como se viu. Contudo, não se pode deixar de sublinhar que, muito mais do que uma estratégia, a militância operária seguramente acreditava nesses padrões morais, como ficou exposto em algumas passagens da imprensa operária citadas anteriormente. Daí a necessidade de desenhar a ideia do “bom operário” e/ou de uma “boa conduta”, para não serem associados aos “vadios” e não figurarem como um “caso de polícia”, o que, como é notório, não conseguiram evitar em muitos casos, especialmente os anarquistas, perseguidos, expulsos e presos em alguns momentos, como no caso abaixo:

Foi prêso no dia 23 um companheiro nosso, querendo-se-lhe assacar a responsabilidade de um boletim, que aconselhava o povo a revolta, ou leva-lo a indicar os seus colaboradores. Tudo ele ignorava. Afigura-se-nos que isto seja um truc político. E se assim é, nós repuldiamol-o.⁵⁰³

Os editores do jornal *A Lucta Social*, como demonstra a citação acima, tinham consciência de que a legislação existente poderia ser utilizada pelos setores dominantes consoante seus interesses de classe:

Depois da distribuição dum manifesto, em que se aconselhava o povo a revoltar-se, contra a miséria que o assoberba, vários boatos se tem

⁵⁰² RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar...* Op. Cit.

⁵⁰³ PERSEGUIÇÃO. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

propalado, chegando a sermos acusados, se bem pela intriga pública, de seus autores.

E agora, não sabemos com que fundamento, dís-se que individualidades de certo destaque nos destinos deste Estado se entenderem, afim de na primeira oportunidade expulsarem, 3 dos nossos camaradas que mais se tem interessado pelo desenvolvimento associativo.

Será assim?

Aguardêmos a oportunidade também.⁵⁰⁴

Interessante colocar em relevo que a ameaça de expulsão não foi direcionada a qualquer militante, mas sim àqueles que mais se destacavam no processo de organização e radicalização política do operariado no Amazonas, o que demonstra e reforça a luta de classes presente e corretamente percebida pelo jornal *A Lucta Social*. E, mais do que isso, se observa a percepção de que os instrumentos legais construídos podiam ser utilizados contra o movimento operário em momentos de greve, de distribuição de panfletos, etc., quando as lideranças poderiam ser acusadas de desordeiras, de ofenderem os “bons costumes” e a “moral pública”, entre outras críticas. Assim, era fundamental, para a luta social, traçar, como parâmetro a ser seguido, um “modelo de conduta e de trabalhador” na tentativa de evitar tais investidas. Por isso, o esforço dos editores do referido periódico anarquista em se justificar acerca das acusações:

Nós aceitamos a revolução.

Teem sido as revoluções os fautores de todos os progressos. Mas a revolução em que nós co-participamos, não é a revolução que tem por fim tirar o prestígio do poder a certos homens, para os entregar nas mãos doutros. A nossa revolução é a revolução econômica. E ella chegará ao seu apojeu, quando a consciência da Humanidade assim o permita. De nada receiem os homens destado até esse momento.

A nossa propaganda, não é feita às escondidas. É feita em público, á luz do dia, diante de todos que nos querem ouvir. E a nossa ação principal é ezercida nas nossas sociedades, sem coação ou imposição de espécie alguma, mas, simplesmente fazendo ver os direitos que a todos assiste e os deveres que a todos compete.⁵⁰⁵

Outros jornais operários, não por acaso, no seu primeiro número, procuravam apontar que a defesa do operariado se daria dentro da ordem e da lei, como é o caso do periódico socialista *Vida Operária*:

A Vida Operária lança-se hoje á luz, como defeza exclusiva do operariado desta terra maravilhosa, prompta para deffender, dentro dos limites da

⁵⁰⁴ *A LUCTA SOCIAL*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

⁵⁰⁵ PERSEGUIÇÃO. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

ordem, o interesse de uma classe esquecida e velipendiada pelos que nada produzem, a não ser a brutalidade espantosa de aumentar o capital. A Vida Operária terá como divisa, ordem, dever e justiça, não lhe sendo possível se afastar da linha traçada por esta tríade sublime para o que quer, pensa e executa sem alterações da ordem.⁵⁰⁶

A divisa “ordem, dever e justiça” revela de forma emblemática o caminho estratégico traçado, de forma geral, pela militância operária, sobretudo a de caráter socialista e colaboracionista. Por dentro da “ordem” e reconhecendo qual seria o papel do trabalhador (“dever”) no mundo moderno, a militância clamava, então, por justiça social. E, para isso, segundo os militantes, os trabalhadores teriam que mudar suas condições sociais, organizando-se e encampando a luta por tais melhorias.

A mesma perspectiva aparece também no primeiro número do *Confederação do Trabalho*:

Procuraremos merecer a estima de todos pelo amor á ordem e respeito aos poderes constituídos, tendo aplauso para os justos e indiferentismo para os injustos.

E que melhor vehiculo, sinão a imprensa para fazer conhecido no Universo todo o attentado feito as nossas liberdades e aos nossos direitos e justiça a quem merecer?

A força do operariado já é hoje bem conhecida em todo mundo, principalmente quando este operário procura reivindicar os seus direitos por meios inteligentes e pacíficos.⁵⁰⁷

Novamente se tem como destaque o dever, o direito e a justiça, ainda mais neste jornal, editado por grupos de elite que procuravam apoio dos trabalhadores, como foi destacado no primeiro capítulo, o que é mais significativo ainda, por eles reconhecerem a ausência de justiça social, nem que fosse, talvez, só no discurso.

Enfim, os exemplos elencados anteriormente demonstram que a construção de um projeto de identidade voltado aos operários se deu em relação a “outros”, principalmente a burguesia e as “classes perigosas”, e envolveu componentes específicos que eram comuns aos trabalhadores e que permitiram a circulação desse projeto nas redes tecidas pelos militantes (identificadas no primeiro capítulo). Assim, ficaram perceptíveis as disputas de classificação social travadas com esses segmentos e os aspectos que mais ganharam destaque nas colunas dos jornais com vistas a promover tal projeto de unidade/identidade dos operários em geral.

⁵⁰⁶ VIDA OPERÁRIA. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 1, 8/2/1920.

⁵⁰⁷ ENCETANDO A LUCTA. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909.

A questão de uma ética do trabalho, como pôde ser visualizado, perpassou todo este processo e se colocou como um marco divisor entre os burgueses (que não trabalhavam) e os operários (que trabalhavam significativamente), mas também entre esses últimos e os chamados “vadios”.⁵⁰⁸ Neste sentido, observa-se um movimento que – a partir das relações e interações sociais estabelecidas em contextos específicos, e das percepções e das condições materiais de existência – possibilitou uma disputa de classificações sociais entre os operários e os “outros”, na qual estiveram em jogo representações, auto-representações e construções de identidades. Assim, a constituição de uma identidade única, geral, para os trabalhadores, perpassando os grupos e os jornais operários animados pelos militantes, emergiu por força da existência de experiências e interesses compartilhados que se consubstanciaram em propostas identitárias e projeto comuns.⁵⁰⁹

Isso não significa dizer que a classe operária e a militância tinham caráter homogêneo. Pelo contrário, havia diferenças significativas no âmbito do mundo do trabalho, em especial entre seus setores organizados. Assim, em que pesem os elementos comuns, as lideranças possuíam projetos políticos diferentes, pautas de reivindicações variadas, ações políticas diversificadas, dentre outros elementos de diversificação. Portanto, também promoveram a construção de projetos diferentes de identidade.

2.4 Imprensa, mundos do trabalho e projetos de identidade operária em disputa

As lideranças operárias no Amazonas lançaram mão de elementos mais ou menos comuns para a elaboração de um projeto de identidade também comum ao operariado em geral, que se deu em oposição aos burgueses e às “classes perigosas”, como vimos acima. Isso porque essa construção foi edificada em torno de uma nova ética do trabalho e do modelo do “bom operário”, o qual incorporava a ideia da “conduta inatacável”, ancorada em valores morais da época.

⁵⁰⁸ O termo vadiagem, neste contexto, encarnava uma imagem contrária ao mundo virtuoso da moral, do trabalho e da ordem, materializando o mundo da ociosidade e do crime. Sobre a vadiagem ver, entre outros: KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987; KARVAT, Erivan Cassiano. *Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem*. Curitiba (1890-1933). Dissertação (mestrado em História), UFP, Curitiba, 1996; CARVALHO, Marina Vieira de. *Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902*. XII *Encontro Regional de História Anpuh/RJ: Usos do Passado*, p. 1-11, 2006; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001; RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional*. Minas Gerais, 1888-1928. Tese (doutorado em História), UNB, Brasília, 2008.

⁵⁰⁹ Grandes questões oriundas do trabalho e da vida que foram incorporadas pelo conjunto dos trabalhadores e que se materializaram em pautas de reivindicações como, por exemplo, a luta pelas oito horas de trabalho e a proteção ao trabalho e seguridade social.

Não obstante, não se pode perder de vista que, no interior do mundo da militância, existiam projetos de identidade distintos e em disputa, frutos das diferentes posturas políticas e ideológicas que marcaram presença no universo laboral urbano do Amazonas (como, de resto, em várias outras cidades do mundo ocidental e, especificamente, do Brasil). Pode-se dizer, assim, que existiu um processo de construção de um projeto de identidade operária comum, permeado, contudo, por diversas colorações políticas, que fizeram emergir entre as variadas lideranças projetos de identidade múltiplos e em conflito.

Assim, as lideranças socialistas, anarquistas e colaboracionistas, embora compartilhassem, como foi observado anteriormente, de um projeto de identidade comum ao operariado, criaram também seus projetos de identidade de classe específicos.

2.4.1 O projeto de identidade das lideranças socialistas

Os militantes socialistas elaboraram e difundiram no interior de suas redes sociais e através de seus jornais – *Gutenberg, Operário, Vida Operária, O Extremo Norte e O Constructor Civil* – um projeto de identidade que se estruturava a partir de uma oposição aos burgueses, às “classes perigosas” e aos anarquistas, e em torno da defesa de elementos como o regime republicano, a ação e o comportamento político.

De acordo com as lideranças desta corrente, os problemas que surgiram com o regime republicano (exclusão social, desigualdade, corrupção...) eram fruto não do regime em si, mas das pessoas que estavam à frente das instituições e que acabavam “desvirtuando” a República. Isso fica visível num artigo publicado no jornal *Vida Operária* que versa sobre a situação social do operariado, em especial dos direitos do povo e do trabalhador:

Desde as urnas até a representação e desde o lar até as fadigas do trabalho, o operário é ludibriado pelo autoritarismo da burguezia, dos intelectuaes e dos plutocratas.

As nossas leis, constitucionais, são as mais liberrimas possíveis, porém o ouro, o celebre ouro e a ambição dos homens têm as reduzido a um papel sujo, os direitos do povo a uma garrafa de vinagre com o rotulo de champagne.

Faz-se preciso que o operário surja, que os governos deem liberdade ao povo e que esse povo se eduque, se organise, se constitua, se remodele, e retoque as nossas próprias leis, para que ellas não sejam um facto e sim uma verdade.

É preciso que o lemma do regimen que nos governa que é o de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, não mais se conserve nessa fictícia illusão, servindo tão somente de reclamo garrafal, para esse burgo podre que é o povo.

Avante Povo! Avante operário! Mãos a obra, edificando o templo de nossas esperanças para que “trabalhando todos para o bem estar da colectividade, não haja receio que falte pão para a bocca e nem luz para o espírito”.⁵¹⁰

Portanto, não se negava o regime republicano. O que era necessário, isso sim, conforme os socialistas, eram pessoas de caráter exemplar, que levassem adiante a ideia de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”:

Não deve ser olvidado pelo operariado do Amazonas, notadamente o nacional, o momento político que se nos apresenta, pois, para nós, ele é assaz apprehensivo.

Aproxima-se o dia em que devera surgir das urnas o nome do varão escolhido para presidir os destinos deste Amazonas infeliz.

De todos os lados apparecem candidaturas a curul governamental, alardeando qualidades de catão; fazendo chimericas promessas; apreguando medidas salvadoras; procurando, emfim, ludibriar a boa fé dos incautos.

E o operariado desta terra, parte integrante nessa grande evolução social que se desenvolve em todo o Universo, não deve cruzar os braços deante deste borborinho político que se agita em torno da successão governamental.

Devemos intervir directamente nesse magno problema; devemos dar um exemplo de civismo, expurgando do scenario politico os elementos perniciosos ao engradecimento do nosso rincão amazônico, e auxiliando aquelles que juntem qualidades reaes de honradez, intelligência e justiça.

(...)

Meditae maduramente sobre o assumpto, companheiros, afim de suffragares o nome de um homem digno, honrado, capaz de administrar o nosso Estado com critério, distribuindo justiça com equidade.⁵¹¹

Este artigo foi escrito por João Cursino da Gama, que, como já se viu, foi uma liderança socialista atuante no Amazonas. Foi publicado momentos antes do processo eleitoral para o governo do Estado em 1920. No texto, direcionado ao operariado, percebe-se a noção de que as instituições republicanas deveriam ser administradas por pessoas que não as desvirtuassem, pelo contrário, que fossem dignas, honradas e com senso de justiça, ou seja, a solução da questão social é reduzida ao problema da moralidade individual. Em outro trecho, ainda tratando da successão governamental, o jornal apontou:

Em tudo isso o que vemos? Não é mais do que a negação da lealdade e da pureza do regimen das nossas instituições, inteiramente concretisadas no interesse do próprio eu; do que o resultado do bem estar deste Estado e da sua própria colectividade, na verdadeira senda do seu pleno evoluir.⁵¹²

⁵¹⁰ A EVOLUÇÃO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 15, 16/5/1920.

⁵¹¹ GAMA, João Cursino da. O momento. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 9, 4/4/1920.

⁵¹² O MOMENTO POLÍTICO DO ESTADO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 16, 30/5/1920.

Para os socialistas, tal perspectiva possibilitava uma dupla ação: apoiar personagens de grupos políticos tradicionais (ou não) que se comprometessem com as “questões operárias” e/ou lançar candidaturas próprias, de operários. Em ambos os casos, o caminho seria o processo político eleitoral, que era aceito por esses militantes como via legítima para uma ação transformadora. Neste sentido, a organização dos trabalhadores em associações era percebida como fundamental. Ela teria uma tripla função: “agregar o operariado (...) fomentando sua solidariedade de classe; proteger os sócios necessitados e promover resistência frente à exploração capitalistas”.⁵¹³ Nesta esteira, apontou *O Constructor Civil*:

Foi em meados de Maio do anno findo, que o operariado amazonense, solidário entre si e com motoristas, conductores e todos os outros operários de empresas estrangeiras, deram o primeiro grito de alarme na defeza das oito horas de trabalho em vigor na maior parte do mundo, mas de todas as diversas sociedades que entraram então em lucta, foi sem duvida a das Quatro Artes, a que viu mais completamente realizado o seu ideal. Foi este grande Estado do nosso querido Brazil, um dos primeiros em que o operário, tem a seu lado a justiça, se libertou um pouco do jugo aggressor.

E porque?

Porque foi e é para esse fim que se funda uma sociedade operária e é o que muitos infelizmente não conhecem, pois se o conhecessem não trariam muitas vezes a discórdia ao seio da aggremação a que pertencem. A pretenção, o incontido desejo de popularidade, emfim, uma norma muito pessoal de ver as coisas, é motivo bastante para muitas vezes deitar por terra todos os louros colhidos. Felizmente não se tem dado estas coisas com as Quatro Artes e oxalá nunca se deem são os meus desejos.

Que todos trabalhem para seguir o caminho traçado e que tenham sempre em vista as vitórias já alcançadas devido, em parte, a sua boa orientação. Lembrae-vos que as associações não representam apenas o symbolo da arte em que são fundadas. As associações são verdadeiras escolas contemporaneas. É a associação que recorre o rude operário quando offendido por seus algozes e ahi apresenta a sua maguada queixa. É à associação que muitas vezes recorrem os seus membros, a quem a doença ou a falta de trabalho os obrigam a pedir auxilio, e é ainda nas associações que aprendemos a amar os nossos semelhantes por tomarmos o exemplo da confraternisação entre todos os consócios.⁵¹⁴

Desta forma, a associação se caracterizaria por ser o núcleo agregador de uma série de atividades, que iriam da instrução até a confraternização de classe. Não é à toa que nesse espaço ocorreu o enfrentamento dos operários com os seus “algozes” (em especial a burguesia), o que, como já foi mencionado anteriormente, contribuiu para a demarcação de fronteiras sociais.

⁵¹³ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit., p. 278.

⁵¹⁴ MONTEIRO, José. Associação de Classe das Q. A. C. Civil do Amazonas. *O Constructor Civil*. Ano I, n. 1, 5/1/1920.

Sendo assim, os socialistas buscaram construir uma dinâmica de participação política operária. As associações seriam a base, ligadas a uma federação estadual, que se articularia a uma nacional. Esses níveis se conectariam entre si e ao partido operário, instrumento de participação no jogo político da Primeira República Brasileira. Como para as lideranças socialistas a luta era pela via parlamentar (elaboração de leis em prol da “causa operária”), buscaram fundar e consolidar um partido operário desde a implantação do regime republicano no Brasil. Foi assim com os personagens que atuavam em torno do *Gutenberg* e *Operário*, os quais criaram um partido em 1892.

No plano mais amplo, os militantes socialistas no Brasil, logo após a Proclamação da República, empenharam-se em organizar os trabalhadores com o objetivo de transformá-los numa força política importante que pudesse, pelo jogo eleitoral e parlamentar, influenciar nas principais decisões políticas nacionais, principalmente nas questões alusivas ao mundo do trabalho. Nessa perspectiva, ergueram-se em vários estados, no início da República, partidos operários articulados, em diferentes níveis, com as sociedades operárias. Sobre essa proposta organizacional, Ângela de Castro Gomes asseverou que ela:

Decorreu de uma análise que acreditava na congruência entre as questões de trabalho livre e as da República recém-proclamada. Esta opção, que de início subordinou as associações da classe trabalhadora ao partido, mas que num segundo momento reconheceu sua grande importância como base política, não foi bem-sucedida, nem no início do século, nem durante toda a Primeira República. As insistentes e sucessivas tentativas de formação de um partido operário (socialista) enfrentaram resistências vigorosas, não só dentro do sistema político-partidário dominante, como também dentro da própria classe trabalhadora.⁵¹⁵

Como exemplo dessa insistência no Amazonas, os socialistas responsáveis pelo *Vida Operária* e pelo *O Extremo Norte* também se envolveram na fundação de um Partido Operário Socialista Amazonense em 1920, como atesta a passagem abaixo:

Conforme noticiamos em o número 24, de 29 de agosto p. passado no nosso modesto jornal; reuniu-se na manhã de domingo, pelas 8 horas em ponto da manhã, no Theatro Alcazar, os respectivos membros provisórios do partido cujo nome encima estas linhas, em segunda sessão preparatória, afim de tratar-se do mesmo Partido.

Aberta que foi a sessão pelo companheiro Nycodemos Pacheco e a cuja sessão presidia provisoriamente; em seguida concedeu a palavra ao muito illustre e talentoso jornalista nosso distinto amigo e confrade Pedro Timotheo, qye, em uma empolgante conferencia falou aproximadamente

⁵¹⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo...* Op. Cit., p. 28.

duas horas. Disertou acerca da influencia mundial do operariado em todas as fazes humanas perante as sociedades, desde os tempos medievaes; e disse dos grandes homens como filho que foram de paes humildes, e bastante concorreram, quer na sciencia, como na chimica, na filosofia como nas artes, para os grandes progressos e emprehendimentos de todos os povos, de todas as civilizações e de todas as sociedades até os nossos dias.

Finalmente terminou o illustre conferencista com uma peroração tão brilhantemente inspirada, recebendo em seguida uma reboada salva de palmas de todos os assistentes, cujo número foi bastante regular.

Oxalá que essas conferencias sempre se reproduzissem, porque constituirá uma escola instructivamente ambulante, para todos aqueles companheiros que pacientemente quizerem se dar o trabalho de ouvir os que falam por uma sólida instrucção teórica, ensinando também praticamente conhecimentos vários, a todos os que, sem a astuta pretensão vaidosa da intelligência inculta, bastante vontade tem de aprender!

Ao nosso talentoso beletриста Pedro Timotheo, a VIDA OPERÁRIA sauda-o effusivamente pelo seu completo triumpho.⁵¹⁶

Para além da participação política no jogo republicano, o partido operário criado pelas lideranças socialistas nos anos 20 visava, como se pode notar, absorver os operários e, mediante conferências, como essa de Pedro Timotheo registrada nas páginas do *Vida Operária*, promover uma reflexão acerca da posição social ocupada pelos proletários na sociedade e sua importância para o progresso material e humano, o que vai ao encontro do processo, sublinhado anteriormente, de auto-reconhecimento e valorização do trabalho e do trabalhador.

Não se pode deixar de indicar também que os militantes socialistas marcavam presença nas associações em que tinham influência, fazendo circular nelas seus jornais, suas ideias de crítica social, participação política e, como se pode ver aqui, seu projeto de identidade operária, ou seja, pelas redes sociais por eles configuradas caminhavam esses conteúdos direcionados aos trabalhadores do Amazonas, como se procurou explicitar no primeiro capítulo.

A instrução também foi mencionada e era entendida de modo amplo, podendo ser fomentada nas associações, no partido operário e nas comemorações do Primeiro de Maio (através dos discursos proferidos pelas lideranças operárias), entre outros espaços e momentos. Desde a fundação do primeiro partido operário no Amazonas em 1892, o assunto era uma preocupação constante das lideranças, as quais, junto ao partido, fizeram funcionar escolas, como demonstra o exemplo abaixo:

⁵¹⁶ PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 25, 12/9/1920.

Convida-se a todos os artistas operários, trabalhadores e amigos da instrução para assistirem a inauguração da Escola Nocturna do mesmo partido para maior solenidade do acto em commemoração do dia 1º de Maio; a inauguração da Escola terá lugar as 6 horas da tarde de hoje, á praça 5 de setembro, caza no 42.

Tendo de realizar-se a posse da nova Directoria eleita o Presidente do já citado Partido pede encarecidamente o comparecimento de todos os correligionários na caza do confrade Exaltação, a praça 5 de setembro, as 4 horas da tarde de hoje 1º de Maio.

O Presidente convicto do grande amor que os seus amigos dedicam a causa da instrução e das classes suas irmãs espera a concorrência de todos ao logar designado.⁵¹⁷

Ao longo da década de 20, a instrução ainda era uma preocupação desses militantes, pois, ao seu ver, ela necessitava ser realizada e expandida.⁵¹⁸ Procuraram fazer isso através de escolas criadas e ligadas às associações e, como se mostrou, ao partido operário. Deve-se ressaltar que a instrução era um tema que perpassava o conjunto da militância, seja socialista, anarquista ou colaboracionista. Entretanto, em que pese a ideia comum de emancipação política e social dos trabalhadores, existiam diferenças sobre o que ela significava especificamente para a militância operária, o que ainda será visto ao longo dessa seção do capítulo.

As lideranças socialistas também tocaram num tema importante e polêmico: a greve. Para o grupo que está sendo observado aqui, a greve era um complicador a mais para os trabalhadores, pelo fato de ser uma ação radical e com efeitos muitas vezes desastrosos e negativos. Um dos artigos que aborda essa questão tem o sugestivo título de “Outro Rumo” e foi escrito por Guilherme de Oliveira. Nele, esse militante aponta o que chama de resultados “contraproducentes da greve”:

Supponhamos que os operários mal satisfeitos por motivos diversos, sendo o principal o salário, se manifestem em greve pacífica, geral ou não.

Ora, é facto incontestável que os patrões nunca cedem imediatamente essas exigências, aliás muito justas, por julgarem uma imposição, e começam as delongas em accordos, intervenções e arbitragens, para ganhar tempo. Os operários resistem, mas com o estomago a reclamar o necessário e escasso alimento, não só os seus como os de suas famílias. Vem mais – as necessidades públicas – inadiáveis, e que os governos estão na obrigação de sanar a todo custo, e são sanadas com pessoal estranho, e obrigado, caso este observado nas greves geraes. Os operários protestam e vão a praça publica

⁵¹⁷ PARTIDO OPERÁRIO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 19, 1/5/1892.

⁵¹⁸ No jornal de número especial intitulado *Primeiro de Maio*, pelo fato de ter sido publicado em comemoração a essa data em 1928, encontra-se um artigo denominado “A instrução! A instrução!, no qual a militância socialista exorta o operariado em geral a instruir-se. A INSTRUÇÃO! A INSTRUÇÃO! *O Primeiro de Maio*. Número especial. Manaus, 1/5/1928.

justificar seu protesto! Desesperados de fome censuram os que lhe deram o furo, e nessa censura saem fora dos limites, e zás!!...

Quando não são mortos são espancados ali mesmo, são depois de alguns dias de prisão deportados como perturbadores da ordem pública.

Como isto é edificante, como isto é belo mesmo, para quem satisfeito por tudo quanto de intimante experimentou o insubordinado operário, cede algumas pequenas regalias!!

E depois? Lá vae no outro dia o infeliz das occasiões – (pois seja dito de parte que ao operário que sabe fabricar e conhece os direitos aos quaes é expoliado só as occasiões o pode fazer infeliz) – a passos vacilantes, acabrunhado, maldizendo a sorte, conciso de que se nada pode adquirir em diversos annos de trabalho, que lhe pudesse ser útil numa situação como esta, não será com pouco tempo, que poderá recuperar o que perdeu com a sua abstenção, ainda mais quando sabe que as vantagens que lhes consideram, não são duráveis e a qualquer pretexto lhes vão sendo diminuídas e augmentandas as suas obrigações.

Nas greves de classe, acontece a mesma coisa, acrescendo a circumstancia que nem sempre a adhesão é total, assim como também classes há, que com o augmento, mais lucram os patrões que o operário, pois se aqueles augmentam cinco, cobram dez no objecto vendido, especialmente aos operários a quem accusam como causador da alta que soffreu a mercadoria, e nos commentarios com os collegas dizem: - das costas do consumidor é que há de sahir a diferença – e ainda gabam-se de ter feito bom negócio.

Haverá ainda quem possa crêr nos bons resultados de greves?

Quando além de tudo quanto fica dito o operário se não adquiriu um inimigo perigoso creou para sua classe um desaffecto constante...

Nos resultados econômicos que nos supponmos tirar proveito, de algumas vantagens, está provado com os factos que todos estes são ephemeros, como ephemerias são todas as tentativas, que não tem por bases meios previdentes que nos proporcione uma acção directa, legalmente concedida e que nos garanta nosso bem estar, sem encommodar-mos a quem quer que seja...⁵¹⁹

Nesta longa citação é possível ver que o autor utilizou alguns acontecimentos que ocorreram em greves deflagradas no cenário local – a demora nos acordos, as reuniões dos grevistas em praça pública, a presença dos fura-greves, entre outros – para condenar tal tipo de ação. Para ele, o caminho não seria esse, que poderia, inclusive, resultar em prisões e deportações (provavelmente fazendo menção aos anarquistas), mas sim a organização em associações, tornando-as uma só força, por meio “desta solidariedade inteiramente una e coesa”, que assim poderia “eleger os seus representantes; quer perante as Assembleas Estaduaes, como Municipaes, ebem assim nas Câmaras, alta e baixa do paiz”.⁵²⁰

Em outros locais do país, como em São Paulo⁵²¹ e no Rio Grande do Sul⁵²², os líderes socialistas enxergavam a greve como um meio legítimo de ação operária, ao contrário dos do

⁵¹⁹ OLIVEIRA, Guilherme de. Outro Rumo. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 6, 14/3/1920.

⁵²⁰ UNIÃO E CORAGEM. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 16, 30/5/1920.

⁵²¹ BATALHA, Cláudio H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Vol. 2. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p.11-44.

Amazonas, que a viam com ressalvas, inclusive condenando-a, o que vale a pena ressaltar por ser uma especificidade local.

A partir desta perspectiva, os anarquistas eram acusados de falta de inteligência, por lançarem uma proposta aos trabalhadores que se assentava no desrespeito às leis e à ordem instituída (a ação direta e a greve geral revolucionária); por isso, numa espécie de generalização feita por patrões e poder público, o conjunto do movimento operário acabava sendo enquadrado como “insufladores grevistas”, “criminosos”, causadores da “desordem pública”, entre outros epítetos. Tal postura era rejeitada pelos socialistas, que procuravam se distanciar e se diferenciar dos anarquistas seguindo outro rumo, obedecendo às leis, à ordem e o jogo político-eleitoral:

Nós, os operários e *insufladores grevistas*, - conforme até o anno passado fomos conhecidos, (e até então, sem a menor adesão dos grevistas intellectuaes) já podemos acreditar nesse exautamento ostensivo e quanto criminoso de desrespeitamento as leis, com que já há umas poucas semanas se nos vem atirando a maior affronta aos nossos brios, como parte integrante que também somos da collectividade amazonense (...) Não o exemplo da discórdia e da mais bem visível desintelligência entre os mesmos, e sim a verdadeira obediência a lei, e as autoridades constituídas.⁵²³

Neste caso, a ideia de “bom trabalhador” ganhava uma tonalidade específica pelo prisma dos socialistas, envolvendo, além de uma moralidade comum assentada na ética do trabalho, também uma moralidade específica, referente à obediência aos princípios legais do regime republicano.

Portanto, pode-se observar que, ao lado da proposta de uma identidade comum aos trabalhadores – assentada na valorização do trabalho e do trabalhador e no modelo do “bom operário” –, soma-se uma identidade política específica, materializada num padrão de comportamento que se molda a partir da aceitação do regime republicano, das leis e do jogo político-eleitoral. Assim, o padrão de ação e comportamento político proposto pelos socialistas se consubstanciava na organização dos trabalhadores em associações, articuladas em torno de um partido político que apoiava e/ou lançava candidatos, operários ou não, ao parlamento, para que, uma vez nesse espaço, pudessem ser elaboradas leis que atendessem as reivindicações dos proletários.

Fica claro, então, que o voto, para os socialistas, era um instrumento importante que não deveria ser desprezado, mas, sim, discutido e fomentado num contexto de alto índice de

⁵²² QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades...* Op. Cit.

⁵²³ O MOMENTO POLÍTICO DO ESTADO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 16, 30/5/1920.

trabalhadores analfabetos, os quais, pela Constituição de 1891, estavam excluídos de exercerem a escolha de seus representantes. Do ponto de vista dos socialistas, aqueles que eram alfabetizados e, assim, estavam aptos a votar, deveriam exercer esse direito:

De dezenas de nomes apresentados a curul governamental, apresentam-se três que se destacam por batejos de correntes opostas. Não queremos hostilizar este ou aquele, porém orientamos ao Povo principalmente ao operariado em geral que devemos cerrar fileiras ao lado daquele que consultar os interesses do povo.

Devemos trabalhar com todas as nossas forças ao lado daquele que nos garanta a queda do patronato e a regulamentação entre o Capital e o Trabalho, por que são as aspirações dos nossos idéas, e será um passo agigantado que daremos na evolução da nossa vida associativa.

(...)

Avante operários!

(...)

É chegado o momento das nossas reivindicações!

Cada operário, deve correr as urnas suffragando um nome...⁵²⁴

Não obstante, havia uma grande preocupação entre os militantes socialistas: a “agiotagem do voto”, em outras palavras, a venda do voto. Essa era uma prática antiga realizada desde as eleições imperiais que permaneceu no jogo político da nascente República. José Murilo de Carvalho, ao realizar uma incursão acerca da cidadania no Brasil, tratou do sistema político vigente na Primeira República, assinalando que, no processo eleitoral, as oligarquias regionais, para assegurarem o domínio sobre a máquina pública, não somente efetuaram alianças (como a que resultou na chamada “política dos governadores”), como similarmente entabularam toda sorte de fraudes, dentre elas, a compra de votos. Segundo Carvalho, nesse quadro, “os eleitores continuaram a ser coagidos, comprados, enganados, ou simplesmente excluídos”.⁵²⁵ Ainda conforme o autor:

Pode-se mesmo argumentar que os votantes agiam com muita racionalidade ao usarem o voto como mercadoria e ao vendê-lo cada vez mais caro. Este era o sentido que podiam dar ao voto, era sua maneira de valorizá-lo.⁵²⁶

Em artigo intitulado “Fascinação do ouro”, as bases dessa prática eram externadas. Segundo o artigo, “o ouro na sua faina de tudo conquistar” pretendeu imperar contra a consciência do próprio homem, sobretudo daquele que vive próximo da fome, uma vez que

⁵²⁴ O CASO DO AMAZONAS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 17, 6/6/1920.

⁵²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 42.

⁵²⁶ Idem, p. 44.

“na fome e na nudez o ouro tem mais brilho”. Os “burocratas”, convencidos deste fato, “aproveitaram-se da falta de fé de uns, da fraqueza e covardia de outros” para operacionalizar tal ação e, desta forma, realizar a “delapidação dos direitos” dos trabalhadores.⁵²⁷ E assim, os socialistas, por intermédio de um dos seus jornais, como o *Vida Operária*, posicionavam-se criticando de forma ferrenha essa prática:

Como sentinella avançada, temos profligado contra o desvirtuamento dos homens, e ultimamente nos arrojamos contra o que se pretendia implantar, como de facto foi implantado no seio do povo, principalmente do eleitorado a celebre agiotagem do voto.⁵²⁸

Era a defesa da qualificação do voto por meio da prática consciente dessa ação. Por outro lado, aqueles que estavam excluídos desse processo deveriam ser incluídos e, neste ínterim, a instrução mais uma vez se destacava, mas agora com um significado de inserção política:

Também não faltará quem deseje ser apresentado pelas classes operárias, porque terão plena certeza, que ela estará daqui a um certo tempo inteiramente poderosa, conquistando assim seus verdadeiros ideais. E por essa razão, concitamos aos nossos companheiros ainda não instruídos, que procurem as escolas a fim de se alimentarem com o verdadeiro pão espiritual da instrução!
O mundo caros companheiros, só se acaba é para quem morre. Não perdemos, portanto as esperanças da vitória, a qual um dia será nossa.⁵²⁹

Inserção política e voto qualificado se colocavam como componentes nessa identidade política cuja luta deveria se fazer via parlamento. Certamente que as lideranças socialistas queriam não apenas legitimar suas ações como também estabelecer uma distinção com relação aos anarquistas, sobretudo pela repressão e pelos rótulos criados pelos patrões e pelo poder público para justificar ações de controle, repressão e expulsão dos “agitadores”. O exemplo a seguir é emblemático nesse sentido:

O operário quando reclama é tido como grevista, maximalista, indesejável, etc., merecendo como premio o chanfalho, a prisão e até a deportação; os grandes, os poderosos, grevam, pisam a própria lei, e são tidos como beneméritos!
E quem soffre. É a classe laboriosa – é o operariado.⁵³⁰

⁵²⁷ FASCINAÇÃO DO OURO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 21, 11/7/1920.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ UNIÃO E CORAGEM. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 16, 30/5/1920.

Demarcar fronteiras sociais e se distinguir dos anarquistas (além da burguesia e dos “vadios”) significava assegurar um projeto de identidade política operária socialista. Essas lideranças locais possuíam, obviamente, pontos em comum com os militantes socialistas de outras regiões do país, como, por exemplo, os do Rio Grande do Sul⁵³¹ e do Ceará⁵³². Como os adeptos de tal corrente política nesses estados, os da região amazônica envidaram formar, no decorrer da Primeira República, associações operárias amplas (e, em alguns momentos, como na greve geral de 1919, comitês de defesa, conforme foi apontado no primeiro capítulo) e conectadas a um partido operário que atuaria no jogo político-eleitoral existente. Por dentro da lei e da ordem, empenharam-se em eleger representantes (operários ou não), e/ou formar alianças com personagens políticos de destaque (como, a título de ilustração, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, mencionado no capítulo 1), para atuarem no parlamento, com o objetivo de introduzir, nesse espaço, questões relativas ao mundo do trabalho, que fossem analisadas, debatidas e transformadas em leis. Eleições, reformas e alianças entre as classes eram reivindicadas como instrumentos fundamentais de conquistas materiais e simbólicas para os trabalhadores.

Em que pese estes aspectos comuns, uma diferença substancial consiste na questão da greve. Ao contrário do que ocorria com os líderes socialistas dos estados acima elencados (e de vários outros), que viam a “parede” como um instrumento de ação legítima e necessária, os do Amazonas a condenavam frequentemente, pois enxergavam nela uma radicalidade perigosa que gerava muito mais complicações do que soluções para os problemas que afetavam a vida dos trabalhadores. Porém, paradoxalmente, em momentos de intensa organização e luta social, como no período de maior mobilização operária no Brasil (1917-1920), foram os socialistas, e não os anarquistas, que conduziram as ações – protestos, greve geral (1919), etc. – no Amazonas, diferentemente de Porto Alegre e São Paulo, por exemplo. Certamente que uma maior mobilização e um enfrentamento mais incisivo com o patronato levaram os trabalhadores a recorrerem à greve, como de fato ocorreu em 1919.

2.4.2 Os anarquistas e sua proposta de identidade operária

⁵³⁰ O CASO DO AMAZONAS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 17, 6/6/1920.

⁵³¹ SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa...* Op. Cit.

⁵³² GONÇALVES, Adelaide, SILVA, Jorge. *A imprensa libertária no Ceará, 1908-1922*. São Paulo: Imaginário, 2000.

Ao contrário dos socialistas, os anarquistas negavam o processo de luta operária pela via parlamentar, portanto, não aceitavam o processo político-eleitoral. O comportamento político a ser adotado, segundo eles, era pela via da ação direta:

Sócrates disse ont'ora: *conhece-te a ti próprio*; o Sindicato completa a máxima proclamando: *faz tu mesmo o que te diz respeito*. D'este modo o Sindicato levanta se como uma escola de vontade; o seu papel preponderante é o resultado do Quero de todos os seus membros; se, além d'isso, constitue a forma mais alta da associação, é porque as forças operarias ali estão condensadas, eficazmente convertidas pela **Ação Direta**, fôrma a mais perfeita da atividade consciente das vontades da classe proletária.⁵³³

A ação direta possui um pilar: o sindicato como resistência. Esse é visto como base fundamental a ser construída pelos trabalhadores e, ao contrário do mutualismo (já sublinhado no primeiro capítulo), na visão anarquista ele se constitui num modelo que permite ao operariado, de acordo com seus apoiadores, não “marchar a reboque dos políticos como também a de não misturar os seus interesses com os da burguezia, antes pelo contrario, bem de frente com ela e em constante oposição”.⁵³⁴ Os trabalhadores, já no interior dos seus sindicatos de resistência, sentindo-se fortes o suficiente, poderiam “desprezar a lei” e desenvolver ações de “*Luta de Classes* com a qual a *Associação Internacional dos Trabalhadores*”⁵³⁵ ia dar a formula clara e definitiva, proclamando que a **Emancipação dos Trabalhadores há-de ser obra dos próprios Trabalhadores**”, através da ação direta. Nessa visão, o sindicato se configura como uma arma eficiente para a formação política e libertária dos trabalhadores.⁵³⁶

Percebe-se na imprensa um rol de ações elencadas pelas lideranças anarquistas no Amazonas, com destaque para duas: a luta econômica e a greve revolucionária. Essa era um componente importante daquela e, em contraposição aos socialistas, era fomentada e valorizada positivamente. Há um artigo no jornal *A Lucta Social*, transcrito de um texto de

⁵³³ O SINDICATO COMO ESCOLA DE ENERGIA. *A Lucta Social*, ano I, n. 4, 1/9/1914.

⁵³⁴ Idem.

⁵³⁵ Foi uma organização fundada em Londres, no St. Martin Hall, no ano de 1864, por lideranças sindicais e ativistas diversos com o objetivo de reunir as forças sociais e os militantes dispostos a lutar a favor dos trabalhadores e das nações oprimidas. Sobre o surgimento da AIT, consultar: COGGIOLA, Osvaldo. *A Primeira Internacional e a Comuna de Paris*. *Aurora*, vol. 5, n. 8, p. 165-183, agosto de 2011.

⁵³⁶ Certamente que alguns grupos anarquistas criticavam essa ação via sindicato por propor, segundo eles, apenas melhorias de vida dentro de um sistema ainda capitalista, ofuscando a revolução almejada. Outros, como no caso dos anarquistas no Amazonas, viam a ação sindical como pedagógica e necessária para a difusão ideológica e formação política do operariado.

Emile Pouget⁵³⁷ (não é dito qual é o texto) e denominado de “A greve”, que carrega tal ação de aspectos positivos. Veja-se:

No primeiro plano dos meios da ação, o que está mais ao alcance dos trabalhadores, é a recusa de trabalhar, *a greve*. Tanto os trabalhadores organizados, como os outros teem recorrido a ella.

(...)

A greve manifesta-se como um episodio de guerra social.

É preciso notar que a apreciação dos trabalhadores sobre o valor da greve, considerada como meio revolucionário, modificou-se muito sob a influencia do sindicalismo.

A greve já não é considerado como um “mal” inevitável – um abseço que, rebentando, manifestasse abrutamente o antagonismo entre o trabalho e o capital, mas sem proveito possível e imediato para aquele. A greve sofreu uma modificação paralela e análoga a ideia da revolução. A revolução já não se considera como uma catástrofe que se deve produzir em datas próximas ou remotas; é considerada como um ato que se materializa todos os dias, graças ao esforço da classe operária em revolta, sendo a greve considerada como um dos fenômenos d’esta revolução. Por consequência, a greve já não é olhada como um “mal”, mas como um bom sintoma d’um acréscimo do espírito de revolta manifestando-se como um fenômeno de espropriação parcial do capital. Reconheceu-se que os seus resultados só podem ser favoráveis para a classe operária: sob o ponto de vista moral, há um acréscimo do espírito de luta, sob o ponto de vista material, o assalto contra um lado da sociedade capitalista, que permite uma diminuição de privilégios das classes esportadora, que se traduz por um aumento de bem-estar e de liberdade para a classe operária.

(...)

Assim a greve, pelos impulsos interiores e pelas manifestações exteriores, ultrapasse os limites corporativos e torna-se epizodio revolucionário. Além da greve, o meio tradicional de resistencia ao patronato, o operário organizado preconiza ainda a *Boicotagem, o Label e a Sabotagem*.⁵³⁸

Desta forma, a greve, segundo a referida corrente política, não produziria efeitos “contraproducentes”, pelo contrário, ela contribuiria significativamente para o “espírito de luta” dos operários e também para a “diminuição de privilégios” dos burgueses, uma vez que, a partir dessa ação, os trabalhadores conseguiriam impor as suas reivindicações visando melhores condições de vida e trabalho. Ela seria revolucionária pelo fato de promover uma “espropriação parcial do capital”, preparando pedagogicamente o operariado para o processo revolucionário. Seria em si um “epizodio revolucionário”. Evidenciando que tal percepção era difundida entre os anarquistas brasileiros da época, vale a pena citar um artigo publicado no

⁵³⁷ Emile Pouget (1860-1931) foi um militante anarquista francês que ajudou no processo de fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), na formulação do sindicalismo revolucionário e na elaboração de diversos opúsculos sobre a pertinência estratégica da Greve Geral. Sobre ele, ver, por exemplo: MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. A República radical: formação dos movimentos sociais e sindicalismo revolucionário na França (1880-1914). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, vol. 9, n. 1, p. 95-114, jan./jun. de 2016.

⁵³⁸ POUGET, Emile. A greve. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 3, 1/6/1914.

importante jornal ligado a essa tendência que circulou em São Paulo, denominado *A Plebe*, onde o caráter revolucionário da greve é igualmente sublinhado:

O operariado realiza, portanto, uma obra justiceira conquistando pela greve ou outros meios de ação direta tudo quanto lhe é extorquido, roubado legal ou ilegalmente. E não devem perder esta ocasião favorável em que os colocou o incremento do trabalho, que evita em parte a concorrência de braços. O movimento deve generalizar-se a todas as classes, alastrar-se por todo o país, afim de que as conquistas sejam mais rápidas e radicais.⁵³⁹

Além da greve, os “outros meios de ação direta” – boicote, label⁵⁴⁰ e sabotagem – eram divulgados nos jornais anarquistas. Tal incentivo causava preocupação nos setores dominantes locais que não hesitaram em operacionalizar uma gama de ameaças e repressões aos anarquistas (e é justamente aqui que os socialistas procuravam se distinguir e se distanciar deles), como mostra o texto abaixo:

Se existe nas circumscrições deste paiz colosso, uma nesga onde o operário solfra os revezes da indiffrença dos poderes, certamente essa circumscrição é o Amazonas.

O operário aggreariado era considerado “indesejável”.

As associações de classe eram fechadas pela polícia e os seus dirigentes insultados por Mario Monteiro que alem de ameaçal-os de extermínio, trancafiava-os no xadrez.⁵⁴¹

Mário do Rego Monteiro fazia parte da família Rego Monteiro que, na primeira metade da década de 1920, conseguiu se inserir nas estruturas da máquina estadual, sobretudo após o desembargador César do Rego Monteiro assumir o governo do estado. Mário se tornou, então, chefe de polícia local, atuando de forma dura e repressiva, sobretudo em relação ao movimento operário amazonense.

Porém, segundo a visão dos militantes dessa corrente política, a responsabilidade assumida pelos militantes anarquistas no processo de luta emancipatória do operariado superaria qualquer tentativa de controle e perseguição, pois essa luta possuiria um significado muito maior, de liberdade social e humana. Nesta esteira, caberia aos anarquistas identificar e se contrapor aos ditos inimigos: Igreja, Estado, militares e burgueses. Embora não se tenha observado na documentação nenhuma menção aos socialistas como inimigos, estes eram criticados à medida que defendiam ações que caminhavam por dentro da ordem vigente,

⁵³⁹ O PORQUÊ DAS GREVES. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 5, 9/7/1917.

⁵⁴⁰ É uma ação voltada para a fixação de cartazes, dizeres ou algo similar.

⁵⁴¹ A SOLIDARIEDADE DO PROLETARIADO. *A Lucta Social*. Manaus, 2º Fase, ano I, n. 7, 10/8/1924.

sobretudo no campo da democracia representativa burguesa, mas também quando buscavam organizar o operariado em associações beneficentes e, por fim, na ocasião em que comemoravam o Primeiro de Maio como festa do trabalho.

Sobre os ditos inimigos, foram frequentemente apontados ao longo das edições do jornal *A Lucta Social*, em especial através de poemas, como esse abaixo:

Vós que tendes a vida torturada
Pelo jugo mordaz da burguezia;
Vós que horrores sofreis dia por dia
Dessa turba cruel, envenenada;

Vós que a razão sentis amordaçada
Pelo grito brutal da tirania,
Tempo é já de abater a covardia
E da turba abafar a gargalhada!...

Levantai-vos do charco apodrecido!
Sejæe firmes na grande trajetória,
Reivindicae o tempo já perdido!...

Avante, ó paladinos do crisol,
Que além desvendará nossa vitória,
Através da brancura d'outro Sol!...⁵⁴²

Ou ainda como no poema em homenagem a Ferrer, elaborado por Salvaterra Júnior (aquele camarada de luta de Tércio Miranda mencionado no primeiro capítulo –p. 107):

Satânica aliança, ó bando tenebroso!
– Reis e militares, padres e burguezia,
‘Scutai a minha voz, cheia de rebeldia,
Num rugido de raiva, audaz, desrespeitoso:

– Eu sou como Ferrer um grande criminoso,
Pois ando a estudar um dia e outro dia,
A fórmula de acabar com a supremacia
Desse vosso poder, antigo, monstruoso!...

Eu escarneço as leis e odeio as catedrais;
E um dia hei-de fazer co’o fogo do meu peito
Ateado pelo amor dos modernos ideais,

Um facho a crepitar... num incêndio desfeito,
Os cétros, as prisões, fardas e tribunais,
Hei-de tomar em pó, em nome do Direito!...⁵⁴³

⁵⁴² ROCHA, Antônio. Avante! *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 4, 1/9/1914.

⁵⁴³ JUNIOR, Salvaterra. Ferrer... *Istoria Simples. A Lucta Social*. Manaus, ano I, n.3, 1/06/1914.

Mas também tais inimigos são nomeados em artigos que buscavam realizar análises sobre a situação social dos trabalhadores e as possibilidades de modificá-las, e ainda em frases que apareciam na condição de “palavras de ordem” no final de algumas colunas dos números publicados, como essa a seguir:

A religião é aliada natural do rico...
 Quem dis Egreja dirá sempre capitalismo (...), adoração, sustento de qualquer classe (...) sanguessugas dos trabalhadores.⁵⁴⁴

Havia o esforço, por meio do jornal *A Lucta Social*, de construção de uma identidade política operária em contraposição àqueles que eram vistos como inimigos. Ao lado dessa diferenciação, a instrução emerge como um mecanismo que, para além do conhecimento técnico voltado ao progresso e/ou de ascensão social do operariado, permitiria uma emancipação humana plena. Na visão anarquista, a educação não era somente a libertação dos trabalhadores do jugo do capital, mas também uma libertação humana, simbolizada na metáfora da luz dissipando as trevas, como é possível verificar no poema de Virgílio de Sá publicado no impresso anarquista em 1914:

O insólito bater, da tétrica nortada
 Nos vitraes da varanda, encanecida de annos,
 Lembrou a cortezã a canalha esfaimada,
 Quando se insubordina, a insuflar seus damnos.

Temendo, receiosa e em rasgo de excitada,
 Aos celureos clarões e aos s'tampidos profanos,
 Uma janella abrio, por onde a trovoada,
 Lança um feixe de luz, a desmanchar-lhe enganos.

- O coração tranquilo, a alma são e pura,
 - Cheio de amor, justiça e duma grande fé...
 - Ouve da tempestade, os echos da Razão!

- E um peito aquilatado, ao ódio e d'alma impura
 - Se é escravo da injustiça, eu mesmo, creio até...
 - Veja – na dôce briza, um grande furacão.⁵⁴⁵

A luz (Razão) eliminando as trevas (ignorância) seria condição *sine qua non* para se estabelecer uma mudança social profunda. Não é à toa que a imprensa anarquista no Amazonas, como também em outras regiões do Brasil, alardeava insistentemente a

⁵⁴⁴ *A LUCTA SOCIAL*. Manaus, ano I, n. 6, 1/9/1914.

⁵⁴⁵ SÁ, Virgílio de. O mêdo da sombra. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 3, 1/6/1914.

importância da educação. Considerando, de forma geral, os anarquistas no Brasil, Valladares apontou que:

A preocupação singular, e até obsessiva, pela educação deve-se ao fato de que a ação pedagógica era vista como um dos instrumentos fundamentais para a efetivação da ação direta. O analfabetismo generalizado entre os trabalhadores dificultava a divulgação das ideias ácratas nas camadas trabalhadoras. Em muitas ocasiões as vanguardas anarquistas responsabilizavam a pouca instrução escolar pela fraca atuação dos trabalhadores no processo das lutas sociais. Por isso, a ênfase dada à disseminação da instrução como fundamental para a ampliação do movimento operário.⁵⁴⁶

De qualquer forma, aqui se encontra um significado particular de instrução. Diferentemente do sentido de inserção política atribuído pelos socialistas a essa prática (aprender para poder votar), os anarquistas viam-na como algo fundamental para transformar a consciência humana, criar novos parâmetros comportamentais, sobretudo baseados na ação direta, e contribuir à emancipação e preparação humana para viver no que seria a futura sociedade ácrata:

A educação só poderia estar inserida no bojo de um projeto revolucionário de ruptura social. A proposta de Revolução Social implicava negação das instituições criadas pela burguesia e seus aliados. A invenção de uma sociedade de homens livres não podia estar alicerçada nas fundações do mundo que se pretendia destruir.⁵⁴⁷

Dá a distinção em relação aos socialistas, os quais buscavam inserir o operariado no bojo “das fundações” políticas do jogo burguês. Assim, com esses ideais em mente, os anarquistas no Amazonas intentaram difundir seus projetos políticos e sociais em espaços amplos, como os das associações, das escolas e dos centros de estudos:

Necessitamos acabar com a escravidão, preparando a nossa mentalidade com conhecimentos intelectuaes, tanto em conferencias como em palestras, bibliothecas, e ainda nas escolas práticas, naturaes e racionalistas. O homem trabalhador deve precaver-se contra os impropérios da vida, reconhecendo o dever de se associar, procurando estudar os phenomenos da vida quer de escravo ou servo, como ainda na constituição do futuro. É para a grandeza do dia de amanhã, que o homem deve preparar o seu cérebro, educando-se para uma sociedade nova, em que o princípio é a

⁵⁴⁶ VALLADARES, Eduardo. A educação anarquista na República Velha. *Verve*, n. 7, p. 154, 2005.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, p. 159.

moralidade e o respeito recíproco, e o conjuncto a Fraternidade e a Igualdade.⁵⁴⁸

Portanto, para os anarquistas do jornal *A Lucta Social*, a instrução se daria nas associações, nas escolas e nos centros criados para a prática de palestras, conferências e, principalmente, de aulas no âmbito do que era denominado de escola racionalista.⁵⁴⁹ A finalidade, como já se apontou, era de construir um novo comportamento humano visando uma nova sociedade: humana, justa, igual e fraterna.

No Amazonas, o anarquismo, ao que parece, não teve uma presença constante e forte ao longo da Primeira República, como ocorreu, entre outros, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. No referido estado, a perspectiva hegemônica que influenciou as lideranças operárias locais foi o socialismo/reformismo. A emergência do anarquismo, na vertente do sindicalismo revolucionário, deu-se, como foi visto, com a chegada, nos trópicos, do nosso já conhecido Tércio Miranda, que, seguramente, com seu envolvimento com essa perspectiva e sua experiência de luta anterior (em Portugal), contribuiu sobremaneira para a propagação de tal ideário no Amazonas. Sendo assim, o momento de destaque do anarquismo na região foi entre os anos de 1913 e 1915, que, não coincidentemente, é praticamente o tempo de permanência de Miranda no Amazonas.

Além disso, em alguns momentos, como em 1924, numa espécie de nova emergência do anarquismo na região, fruto da movimentação dos camaradas que estiveram anteriormente com Tércio Miranda, ocorreu uma aproximação desses com os tenentes que haviam promovido uma rebelião em Manaus, demonstrando aquilo que Tiago Bernardon de Oliveira sublinhou, ou seja, que não se pode pensar nesses grupos orientando-se, de forma rígida, pelos seus aspectos políticos e ideológicos (sua “doutrina” política) apenas, mas, principalmente, deve-se levar em consideração as conjunturas e as circunstâncias nas quais eles atuaram e, acima de tudo, o campo de possibilidades que se apresenta e que vai conformar determinadas ações, como essa aliança feita com os militares no Amazonas e o uso das estruturas do Estado, dois dos elementos tidos como “inimigos” dos anarquistas.

O contexto econômico e político explica isso. Economicamente estava então em curso um processo de decadência do principal produto da região, o látex. No campo político, a

⁵⁴⁸ APPELLO AOS TRABALHADORES DE MANAÓS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 1, 29/3/1914.

⁵⁴⁹ Desenvolvida pelo catalão Francisco Ferrer, a Escola Moderna de Barcelona, fundada em 1901, seria o modelo de escola racionalista a ser mencionado e difundido nos meios anarquistas brasileiros. Ela se caracterizava pelo ensino racionalista, exclusivamente das “ciências positivas”, as únicas “capazes de apontar em direção à liberdade e ao desenvolvimento. O ideário pedagógico tinha como principais eixos a valorização da Ciência, da Liberdade e da Solidariedade”. Ver: VALLADARES, Eduardo. *A educação anarquista na República Velha...* Op. Cit., p. 170.

gestão do Desembargador César do Rego Monteiro foi marcada por privilégios à sua família, corrupção e perseguição, gerando um sentimento de insatisfação e revolta. Os tenentes, que foram deportados para Manaus por terem participado do movimento de 1922 (Revolta do Forte Militar de Copacabana), chegaram nesse clima tenso. O resultado foi uma Rebelião, em articulação com o movimento de outros estados, que ocorreu no dia 23 de julho de 1924 e resultou na deposição do governador em exercício Turiano Meira (Rego Monteiro estava em viagem pela Europa), assumindo o poder o tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior. Foi nesse contexto que os anarquistas apoiaram e aderiram ao movimento dos militares, não obstante suas diferenças com esses últimos, provavelmente vendo em tal ação uma forma de fazer avançar o caminho rumo à revolução e à sociedade ácrata.

Diferentemente dos socialistas e anarquistas, os colaboracionistas que gravitavam em torno do jornal *Tribuna do Caixeiro* construíram um projeto de identidade específico, como se verá a seguir.

2.4.3 Os colaboracionistas e a construção de sua identidade

Com relação aos colaboracionistas, considerar-se-ão aqui as mesmas questões que pautaram a análise do processo de elaboração dos projetos de identidade operária dos grupos anteriores – o regime republicano, a ação e o comportamento político. Desta forma, quanto ao primeiro ponto, a aceitação do novo regime era notória. Não havia, por parte dos militantes desse grupo, nenhum tipo de questionamento que o colocasse em cheque⁵⁵⁰, nem se vislumbrava uma nova sociedade futura radicalmente diferente, como os anarquistas, por exemplo. Por dentro da lei e da ordem, configuradas pelo regime implantado no país em 1889, as lideranças dos empregados no comércio procuravam pautar sua postura política.

Neste cenário, as suas ações se davam fundamentalmente por meio de pressões morais, constantemente exercidas sobre as autoridades constituídas e o patronato, com o intuito de defender os seus interesses específicos de classe, como o descanso dominical, as oito horas de trabalho e o fechamento das portas do comércio às 6 horas da tarde. Isso fica bastante evidente nos artigos que versavam sobre uma das principais aspirações dos caixeiros amazonenses: o descanso dominical. Em um desses textos, logo no início, é sublinhada a importância do trabalho do caixeiro para o avanço comercial regional, principalmente pelo

⁵⁵⁰ Somente num primeiro momento, quando da queda da Monarquia e da emergência da República, no jornal *O Restaurador* (1890), como se destacou no primeiro capítulo, é que se deixou entrever, até mesmo pelo título, a indicação de uma posição política favorável à Monarquia. Entretanto, tal postura não prosperou. Posteriormente, no jornal *Tribuna do Caixeiro* (1908-1909), isso não era mais nem lembrado.

fato dele cumprir com as suas obrigações e os seus deveres em prol da prosperidade da região e da nação. Porém, seria necessário romper o silêncio, que só permanecia em virtude da “prudência” com que a categoria queria “pautar” os seus “designios”, e discutir acerca do descanso dominical:

O alvitre mais acertado que se nos oferece de encontrarmos a alavanca resistente para deitar por terra os obstáculos que se erguem diante de nós, é procurarmos conquistar o coração de nossos patrões com exemplos empolgantes de constância e probidade, pondo encanto na mais afervorada das labutas, cumprindo, em summa, á risca os nossos deveres.

Por este caminho podemos afirmar, alcançaremos a meta de nossos desejos, conseguindo associar a nossa causa a bôa vontade de nossos patrões que, de certo, não irão por dificuldades em conceder-nos a maior aspiração do caixeiro no Amazonas – “O descanço dominical”.

(...)

Se queremos o descanço dominical é porque se nos impõe a necessidade palpitante de entregarmo-nos um dia na semana em que descançamos materialmente, aos trabalhos fecundos da inteligência, preparando o nosso espírito para encarar com serenidade todos os acontecimentos que venham por ventura, impedir a realização de nossos desejos completamente harmoniosos com o desenvolvimento moral e material de uma classe que tudo conseguiria se uma orientação sadia unisse-a indissolúvelmente.

(...)

Nós, porém, queremos o descanço dominical e sem que essa vontade seja apenas uma vaidade filha da nossa phantasia, empregaremos para conseguilo os meios irresistíveis da força do nosso querer, fazendo com que a nossa palavra penetre no coração de nossos patrões com a efficacia de uma persuasão.⁵⁵¹

Um primeiro aspecto a se considerar nesta luta pelo descanso dominical é a tentativa de se arrebatam o “coração” dos patrões, levando-os a apoiar e viabilizar tal reivindicação, o que se daria por intermédio de um conjunto de ações que pudesse promover o reconhecimento do trabalho dos empregados no comércio e da necessidade, inadiável, de um desenvolvimento moral e material da classe. É justamente em torno desses dois elementos que as lideranças operárias realizavam as pressões morais sobre o patronato, mas também sobre o poder público, como aponta o exemplo abaixo:

Dilatando as nossas apreciações sobre o magno assumpto que nos está prendendo a atenção, temos esperança de conseguir ver realizada esta justíssima e natural aspiração do caixeiro no Amazonas, sem empregarmos n’essa conquista, outra arma que não seja a da persuasão filha da fé com que defendemos o nosso direito e a nossa liberdade.

(...)

⁵⁵¹ DESCANÇO DOMINICAL. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 5, 17/5/1908.

Estamos quasi convencidos de que alcançaremos pela força suasiva da palavra o que outros só o têm conseguido a poder de esforços e sacrifícios inauditos.

(...)

O caixeiro, precisa trabalhar para angariar a confiança e amizade de seu patrão, mas o trabalho deve ter limite e methodo para evitar que o empregado, exausto por um lidar continuo, sem tregoa, cause ao patrão o descontentamento de o ver afastar-se abatido pelo excesso da lucta, deixando muitas vezes na casa onde trabalhara um vácuo só a custo preenchido com manifesto desgosto da frequencia que já se habituara aos tratos daquelle que partira.

Não queremos, todavia, o descanso dominical, só pelos efeitos de salutar hygiene restauradora das forças gastas em toda uma semana de fatigante trabalho; queremos-lo ainda e talvez mais por isso, para aperfeiçoar o nosso espírito afim de prepararmos num futuro que não será talvez remoto, a fileira que tem de combater os ataques audaciosos do despotismo que porventura nos venha de futuro assoberbar.

Sendo evidente a nossa precavida intenção, temos a eneffavel esperança de ver associados a nossa causa aquelles em beneficio de cujos successores nos é dado a trabalhar, tornando desnecessária a intervenção da Superintendência para execução de uma lei que todos deveriam acatar pelo facto de sua existência.

Se, porem, as nossas largas ponderações não moverem o animo de nossos patrões a nos facultarem o descanso dominical, não nos deixemos ainda empolgar pelo desalento resultante da imprevista derrota e procuremos no infortúnio que a todos irmana, novas forças para a continuação da lucta.

E se a impotência de qualquer outro meio nos vedar o caminho da victoria, appellemos para aquelle cuja efficacia é segura, uma vez que tenhamos de nosso lado a bôa vontade do exm. sr. superintendente municipal que sem duvida, recto como soa ser, não negará o seu apoio a execução de uma lei que traduz as aspirações de uma classe laboriosa, fiadora da prosperidade desta terra talhada a conquistar o primeiro plano n'esta immensa pátria brasileira.⁵⁵²

Além de reforçar a postura política de conquistar as mentes e os corações dos patrões pela via da persuasão, utilizando para esse *desideratum* um discurso formulado a partir de elementos de um cotidiano de trabalho duro e exaustivo, da necessidade de restaurar as forças físicas para o enfrentamento de uma nova semana de atividades no comércio e de um espaço de tempo para cultivar o espírito através da instrução, o poder público municipal não era descartado do horizonte dessas lideranças, colocando-se, após o diálogo com o patrão, e quase como uma velada ameaça, como um espaço onde se poderia resolver, pela lei, tal questão.

O artigo deixa entrever que existia uma lei municipal⁵⁵³ que não era executada. Não obstante, o primeiro passo dado era em direção ao patronato, para que ele fosse convencido a observá-la, atendendo, assim, a solicitação da militância dos empregados no comércio. Caso

⁵⁵² DESCANÇO DOMINICAL. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 6, 31/5/1908.

⁵⁵³ Apesar do nosso esforço, não se conseguiu encontrar essa legislação nos documentos pesquisados. Mas o jornal *Tribuna do Caixeiro* aponta diversas vezes a sua existência.

tal diálogo não fosse frutífero, então se recorreria ao poder público municipal, na pessoa do superintendente, para exigir o cumprimento da referida legislação.

O diálogo com os patrões girava em torno daquilo que era tomado como o interesse de ambos e que estava direcionado, é claro, à dinâmica comercial (compras, vendas, lucro...). Os caixeiros militantes procuraram estabelecer o que denominavam de “interesses da classe commercial”⁵⁵⁴, num claro processo de construir um “bloco de interesse comercial” que absorvesse as suas demandas, em especial o fechamento das portas às 6 horas da tarde e o descanso dominical. Mas o patronato se dividia sobre essa ideia e alguns se posicionavam contra ela, sendo tal parcela fortemente criticada na imprensa direcionada aos caixeiros:

Sem embargo de procurarmos manter inalterável a cadeia de solidariedade abraçando patrões e caixeiros em perfeita harmonia de pensamento na defesa intransigente dos interesses da classe commercial, somos, todavia, informados que commerciantes há em Manaós que, completamente destituídos dos verdadeiros sentimentos de equidade e justiça, dão largas a manifestações hostis á causa que patrocinamos.

São, porém, felizmente em número mesquinho, bastando um sopro da justiça, para arrojalos submissos e pusillamines ao barathro onde se afundam os inferiores e os nullos.

A nossa idéa conquista a maioria de nossos patrões e esperamos vê-la effectivamente realisada, antes que a nação se manifeste com a efficacia de uma lei, a favor de um princípio que estaria arraigado no coração do povo, si não fosse a ganancia esfaimada do lucro, obliterando a consciência de alguns aventureiros que só pensam em se locupletar, a despeito de tudo e de todos, indifferentes ao progresso material e moral desta terra que os recebem carinhosamente e que bem merecia como justa e rasoável recompensa um pouco do seu concurso afim de torna-la cada vez mais apta a maior sonma de benefícios espalhar.

Posto que o número daqueles em quem póde servir a carapuça seja inferior, sentimos, comtudo, a necessidade de afasta-los da arena, pois, o menor obstáculo pode perturbar a marcha evolutiva dos acontecimentos.⁵⁵⁵

Nota-se que os patrões que se colocavam contrários a essa ideia eram criticados moralmente como gananciosos, injustos, mesquinhos e inferiores. Além disso, avista-se uma tentativa de assumir uma posição de vanguarda frente a essa questão do descanso dominical que, como é sabido, era uma luta dos caixeiros da praça comercial de Manaus, mas também

⁵⁵⁴ Estes interesses podem ser traduzidos da seguinte forma: os empregados do comércio tinham que ser fiéis aos seus patrões, sendo honestos e se dedicando ao trabalho. Por outro lado, os patrões, reconhecendo essa fidelidade e honestidade, deveriam atender aos seus pedidos, concedendo-lhes, por exemplo, uma jornada de trabalho menor (fechamento das portas às 6 horas da tarde) para que pudessem se instruir em prol de si próprio, do seu patrão – pois trabalhariam melhor e seriam mais produtivos – e do comércio em geral. Era uma espécie de colaboração de classes, onde o fim último seria o desenvolvimento do comércio.

⁵⁵⁵ DESCANÇO DOMINICAL. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 7, 31/5/1908.

do Rio de Janeiro⁵⁵⁶, de Juiz de Fora⁵⁵⁷, de Maceió⁵⁵⁸, entre outros lugares, ou seja, uma luta de âmbito nacional.

De variadas regiões, os caixeiros se conectavam e traçavam suas solicitações às autoridades constituídas, como ocorreu num telegrama enviado pela Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas ao deputado federal amazonense, Jorge de Moraes, solicitando que esse apresentasse um projeto de lei na Câmara Federal assegurando o descanso dominical a nível nacional. Para isso, a diretoria da referida associação “resolveu mais pedir o auxílio de todas as associações congêneres para este tentamen, e nesse sentido, expede por esta mesma mala officios a ellas dirigidos, que estamos certos, merecerão de seus corpos dirigentes uma immediata intervenção”.⁵⁵⁹

Este diálogo, juntamente com as pressões morais que vimos destacando, era estabelecido não somente com as autoridades constituídas, nos variados níveis governamentais, nacional, estadual e municipal, mas, sobretudo, com o patronato, o que aparece nos artigos referentes ao fechamento das portas às 6 horas da tarde.

O tema passou a compor a pauta de reivindicações dos caixeiros a partir de uma reunião ocorrida no interior da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas, após um membro da diretoria lançá-lo como proposta e essa ter sido aprovada pelo conjunto dos sócios presentes. Em seguida, foi montada uma comissão com o objetivo de entregar o documento que solicitava o fechamento das portas do comércio às 6 horas da tarde ao presidente da Associação Comercial do Amazonas (organismo patronal), W. Scholz, o qual, segundo o *Tribuna do Caixeiro*, “foi para com essa comissão d’uma gentileza captivante, assegurando o seu auxílio a tão justa pretensão, e respondendo levar a pedido a reunião da Directoria de que faz parte”.⁵⁶⁰ Após alguns dias, a diretoria da Associação dos Empregados do Comércio recebeu um ofício informando que havia sido marcada uma reunião, às 8 horas da manhã do dia 30 de agosto, na sede da Associação Comercial do Amazonas, para discutir o tema em questão.

⁵⁵⁶ POPINIGIS, Fabiane. *Trabalhadores e patuscos: os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912)*. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, São Paulo, 1998.

⁵⁵⁷ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *A campanha dos empregados no comércio de Juiz de Fora pela Regulamentação do descanso hebdomadário (1880-1905)*. *Anais ANPUH - XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo, 2007.

⁵⁵⁸ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros...* Op. Cit.

⁵⁵⁹ A LEI FEDERAL DO DESCANÇO DOMINICAL. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 19, 27/8/1908.

⁵⁶⁰ O FECHAMENTO DAS PORTAS ÀS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 20, 30/8/1908.

Na reunião, José Jorge Vieira, um dos membros da comissão, ficou responsável por apresentar o “pedido que o caixeiro fazia a seu patrão”.⁵⁶¹ Depois de mencionar a importância do empregado do comércio e de reprovar a atitude de patrões prepotentes e “dispensadores da lei” do descanso dominical, enfatizou que os caixeiros estavam preocupados com o futuro, com o “desenvolvimento progressivo” da humanidade:

O caixeiro de Manaós, olhando através do dia de amanhã, divisa ante a sua vida anciosa, a estrella fulgurante de um futuro que elle anticipadamente prepara, pela constância no trabalho, pela honestidade nas acções e pela instrucção intellectual que é incontestavelmente a maior força em que se apoia, para chegar a meta de seus desejos.

Como nos poderemos, porém, instruir se vivemos aloujados a um trabalho infecundo durante 15 horas por dia, sem nos deixar vagar senão para descançarmos desse labor insensato, que bestifica o indivíduo, matando-lhe no berço todas as energias?

É tempo, senhores de expurgar o nosso meio, do carrancismo que tudo invade para desprestigiar as opiniões que se levantam como o fim nobre e generoso de quebrar essa cadeia de ignominioso Hótismo em que se conserva o caixeiro no Amazonas.

O caixeiro precisa instruir-se para se tornar de futuro o commerciante capaz de resolver com accerto todas as questões que surgem na vida commercial: e é esta instrucção que vimos reclamar, senhores, partindo desse princípio harmônico que regula a vida do indivíduo na sociedade.

O commerciante retalhista que conserva suas portas abertas até nove e dez horas da noite, priva, ao seu empregado de desenvolver as suas faculdades intellectuaes, contribuindo dest’arte para o aniquilamento moral de um indivíduo bruto, que lapidado, poderia ser mais tarde o seu digno sucessor.

Hoje que existe em Manaós uma Associação de Empregados cujo fim capital é disseminar a instrucção, em aulas noturnas, entre os seus associados, torna-se mais que justo, inadiável, que o commercio em geral termine a sua lida as seis horas da tarde, dando margem a que o auxiliar trabalhador e honesto, receba nas aulas da Associação, (essa fonte benéfica de amor), em haustos vivificantes, o jorro de luz, que é para assim dizer o balsamo divino que lhe fortalece o organismo, preparando-o para vencer todos os obstáculos que se antepõem a nossa marcha pela estrada aberta diante da nossa vista deslumbrada.

(...)

Se o commercio suppõe prejudicar-se com poupar ao seu empregado duas ou três horas de trabalho nocturno, quasi sempre improfícuo, lembramos que um empregado instruído vale mais que dois ignorantes...⁵⁶²

Alguns aspectos se sobressaem da fala de José Jorge Vieira na sede da ACA. O primeiro deles tem relação com a noção do “bom operário” – trabalhador, cumpridor dos seus deveres e honesto – já evidenciada anteriormente. O segundo sinaliza para as condições de trabalho do caixeiro, ou seja, altas jornadas de trabalho e exaustão. O último aspecto diz

⁵⁶¹ O FECHAMENTO DAS PORTAS ÀS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 21, 6/9/1908.

⁵⁶² Idem.

respeito à instrução, tida principalmente como um instrumento essencial de ascensão social, oferecida pela AECA, a qual teria assumido tal responsabilidade de ofertar aulas noturnas para que os empregados no comércio pudessem receber esse “jorro de luz”, o que deixa entrever também a imprescindível existência da associação e de suas ações. Para essas lideranças colaboracionistas, a instrução assumiu um significado peculiar: o de ascensão social no interior da atividade comercial (portanto, diferente dos sentidos atribuídos à prática educacional por socialistas e anarquistas). E, neste interim, ela foi utilizada, como é possível captar, como justificativa para uma diminuição da jornada de trabalho. Neste processo, apareceu outra questão que remonta ao quadro mais geral analisado no segundo tópico deste capítulo, qual seja: a vadiagem.

Ao sugerir o fechamento das portas do comércio às 6 horas da tarde, Vieira, representando a associação e seus trabalhadores, não hesitou em externar de antemão uma preocupação relacionada ao uso do tempo destinado à instrução, ou seja, a efetiva ida dos empregados à escola da associação e não a outro lugar, como, por exemplo, ao botequim e/ou aos locais onde se realizavam jogos de azar:

Ninguém poderá sophismar que o empregado em vez de procurar na Associação receber a instrução necessária ao alimento do espírito, vai deixar nos prazeres mundanos o resto das energias, definhando a matéria. Não duvidamos que tal aconteça, em parte, com alguns, mas é aqui que começa a nossa missão, de conduzi-los pelos meios mais suasivos de benéfica propaganda, ao nosso grêmio, onde a atracção irresistível da convivência instructiva, vencerá as ephemeras seducções de divertimentos que cançam e enfastiam.⁵⁶³

Avista-se, certamente, que um dos caminhos de uma contra-resposta do patronato à solicitação em tela poderia ser justamente a do mau uso desse “tempo livre”. Basta olhar a *Revista da Associação Comercial do Amazonas* para observar que, em geral, nela os trabalhadores locais eram retratados como preguiçosos, indolentes e pouco afeitos ao trabalho disciplinado. E, nesse caso da instrução, isso fica bem evidente, sobretudo quando a Associação Comercial externou sua posição no tocante às aulas noturnas, parindo um alerta a partir da afirmação de que “nesse tempo disponível” os trabalhadores se entregariam aos “prazeres mundanos em vez de frequentar as aulas” e que a missão da AECA já começaria por aí, “tratando de indicar o verdadeiro caminho, incitando a todos o cumprimento dos seus deveres”.⁵⁶⁴

⁵⁶³ Idem.

⁵⁶⁴ *Ata de reunião da Associação Comercial do Amazonas*. Manaus, 31/8/1908.

O esforço dos militantes que estavam por traz do jornal *Tribuna do Caixeiro* se direcionava pontualmente para evitar esse rótulo, por intermédio da constante afirmação de que os empregados no comércio eram trabalhadores honestos e cumpridores de seus deveres. E mais, que necessitavam de tempo para se dedicar à instrução, essencial para a qualidade no trabalho, com avanços tanto para o patrão quanto para o próprio empregado.

Portanto, como se pode verificar, tanto o descanso dominical quanto o fechamento das portas às 18 horas foram atrelados à questão da instrução e esse conjunto de propostas, ao trabalho qualificado no comércio. Isto, segundo a militância, produziria um empregado melhor, pois ele desenvolveria suas atividades de forma mais correta e produtiva, e um patrão satisfeito, uma vez que o trabalhador mais produtivo daria também maiores lucros.

Na reunião entre os representantes da AECA e da ACA, foi deliberado pelos presentes o desejo em atender a solicitação do fechamento das portas às 6 horas da tarde. A entidade patronal nomeou uma comissão para que elaborasse um documento que seria assinado pelos comerciantes locais com a finalidade de formalizar tal questão. Em seguida, conforme a proposta, haveria a criação, pela Intendência Municipal, de uma lei específica regulando a situação. Nos números subsequentes do *Tribuna do Caixeiro*, esse ponto do fechamento das portas no fim da tarde continuou em cena e, junto com ele, a defesa de três outras posturas: louvar a atitude dos patrões, exigir a criação da lei municipal para regulamentar a questão e cobrar a presença dos caixeiros nas escolas para receber a instrução. A citação abaixo é emblemática com relação a isso:

Em seu final deprende-se que o fechamento das portas às 6 horas para os retalhistas terá começo uma vez que a Intendencia Municipal vote uma lei regulando esta medida generosa partida da abnegação dos commerciantes retalhistas.

Neste sentido, prepara-se cuidadosamente um memorial para ser em tempo apresentado aquella repartição, que estamos certo será solicita em concorrer urgentemente para o ultimatum de um ideal tão altruísta e que vem attestar tão claramente a posição bemfeitora que tem tomado solidariamente os commerciantes retalhistas, sobre os seus empregados.

Não nos cançaremos dessas columnas de louvar a solitudine com que foi attendido o pedido do caixeiro, que quer se libertar da ignorância em que vive, sem poder dispor de horas para seu estudo, mas daqui também teremos palavras de reprovação para estes por quem hoje trabalhamos, si amanhã, esquecendo-se de aproveitar condignamente as regalias que lhes são concedidas, as forem desperdiçar sem proveito para seu espírito e em prejuízo para a sua conducta.

Contaremos emfim, sempre com a amizade e justiça desses com quem convivemos quotidianamente: os nossos patrões.⁵⁶⁵

⁵⁶⁵ O FECHAMENTO DAS PORTAS ÀS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 23, 20/9/1908.

Certamente que nem todos os patrões concordavam com esta proposta, o que faz transparecer os diferentes interesses em jogo no seio do patronato, que não pode, assim como os trabalhadores, ser observado como um “bloco homogêneo”, único. Neste ponto, as divergências sobre tal aspecto podem ser constatadas numa nota do jornal *Amazonas*, onde se destacou que o fechamento do comércio às 6 horas da tarde iria acabar com o movimento e a alegria noturna.⁵⁶⁶ Era um claro questionamento ao assunto. Portanto, embora os militantes tivessem conseguido que a lei municipal sobre o tema fosse aprovada⁵⁶⁷, isso não eliminou os conflitos com uma parcela do patronato:

O commerciante retalhista não consentirá de certo que aqui, lá fora em qualquer parte enfim se lance em rosto como exemplo de infamante proceder esse facto que a ignorância de meia dúzia de carrancas e caprichosos quer tornar em ignominia, único labeo que lhes assenta na feição dupla que elles, os incautos e os nescios, tomaram nessa questão.⁵⁶⁸

Esta fração do patronato – ligada ao grande comércio – colocou-se contrária à lei que havia sido aprovada e que obrigava o fechamento das portas do comércio às 6 horas da tarde. Um desses patrões, Domingos de Mattos, expressou-se pela revogação da regulamentação, assim como José do Rosário, o qual, segundo o *Tribuna do Caixeiro*, foi o principal articulador do movimento de protesto contra a legislação em tela. Ambos queriam uma nova legislação que indicasse o fechamento do comércio de junho a novembro às 8 horas e de dezembro a maio às 9 horas.⁵⁶⁹ Entre discursos a favor e contra a lei em vigor, foi decidido, por votação, que essa não seria alvo de pedidos de revogação e/ou modificações em seu texto.

No entanto, a sua aplicação ainda carecia de êxito. Consoante a folha operária, a “maioria dos empregados por ella favorecidos, continua agrilhoadas ao terrível balcão que esteriliza e mata todas as aspirações intellectuaes” por aqueles patrões que, “sem motivos

⁵⁶⁶ A NOSSA EDUCAÇÃO. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 26, 11/10/1908.

⁵⁶⁷ Lei Municipal n. 529, de 2 de dezembro de 1908. No entanto, como estamos vendo, essa lei foi alvo de críticas por parte de uma parcela de comerciantes que, por questionamentos e pressões, conseguiu mudar o seu teor para o fechamento das portas aos domingos depois das 12h e, em alguns momentos, revogar toda a lei, assegurando as portas abertas ao longo de toda a jornada dominical. Cabe salientar, como afirmou Moura, que essa era uma luta constante dos caixeiros: garantir a lei e fiscalizar sua aplicação. MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros...* Op. Cit., p. 126-133.

⁵⁶⁸ PELA CLASSE. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 38, 17/1/1909.

⁵⁶⁹ O FECHAMENTO DAS PORTAS ÀS 6 HORAS DA TARDE – MAIS UMA VICTORIA. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 38, 17/1/1909.

justificáveis, votam aos caixeiros uma ogeriza atávica, filha da própria ignorância”.⁵⁷⁰ E continuou pedindo fé e esperança para que a vitória fosse fatal, alertando:

E d’aqui desta TRIBUNA pela qual somente fazemos a nossa propaganda, evangelizando com fé debaixo da nossa inteira responsabilidade, jamais nos afastaremos da norma de conducta que nos traçamos, convencendo pela força onnipotente da razão e do direito, afastando os empecilhos que se anteponhém a nossa masrcha triunphante em demanda do progresso. Somos forçados a voltar a este assumpto, já por tantas vezes debatido, porque deparamos na *Notícia* de 4 deste um artigo assignado “Argus”, em que se contem conceitos com os quaes não concordamos. Se porventura os fiscaes não cumprem religiosamente as ordens emanadas da Superintendência, estamos certos, que o sr. Superintendente, cumpridor como sóe ser de seus deveres, saberá cohibir taes abusos, não consentindo que se relaxe uma lei que vem favorecer a instrucção de uma classe que é no futuro a fiadora, incontestável do progresso desta terra.⁵⁷¹

Percebe-se, novamente, a afirmação de uma conduta específica que se distanciava tanto dos socialistas, pois não havia por parte da militância dos caixeiros qualquer tentativa de fundar um partido operário e, a partir daí, lançar candidatos ao parlamento para que pudessem propor leis que beneficiassem a categoria, quanto dos anarquistas, uma vez que não concordavam com a ação direta e/ou a greve geral revolucionária. Tal conduta buscava a elaboração de leis que melhorassem as condições de vida e trabalho dos empregados do comércio, porém isso se dava através dos contatos e diálogos que procuravam estabelecer com as autoridades constituídas e, principalmente, por intermédio de pressões morais e afetivas junto aos patrões, como se viu.

Cabe enfatizar, neste sentido, que as lideranças dos empregados no comércio buscavam estabelecer laços com personalidades políticas tradicionais – membros do parlamento municipal e estadual, assim como governador e superintendente –, patronato e demais grupos abastados com a finalidade de tê-los como referência e exemplo de ascensão social. A posição moderada, o diálogo e as “bajulações”, que podem ser vistas no seu jornal, fazem parte dos componentes que vão forjar um projeto de identidade específico para o caixeiro do Amazonas. Com relação ao patronato, pode-se falar de um paternalismo aceito e até mesmo clamado pelos militantes em tela. Tal projeto de identidade, portanto, ao contrário daqueles examinados nas seções anteriores, tinha como “outros” não a burguesia em si, mas somente alguns de seus setores (os que, por ignorância ou mesquinha, não aceitavam as

⁵⁷⁰ O FECHAMENTO DE PORTAS ÀS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 45, 7/3/1909.

⁵⁷¹ Idem.

reivindicações dos caixeiros), além dos “vadios” e dos setores do operariado organizado, os quais, ao contrário dos “ordeiros” colaboracionistas, apostavam no enfrentamento e na ruptura social.

Neste capítulo, buscou-se mostrar que, apesar dos elementos comuns presentes no processo de construção de uma proposta de identidade geral aos trabalhadores – cujos componentes principais são a valorização do trabalho e do trabalhador e a imagem do “bom operário”, que incluía a defesa de uma “conduta digna e honrada” –, as variadas lideranças desenharam, a partir desse substrato e de seus pertencimentos ideológicos, diferenciações que tornaram tal projeto plural, ou seja, em que pese a base comum existente, tais correntes produziram projetos de identidade diferentes entre si que entraram em disputa no interior do mundo do trabalho no Amazonas, principalmente de seus setores organizados (como também em outros lugares do Brasil e do mundo).

Neste quadro, a associação e a instrução, embora também se insiram em uma matriz comum a todos os militantes, ou seja, a exigência de que o trabalhador frequentasse a sua associação, desenvolvendo, no interior dela, a união e a solidariedade de classe, e buscasse a instrução com vistas ao seu avanço material e moral (e de seu grupo), o peso maior dado a um ou a outro aspecto nesses campos produziram diferenças.

No caso da associação, os socialistas e os colaboracionistas aceitavam as entidades mutualistas e/ou sindicatos, ou ambos ao mesmo tempo, distinguindo-se dos anarquistas, por exemplo, que condenavam as primeiras e se esforçavam por difundir os “sindicatos de resistência”. Da mesma forma com a instrução, os primeiros, para além do significado geral de emancipação do operariado, a viam como instrumento de inserção política. Já os anarquistas a encaravam como um elemento de formação libertária ampla e, ao mesmo tempo, como base para a construção de uma sociedade futura liberta da exploração. Os colaboracionistas, por sua vez, a utilizavam como um instrumento de ascensão social no âmbito do comércio.

Assim, em que pese o caráter relativamente arbitrário de qualquer esquema explicativo, pode-se pontuar os seguintes projetos de identidade voltados para os operários do Amazonas (observando a matriz comum acima acentuada, somam-se as diferenças abaixo):

- a) As lideranças socialistas promoveram a elaboração de um projeto de identidade onde o trabalhador seria aquele que frequentava pontual e assiduamente o seu

sindicato, envolvia-se nas discussões nele estabelecidas, filiava-se e/ou apoiava o partido operário, e posicionava-se contrário à greve. Buscava ainda a instrução para sua inserção política e, na hora da eleição, votava de forma qualificada nos candidatos que assumiam a responsabilidade de defender as “causas operárias” no parlamento (fossem eles operários ou não).

- b) Por outro lado, a militância anarquista, na vertente do sindicalismo revolucionário, intentava difundir um projeto de identidade onde o operário tinha como características a negação do processo político-eleitoral e, nesse sentido, do voto, do partido e da representação política, desenvolvendo sua participação no interior do sindicato de resistência, pautando suas ações a partir da ação direta e da greve geral revolucionária. Esforçava-se, igualmente, por instruir-se e, assim, inserir-se num processo de libertação/emancipação humana plena e na construção de uma sociedade sem propriedade privada, dirigentes e classes.
- c) Já os militantes colaboracionistas, diferentemente dos outros dois grupos acima, elaboraram seu projeto de identidade na articulação com outros grupos sociais – em especial, lideranças políticas e parcela do patronato – e procuravam, pela via da pressão moral e através do diálogo e convencimento, apoio para as suas causas. Nesta esteira, o trabalhador corresponderia aquele que frequentava de forma constante sua associação, participava de um processo de instrução voltado à ascensão social (as aulas do curso comercial) e contribuía, ao lado do seu patrão, para o avanço do comércio em geral.

Para finalizar, não se pode deixar de apontar, como já foi sublinhado por Batalha, que o movimento operário no Brasil durante a Primeira República era heterogêneo e comportava, em seu interior, uma diversidade de posturas, posições e significados igualmente diversos sobre temas ligados ao mundo do trabalho (greve, protesto, participação política, moralidade, entre outros elementos). Tal heterogeneidade também pode ser constatada no caso examinado nesta tese, levado a cabo pela militância, de construção de projetos de identidade operária. A denominação de projetos de identidade, não custa novamente sublinhar, deu-se pelo fato desses serem algo elaborado pela militância (certamente com base em uma cultura operária mais ampla) e direcionado aos trabalhadores, numa tentativa de “impor” um comportamento específico que ela considerava fundamental na dinâmica da luta social travada no Amazonas. Certamente que isso não foi imposto de modo absoluto, como é possível verificar a partir da questão da agiotagem do voto, no caso dos socialistas; da ausência de uma adesão unificada à

greve geral revolucionária, no caso dos anarquistas; e, por fim, na pouca presença de associados na AECA e nas faltas às aulas oferecidas por ela, no caso dos colaboracionistas.

Não se constituiu como objetivo do capítulo inferir de que modo estes projetos de identidade foram absorvidos (ou não) pelo conjunto da classe, o que pode ser alvo de futuras pesquisas, provavelmente com base em fontes diferenciadas das aqui examinadas. Não obstante, tais projetos de identidade circulavam nas redes sociais da militância em tela e eram aí defendidos e difundidos com a finalidade de legitimar espaços públicos e políticos para a luta social. Este é o assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

IMPrensa OPERÁRIA E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS NO AMAZONAS

Nos capítulos precedentes, observou-se, num primeiro momento, como os militantes e seus jornais estabeleceram conexões locais, estaduais, nacionais e internacionais, tecendo uma articulação em redes, espécie de circuitos pelos quais se esforçavam em transitar e em fazer circular conteúdos ligados ao mundo do trabalho e à vida operária. Por elas, como se realçou, temas como capitalismo, exploração, educação, organização, dentre outros, foram movimentados.

Na esteira destes circuitos, além dos assuntos que ganharam vida e foram propalados, um, em especial, colocou-se como fundamental ao processo de organização e luta social levado adiante pela militância operária, qual seja, a constituição de projetos de identidade. Tais projetos correram pelas diferentes redes (anarquista, socialista e colaboracionista) tecidas e configuradas, integrando elementos comuns – como, por exemplo, a valorização do trabalho e o reconhecimento e a distinção social do trabalhador frente ao patronato (ou, pelo menos, parte dele) e às “classes perigosas” –, mas também diferenças que tinham em seu bojo, sobretudo, questões político-ideológicas.

As teias construídas pelas ações dos militantes e os projetos de identidade que transitaram por elas fazem parte de um processo cuja finalidade reside na criação de espaços políticos legítimos de mudança social. Tais espaços seriam destinados à atuação política das lideranças em defesa das questões ligadas ao mundo da vida e do trabalho do operariado. No presente capítulo, busca-se analisar esta questão. Porém, para se compreender a criação de tais espaços, além das redes e dos projetos de identidade, já enfocados, torna-se fundamental discutir a noção de esfera pública habermasiana.

Assim, a primeira seção do capítulo, “A noção de esfera pública habermasiana e seus desdobramentos”, tem como horizonte apresentar o conceito de esfera pública desenvolvido por Jurgen Habermas para, a partir dele, entabular uma reflexão sobre a sua ideia inicial a respeito do tema, como ela foi recebida, as críticas que sofreu de alguns pensadores e, após isso, as alterações realizadas por Habermas com a finalidade de aperfeiçoar a categoria. Tal análise é importante para entender de forma imbricada a relação existente entre a formação de redes, a atividade comunicacional ligada a elas (e os projetos de identidade que estavam em seu bojo) e a criação de espaços políticos desenvolvidos pelos militantes no Amazonas. A

esfera pública, enquanto espaço de um público e de uma opinião pública, articula-se com o “espaço político”, de tomada de decisão. A segunda seção, denominada “A cena pública no Amazonas”, visa apresentar um panorama geral da esfera pública no Amazonas da Primeira República para averiguar a relação existente entre a articulação em redes, a atividade comunicacional e a criação de espaços públicos e políticos levadas a cabo pelas lideranças operárias. A seção seguinte, “As esferas públicas parciais e a esfera pública burguesa”, investiga como a atividade comunicacional (em especial a imprensa operária, mas também a fala pública, os panfletos, entre outros elementos) foi fundamental para a constituição de “esferas públicas parciais”, onde opiniões, posicionamentos e julgamentos acerca de uma gama variada de matérias ligadas ao mundo do trabalho vinham a público e passavam a compor pautas que eram defendidas e introduzidas na “esfera pública burguesa”. A quarta e última seção do capítulo, intitulada “A construção de uma esfera política: os canais de expressão, pressão e ação coletiva”, examina a movimentação dos grupos envolvidos na produção da imprensa operária no processo de constituição desses espaços, identificando os diferentes caminhos percorridos, as estratégias para criá-los e ocupá-los e as finalidades a eles atribuídas.

3.1 A noção de esfera pública habermasiana e seus desdobramentos

Ao falar da relação entre os grupos que deram vida aos jornais operários, bem como da própria imprensa em geral, e o processo de construção de espaços públicos e políticos, adotou-se a categoria de esfera pública como balizadora da discussão. Tal categoria emergiu por volta da década de 1960 e tem em Jürgen Habermas seu principal formulador. Esse autor desenvolveu a referida categoria, aperfeiçoando-a tempos depois em função de diversas críticas recebidas.⁵⁷²

Sua primeira concepção atribuiu à burguesia um papel fundamental no sentido de ter atuado como suporte desta esfera, contribuindo para o desenvolvimento de um “público”⁵⁷³ e de uma “opinião pública”.⁵⁷⁴ A esfera pública seria então a formação de um espaço onde

⁵⁷² HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

⁵⁷³ O público é sempre aquele que atua no sentido de julgar algo, como por exemplo, aspectos relacionados ao trabalho e ao movimento operário (jornadas, condições, greves, piquetes, etc.).

⁵⁷⁴ Vista como uma maneira de encarar determinada coisa que passa por um julgamento, questionamento. Baseia-se na racionalização. Ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública...* Op. Cit., p. 39-40.

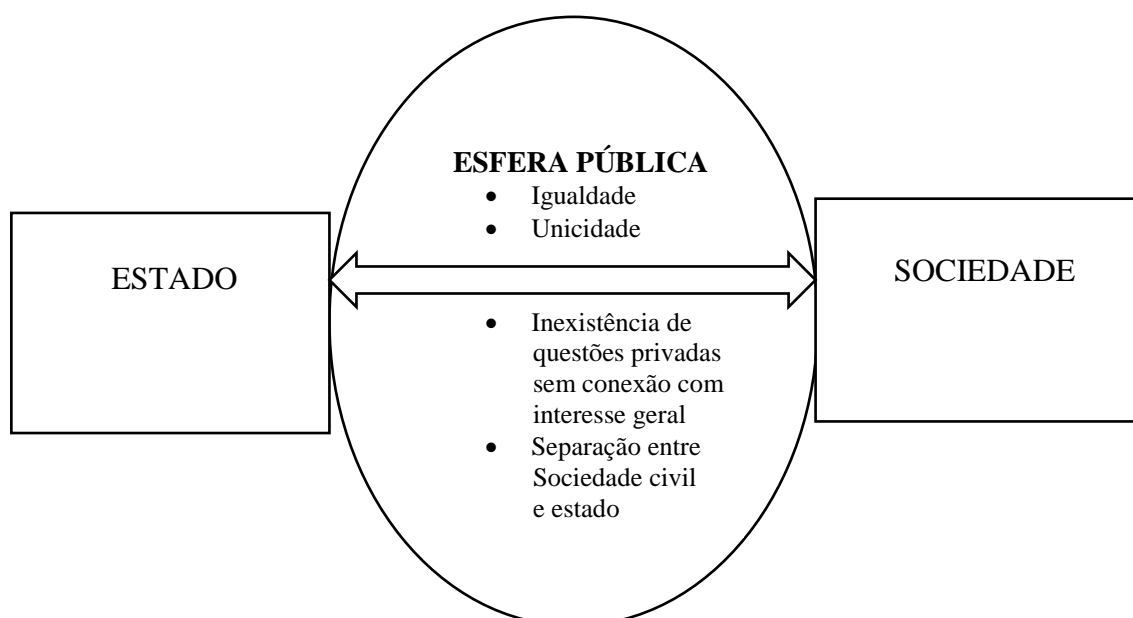
assuntos de interesse geral se tornariam “publicizados”⁵⁷⁵ e, nessa esteira, debatidos, criticados, passíveis de diferentes argumentações para, a partir daí, serem alvos de julgamentos, sínteses ou consensos.⁵⁷⁶

Este movimento dinâmico, fomentado por setores burgueses que possuíam domínio da escrita e da leitura e que se aglutinavam em torno da propriedade privada e sua manutenção (questões privadas que se tornaram publicamente relevantes), assentou-se na capacidade de “racionalização pública”, considerada por Habermas como princípio estruturante da esfera.⁵⁷⁷

Cabe assinalar, ao mencionar a concepção original de Habermas acerca da esfera pública burguesa, que existiam outras premissas que a sustentavam. A primeira delas se refere ao potencial de igualdade existente no seu interior. A segunda assinala a noção de unicidade da esfera. A terceira aponta à inexistência de questões e debates de âmbito privado que não tenham conexão ou referência em relação ao interesse geral e, por fim, a necessidade de uma clara separação entre sociedade civil e Estado como garantia de funcionamento da esfera pública. A sua função primordial seria intermediar as relações entre o Estado e as necessidades da sociedade. O esquema abaixo procurou retratar esses pontos:

GRÁFICO 2

Esfera pública – concepção original de Habermas



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁵⁷⁵ Aquilo que se torna, converte-se, em objeto de julgamento é o que ganha publicidade. Ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública...* Op. Cit., p. 40-41.

⁵⁷⁶ LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. *Pensamento Plural*. Pelotas, n. 4, p. 39, jan./jun. 2009.

⁵⁷⁷ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública...* Op. Cit., p. 74.

O esquema proposto por Habermas não escapou a críticas.⁵⁷⁸ As mais contundentes, e que tiveram impactos significativos que ajudaram o seu autor a ajustar o conceito, foram as de Fraser.⁵⁷⁹ A autora colocou em questão não somente a esfera pública restringida aos burgueses⁵⁸⁰ como também algumas de suas premissas.

Sintetizando as críticas da autora, elas se direcionaram a quatro questões principais. Primeiramente, a autora não acreditou ser possível aos interlocutores colocar seus atributos, oriundos de diferentes estruturas e relações sociais, de lado, no sentido de estabelecerem um diálogo pautado no pressuposto da igualdade no interior da esfera pública. Em seguida, salientou que, dada a existência de vários públicos e relações de dominação e resistência, uma esfera pública única seria de difícil sustentação. Continuando suas críticas, asseverou que para essa esfera funcionar, não haveria necessidade de uma separação clara e precisa entre sociedade civil e Estado, uma vez que, e isso a levou ao último questionamento, não se poderia ter a ideia de que a esfera pública teria efetivamente que se limitar ao bem comum, eliminando as questões privadas.⁵⁸¹

Recepcionando e respondendo as críticas, Habermas reconheceu a existência de posições desiguais no interior da esfera pública, apontando para a necessidade de identificar aqueles que surgem da esfera pública e aqueles que dela tiram proveito.⁵⁸² Também aceitou a existência de múltiplas esferas públicas, criando inclusive uma tipologia específica.⁵⁸³

Entretanto, a mudança substancial ocorreu num ponto preciso: a esfera pública passou a ser percebida não mais no quadro da mediação entre sociedade civil e Estado e sim no da ação comunicativa e do conceito dual de sociedade. Esse seria composto por dois níveis: o mundo da vida (processos comunicativos de transmissão cultural, integração social e

⁵⁷⁸ YOUNG, Iris. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000; BENHABIBI, Seyla. *Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas*. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1996.

⁵⁷⁹ FRASER, Nancy. *Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1996.

⁵⁸⁰ Segundo a autora outros públicos existiam, como as mulheres, os camponeses, os operários, etc., que não foram iluminados no esquema original de Habermas.

⁵⁸¹ LOSEKANN, Cristiana. *A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro...* Op. Cit., p. 44-46.

⁵⁸² O que surge da esfera pública necessita produzir uma identidade, posicionando-se em relação ao que está dado. Já o que tira proveito dela possui identidade diferente, independente. Idem, p. 49-50.

⁵⁸³ São as chamadas esferas públicas parciais. Habermas as divide em três: 1. Esfera pública episódica (ocorre em bares, cafés, praças, ruas, etc.), 2. Esfera pública da presença organizada (encontros organizados: reuniões de partido, pais, vizinhos, igreja e outros) e 3. Esfera pública abstrata (produzida pela mídia: leitores, expectadores, ouvintes, etc.). Estes níveis se influenciam mutuamente, sobrepondo-se e conectando-se, causando a expansão do que é produzido na esfera pública. Ver LOSEKANN, Cristiana. *A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro...* Op. Cit., p. 50-51.

socialização) e o sistema (dimensão institucional capaz de renovar e preservar tradições, solidariedades e identidades). A dimensão institucional corresponderia à sociedade civil.⁵⁸⁴

Esta conexão entre mundo da vida e sistema, um reverberando no outro, acabou constituindo a esfera pública como espaço social da prática comunicativa, onde opinião e vontade vinham a público através de uma rede de comunicação e articulação de fluxos comunicativos. Consoante Habermas:

Os canais de comunicação da esfera pública engatam-se nas esferas da vida privada – as densas redes de interação da família e do círculo de amigos e os contatos mais superficiais com vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos, etc. – de tal modo que as estruturas espaciais de interações simples podem ser ampliadas e abstraídas, porém não destruídas. De modo que a orientação pelo entendimento, que prevalece na prática cotidiana, continua valendo também para uma comunicação entre estranhos, que se desenvolve em esferas públicas complexas e ramificadas, envolvendo amplas distâncias.⁵⁸⁵

Portanto, a atividade comunicacional, a formação de redes articuladas e a constituição de espaços variados e imbricados para a discussão de questões consideradas de interesse geral se materializaram em pontos importantes da noção de esfera pública. Nesse sentido, ela se formaria:

Através da atividade comunicacional, quando diferentes públicos se organizam em redes comunicativas articuladas para discutirem temas ou causas de interesse comum, para assumirem posições e expressarem opiniões (...) e está ligada muito mais às trocas e fluxos discursivos que se estabelecem entre indivíduos que buscam melhor compreender ou solucionar os problemas que os afetam.⁵⁸⁶

Desta forma, a sociedade civil seria formada por esferas públicas autônomas, mas conectadas em redes e potencialmente capazes de estabelecer “uma formação racional de opinião acerca de matérias relevantes para toda sociedade e carentes de regulamentação”.⁵⁸⁷ O gráfico abaixo buscou ilustrar esse processo:

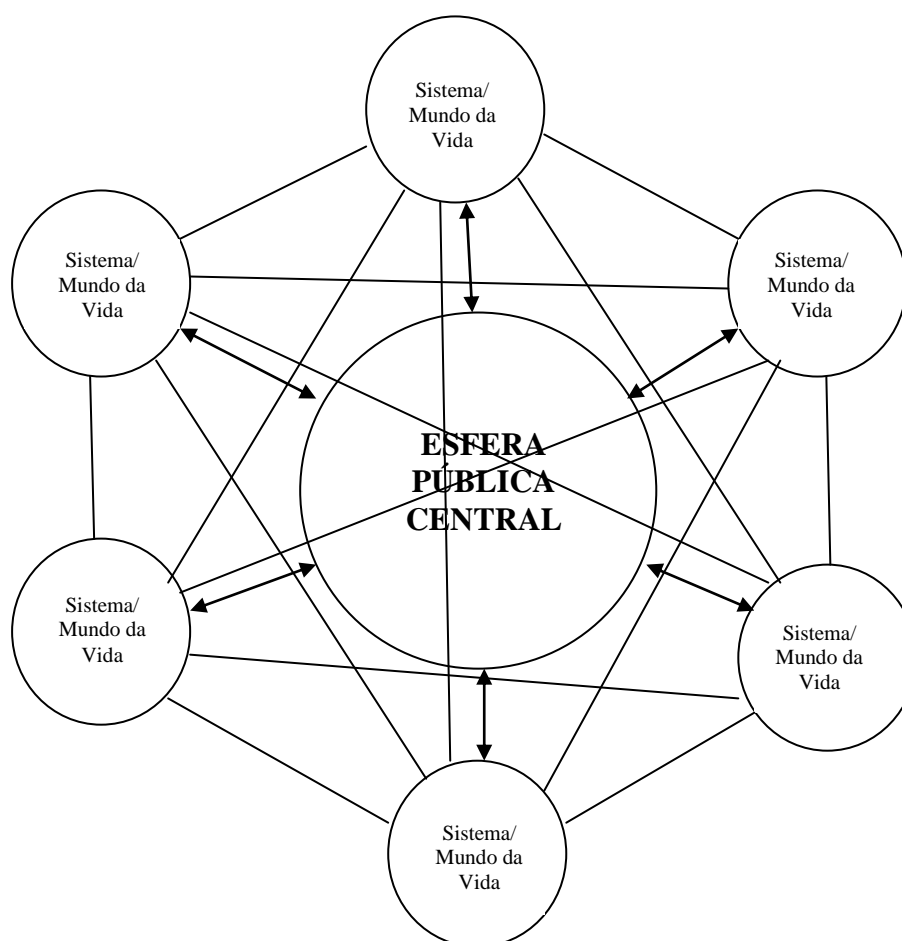
⁵⁸⁴ LUBENOW, A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 10, p. 108, 1/2007.

⁵⁸⁵ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública...* Op. Cit., p. 98.

⁵⁸⁶ MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. *Líbero*. Ano XI, n. 21, p. 26, Jun./2008.

⁵⁸⁷ HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. Trad. Flávio Bento Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 22.

GRÁFICO 3
Esfera pública – conceito reformulado por Habermas



LEGENDA

- = Redes e interações
- ↔ = Atividade comunicacional
- = Espaços imbricados e variados para discussões de questões relevantes à sociedade

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com efeito, diversos trabalhos utilizaram a categoria de esfera pública elaborada por Habermas, em especial nas áreas de Comunicação Social⁵⁸⁸, Sociologia⁵⁸⁹, Antropologia⁵⁹⁰, entre outras. A categoria tem balizado discussões em regiões da América Latina como no

⁵⁸⁸ MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. *TransInformação*. Campinas, vol. 25, n. 1, p. 27-33, jan./abr. 2013.

⁵⁸⁹ AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

⁵⁹⁰ MONTERO, Paula. Jürgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 84, p. 199-213, junho 2009.

México⁵⁹¹ e na Argentina.⁵⁹² Nesse último país, por exemplo, os estudos de François-Xavier Guerra⁵⁹³ tornaram-se referência. O autor adotou, no lugar da ideia abstrata de esfera pública, a noção de “espaços públicos” como “espacios concretos en donde los hombres de la época actuaban políticamente; espacios creados com sus vínculos de amistad, parentesco, vecindad, expresados en tertúlias, bandos y facciones, periódicos, congresos...”.⁵⁹⁴ Outros autores também têm realizado estudos com esta perspectiva. Sábato⁵⁹⁵, por exemplo, salientou que grupos de intelectuais, agrupados em torno do chamado grupo de PEHESA, atuaram no sentido de dar os primeiros passos em torno da estruturação de uma esfera pública na Argentina. Além de Sábato, Gayol⁵⁹⁶ abordou a imprensa política de associações voluntárias em interface com a esfera pública. Vagliente⁵⁹⁷, por seu turno, tem mobilizado esforços na compreensão da construção de uma esfera pública focando o associativismo em Córdoba.

No Brasil, esta categoria habermasiana foi recepcionada e utilizada em trabalhos que demonstraram possibilidades analíticas interessantes. Costa⁵⁹⁸, por exemplo, assinalou que os conceitos de sociedade civil e esfera pública têm se colocado de uma forma profícua, em especial nas investigações que enfocam as relações sociais e a cultura política nas formas mais cotidianas e menos institucionalizadas. Por outro lado, Pinto⁵⁹⁹ destacou que as formas de acesso da sociedade civil a espaços de encontro com o Estado deveriam ser vistas no sentido de uma ação de construção de uma esfera pública. A presente tese busca demonstrar a potencialidade deste conceito para o estudo do movimento operário nos anos iniciais da República brasileira.

⁵⁹¹ GUERRA, François Xavier. *México: del antiguo régimen a la revolución*. 2 Tomos. México: FCE, 1988; GUERRA, Francisco Xavier. *Modernidad e independência. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE-ED. MAPFRE, 1993.

⁵⁹² SÁBATO, Hilda. Ciudadanía, participación política y la formación de una esfera pública en Buenos Aires, 1850-1880. Siglo XIX. *Revista de História*, n. 11, 1992.

⁵⁹³ GUERRA, François Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica, ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

⁵⁹⁴ GUERRA, François Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica, ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. Resenha de BUSTOS, José Marcos Medina. *Modernidad y sociedad tradicional en Iberoamérica. Siglos XVIII-XIX. Región y Sociedad*, vol. XI, n. 18, p. 201, 1999.

⁵⁹⁵ SÁBATO, Hilda. *Ciudadanía, participación política y la formación de una esfera pública en Buenos Aires, 1850-1880...* Op. Cit.

⁵⁹⁶ GAYOL, Sandra. *Ambitos de sociabilidad en Buenos Aires: despachos de bebidas y cafés, 1860-1900*. *Anuario del IEHS*, n. 8, p. 257-272, 1993.

⁵⁹⁷ VAGLIENTE, Pablo. *Construyendo la esfera pública desde el asociativismo: Córdoba 1850-1880*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2000.

⁵⁹⁸ COSTA, Sérgio. *Esfera pública e as mediações entre cultura e política: para uma leitura sociológica da democracia*. *Revista Travessias*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 27-72, 2000.

⁵⁹⁹ PINTO, Céli. *As conferências nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública*. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 30. Anais. Caxambu, out./2006.

3.1.1 Imprensa e a construção de espaços públicos e políticos

Focando particularmente na imprensa, algumas reflexões emergiram da bibliografia. Melo⁶⁰⁰, por exemplo, realizou uma abordagem que buscou, a partir da reconstituição da trajetória do desenvolvimento da comunicação e das tecnologias a ela associadas, discutir a formação de um espaço público no contexto das inovações que impactaram a imprensa. Para a autora:

O espaço público era o local das discussões políticas, da formação de opinião e legitimação do poder, com a imprensa ocorreu o deslocamento desse espaço para os jornais. A imprensa foi a primeira instância mediadora do espaço público, antes concretizada pelos debates em clubes, ruas e praças.⁶⁰¹

O avanço tecnológico que alcançou os meios de comunicação de forma significativa ao longo do século XX e primeiros anos do XXI, com a implantação de equipamentos que impulsionaram até mesmo novas divisões e relações de trabalho e o surgimento do rádio, da televisão e da internet como veículos importantes, contribuiu, consoante Melo, para a transferência do espaço público, antes local e nacional, a “um conjunto de circuitos e fluxos que extrapolam os territórios”, mas que se pautam por uma “hegemonia cultural”.⁶⁰²

Sobre este ponto – “hegemonia cultural” – cabe explicitar uma questão fundamental, alvo de futuras reformulações feitas por Habermas e que envolveu os meios de comunicação. Fortemente influenciado por Adorno e Horkheimer, sobretudo no que tange à indústria de massas, o autor encarou, num primeiro momento, os meios de comunicação como um problema para o fortalecimento da esfera pública, em especial no que tange à reciprocidade de esclarecimentos e opiniões. Isso porque esses meios atuavam selecionando determinados pontos de vista, privilegiando alguns segmentos sociais e acontecimentos específicos em detrimento de outros.⁶⁰³ A reformulação feita por Habermas recaiu justamente sobre esse ponto. O autor passou a vê-los como um espaço com características específicas, porém fundamentais ao fortalecimento e manutenção das estruturas deliberativas nas sociedades democráticas contemporâneas. Passou a falar então de um “sistema dos media”, referindo-se à centralidade dos meios de comunicação na esfera pública. Com efeito, a função dos media

⁶⁰⁰ MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *Comunicação e Informação*, vol. 8, n. 1, p. 26-38, jan./jun. 2005.

⁶⁰¹ Idem, p. 27.

⁶⁰² Idem p. 36-38.

⁶⁰³ MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública... Op. Cit., p. 24-25.

seria a de “captar, organizar e disponibilizar uma vasta gama de perspectivas e opiniões auxiliando, assim (...), na estruturação da esfera pública”.⁶⁰⁴ Nesse sentido, os meios de comunicação se constituiriam numa dimensão privilegiada de tal esfera.

Autores como Marques⁶⁰⁵ e outros procuraram recuperar a dimensão destacada acima. Interessante colocar em relevo que a diversidade dos meios de comunicação levou também a uma variedade de recortes e perspectivas de discussões sobre as relações entre imprensa e esfera pública. Não cabe a este trabalho, obviamente, buscar a totalidade das investigações que se voltaram a tal campo, mas sim reconhecer que existem estudos importantes a respeito do assunto.⁶⁰⁶

Mais especificamente, e considerando a imprensa ligada ao movimento organizado dos trabalhadores em Portugal, Correia⁶⁰⁷ demonstrou, através de um jornal operário chamado *A Estrela* (que circulou em Covilhã, região localizada na província da Beira Baixa) e a vivência associativa dos seus repórteres no decorrer da monarquia (1907-1908), a existência de uma esfera pública. Nas palavras do autor, a constituição de uma instância dessa natureza envolveu:

(...) espaços de reunião específicos, servida por instrumentos de opinião próprios e geradora de valores, conceitos e normas que seriam igualmente dotados de particularidades relacionadas com a afirmação política, social e cultural dos trabalhadores da indústria têxtil.⁶⁰⁸

Portanto, no seu trabalho, o autor recuperou, através da fonte mencionada, aspectos da vida dos operários, suas lideranças e as dimensões política e cultural da esfera pública operária covilhanense.

O presente estudo visa utilizar o conceito de esfera pública habermasiana, entendendo-a como um espaço construído socialmente, no qual as práticas e as ações comunicativas, desenvolvidas por indivíduos e grupos sociais, desempenham um papel estruturante, por onde acontecimentos e temas ligados ao “mundo da vida” ganham uma dimensão pública, tornando-se alvo de críticas e debates, possibilitando então a emergência de julgamentos,

⁶⁰⁴ Idem, p. 29.

⁶⁰⁵ MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública... Op. Cit.

⁶⁰⁶ Por exemplo: GOMES, Wilson. Esfera pública: política e media. In: RUBIM, A. C., BENTZ, I., PINTO, M. (eds.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 1999; LYCARIÃO, Diógenes. Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade. *Contemporânea*, vol. 8, n. 1, p. 1-19, Jul. 2010.

⁶⁰⁷ CORREIA, João Carlos. O espaço público e a questão operária: o testemunho do jornal *A Estrela*. In: *Atas da 3ª Jornada de Arqueologia Industrial* ("Proceedings of the 3rd Conference of Industrial Archeology"), Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2002.

⁶⁰⁸ Idem, p. 2.

consensos, sínteses e opiniões. Como a atividade comunicacional ocupa um lugar primordial na formação da esfera pública, optou-se por perceber este movimento através da imprensa operária, percebida aqui como testemunho da dinâmica dos elementos, questões e temas presentes nessa esfera.⁶⁰⁹

3.2 A imprensa e a cena pública no Amazonas

No bojo do processo de formação do Estado Nacional brasileiro, a região do Rio Negro tornou-se Província do Amazonas apenas em 1852 (Lei n. 582, de 5 de setembro de 1850, porém a instalação da província se deu dois anos depois). Na esteira dessa transformação político-institucional ocorrida no século XIX, surgiu o primeiro jornal que ganhou as ruas da mais nova província do Império Brasileiro, o *Cinco de Setembro*. Circulou em 03 de maio de 1851. Seu diretor (e também proprietário) era o tenente e tipógrafo Manoel da Silva Ramos, que, a convite de Tenreiro Aranha⁶¹⁰, montou a primeira oficina tipográfica na região, em Manaus, situada à margem esquerda do Igarapé do Espírito Santo (nas proximidades do atual porto de Manaus). Conforme Pinheiro, fica evidente “o caráter oficialismo e o papel conciliador e apologético de sua linha editorial” nesse novo contexto que se abriu.⁶¹¹ Em 1852, após oito meses de existência, seu nome foi substituído por *Estrela do Amazonas*.⁶¹²

Os assuntos tratados e as informações veiculadas por essa imprensa oficial absorviam questões atinentes ao Império e, mais especificamente, relacionadas à Província do Amazonas, principalmente sobre o desenvolvimento econômico da região.⁶¹³ As ações oficiais, e o caráter laudatório que daí brotava, marcaram presença em grande parte do periódico. Tal característica acabou sendo um diferencial entre o Amazonas e as demais províncias do Norte. Conforme Pinheiro, nessas últimas:

Expressões pioneiras de um jornalismo político precederam, inclusive, o fim do domínio colonial. Ali, ocorreu a emergência de pequenas folhas e

⁶⁰⁹ O espaço público pode ser caracterizado pela literatura, artes, cultura, entre outros elementos. Essa caracterização está diretamente ligada aos conteúdos debatidos. No caso da imprensa operária, pode-se falar em construção de espaços públicos e políticos, em virtude do fato dos grupos que sustentavam os jornais atuarem politicamente, discutindo temas que se tornaram bandeiras de lutas e plataformas políticas.

⁶¹⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (doutorado em História), PUC, São Paulo, 2001, p. 65.

⁶¹¹ Idem.

⁶¹² FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). *Cem anos de imprensa no Amazonas...* Op. Cit., p. 57.

⁶¹³ *ESTRELA DO AMAZONAS*. Manaus, ano I, n. 1, 7/1/1852.

panfletos, cuja produção e consumo burlavam as ferrenhas proibições vigentes, embora muitas tenham sofrido o peso das ações repressivas.⁶¹⁴

A capital do Amazonas diferenciava-se até mesmo de Belém, cuja dinâmica jornalística inicial já continha um “tom crítico e mesmo libertário”, como sublinhou a autora ao colocar em superfície a historiografia paraense contemporânea que, segundo ela, reafirma “o caráter radical dos primeiros jornais da província, associando, assim, imprensa e revolução”.⁶¹⁵

O *Estrela do Amazonas* circulou até 1866, sendo vendido ao português Antônio da Cunha Mendes que o transformou em *O Amazonas*, em 9 de julho de 1866. Esse teve vida longa na cena pública amazonense, chegando até a segunda década do século XX. Certamente que outros periódicos existiram nesse primeiro momento da imprensa no Amazonas, como demonstra a tabela abaixo:

TABELA 3
Jornais editados no Amazonas (1851-1908)

ANO	#	ANO	#	ANO	#	ANO	#
1851	1	1873	4	1886	9	1898	11
1852	1	1874	3	1887	5	1899	19
1859	1	1875	1	1888	15	1900	13
1861	1	1876	3	1889*	17	1901	26
1862	1	1877	2	1889**	4	1902	14
1863	2	1878	5	1890	8	1903	16
1866	2	1879	1	1891	6	1904	18
1867	2	1880	3	1892	5	1905	16
1868	3	1881	3	1893	8	1906	19
1869	6	1882	9	1894	4	1907	25
1870	3	1883	1	1895	8	1908	9
1871	2	1884	7	1896	8		
1872	1	1885	6	1897	14	Total	371

Fonte: FARIA E SOUZA, J. B. et. al *Apud* PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (doutorado em História), PUC, São Paulo, 2001, p. 59.

Como é possível visualizar acima, entre o ano de 1851 até o início da década de 1880, existia um número reduzido de jornais que, em sua maioria, possuíam vida curta, formato pequeno e precária qualidade gráfica. Certamente a tabela acima não pode ser tomada como absoluta, pois existem outras informações para o período que revelam a existência de títulos não incorporados por ela (jornais que foram descobertos muito provavelmente após o estudo que lhe deu origem), como mostra Marvignier de Castro ao citar *O Vigilante*, que ele afirma

⁶¹⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte...* Op. Cit., p. 64.

⁶¹⁵ Idem.

ser o segundo periódico que apareceu na capital em 1859. Além desse, cita também *O Catequista* (1860) e *O Progressista* (1862).⁶¹⁶ Leno Souza segue na mesma linha, trazendo títulos como *Checheo* (1861) e *Lei* (1867).⁶¹⁷

Em que pesem estas novas informações, elas não alteram o quadro mais amplo do período, de publicação de quantidades modestas de títulos – que raramente chegavam à meia dúzia por ano –, sendo a grande maioria de caráter efêmero. À exceção do *Estrela do Amazonas* (antigo *Cinco de Setembro*) e, após 1866, *O Amazonas*, os outros jornais tiveram existência curta. Por força desses aspectos, alguns estudiosos da imprensa amazonense classificaram o início da década de 1880 como um marco divisório entre duas fases: a anterior (começando em 1851) e a posterior (terminando na década de 1920).⁶¹⁸ A segunda fase, ao contrário da primeira, viu florescer, em quantidade e em qualidade, uma gama variada de jornais ligados a grupos cada vez mais amplos de indivíduos que dominavam a leitura e a escrita e que “faziam das páginas dos jornais um campo fértil para a contínua troca de ideias e para o desenvolvimento do debate político”⁶¹⁹ (tendência de crescimento que pode ser vista na tabela 3).

Tal processo de ampliação e proliferação da imprensa foi alimentado pelo “boom” da economia gomífera que possibilitou não somente o capital necessário para o desenvolvimento de um processo de modernização das oficinas tipográficas, como também a oferta de profissionais especializados (tipógrafos) e a ampliação do círculo de produtores e leitores de jornais. Para Souza:

Entre as últimas décadas do século XIX e primeira do XX, o número de jornais que a cada dia invadiam diversos recantos da capital, sofre um aumento até então jamais registrado. Se na entrada da década de 80 circulavam pela capital pouco mais de vinte impressos, no final desta o número tinha mais do que triplicado, atingindo a cifra de 71 periódicos, mantendo-se estável até a virada do século com 77 jornais para finalmente quase duplicar ao término da primeira década.⁶²⁰

A composição do cenário jornalístico amazonense entre os anos de 1880 e 1920 engloba os *pasquins* cujo foco era a sátira social; a *imprensa estudantil* que discutia tanto

⁶¹⁶ CASTRO, Marvignier de. *Síntese histórica e sentimental da evolução de Manaus*. Manaus: Tipografia Fênix, 1948, p. 128.

⁶¹⁷ SOUZA, Leno José Barata. *Vivência popular na imprensa amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: PUC, 2005, p. 73.

⁶¹⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte...* Op. Cit., p. 62-63; SOUZA, Leno José Barata. *Vivência popular na imprensa amazonense...* Op. Cit., p. 73-76.

⁶¹⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte...* Op. Cit., p. 63.

⁶²⁰ SOUZA, Leno José Barata. *Vivência popular na imprensa amazonense...* Op. Cit., p. 76.

questões literárias e científicas quanto temas políticos de âmbito local e nacional; as “*polyanthéas*”, espécie de impressos produzidos em homenagem a governadores, artistas e instituições políticas e sociais; a chamada “*grande imprensa*” composta pelo *O Amazonas*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *Correio do Norte*, *Gazeta da Tarde* e outros; e, por fim, jornais de cunho operário que criticavam a ordem política, econômica, social e cultural vigente.

3.2.1 A imprensa operária marcando posições e expressando opiniões: a construção de espaços públicos

Como capital da Província do Amazonas e, após a Proclamação da República, do Estado do Amazonas, Manaus passou por alterações substanciais em sua estrutura política, social, econômica e cultural na virada do século XIX para o XX, assegurando uma posição de destaque, juntamente com a cidade de Belém, capital do Pará, no cenário urbano do Norte do país. Como se procurou desenhar na parte introdutória deste estudo, as transformações que atingiram a cidade de Manaus foram tão impactantes que ela foi perdendo as suas feições indígenas para se tornar a “Paris dos Trópicos”. Não somente o cenário urbano modificou-se como, da mesma forma, a composição social de sua população e, sobretudo, a complexidade das relações e práticas sociais que passaram a se manifestar, com o avanço da economia gomífera, na contradição capital/trabalho.

Como já se sublinhou, a migração de nacionais e a imigração de estrangeiros ocorridas neste período contribuíram para modificar a composição social da população local. Não custa reforçar: em 1872, havia em Manaus 29.334 habitantes; em 1890, a cifra subiu para 38.720 e, dez anos depois (1900), já alcançava a marca de 52.040. Já o censo de 1920 apontava 75.704 habitantes, quase cinquenta mil a mais do que em 1872.⁶²¹ Esse processo atingiu o mundo do trabalho, manifestando-se em termos de concorrência (disputas por uma colocação profissional) e de composição social. Quanto a essa, quando se leva em conta, por exemplo, a lista de associados da Sociedade União Operária Amazonense e a naturalidade dos seus sócios (nas tabelas abaixo), o cenário fica visível:

TABELA 4

Nacionalidade dos Associados da S.U.O.A. (1926)

⁶²¹ MATTA, Alfredo da *Apud* PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Portugueses no universo do trabalho manauara... Op. Cit., p. 572.

Nacionalidade	#
Brasileiros	895
Estrangeiros	115
Portugueses	80
Peruanos	9
Italianos	8
Espanhóis	7
Ingleses	4
Alemães	3
Austríacos	1
Franceses	1
Russos	1
Sírio-Libaneses	1
TOTAL	1.010

Fonte: Livro de Registros da Associação União Operária Amazonense *Apud* PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imigração, Trabalho e Imprensa em Manaus, 1890-1928. *Revista Litteris*, n. 14, set. de 2014, p. 9.

TABELA 5

Estados de Procedência dos Associados Brasileiros da S.U.O.A. (1926)

Naturalidade	#	Naturalidade	#
Amazonas	362	Bahia	13
Ceará	116	Sergipe	12
Pará	95	Acre	12
Paraíba	66	Alagoas	11
Maranhão	66	Rio de Janeiro	5
Rio Grande do Norte	50	Minas Gerais	2
Pernambuco	38	Rio Grande do Sul	2
Piauí	15	Espírito Santo	1
TOTAL			866

Fonte: Livro de Registros da Associação União Operária Amazonense *Apud* PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imigração, Trabalho e Imprensa em Manaus, 1890-1928. *Revista Litteris*, n. 14, set. de 2014, p. 15.

Como se constata, estrangeiros e nacionais de diferentes regiões se deslocaram para a capital do Amazonas, ingressaram no mercado de trabalho e se organizaram em sociedades operárias, compartilhando experiências de lutas pela livre organização, criação de formas associativas, espaços de sociabilidade e tentativas de unificar ações de reivindicações e protestos em prol dos operários. Juntamente com os trabalhadores locais e, agora, mergulhados numa heterogeneidade étnica e cultural, esses trabalhadores encaravam cotidianamente um mercado de trabalho disputado, enfrentando jornadas extensas, parcos salários e mecanismos de normas e controle que visavam forçá-los a um maior disciplinamento e produtividade.

Não foi à toa, a título de exemplo, que alguns trabalhadores locais, de origem indígena, que entendiam o trabalho de outra forma (articulado ainda com o valor de uso),

abandonaram suas atividades, negando-se a se submeter à disciplina do capital. Conforme Dias:

Durante muito tempo grande parte da população de Manaus foi formada por índios que representavam o maior contingente de trabalhadores, dedicando-se à navegação, agricultura, coleta de drogas e serviços domésticos. Para a realização das obras públicas, como construção de prédios para repartições, igrejas, pontes, cemitérios, calçamentos, etc.

(...)

Embora os índios constituíssem a maior parte da classe trabalhadora, isso não significava que exercessem as atividades impostas sem sofrer com as alterações e as pressões provocadas com a vida na cidade. Na verdade, as reações contra a ruptura de seu modo de vida se manifestam sob as mais diferentes formas de comportamento, sendo uma das mais frequentes o abandono das atividades, sem ao menos se importarem em receber os salários vencidos.⁶²²

Com o avanço das relações capitalistas de produção e a preferência racista do patronato local pelos estrangeiros e nacionais de outras localidades, os trabalhadores locais, sobretudo indígenas, quando não fugiam de suas atividades, acabavam sendo preteridos do mercado de trabalho, sendo vistos pelos patrões como indivíduos não afeitos ao trabalho e, portanto, como “indolentes” e “preguiçosos”.

A heterogeneidade presente no mundo do trabalho também se revela através das múltiplas formas de organização e da pluralidade em termos de orientação política, questões que preocuparam de forma profunda a militância operária, em especial quando essa se empenhava em traçar um caminho de união e coesão para a classe. Como se verificou nos capítulos anteriores, não foram poucos os artigos, na imprensa operária, de lideranças reclamando ou propondo soluções para os diversos obstáculos presentes no processo de construção de uma unidade de pensamento e ação política.

Foi nesse universo heterogêneo da cidade e do mundo do trabalho que o operariado de Manaus construiu sua militância por meio da imprensa, uma experiência social importante e compartilhada por uma quantidade significativa de categorias e organizações. Certamente, como já foi dito no primeiro capítulo, essa atividade por intermédio dos jornais se colocou como fundamental, uma estratégia de luta fomentada pelas associações, partidos, sindicatos e/ou clubes criados pelas lideranças.

Interessante perceber que a militância operária no Amazonas, assim como as de outros estados brasileiros, utilizou as mesmas armas da elite – imprensa, público e opinião pública –

⁶²² DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto...* Op. Cit., p. 31-32.

com a finalidade de questionar os interesses, as aspirações e os projetos dessa e, principalmente, difundir e defender as questões sociais atinentes ao universo do trabalho. Pode-se constatar isso através das resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, ocorrido no ano de 1906 no Rio de Janeiro. Essas pareciam reconhecer que os burgueses se empenhavam, através de sua imprensa, em instar a opinião pública no sentido de obter apoio e favorecimento às suas vontades e que os profissionais ligados a ela eram hábeis em tal atividade. Por isso, segundo o documento, as lideranças operárias deveriam lançar mão da imprensa como instrumento de luta, manejando a palavra impressa como um espaço poderoso de enfrentamento das posições burguesas.⁶²³

Com efeito, estas lideranças, utilizando a palavra impressa, buscaram dar visibilidade aos trabalhadores como sujeitos coletivos presentes na cidade de Manaus, tentando ampliar o número de leitores (operários ou não) e, assim, intervir nos programas políticos voltados ao operariado nos níveis local e nacional. Para isso, no Amazonas, tiveram que encontrar alternativas no sentido de possibilitar, aos indivíduos que não dominassem a leitura e a escrita, a integração e a participação nas reflexões e nos debates dos temas do mundo do trabalho.

Esta parcela que não sabia ler e escrever era significativa. Só para se ter uma ideia, em 1890 foi realizado um recenseamento geral na República e, considerando o município de Manaus, emergiu a cifra de 38.720 habitantes, dos quais 30.910 não sabiam ler e escrever, ou seja, quase 80% da população local. A Intendência Municipal fez um levantamento semelhante no ano de 1906, no qual 25 ruas foram listadas com os seguintes números:

TABELA 6

Listagem por rua de moradores que não sabem ler

Ruas	Moradores	Não sabem ler	%
Dr. Almínio	123	96	43.04
Lima Bacury	323	194	60.06
Ramalho Júnior	207	79	38.16
Andradas	296	147	49.66
Mundurucus	335	203	60.59

⁶²³ As resoluções não se referiam somente ao uso da imprensa como meio de propaganda, mas também ao folheto, ao cartaz, ao manifesto, ao carimbo, às conferências, dentre outros instrumentos. Consultar: Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael (orgs). *A Classe Operária no Brasil*. Documentos (1889-1930), vol. I: O movimento operário. São Paulo: Alfa-ômega, 1979, p. 41-58.

Visconde de Porto Alegre	125	92	73.60
Guilherme Moreira	70	35	50.00
Remédios (rua)	747	408	54.61
Remédios (praça)	158	37	23.41
Leovegildo Coelho	190	73	38.42
José Paranaguá	401	148	36.90
Marcílio Dias	272	150	55.14
Constituição	52	18	34.61
Demétrio Ribeiro	119	83	69.74
Barés	176	84	47.72
Constantino Nery	32	-	0
Beco da Cadeia	8	-	0
Tenreiro Aranha	72	29	40.27
Quintino Bocaiúva	395	201	50.88
Dr. Moreira	379	96	25.32
Cândido Mariano	122	22	18.03
Bittencourt	58	27	46.55
Beco do Comércio	24	21	87.5
Isabel	267	48	17.97

Fonte: DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus – 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999, p. 54-55.

A quantidade daqueles que não possuíam o domínio da leitura e da escrita era expressiva, como se pode notar, produto da ausência de um sistema de ensino que tivesse um raio de ação ampliado na região (o que era uma limitação presente também em outros locais do país). De qualquer modo, a militância operária, através da leitura coletiva dos jornais em bares, praças e cafés, e, de igual modo, da realização de conferências, palestras e debates no interior das sociedades operárias, tentou integrar essa parcela iletrada dos trabalhadores ao processo de luta social.

Para as lideranças operárias no Amazonas, a criação de periódicos e sua manutenção fizeram parte do esforço de luta por melhores condições sociais, econômicas e políticas, pois, através deles, se constituíram espaços de reflexões, debates, questionamentos e julgamentos com vistas a dar legitimidade às suas ações e interesses numa sociedade marcada pela exclusão política e social. Ou seja, a imprensa e a palavra impressa foram vistas como fundamentais para propagandear ideias e defendê-las, pois permitiam a emergência de

argumentos capazes de influir nas mentes e nos corações do público leitor e, a partir daí, moldar comportamentos que dessem suporte a tais ideias e lutas.

Não foi à toa que, ao se apresentar ao público, e ao operariado em particular, o jornal *Confederação do Trabalho*, num artigo denominado “Encetando a Lucta”, colocou em relevo a importância da imprensa na defesa do operariado: “E que melhor vehiculo, sinão a imprensa para fazer conhecido no Universo todo o attentado feito às nossas liberdades e aos nossos direitos e justiça a quem merecer?”.⁶²⁴ O jornal *Vida Operária*, em artigo de João do Monte intitulado “A Postos!”, foi mais além, ao falar do combate social que se deveria travar contra o “polvo de nossa espécie” (a burguesia). Segundo ele, seria preciso que o trabalhador desse a tal inimigo:

Combate sem tréguas, porém que elle seja um combate moralizado, por meio da imprensa, mostrando ao mundo inteiro que a pena e a palavra, quando bem applicada poderá remover todos os empecilhos.⁶²⁵

Verifica-se, portanto, que as lideranças operárias viam a imprensa como um instrumento de luta social, por onde poderiam, da mesma forma que os grupos dominantes e seus periódicos, defender os interesses sociais dos trabalhadores. A imprensa operária se inseriu no conjunto do jornalismo local, ao lado da grande imprensa burguesa, mas também de outros periódicos, como, por exemplo, aqueles ligados ao universo feminino.⁶²⁶ Nesse conjunto, o que tais militantes vislumbravam era alcançar um público e uma opinião pública, como fica visível nesse trecho extraído do *Operário*: “solicitamos do público o seu poderoso concurso para o desempenho da árdua missão que temos a executar (...). A aceitação pública no correr do tempo significará para nós a melhor recompensa do nosso trabalho e do cumprimento do nosso programa”.⁶²⁷ As considerações abaixo, de Laura Antunes Maciel, sobre a realidade do Rio de Janeiro, também se aplicam ao caso aqui estudado:

A análise da intensa atuação de trabalhadores por meio de folhas periódicas pode nos indicar caminhos possíveis para a construção de uma esfera pública em uma sociedade que recém abolira a escravidão e pouco afeita aos valores democráticos, na qual o controle sobre o letramento e a imprensa

⁶²⁴ ENCETANDO A LUCTA. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909.

⁶²⁵ MONTE, João do. A Postos!. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 4, 29/2/1920.

⁶²⁶ Alguns exemplos: *O Abolicionista do Amazonas* – 1884 (de propriedade do Club Emancipador e da Associação Beneficente em Manaus), *O Amôr* – 1909/1910 (jornal das alunas da Escola Normal), *O Grêmio* – 1909 (órgão do Grêmio Familiar Amazonense), entre outros. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do norte...* Op. Cit., p. 235-240.

⁶²⁷ REAPPARECEMOS. *Operário*. Manaus, ano I, n. 1, 12/12/1892.

funcionaram como sólidos obstáculos à ampliação de direitos, dentre eles o de debater, expressar e canalizar opiniões e reivindicações.

Ao investir na criação de jornais para expressar e debater ideias, valores, projetos e reivindicações, trabalhadores se constituíram como sujeitos de ação coletiva capazes de fundar espaços de atuação pública por meio da palavra impressa.⁶²⁸

Certamente que a formação de uma esfera pública no Brasil não foi algo harmônico, linear e progressivo. Pelo contrário, tratou-se de um processo marcado por avanços e recuos, dinamizado pela própria disputa travada entre os grupos que direcionaram, através dos fluxos comunicativos (sobretudo pela imprensa), determinados assuntos, “dando a vê-los” – ou seja, tornaram público e visível uma gama de questões e posições disponibilizada para ser debatida entre os diversos setores da sociedade –, com a finalidade de construir uma justificativa que provocasse a aceitação dos indivíduos, uma aceitação pública.⁶²⁹

A imprensa, enquanto meio de comunicação, coloca-se como mediadora fundamental deste processo, pois, por intermédio dela, circulam diversas perspectivas e pontos de vistas sobre assuntos específicos que brotam dos interesses, em geral não convergentes, dos diferentes segmentos sociais. Numa sociedade desigual, estratificada e hierarquizada, como é o caso da brasileira, os públicos que constituem a esfera pública estabelecem relações que, normalmente, são mais contestadoras do que propriamente deliberativas.⁶³⁰ E é justamente isso que vai fomentar uma disputa entre eles visando o controle dos meios de comunicação, no caso em tela, especificamente os jornais, o que significa interromper os fluxos comunicativos “indesejáveis” (por exemplo, através do controle e/ou perseguição e fechamento de jornais, associações, clubes, etc.). Com efeito, a esfera pública no Brasil ora avança, quando ocorre uma crescente ampliação das relações e interações entre os diferentes atores sociais, que acabam mobilizando informações, ideias, posições e opiniões na imprensa e em espaços físicos diversificados, ora recua, pelo processo inverso (e pela monopolização desses espaços por um pequeno grupo, em geral de elite).

Atualmente não se sustenta mais a ideia da “inexistência de um espaço público no Brasil” a partir do argumento de que “a esfera privada apresentava-se de tal forma ampliada que a lógica das relações pessoais e patrimonialistas seria contrabandeada para o plano público, condicionando os relacionamentos nessa órbita”. Também não se pode pensar que a

⁶²⁸ MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista História*. São Paulo, n. 175, p. 426-427, jul./dez. de 2016.

⁶²⁹ MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. *Libero*. Ano XI, n. 21, Jun. 2008, p. 24.

⁶³⁰ PERLLATO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, n. 53, p. 123, mar. de 2015.

existência de uma esfera pública no país se deu a partir do processo de redemocratização na década de 1980, com a emergência de diversos atores sociais e a potencialização de suas vozes nos mais variados espaços sociais e na imprensa.⁶³¹ Estudos como o de Marco Morel demonstram a constituição de um espaço público no século XIX, num contexto em que se deve considerar o movimento liberal luso-brasileiro juntamente com a conturbada estruturação do Estado Nacional, no qual a independência, a abdicação de D. Pedro I e as regências movimentaram, de uma forma crescente, opiniões, ideias e convicções via imprensa. O autor analisa a chegada da família real no Rio de Janeiro (1808) e as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais decorrentes desse processo, buscando entender as ideias que então circularam e como elas contribuíram para a formação de identidades políticas (Exaltados, Moderados e Restauradores) e de uma opinião pública, mostrando os diversos espaços que foram construídos (sociedades, maçonaria...) e que foram estruturantes de uma esfera pública no país.⁶³²

Portanto, a esfera pública foi se configurando no Brasil desde o século XIX. Porém, nunca é demais mencionar que o presente capítulo não se propõe a analisar a formação e as transformações pelas quais a esfera pública passou ao longo do tempo no Amazonas, mas sim, considerando o recorte temporal estabelecido nesta tese, entender a relação existente entre a articulação em redes sociais, a atividade comunicacional ligada a elas (e os projetos de identidade que estavam em seu bojo) e a criação de espaços públicos, mas também políticos, operacionalizados pelos militantes operários na região.

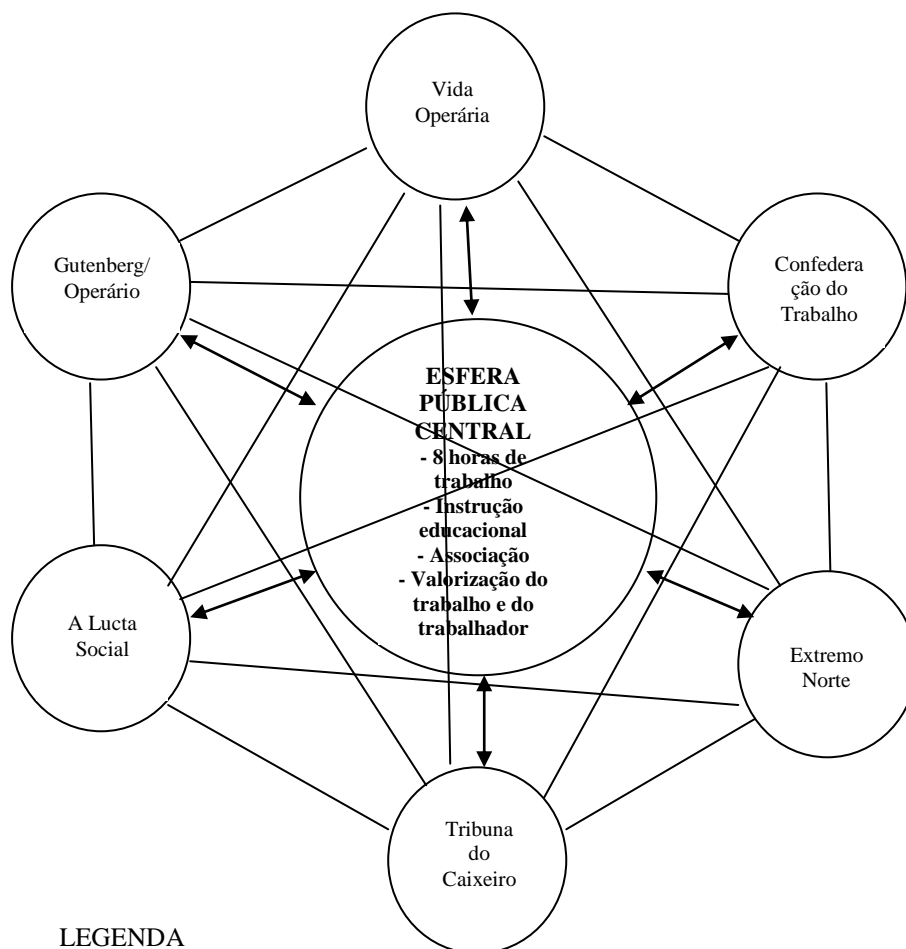
Neste sentido, ancorados em redes sociais diferentes, porém não isoladas, mas em contato permanente e fluxo constante, os militantes e seus respectivos jornais atuaram na captação, sistematização e difusão de um conjunto de informações, temas e questões que passou a ser alvo de debates e críticas com vistas a produzir consensos e sínteses (um produto social). Dessa forma, desenharam diferentes redes sociais e atividades comunicacionais que se cruzaram e que formaram esferas públicas autônomas, conectadas e potencialmente capazes de viabilizar opiniões sobre questões que foram conduzidas a um status de interesse público. O gráfico abaixo tenta traduzir as conexões, os fluxos e os conteúdos que se direcionavam e ajudavam a estruturar uma esfera pública no referido contexto:

⁶³¹ Idem, p. 122-123.

⁶³² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade no Brasil Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

GRÁFICO 4⁶³³

Esferas parciais e esfera pública central



LEGENDA

- = Redes e interações
- ↔ = Atividade comunicacional
- = Espaços imbricados e variados para discussões de questões relevantes à sociedade

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um primeiro aspecto a se sublinhar diz respeito à própria estruturação da esfera pública. Como é possível perceber, ela se forma “através da atividade comunicacional, quando diferentes públicos se organizam em redes comunicativas articuladas para discutirem temas ou causas de interesse comum, para assumirem posições e expressarem opiniões”. O segundo aspecto se refere à própria configuração dessa esfera, caracterizando-se como “uma estrutura de grande complexidade, ramificada em uma multiplicidade de arenas parciais que

⁶³³ O gráfico acima foi elaborado para minimamente tentar representar, através dos jornais operários que são a base documental desta pesquisa, as redes de interações, a circulação de ideias e o fluxo delas nas esferas públicas parciais (representadas pela imprensa) em direção à esfera pública burguesa.

permanecem porosas umas às outras”, a qual se articula – comunica-se – com uma esfera pública central (esfera pública burguesa). Por fim, o terceiro aspecto corresponde ao processo de articulação entre as diferentes esferas públicas parciais e dessas com a central, observando o espaço público institucionalizado onde as decisões políticas são tomadas. Neste âmbito, existem dois níveis:

- a) Uma esfera pública que atua como um contexto intermediário de comunicação entre as deliberações formalmente organizadas no centro e as falas cotidianas entre públicos episódicos da sociedade civil;
- b) É uma base formada por cidadãos organizados e orientados politicamente para a sistematização de informações e pontos de vista acerca de problemas coletivos.⁶³⁴

Os meios de comunicação possuem, como já ressaltamos, centralidade neste processo, pois alimentam os fluxos comunicativos e elaboram articulações entre as diferentes falas, organizando os debates travados na esfera pública, de onde emergem os temas que acabam se inserindo nos espaços de decisão política. Por força disso, optou-se por construir o gráfico acima, intitulado-se as esferas parciais a partir dos nomes dos jornais operários, o que também justifica o esforço empreendido no primeiro capítulo em identificar os grupos que estavam por trás da imprensa operária e suas articulações em redes, sobretudo pelo fato dos fluxos comunicativos partirem dessas bases sociais em direção à esfera pública central.

Com o crescimento do espaço urbano e a complexificação das relações sociais nele inscritas, em especial com a ampliação do mundo do trabalho e do acesso à feitura de jornais, as lideranças operárias (mas não somente elas, como já se observou) começaram a questionar as relações de trabalho e as consequências dessas para a sobrevivência do operariado. Aspectos do seu mundo da vida (e do trabalho) – baixos salários, altas jornadas, disciplina e punição, acidentes, carestia, etc. – passaram a ser elencados, observados e apreciados num misto de consentimento e resistência. Houve, assim, todo um esforço de mobilização e organização dos trabalhadores, levado adiante pelas lideranças operárias, no sentido de construir as suas associações - espaços de reunião para discutirem sobre sua situação social, debatendo e avaliando temas e questões referentes ao mundo do trabalho e da vida. Tais conteúdos eram problematizados, analisados e, em geral, materializados em “bandeira de luta” e de reivindicação, como, por exemplo, a jornada de oito horas e a implantação de férias.

Em geral, ligados às associações – ou a partidos, no caso dos socialistas – estavam os jornais operários que absorviam os conteúdos de crítica social e as plataformas políticas

⁶³⁴ MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública... Op. Cit., p. 29.

formuladas. Como se procurou demonstrar no primeiro capítulo, as lideranças que sustentavam os periódicos voltados aos trabalhadores estabeleceram conexões locais, regionais, nacionais e internacionais, tecendo um circuito dinâmico por onde circulavam e faziam circular a sua imprensa, numa troca de ideias e posicionamentos importantes para o movimento operário como um todo.

Certamente que, ao lado das associações operárias, também foram criadas associações patronais, como a Associação Comercial do Amazonas, entidade que discutia e defendia os seus interesses frente aos de outros grupos (especialmente de trabalhadores). A associação publicou uma revista – *A Revista da Associação Comercial* – que era sua porta voz. Os comerciantes e extrativistas também estavam por trás do *Jornal do Comércio*, responsável por difundir informações sobre o mercado da borracha, o movimento das embarcações no porto, o valor do dólar, entre outros temas. Da mesma forma, os estudantes se organizaram em grêmios e publicaram seus jornais. As colônias de imigrantes (portugueses, espanhóis...) constituíram entidades associativas que possuíam jornais voltados a elas. Enfim, havia uma heterogeneidade social, uma pluralidade de vozes que se entrelaçavam entre si e cruzavam diferentes temas que vinham a público e que aí eram debatidos e avaliados. Do conjunto desse universo, buscou-se focar os militantes operários e sua imprensa em contraposição ao patronato e seus periódicos para analisar o esforço das lideranças em prol da construção de uma esfera pública.

3.3 As esferas públicas parciais e a esfera pública burguesa

Antes de examinarmos as esferas públicas parciais é preciso esclarecer o procedimento adotado para abordá-las. Nesse sentido, percorreremos um caminho apontado pela bibliografia que pensa e fala delas a partir das ações dos indivíduos, quando esses se organizam em movimentos coletivos e criam condições específicas para propagarem seus conteúdos e posições com o objetivo de inseri-los em uma esfera pública central de discussão e debate.⁶³⁵ Os veículos de comunicação, nesse caso, têm uma função importante de tirar as questões de seu contexto de origem possibilitando:

Uma discussão em público de tais temas por agentes políticos e pelos que têm lugar de fala na sociedade; uma visibilidade de discussões que, de outro modo, aconteceriam em âmbito particular ou reservado; o fornecimento de

⁶³⁵ Idem, p. 31.

inputs para muitas discussões com pouca visibilidade (mas com algum grau de eficácia na sociedade civil).⁶³⁶

É fundamental reconhecer o esforço dos grupos sociais em formar e sustentar essas esferas públicas parciais, as quais permitem a construção de fluxos comunicativos que podem convergir para um espaço de discussão e debate mais amplo, cuja finalidade nada mais é do que atingir “os espaços deliberativos”, de decisão política. São os grupos sociais e seus fluxos comunicativos, como já foi sublinhado anteriormente, que estruturam uma arena maior voltada ao debate de questões que aí foram introduzidas. Certamente que a introdução de temas nessa arena maior depende das ações dos atores sociais e de seus fluxos comunicativos. Para tanto, novamente se deve ressaltar a importância dos veículos de comunicação, o que também permite compreender o esforço dos atores na disputa pela manutenção e/ou controle deles. Portanto, é preciso entender tal processo a partir da conjugação de alguns elementos: os atores sociais, os seus veículos de comunicação (juntamente com as suas ações comunicativas) e, principalmente, as relações estabelecidas entre eles, pois são essas que vão determinar o alargamento ou não dos temas e questões inseridas na esfera pública burguesa.

3.3.1 As esferas públicas socialista, anarquista e colaboracionista

O esforço empreendido no primeiro capítulo teve como finalidade verificar a existência de redes sociais, estruturadas pela militância operária, de âmbito regional, nacional e internacional, por onde acontecia uma rica circulação de informações, conteúdos e ideias relacionadas ao mundo do trabalho. Tal rede era composta por militantes, associações e partidos que promoviam encontros os mais variados como, por exemplo, os congressos operários. Os jornais surgiram como seus porta-vozes. Desse modo, os militantes socialistas, colaboracionistas e anarquistas recepcionavam as demandas do mundo da vida operária, inserindo-as dentro dos espaços e das redes construídas, onde debatiam e se posicionavam, expressando opiniões e tornando-as públicas nos seus periódicos, buscando atingir o conjunto do operariado, mas também os patrões, os segmentos médios e os atores políticos.

Os jornais se configuraram como arenas discursivas canalizando as opiniões e os julgamentos sobre as ações do patronato e do poder público. *Gutenberg, Operário, Vida Operária, Extremo Norte* e *O Constructor Civil*, de corte socialista, tinham como base social

⁶³⁶ GOMES, Wilson. Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política. *Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política, do XVI Encontro Anual da Compós*, realizado na UTP, Curitiba/PR jun. de 2007, p. 11.

os gráficos, cigarreiros, marinheiros, construtores civis, pedreiros, foguistas, dentre outras categorias, cujos militantes se empenharam em manter suas respectivas associações e em implantar e sustentar um partido operário na região. Já a imprensa colaboracionista, *Confederação do Trabalho* e *Tribuna do Caixeiro*, assentava-se em categorias oriundas dos setores comerciais e industriais, congregando, inclusive, em função da perspectiva de colaboração de classes, frações de grupos políticos e patrões. Por outro lado, o jornal *A Lucta Social*, de cunho anarquista, apoiava-se nos grupos dos práticos, carroceiros, boleiros, manipuladores de pão, alfaiates e setores dos gráficos.

Estes jornais, como é possível observar no gráfico apresentado anteriormente, tinham o papel de tirar da esfera parcial temas ligados ao universo do trabalho e direcioná-los para a esfera central, a esfera pública burguesa. Nesse sentido, é possível identificar alguns desses temas como, por exemplo, o trabalho e a associação. Com relação ao primeiro, como já foi destacado anteriormente, em virtude dos anos da vigência da escravidão e da visão social de demérito do trabalho braçal, que se tornou predominante na sociedade escravocrata brasileira, ocorreu um esforço significativo no pós-abolição, em especial das lideranças operárias, no sentido de carregar o trabalho manual de aspectos socialmente positivos. Trabalho e trabalhadores, como era de se esperar, se tornaram assuntos constantes nas páginas da imprensa operária, que procurava colocar em relevo a importância de ambos para a construção da riqueza de um país. Por um lado, enquanto o patronato, por intermédio de seus periódicos, realçava apenas o trabalho como fator de “progresso material”, ocultando, assim, qualquer tipo de contribuição dos trabalhadores ao avanço técnico e/ou à produção de riqueza de uma nação, por outro, os militantes operários lembravam a esse mesmo patronato (e à sociedade em geral) de quem eram os braços que faziam movimentar toda a engrenagem da atividade econômica, atrelando a produção de riquezas no Amazonas (e no mundo) ao esforço e à exploração dos trabalhadores.

Buscavam com isso, ao contrário dos patrões, explicitar tanto a relevância do braço trabalhador como fator de “progresso material” como também, e principalmente, fomentar um processo de auto-reconhecimento (entre os trabalhadores) e reconhecimento social (da sociedade em geral), fundamentais para o desenvolvimento das ações políticas que tais atores procuravam construir no contexto de uma República liberal e excludente, a qual limitava a participação política da população e tratava as críticas, os questionamentos e os movimentos políticos de contestação e reivindicação seguidamente como “casos de polícia”. O reconhecimento social, portanto, era parte importante da legitimação das ações políticas da militância operária. Certamente era por isso que ela, ao mesmo tempo em que colocava em

relevo o dinamismo do braço trabalhador, não deixava de revelar as suas péssimas condições de vida, vistas como incompatíveis com a sua responsabilidade social. Seriam, nessa perspectiva, os trabalhadores e não as “classes perigosas” (das quais queriam se diferenciar) que se movimentariam por melhores condições de trabalho e vida.

Esta movimentação tinha como pilar a organização do operariado em associações. Em geral, no conjunto da imprensa destinada ao universo do trabalho, os conteúdos relacionados às associações são significativos. Eles vão desde a fundação dessas entidades (associações beneficentes, mutualistas e/ou sindicatos), passando pela sua ampliação e fortalecimento. No bojo desse processo, sempre se falava do papel primordial do associativismo, sobretudo como espaço de realização de várias atividades, entre as quais se encontravam as reuniões para tratar de atividades comemorativas (Primeiro de Maio, aniversário de fundação...), de análises estruturais e conjunturais (“lugar” do operariado na sociedade, condições sociais de existência, desigualdade social, exploração do trabalho, etc.), de formas de ação (participação política, protestos, greves...) e de fortalecimento moral e social (a construção de projetos de identidade operária, por exemplo). A imprensa operária demonstra, pois, o esforço das lideranças em justificar a organização dos trabalhadores, defendendo as associações frente aos ataques do patronato, o qual, dependendo das ações desenvolvidas por elas, tentava desqualificá-las e fechá-las por meio de práticas repressivas mais ou menos veladas.

A luta pela jornada de oito horas de trabalho também ganhou destaque e discussões públicas. Nos jornais operários, os períodos de trabalho aparecem como “jornadas extenuantes” que sufocavam o trabalhador, impossibilitando-o de ter tempo disponível para o estudo, o lazer e o descanso. A ideia de dividir o dia em três oito horas, sendo uma dessas porções voltadas ao trabalho, provocou um debate público. Nos jornais operários isso significava conquistar tempo para a educação, o lazer e o descanso. Para o patronato, tratava-se da diminuição da produtividade e do aumento de custos. A jornada de oito horas por dia foi defendida nos periódicos operários amazonenses, de modo articulado com uma luta internacional iniciada no século XIX. Em 1920, por exemplo, o *Constructor Civil* apontava que os trabalhadores amazonenses, especialmente os da construção civil, gritavam em favor das oito horas de trabalho, uma jornada que já havia sido adotada, destacava o jornal, na maior parte do mundo.⁶³⁷ No mesmo ano, o periódico *O Extremo Norte* também mencionou as oito horas de trabalho ao criticar o aumento da jornada laboral na empresa Manaós

⁶³⁷ ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DAS Q.A.C. CIVIL DO AMAZONAS. *O Constructor Civil*. Manaus, ano I, n. 1, 5/1/1920.

Tramways.⁶³⁸ A posição mais contundente sobre o tema veio do jornal *A Lucta Social*, quando esse reverberou no Amazonas uma greve geral que ocorreu no Pará no ano de 1914. Segundo o periódico:

Foi por isso que no Pará se deram várias greves, chegando-se a declarar a greve jeral a favor das 8 óras de trabalho, reclamação umanitaria, porque dava ensejo á colocação de muitas dezenas de operários desempregados. Porém, o governo do Pará, não o entendeu assim e sufocou pela força armada uma aspiração, que por princípio sociológico deveria até auxiliar, a bem da paz e da harmonia social.⁶³⁹

Percebe-se que o jornal em tela se colocou a favor das oito horas de trabalho, justificando que ela, uma vez adotada, possibilitaria o aumento do emprego e a pacificação social. Quer dizer, tal medida não apenas acabaria com uma jornada de trabalho extensa, que não raro girava em torno de quatorze a dezesseis horas diárias, como também significaria uma maior oferta de empregos e uma diminuição dos conflitos sociais. Por outro lado, uma menor jornada daria ao trabalhador a oportunidade de ter algum tempo livre para se dedicar ao processo instrucional. Esse foi um argumento utilizado pelo grupo que dava vida ao *Tribuna do Caixeiro*, o qual não perdeu a chance de publicar em seu jornal o discurso que José Jorge Vieira (sobre esse personagem ver p. 54) proferiu numa reunião realizada na Associação Comercial do Amazonas no dia 30 de agosto de 1908. O presidente da ACA na ocasião era o senhor Scholz, que acolheu os diretores da AECA para tratar especificamente do fechamento das portas do comércio às seis horas da tarde. Quando tomou a palavra, sobre essa questão Vieira ressaltou:

Como nós poderemos, porém, instruir se vivemos ajoujados a um trabalho infecundo durante 15 horas por dia, sem nos deixar vagar senão para descansarmos desse labor insensato, que bestifica o indivíduo, matando-lhe no berço todas as energias?

É tempo, senhores de expurgar o nosso meio, do carrancismo que tudo invade para desprestigiar as opiniões que se levantam com o fim nobre e generoso de quebrar essa cadeia de ignominioso ilótismo que se conserva o caixeiro no Amazonas.

O caixeiro precisa instruir-se para se tornar de futuro o commerciante capaz de resolver com accerto todas as questões que surgem na vida commercial; e

⁶³⁸ EXPLORAÇÃO DA TRAMWAYS. *O Extremo Norte*. Manaus, ano I, n. 13, 8/4/1920.

⁶³⁹ NO PARÁ – UM GOVERNO DESPÓTICO – GRÉVE MOTIVADA PELA FOME – PRIZÕES – DEPORTAÇÕES DE OPERÁRIOS – ASSALTO ÀS SOCIEDADES – OUTRAS NOTAS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 3, 1/6/1914.

é essa instrução que vimos reclamar, senhores, partindo desse princípio harmônico que regula a vida do indivíduo na sociedade.⁶⁴⁰

Em outro artigo, o referido jornal assim se pronunciou sobre o assunto:

Com os pequenos elementos que tinha, installou a Associação o seu curso de ensino commercial e assim mostrou que o seu fim era educar e instruir, preparando o caixeiro para melhores dias na carreira que abraçara cheia de trabalhos e minada de controvérsias.

Foi neste pé que a Associação dos Empregados no Comércio julgou opportuno fazer o seu pedido – a redução das horas de trabalho – para seus associados poderem ao anoitecer, sahindo da casa que lhes dá o pão para suster a matéria, entrarem nesta que lhes proporciona a substância para illustrar o espírito.⁶⁴¹

Com efeito, conforme já foi apontado em vários momentos desta tese, a instrução educacional foi um tema tratado pelo conjunto da imprensa operária. Algumas associações, como a dos caixeiros, disponibilizaram esse tipo de atividade aos seus pares. Ela se constitui em outro tema importante que foi debatido amplamente nos jornais dos trabalhadores. Para a militância, a instrução significava aperfeiçoamento profissional (e, no caso em tela, ascensão social) e inserção política, o que foi explanado e defendido na própria imprensa, conforme visto nos capítulos anteriores. Além dela, a questão da regulamentação pelo Estado da relação capital/trabalho foi posta em jogo. Ela apareceu, por exemplo, no jornal *Vida Operária*, num contexto de eleições para o governo do Estado do Amazonas, numa fala direcionada aos trabalhadores, alertando-os para que escolhessem e votassem num candidato que se dispusesse a “consultar os interesses do povo”:

Devemos trabalhar com todas as nossas forças ao lado daquelle que nos garanta a *queda do Patronato* e a *Regulamentação entre o Capital e o Trabalho*, porque são as aspirações dos nossos ideiaes, e será um passo agigantado que daremos na evolução da nossa vida associativa.

Já estamos fartos de soffrimentos. Não devemos ir no arrastão de todos os tempos, porque o mundo nos tem dado grandes lições e devemos aproveitá-las para reagir, e mostrarmos aos potentados que nós também somos um Poder supremo, que suplanta aos demais Poderes!
Avante operários!

(...)

É chegado o momento das nossas reivindicações!

⁶⁴⁰ O FECHAMENTO DA PORTA ÀS 6 HORAS DA TARDE. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 21, 6/9/1908.

⁶⁴¹ PELA INSTRUCÇÃO. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 32, 29/11/1908.

Cada operário, deve correr as urnas, suffragando um nome, que congregue, concilie e harmonise a família amazonense e mereça a inteira confiança do Povo!⁶⁴²

Como se pode notar, encontra-se presente no trecho a defesa de uma instância para arbitrar os conflitos entre capital e trabalho. Essa ideia do voto num candidato que pudesse atender algumas das reivindicações do operariado era questionada de forma veemente, como ressaltamos anteriormente, pelos anarquistas que gravitavam em torno d'A *Lucta Social*. Como foi possível observar nas páginas anteriores, eles negavam qualquer tipo de participação no processo eleitoral e pregavam a ação direta para a luta operária. Nisso rivalizaram com os socialistas. A imprensa reverberou tais divergências, que não se restringiram apenas à participação ou não através de eleições.

Tais diferenças apareciam também quando se falava em greve. No jornal *Extremo Norte* ela era questionada e criticada. No *Vida Operária* era condenada por produzir o que o articulista Guilherme de Oliveira chamou de resultados “contraproducentes da greve”, sublinhando que, durante os movimentos paredistas, as negociações seriam demoradas, a pauta de reivindicações nem sempre seria atendida e no seu desenrolar os operários ficariam numa situação difícil, sem salário e com algumas inimizades produzidas ao longo da paralisação das atividades laborais. No mesmo âmbito de debates, os anarquistas do jornal *A Lucta Social* tinham a greve como revolucionária e os colaboracionistas do *Tribuna do Caixeiro* como algo inaceitável, já que viam seus patrões como aliados, buscando sempre sensibilizá-los em prol de algumas solicitações da classe, como, por exemplo, o fechamento das portas aos domingos.

Estes temas e debates alcançavam as associações, os clubes e, no caso dos socialistas, os partidos operários. Tal rede tecida pela militância operária foi fundamental para a circulação dos conteúdos e, sobretudo, das discussões e posicionamentos tomados e que se consubstanciaram em uma pauta de reivindicações a ser difundida e defendida para além desse circuito restrito. Assim, as ações coletivas das lideranças através de seus discursos (formais e informais) e/ou dos seus impressos (jornais, principalmente) contribuíram para que tais assuntos atingissem outros espaços como as escolas, os cafés e bares, os teatros e as praças da cidade, alcançando, portanto, a “praça pública”, ou, em outros termos, a “esfera pública burguesa”.

A título de exemplo, o jornal *Vida Operária* registrou e publicou em suas páginas como foi comemorado o Primeiro de Maio na Escola de Aprendizes Artífices (educandário de

⁶⁴² O CASO DO AMAZONAS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 17, 6/6/1920.

ensino profissional) em Manaus. O periódico mencionou que exatamente às oito horas e trinta minutos assumiu o comando da mesa o diretor de ensino e deputado estadual Esmeraldo Coelho, proferindo palavras de boas vindas. Após, foi executado o Hino Nacional. Em seguida, Coelho passou a palavra para a professora Ritta Alves da Conceição que elaborou um discurso sobre o que chamou de “Dia do Trabalho” (ver o discurso no capítulo 2). Continuando o evento, ocorreu a entrega de certificados e prêmios aos melhores alunos e, depois, o discurso de José Renaud, mestre de tipografia/encardenação. Na continuidade, entrou em cena Elesbão do Nascimento Luz, diretor do referido jornal, que também protagonizou uma fala. Consoante o *Vida Operária*:

Começa dizendo do entusiasmo que o dominava, porque não contava, conviva voluntario de uma festa toda intima e quasi reservada, encontrar tanto encanto, communicativa solemnidade escolar, em homenagem a grande data, que se festeja por toda parte, como o Dia do Trabalho, do Operário.

Prossegue em eloquentes phrases sobre esse dia e o operariado, perorando com palavras de estímulo aos aprendizes, afim de seguirem os exemplos e os ensinamentos de seus professores e mestres, para alcançarem no futuro as conquistas e ou louros do operário hodierno.

As ultimas palavras (...) são abafadas pelas palmas dos assistentes.⁶⁴³

Após as palmas, o evento foi caminhando para a parte final, com a entrega das primeiras ferramentas do ofício de alfaiate ao aprendiz diplomado em 1916 Ildefonso Olindo dos Santos (que se tornou professor do educandário) e com o toque do Hino do Trabalho. Terminada a festa, foi feita “larga distribuição da *Vida Operária*” pelo diretor da escola e do jornal.⁶⁴⁴

Esta não foi a única instituição de ensino frequentada por Elesbão Luz. O Colégio Nossa Senhora das Neves também tinha algum contato com os editores do referido jornal.⁶⁴⁵ Luz era professor aposentado e, como tal, deve ter feito, ao longo dos anos de atividade no magistério, algumas amizades que lhe proporcionaram uma inserção mais firme nos estabelecimentos de ensino da capital amazonense. Aproveitando tal abertura, produziu discursos, distribuiu o seu periódico e introduziu nesses espaços os assuntos do mundo do trabalho. Na sua fala, diferente daquela verbalizada pela professora Conceição (cujo tema era o Dia do Trabalho e não o do Trabalhador), não deixou de sublinhar, justamente, o operário, o

⁶⁴³ A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 14, 9/5/1920.

⁶⁴⁴ Idem.

⁶⁴⁵ COLLEGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 11, 18/4/1920.

trabalhador, indo além da pauta genérica e abstrata do trabalho para valorizar aquele que quotidianamente o executava.

Alguns anos antes da publicação do *Vida Operária*, o *Confederação do Trabalho* trouxe em suas colunas a marca de uma visita realizada ao Instituto Afonso Penna, em Manaus, como aponta o trecho abaixo:

Tivemos ocasião de estarmos com alguns alumnos deste importante estabelecimento de ensino. Nos causou grande contentamento o que entre outros alumnos nos relataram os nomes de João R. Palmello, e José Pedro Palmello colocados naquelle estabelecimento pelo nosso distincto Deputado a Assembleia Geral da Confederação do Trabalho coronel Joaquim E. Teixeira.

E o que estamos bem informados é que aquelle estabelecimento continua bem administrado a ponto de merecer os mais justos aplausos.

Honra pois ao seu digno director Adolpho Cavalcante que correspondendo os desejos do digno e honrado governador do Estado; satisfaz as justas asperações de todos que desejam ver sahir dos estabelecimentos de educação verdadeiros homens preparados para com honestidade e valor incetarem a luta pela vida.⁶⁴⁶

Verifica-se que os editores do jornal veicularam a ideia da escola como um espaço de preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, sobretudo quando sublinham que daí deve sair “verdadeiros homens preparados com honestidade e valor [para] incetarem a luta pela vida”. Na mesma linha colaboracionista, o *Tribuna do Caixeiro* também se fez presente nas escolas:

Gratíssimas recordações devem guardar ainda quantos assistiram a bella festa com que se commemorou a passagem de mais um aniversário de sua fundação o Collégio Sete de Setembro, excelente estabelecimento de educação que reaes serviços há prestado a uma boa parte da mocidade de Manaós.

(...)

As 8 horas da noite, declarada aberta a sessão, foi cantado o bello hymno daquelle estabelecimento, por todos os alumnos, deixando em todos os presentes a mais agradável impressão.

Em seguida tomou a palavra a senhorita Aida Santos, que congratulando-se com as suas collegas, concitou-as a prosseguir nessa conquista sublime da luz, afim de que bem cedo possam colher os sazonados fructos da instrução. Seguiram-se-lhe com a palavra os alumnos Guiomar Menezes, Judith Santos, Rosalina Sá, Joaquim Pinto, Ildefonso Corrêa e Marília Amélia Conrado, que em entusiasticas orações e bellos versos, análogos ao acto, poderosamente contribuíram para o êxito daquela festa.

Encerrada a sessão, a que assistiram, entre outras pessoas gradas, os exms. srs. coronéis Antônio Bittencourt, governador do Estado e Domingos de

⁶⁴⁶ FAZENDO JUSTIÇA INSTITUTO AFONSO PENNA. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 3, 25/12/1909.

Andrade, superintendente municipal, dr. Paes de Andrade, director da Instrucção Pública e desembargador Assumpção Menezes, deu-se começo a uma soirée dansante que se prolongou, com grande animação, até 1 hora da manhã, quando se retiraram os convidados, imensamente satisfeitos, já pela bella festa de que vinham de gosar, já pelas extremas gentilezas com que os cumulou a exma. Directora daquelle excellente estabelecimento de educação.

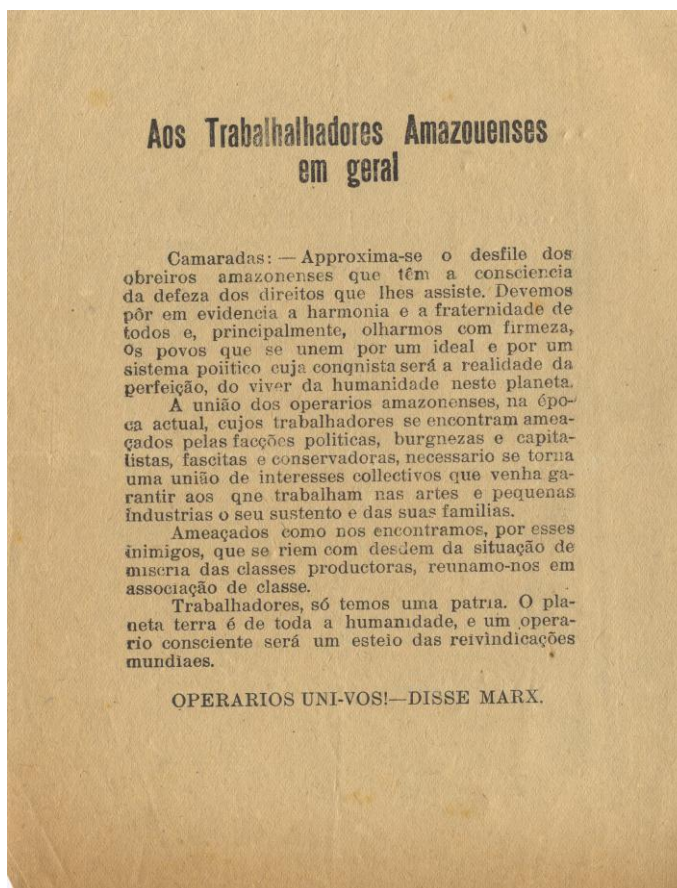
A exma. sra. d. Cesarina Berger, enviamos calorosas felicitações pelo êxito de que foram coroados os seus esforços de directora, de envolta com os nossos agradecimentos pela gentileza do convite que nos dirigio.⁶⁴⁷

Interessante explicitar que os dois jornais colaboracionistas não deixaram de se inserir nos espaços escolares, e fizeram isso juntamente com aqueles com quem buscavam formar alianças: os membros do executivo municipal e estadual e os parlamentares. Já os anarquistas, possivelmente devido ao radicalismo de suas ideias, ao que parece, não tiveram muita presença nesses estabelecimentos, pois não se encontrou qualquer tipo de informação que permitisse atestar isso. Ao se evocar o contexto de 1907 a 1913 – quando foram aprovados os projetos de leis para a expulsão de estrangeiros – é possível dizer que dificilmente receberiam algum tipo de convite nesse sentido (pois não seriam aí bem-vindos), o que não os impossibilitava de buscar a cena pública, inclusive jogando panfletos pelas ruas contendo alguns aspectos de suas ideias e sofrendo ameaças por tal ato, como foi atestado no capítulo 2 (p. 182).

Mas não eram apenas os anarquistas que espalhavam panfletos pelas ruas da cidade. A militância socialista também distribuiu alguns desses “papéis incendiários” como se pode observar abaixo:

IMAGEM 13
Panfleto Operário

⁶⁴⁷ COLLÉGIO SETE DE SETEMBRO. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 22, 13/9/1908.



Fonte: “Panfletos Operários” – Acervo Digital do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA).

Embora o panfleto não deixe claro quem estava por trás dele, sabe-se que é de orientação socialista pelo conteúdo – menciona o sistema político, por exemplo – e pela referência que faz a Karl Marx.

Jornais, panfletos e os próprios militantes tomavam também os salões dos cafés, espaços igualmente associados à discussão de opiniões e à esfera pública. Aliás, muitas vezes era justamente nesses locais que impressos eram disponibilizados para a venda. Um exemplo:

Desejando facilitar aos nossos collegas a aquisição do nosso jornal, resolvemos estabelecer agências para a venda do mesmo, para o que nos entendemos com os chefes das seguintes casas que gentilmente atenderam ao nosso pedido:

ITATIA YA, rua Municipal;

CAFÉ RICHE, avenida Eduardo Ribeiro;

ENGRAXADOR SEM RIVAL, do sr. José Gonçalves, rua Deodoro, prédio dos srs. Marius e Levy;

O TICO TICO, praça Tamandaré, esquina da rua dos Andradas;

LEITARIA AMAZONENSE, rua dos Barés (Mercado Público).⁶⁴⁸

⁶⁴⁸ A TRIBUNA DO CAIXEIRO. *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 7, 31/5/1908.

Qualquer interessado poderia encontrar o *Tribuna do Caixeiro* no Café Riche, por exemplo. Mas também no Tico Tico era possível comprá-lo e se deslocar, um pouco mais à frente, até a praça Tamandaré e lá realizar uma leitura coletiva do jornal, o que não devia ser raro.

IMAGEM 14

Café dos Terríveis



Fonte: Acervo do Museu Amazônico – Anuário de Manaus, 1910, p. 118.

Alguns periódicos operários foram idealizados em mesas de bar, entre tragos e conversas, como o *Vida Operária*, conforme mencionado no capítulo 1 (p. 73-74). Esse mesmo impresso deixou marcado em suas colunas algumas informações sobre o surgimento de cafés voltados aos trabalhadores e ao público em geral:

A VIDA OPERÁRIA, por intermédio do seu director e companheiro de redacção (...) Elesbão do Nascimento Luz, visitou a 16 do corrente, o Café denominado **Quatro de Agosto**, da Sociedade de Sindicato dos Cigarreiros. Esse estabelecimento se acha situado na rua dos Remédios fazendo canto com a Mundurucús.

Alli foi o nosso companheiro, a convite do presidente da referida sociedade gentilmente recebido por um dos seus dignos sócios o sr. Augusto Borges, gerente do mesmo estabelecimento, e seu auxiliar Francisco de Noronha, que

depois de visitar todas as dependências do mesmo, notou o mais completo asseio. Em seguida serviu-se de uma bem preparada qualhada, café e doces finos; brindando depois aos promotores da tão feliz lembrança recreativa, o do passatempo domingueiro e de algumas horas de distração e a nossos operários companheiros, pela iniciativa do m. d. sr. Carlos Reis, na qualidade de presidente da directoria do mesmo Sindicato, que na ocasião se achava presente.

Uma regular concorrência de operários estavam presentes no momento; havendo o nosso director tomado nota dos seguintes: Rodolpho Manoel do Nascimento, Jovino José Fernandes, Vicente Evangelista da Silva, Manoel Alencar, Francisco Fidelix, Francisco José de Souza, Israel Barbosa Braga e outros.

Ao tão prospero estabelecimento associativo, este periódico faz os mais ardentes votos de felicidades.⁶⁴⁹

O Café Quatro de Agosto, portanto, estava vinculado ao Sindicato dos Cigarreiros, sendo montado por esse para atender ao operariado e ao público em geral. Nesse ambiente, é possível imaginar que, entre baforadas de cigarro, goles de café e porções de doces finos, surgiam conversas relacionadas ao mundo do trabalho. E, se considerarmos que o sindicato em tela fazia parte, ao lado de outras associações, da base social dos jornais *Extremo Norte* e *Vida Operária*, acaba não sendo descabido pensar que ambos os impressos eram disponibilizados em tal ambiente, lidos e debatidos pelos frequentadores do local. As lideranças operárias também frequentavam o estabelecimento e traziam consigo as suas ideias que aí eram compartilhadas.

Os teatros da cidade não passaram incólumes a esta presença pública operária. Construídos para serem utilizados como ambientes destinados para a encenação de peças artísticas, em sintonia com o que se tinha de mais moderno e sofisticado do gênero na Europa, seus corredores e demais espaços foram utilizados pelos militantes para debater e se posicionar sobre assuntos sociais, como deixa entrever o trecho a seguir:

A's 8 horas da noite de domingo passado, deu-me na venda de por todos os meios ir dar um passeio no Éden Theatro. Viro e reviro o bahú velho, e encontro 3\$000 magros que lá existiam; meto-me no velho frak e puz-me a caminho com direção ao Éden.

No salão do Hotel do Commercio encontro com o R. Vasconcellos, J. Vieira e F. Medeiros que estavam pregados n'uma daquellas banquinhas, respirando um aroma puro e inebriante que exalavam umas rosas singelas collocada em um doirado vaso de porcellana; discutiam sobre o imposto em ouro, sobre o congresso e a criação de um club typographico, e finalmente, como remate a tudo isto, estavam bebendo bons copos de fria cerveja.

Avistando-os, senti assim uma vontade de quem não quer querendo, de tomar parte também na animada discussão que sustentavam (e na cerveja

⁶⁴⁹ VISITA FEITA A UM ESTABELECIMENTO SOCIAL SYNDICATARIO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 24, 29/8/1920.

também) quando a campanha do Éden anunciou que ia começar a representação do espetáculo que havia sido anunciado.⁶⁵⁰

O local era o Éden Teatro e o espetáculo correspondia ao musical O Gato Preto e à comédia O Doutor Purgante. Na referida passagem revela-se os assuntos discutidos: imposto, congresso e a criação de um clube tipográfico. E os militantes não ficaram apenas nessa prática. Em momentos decisivos de suas ações, como a fundação de um partido operário, tomaram conta literalmente de alguns teatros:

No próximo domingo, 7, às nove horas da manhã, terá lugar, no Theatro Alcazar, gentilmente cedido pelo seu illustre proprietário dr. Raymundo Fontenelle, a primeira reunião operária para a fundação do Partido Operário do Amazonas.

(...)

Todos os operários, trabalhadores, etc. devem comparecer a essa reunião, aonde serão apresentadas as bases para a organização do mesmo.

Para assistirmos esse acto fomos delicadamente convidados e como organ defensor das classes trabalhadoras, lá estaremos.⁶⁵¹

A reunião aconteceu e o partido operário foi fundado com o nome de Partido Socialista Amazonense. Da mesma forma, em momentos de paralisação do trabalho, os teatros foram transformados em palcos para a realização de assembleias coletivas, nas quais se debatiam as pautas de reivindicações, as propostas patronais e os rumos das ações e dos movimentos operários. Os estivadores, por exemplo, fizeram uso do teatro “Alhambra” quando deflagraram uma greve em janeiro de 1911. Ocuparam as dependências do referido local por volta das 15 horas da tarde, reunindo nada menos que duas mil pessoas.⁶⁵² Entretanto, muito mais do que o êxito obtido com a criação do partido ou com a greve⁶⁵³, o que se quer sublinhar agora são os gestos e as práticas desenvolvidos nesses espaços. Aqui cabe destacar as palavras de Marco Morel sobre o teatro na Corte brasileira, que de lugar de aclamação oficial (espécie de diálogo entre o rei e seus súditos) passou a ser um ambiente de diálogo, conflito e consenso. Segundo o autor:

⁶⁵⁰ PELO THEATRO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 1, 15/11/1891.

⁶⁵¹ O PRIMEIRO PASSO – PARTIDO OPERÁRIO AMAZONENSE. *O Extremo Norte*. Manaus, ano I, n. 21, 5/6/1920.

⁶⁵² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros...* Op. Cit., p. 165.

⁶⁵³ A greve dos estivadores de 1911 foi vitoriosa, pois eles conseguiram impor a sua tabela, reajustando o valor das jornadas de trabalho. Inclusive utilizaram a Praça do Comércio para comemorar tal conquista que foi bastante festejada. Porém, meses depois, a Manáos Harbour fez vigorar a tabela com os antigos valores, anulando os efeitos positivos da greve. *Idem*, p. 169-170.

A falta de lugares determinados para reuniões abertas na Corte do Rio de Janeiro, ao longo do processo de independência e consolidação da nação, acabou transformando a sala do Teatro num espaço de manifestação política. Ou seja, num lugar de sociabilidade criador de mais um entre os diferentes níveis de espaços públicos. Sem ser um lugar de deliberação das autoridades, nem um ponto predefinido para encontros políticos, a sala de espetáculos foi se tornando um canal da expressão de diferentes vontades coletivas. Muitas vezes indiferentes à peça teatral representada, os espectadores podiam chamar mais a atenção do que os atores no palco. O público, pela força de suas vozes, gestos e palavras-de-ordem, tornava-se ator político, sujeito histórico.⁶⁵⁴

Guardadas as proporções de tempo, espaço e contexto, a ideia parece ser válida para a presença operária nos teatros Édén, Alcazar e Alhambra, que os transformava em espaço de expressão política coletiva operária, portanto, em constituintes da esfera pública.

Por outro lado, a documentação utilizada nesta tese não permitiu maiores inferências acerca do teatro operário propriamente dito. Na imprensa operária local os registros sobre as atividades cênicas produzidas ou não pela militância são bastante escassos. As evidências que emergiram apontam que a parcela organizada dos trabalhadores de Manaus, ao contrário do que ocorria em Rio Grande⁶⁵⁵ (RS), em São Paulo⁶⁵⁶ (SP) e em Florianópolis⁶⁵⁷ (SC), entre outras localidades, onde o teatro operário se apresentou dinâmico, envolveu-se em tais atividades majoritariamente como consumidores, ou seja, frequentava os pequenos teatros como plateia, como deixa entrever a passagem a seguir retirada do jornal socialista *Gutenberg*: “Sobe a scena hoje nesta estação theatral, o importantíssimo drama intitulado SANTA IZABEL RAINHA DE PORTUGAL, que na sua última representação foi muitíssimo aplaudida por nossa plateia”.⁶⁵⁸

As praças também foram marcadas com a impressão digital dos trabalhadores. Isso fica bem visível através das passeatas, dos protestos e das greves realizadas em tais espaços. Retomando o exemplo dos estivadores em 1911, antes de ocuparem as dependências do teatro Alhambra à tarde, reuniram-se pela manhã na Praça do Comércio, iniciando nesse local o seu movimento grevista. Quando tais ações eram desenvolvidas, elas ficavam tomadas de trabalhadores. Abaixo se tem uma imagem da Praça do Comércio ocupada por algumas pessoas, possivelmente sendo muitas delas trabalhadores, no início do século XX:

⁶⁵⁴ MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos... Op. Cit., p. 48.

⁶⁵⁵ COLLAÇO, Vera Regina Martins. *O teatro da União Operária. Um palco em sintonia com a modernização brasileira*. Tese (doutorado em História), PPGH/UFSC, Florianópolis, 2004.

⁶⁵⁶ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão!*... Op. Cit.

⁶⁵⁷ SILVEIRA, Marcos César Borges da. *O teatro operário em Rio Grande na época das primeiras chaminés*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, 2000.

⁶⁵⁸ ÉDEN-THEATRO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 19, 1/5/1892.

IMAGEM 15
Indivíduos na Praça do Comércio



Fonte: acervo particular.

Tais espaços se transformavam, portanto, em verdadeiros locais de debates e deliberações. Neles os operários se projetavam como atores políticos. Ou seja, a militância ligada ao movimento organizado dos trabalhadores atuava nas escolas, nos teatros, nos cafés e nas praças, levando para esses ambientes os seus conteúdos de classe através de comportamentos e discursos que foram fundamentais para a constituição de uma esfera pública.

3.3.2 A esfera pública burguesa

Partimos do teatro. Com o avanço dos valores burgueses pelo mundo, especialmente na “Era do Capital”⁶⁵⁹, possuir ou frequentar um teatro era fazer parte da modernidade. Esse ambiente, que se tornou um “grande símbolo coletivo de status” e de sociabilidade burguesa, representava a necessidade social de fornecer “conteúdo espiritual” para a mais “materialista

⁶⁵⁹ Emprestando o título da obra de Hobsbawm para caracterizar o período. Ver: HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

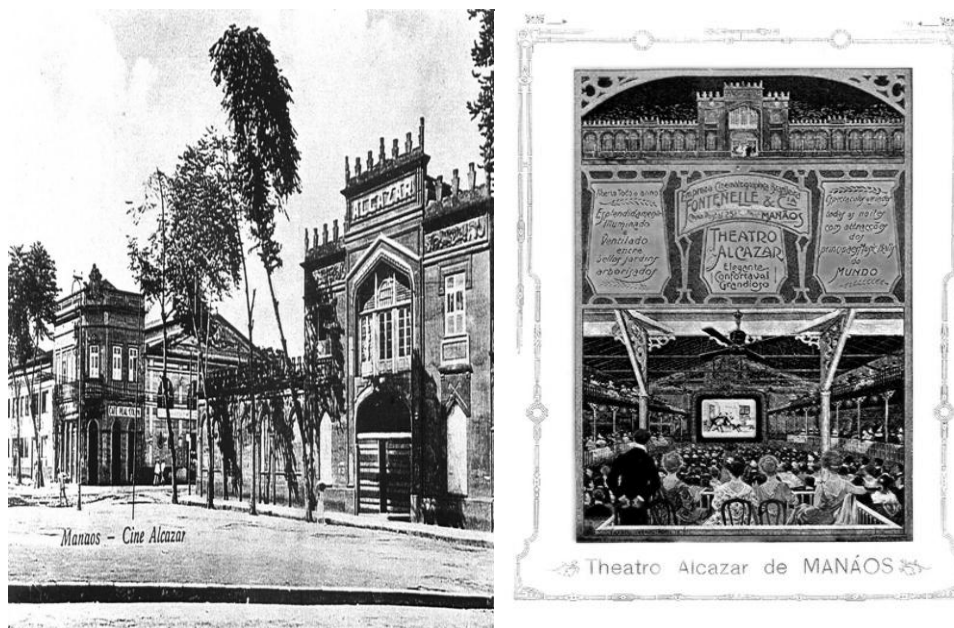
das civilizações”. Os teatros, assim, converteram-se em “grandes templos” onde indivíduos de origem burguesa cultuavam óperas e peças teatrais devotamente, “mas nem sempre apreciando de fato as obras do repertório clássico”.⁶⁶⁰

Tais ícones da modernidade e da cultura burguesa foram exportados da Europa para o mundo, sendo erguidos, inclusive, em regiões remotas do globo, “sobre os ossos de índios mortos em cidades nascidas do boom da borracha a 1.600 quilômetros rio acima da foz do Amazonas”.⁶⁶¹ Dessa forma, no meio da selva amazônica, elevou-se o Teatro Amazonas, o qual transfigurou-se em local de visibilidade e distinção social. No seu entorno e interior, a elite dominante local, com suas vestimentas, suas joias e seus modos refinados, copiados da burguesia europeia, buscava estabelecer e consolidar um processo de consumo de cultura e lazer.

Entretanto, o teatro, ao longo do século XIX, foi deixando de se restringir à burguesia, passando a fazer parte, gradativamente, do universo de outros setores sociais, como, por exemplo, das lideranças operárias. No Amazonas, existiram os “pequenos teatros”, que não eram tão suntuosos como o Teatro Amazonas, mas que fizeram parte do cotidiano da Manaus da borracha.⁶⁶²

IMAGEM 16

Teatro Alcazar



Fonte: Acervo particular.

⁶⁶⁰ Idem, p. 393.

⁶⁶¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 9º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 79.

⁶⁶² VILLANOVA, Simone. *Sociabilidade e Cultura: a história dos pequenos teatros na cidade de Manaus (1859-1900)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008, p. 253.

A elite comercial e extrativista local apreciava esse símbolo moderno, mas também os comportamentos, as vestimentas, a moradia, enfim, a cultura material, os valores e a moral de uma burguesia europeia que havia se tornado espelho do mundo. Ela queria “copiar” seus costumes e hábitos para sentir-se “moderna” e “civilizada”, distinta das classes populares e dos hábitos “bárbaros” e “primitivos” associados a essas últimas. E tentaram fazer isso, inclusive utilizando o teatro como instrumento pedagógico voltado para educar e “civilizar” as massas. Isso significava usar as peças teatrais no sentido de impor uma ordem moral burguesa. Ou seja, as classes dominantes do Amazonas viam no teatro a oportunidade de expressar a cultura assumida:

No século XIX o teatro pertencia à burguesia. Ele se tornou um espaço de sociabilidade, e “ir ao teatro” fazia toda a diferença perante a sociedade. Era um local de visibilidade para os seus frequentadores, confirmando que aqueles que o frequentavam possuíam uma cultura ilustrada, erudita.⁶⁶³

Além do teatro, as praças e os cafés se constituíram, como vimos, em locais de encontros de pessoas. Neles, a moda e os valores da burguesia se manifestavam. Já as escolas eram os espaços formais por excelência para o desenvolvimento de atividades de ensino que visassem inculcar nos pequenos indivíduos da região as ideias de “ordem”, “progresso” e “civilização”, em outras palavras – e considerando que boa parte da elite local ou mandava seus filhos estudarem na Europa, ou, então, arcava com o pagamento de professores particulares que iam até as suas respectivas residências ensinar seus herdeiros as primeiras letras, cálculos, música, etc. –, de obediência e de trabalho disciplinado e produtivo. A criação por parte da Associação Comercial do Amazonas (ACA) de uma “escola de comércio” atesta o que se quer sublinhar. Ela surgiu com o objetivo de preparar trabalhadores com uma maior qualificação para o comércio.⁶⁶⁴ Outro exemplo é o Instituto de Educandos Artífices, que no final do século XIX e início do século XX passou a formar profissionais como alfaiates, barbeiros, dentre outros.⁶⁶⁵

Toda esta teia – aqui exemplificada pelos teatros, cafés, praças e escolas – foi configurada pela elite comercial e extrativista com o apoio do poder público. Nela, tal grupo social direcionava seus temas e conteúdos que tinham relação com o que consideravam ser a

⁶⁶³ Idem, p. 38.

⁶⁶⁴ AVELINO, Alexandre Nogueira. *O patronato amazonense e o mundo do trabalho...* Op. Cit., p. 92.

⁶⁶⁵ Sobre o surgimento e o papel dos educandários na Amazônia consultar: RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (doutorado em História), Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

modernidade, em especial, no que interessa aqui, com o trabalho, a disciplina, a obediência e a passividade dos trabalhadores. O *Jornal do Comércio* e a *Revista da Associação Comercial do Amazonas* são dois dos periódicos desse grupo e associados aos mencionados ideais. Por eles, a elite local visava difundir seus projetos e valores, através de um fluxo comunicativo que se dirigia aos indivíduos e espaços citados, constituindo uma “esfera pública burguesa”.

A burguesia local procurava assegurar o monopólio da informação e, através disso, garantir o controle dos temas que eram canalizados para a esfera pública. Por mais que o sistema político fosse autoritário e excludente, restringindo a participação política, se fazia necessário, pelos instrumentos postos em cena, e que também eram símbolos da modernidade e civilidade, justificar e legitimar as ações políticas de largo impacto social. Consoante Paulo Marreiro dos Santos Júnior:

As elites gomíferas e autoridades públicas acreditavam piamente que a incorporação do ideal de modernidade traria o futuro esperado, mesmo esse sendo pretensamente unilateral. Sob tais aspectos pode-se perceber a anexação de valores modernos inicialmente pelas elites e depois objetivando estender à sociedade manauara por via de Instituições e toda uma pedagogia elaborada para atender inúmeros interesses e necessidades (...). Essa interferência alterou radicalmente a vida cotidiana e afetou aspectos do cotidiano dos habitantes da cidade.⁶⁶⁶

Este futuro esperado seria de “ordem”, “progresso” e “civilização”. Instituições, como a escola, teriam a função de imprimir localmente a nova ordem almejada. E os periódicos ligados a esse grupo dominante traziam em seu bojo tais ideais – sobretudo elementos atinentes à relação capital/trabalho – que precisavam ser disseminados por meio do “poder ‘enunciativo’ do discurso”.⁶⁶⁷ Já se falou acerca das transformações urbanas pelas quais a cidade de Manaus passou no período em tela. Da mesma forma, a historiografia local já demonstrou como, junto com essas mudanças, surgiu um *corpus* legislativo que tinha como finalidade moldar condutas tidas como “civilizadas”, em especial para os setores populares que teimavam em reproduzir suas práticas culturais (agora criminalizadas), que iam desde a criação de galinhas e porcos até os constantes banhos de igarapés.⁶⁶⁸ Uma das preocupações centrais dessa elite era, como se poderia esperar, com a organização do trabalho na cidade, o qual, afinal, garantia a sua riqueza e status.

⁶⁶⁶ SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/PUC, São Paulo, 2005, p. 34.

⁶⁶⁷ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 334.

⁶⁶⁸ SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917...* Op. Cit., p. 54 e 59.

Como vimos antes, pelo Código de Posturas de 1890, a vadiagem – o não-trabalho – se tornou crime e passou a ser associado a uma pré-condição à criminalidade. Mendicância, furtos, roubos, gatunagem seriam resultados da vadiagem, sendo tal comportamento passível de prisão, assim como esses outros delitos. Tudo isso passou a ser visto como manifestações das chamadas “classes perigosas”, aquelas das quais os militantes operários procuravam se diferenciar. Essas práticas caminhavam na contramão dos ideais da elite comercial e extrativista, sendo firmemente criticadas e condenadas pela sua imprensa. A “desordem” e a “vadiagem” precisavam ser combatidas. Em tal contexto, esses dois elementos foram utilizados pela elite para desqualificar e condenar o processo organizativo e de luta operária no Amazonas.

Neste momento, cabe sublinhar a tese central do presente trabalho. Sendo a base documental principal do estudo a imprensa operária, o que se defende é que a construção de complexas redes sociais, sejam elas amplas e fluidas e/ou pequenas e densas, pelas lideranças operárias, tinha a finalidade de fazer circular através delas a militância, mas, principalmente, os jornais que carregavam consigo projetos de identidade operária, os quais visavam promover, junto aos trabalhadores e à sociedade em geral, respectivamente, um auto-reconhecimento e um reconhecimento social da importância do braço trabalhador para a produção de riquezas no mundo (o que se procurou demonstrar nos dois primeiros capítulos). A articulação em redes e os projetos de identidade se constituem em dois elementos fundamentais para o processo de legitimação da luta operária pela construção de espaços políticos que culminassem em mudanças sociais, alterando positivamente suas condições de trabalho e vida. Este último aspecto será o foco agora.

Como se disse, a elite comercial e extrativista, através do *Jornal do Comércio*, direcionava seu discurso para os espaços “modernos” constituídos na “Belle Époque” amazônica. Nos cafés e bares, nas praças, nas escolas e nos teatros (exemplos que se recortou de um universo bem maior) assuntos como esse abaixo circulavam:

Raymundo Pereira dos Santos chegando, hontem, ás dez horas á sua casa, encontrou o genro espichado numa rede, a sonhar com as nymphas.
 - Que diabo disto é aquillo, homem de Deus? Então não vaes trabalhar?
 - Você não me disse nada...
 E o pau cantou no preguiçoso, que ficou com as costas muidas, sahindo pelas ruas á procura de trabalho.⁶⁶⁹

⁶⁶⁹ COISAS POLICIAIS - EXEMPLO EDIFICANTE. *Jornal do Commercio*. Manaus, ano ?, n. ?, 6/12/1916.

Quando se falava em trabalho e trabalhador, o tipo social que a elite queria formar era explicitado: pacato, obediente, ordeiro, disciplinado, produtivo e barato. Os que destoavam disso eram tidos como preguiçosos, indolentes, indisciplinados, improdutivo, dentre outras qualificações negativas. Recorria-se ao instrumento legal que disciplinava a vadiagem para punir os desviantes da ordem. No caso de greves, o que surgia era o discurso da “desordem”. Neste caso, a título de exemplo, tem-se a greve dos trabalhadores da limpeza pública em 1914. Em julho daquele ano, os referidos trabalhadores paralisaram suas atividades, cruzaram os braços e cobraram os salários que estavam atrasados. Entre discursos e cobranças, os trabalhadores Raphael Spindola e Joaquim Monteiro foram presos por desordem e vadiagem. Claro que esse episódio ganhou as páginas do *Jornal do Comércio*, que o reverberou pela cidade, condenando a paralisação do trabalho e classificando-a como “desordem” de agitadores que tinham a finalidade de desestabilizar a sociedade amazonense.⁶⁷⁰

A Greve Geral de 1919 em Manaus se constitui em outro episódio que demonstra o uso desse discurso da “desordem” por parte das elites e autoridades locais. Conforme Maria Luiza Ugarte Pinheiro, entre os dias 13 e 17 de maio, várias categorias – padeiros, sapateiros, carroceiros, lixeiros, estivadores, etc. – entraram em greve pela regulamentação da jornada de oito horas de trabalho. Foi formado um comitê central (o Comitê de Operários Amazonenses), com representantes de diversas categorias, cuja finalidade era conduzir o amplo movimento. Em virtude da paralisação, o governo do estado mobilizou a sua força policial. Contou ainda com o apoio da União, que enviou um reforço de “80 praças do 45º Batalhão de Caçadores do Exército, sob o comando do major Menescal de Vasconcelos”, para ocuparem “(por ordem superior vinda de fora do Estado) os armazéns da Manaós Harbour e o prédio da Amazon Telegraph”, firmas inglesas que exploravam, respectivamente, os serviços portuários e telegráficos na região.⁶⁷¹

A greve deflagrada foi ganhando corpo e preocupando as autoridades locais que temiam perder o controle da situação, uma vez que até mesmo setores populares mais amplos davam clara demonstração de apoio aos grevistas. Em especial, um acontecimento gerou os primeiros conflitos entre os trabalhadores em parede e as forças policiais, qual seja, a tentativa levada a cabo pelos grevistas de tentar impedir a circulação dos bondes da Tramways pela cidade, ação que foi neutralizada pelas forças de repressão. Houve confrontos e, para o Estado assegurar a circulação das linhas dos bondes, foi necessário colocar policiais no interior dos

⁶⁷⁰ BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2015, p. 91.

⁶⁷¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros...* Op. Cit., p. 172-173.

veículos. Após a mediação do poder estadual, a greve foi encerrada e a almejada aceitação da jornada de oito horas de trabalho pelas firmas estrangeiras e demais empresas só ocorreu mediante a redução proporcional do salário, ou seja, a jornada de 10 horas poderia ser reduzida para 8 horas desde que se reduzissem os salários na proporção de duas horas para os trabalhadores que assim quisessem proceder. Com receio do ressurgimento de movimentos desse tipo, o governador do Estado expulsou o Comitê dos Operários Amazonenses de seu local de funcionamento. Tal órgão se declarou extinto em 20 de maio de 1919.⁶⁷² Depois das ações repressivas das forças legais e da expulsão do Comitê, fica claro porque ele se declarou extinto!

Entretanto, a justificativa do uso do aparato repressivo era clara. Para o comandante do 45º Batalhão de Caçadores do Exército foi determinado, “por ordem superior, que auxilie o Governador do Estado, nas medidas que forem julgadas necessárias para a tranquilidade pública, devendo garantir os edifícios federais, assim como a Manáos Harbour”.⁶⁷³ E, no caso das forças policiais locais, o Chefe de Polícia, Hamilton Mourão, baixou uma portaria com o seguinte teor:

O Chefe de Polícia do Estado, no intuito de evitar as reproduções lamentáveis desenroladas nesta capital nos dias 14, 15 e 16 do corrente, por ocasião da greve geral promovida pelo operariado, determina ao Sr. Delegado Auxiliar e a todas as demais autoridades da Polícia Civil, que tomem enérgicas providências no sentido de não admitirem, em absoluto, aglomerações de pessoas nas ruas e praças da cidade, promovendo arruaças, impedindo o trânsito público e, sobretudo, obstando que os operários e trabalhadores, livremente, se dirijam aos seus pontos de trabalho a fim de exercitar a sua atividade; devendo as devidas autoridades observar estritamente as disposições do Código Penal da República e o Regulamento da Polícia Civil. Tomando esta providência à bem da ordem e da tranquilidade públicas, a Polícia Civil do Estado, com o auxílio das Forças Armadas que usará, se for mister, empregará toda energia na repressão de qualquer movimento subversivo. Cumpra-se.⁶⁷⁴

“Arruaceiros”, “subversivos” e “desordeiros” eram alguns dos adjetivos utilizados para desqualificar e condenar, inclusive penalmente, as lideranças operárias e os movimentos por elas conduzidos. Portanto, a legitimação da luta operária (a articulação em redes, os projetos de identidade e a construção de espaços políticos) era ponto fulcral nesse processo. Em tal contexto, pensa-se que se torna então explícita as ações dessas lideranças de, num

⁶⁷² Idem, p. 174-178.

⁶⁷³ *JORNAL DO COMÉRCIO*. Manaus, 20/5/1919 *Apud* PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros...* Op. Cit., p. 176.

⁶⁷⁴ PORTARIA DA CHEFATURA DE POLÍCIA DO ESTADO DO AMAZONAS, de 18/5/1919 *Apud* PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros...* Op. Cit., p. 177.

primeiro momento, fazer circular em suas esferas públicas (parciais) – estruturadas por ações dos próprios militantes – temas e conteúdos para que aí pudessem ser apresentados, discutidos e debatidos, a fim de que se tornasse possível firmar uma opinião e defender uma posição específica dos trabalhadores. Através dos jornais e outros impressos, e dos próprios militantes, esses posicionamentos saíam das esferas parciais e atingiam, em seguida, os espaços de sociabilidades normalmente reservados à elite local (cafés, teatros, escolas...) com a finalidade mesmo de penetrar e tensionar a “esfera pública burguesa”. Como se viu no tópico anterior, os militantes e os trabalhadores em geral levaram seus temas e seus posicionamentos para os locais públicos, onde disseminaram suas opiniões sobre o trabalho, o associativismo, a instrução educacional, o trabalhador e sua importância, a jornada de trabalho, os acidentes de trabalho, o salário e tantos outros temas vinculados ao mundo do trabalho. Como atores políticos, buscaram canalizar os problemas da classe trabalhadora em direção à esfera pública burguesa.

Cabe sublinhar que se entendem os espaços de sociabilidade como uma instância intermediária, porém conectada, com as “esferas públicas parciais” e também com a “esfera pública central burguesa”. Esses ambientes são denominados por alguns autores de “espaços comunicativos primários”, possuindo relevância política considerável.⁶⁷⁵ Com tais ações e fluxos comunicativos, os militantes tentavam não somente minar o monopólio da informação da elite comercial e extrativista local, como também conquistar um público e promover uma aceitação pública, através da publicização dos seus temas e dos debates e argumentações postas em jogo, a fim de produzir consensos. Para isso, questionavam inclusive a posição do governo frente à opinião pública:

A nossa situação é a mais desesperada possível, o cambio cada vez mais baixo e entretanto o governo que se diz representar a opinião pública pela qual diz estar apoiado, faz-se cego e surdo aos gritos aflitivos do povo que se debate com a mais ameaçadora das misérias, a fome.⁶⁷⁶

As lideranças operárias tinham consciência da existência desta arena de debates e formação de opinião e, por isso, buscavam ampliá-la. Ao tocar na questão da sociedade e dos grupos que a constituem, e dos respectivos interesses postos por eles na cena social, o jornal *Tribuna do Caixeiro* assim se manifestou:

⁶⁷⁵ Por exemplo: COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 47, março de 1997, p. 190.

⁶⁷⁶ A SITUAÇÃO. *Gutenberg*. Manaus, ano I, n. 19, 1/5/1892.

(...) Tem que lutar as coletividades. Maior esforço dispendem. Maior somma de actividade exigem. Multiplicam-se as suas necessidades originadas da complexidade da série de indivíduos que, um a um, constituem as suas cellulas, e cujos interesses não poucas vezes se chocam na arena indefinida e não poucas vezes árida do terreno onde se deve formar a opinião, esta barreira inexpugnável que o philosopho exalta, mas cuja formação nem sempre é possível nem sempre realizável.⁶⁷⁷

Que consciência! Veja-se que o periódico apontava que nem sempre esta arena, exaltada por intelectuais, era realizável, indício forte de que a atuação em tal campo deveria ser no sentido da sua construção – a construção do espaço público. Mas não se poderia falar de sua total inexistência, como já se pontuou. Para as lideranças caixeirais, por exemplo, o seu jornal, ancorado na sua associação, que era a célula dessa coletividade, se mostrava como o meio pelo qual as suas opiniões poderiam ser emitidas e, assim, ganharem a mencionada arena de debates. Certamente não somente para os caixeiros. Observa-se esse processo em outras categorias (muitas já citadas no decorrer da presente tese).

Portanto, os militantes e trabalhadores em geral queriam ganhar a cena pública e fizeram isso várias vezes, com palavras, gestos e ações que forçavam a absorção de seus temas pela “esfera pública burguesa”. Além dos jornais e dos panfletos, havia também uma outra ação importante desenvolvida pelas lideranças: a fala pública. A imagem abaixo traduz isso:

IMAGEM 17

Joaquim Azpilicueta produzindo uma fala direcionada aos trabalhadores no Primeiro de Maio de 1914

⁶⁷⁷ AVANTE! *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, ano I, n. 2, 26/4/1908.



Fonte: Jornal do Commercio. Manaus 1/5/1914 *Apud* BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2015, p. 73.

A fala em público realizada em diversos espaços de sociabilidade da cidade passou a ser uma prática frequente das lideranças operárias no final do século XIX e início do XX. Imagina-se todo o circuito de informações e conteúdos de alcance internacional que alimentavam os discursos como esse proferido pelo socialista Azpilicueta, sobretudo em momentos específicos como o Primeiro de Maio (ver capítulo 1). Ou como os de Tércio Miranda, que também utilizava a fala em público constantemente e, através dela, buscava explicitar suas posições (e de seu grupo sindicalista revolucionário) e ganhar mentes e corações para a sua causa. Foi assim, por exemplo, que, na noite da posse dos membros da diretoria da Federação Marítima, no dia 1º de maio de 1914, nas dependências do Teatro Amazonas, ícone da elite local que também foi ocupado e utilizado pelos trabalhadores em momentos específicos como esse, Miranda discursou. Estavam presentes várias pessoas, entre autoridades públicas, lideranças operárias, civis e militares. Como registrou o jornal *A Lucta Social*:

O Teatro comportava bastantes pessoas, falando nessa ocasião o jornalista C. Chauvin o qual se esternou brilhantemente, demonstrando os progressos que a navegação reportava à sociedade.

Alguns operários assistiram à sua festa burocrata – permitase-nos o termo – pois que ali não vimos a norma concreta da sua doutrina operária mas sim uma festa puramente burguesa cheia de preconceitos e vícios.

O nosso companheiro Tércio Miranda que ali se encontrava por convite da Federação, fez uso da palavra; lamentando bastante que aquela reunião fosse a antítese da causa operária. Não se devia confundir, - acrescentou o orador a data do 1º de Maio; ela não era de festa nem de música nem de regozijos vãos, - mas sim de revolta, de protesto à tirania dos governos, que assassinaram impunemente os nossos camaradas de Chicago, por terem eles a ombridade de reclamar a jornada de oito horas. Portanto, disse ainda Tércio Miranda, clamemos bem alto, contra os poderosos senhores que pretendem desvirtuar o cunho verdadeiro do 1º de Maio, encovando-o como de Festa, para desviar assim os trabalhadores da obra que trará a sua emancipação.⁶⁷⁸
[creio que parte dessa citação já foi feita antes]

Fala corajosa, sobretudo na presença de autoridades públicas que ali se encontravam, como o superintendente da capital, o capitão do Porto de Manaus e o representante do governador. Novamente aqui aparece o teatro como palco desses debates. Mais uma vez as posições de uma esfera pública parcial, a operária, adentravam, e em grande estilo, a esfera pública burguesa.

Lançava-se mão da fala pública igualmente em momentos de greves, sobretudo para explicar e propagandear, tornando conhecidas, as reivindicações das categorias e direcionando ações pontuais e específicas do movimento paredista. Por exemplo: os catraieiros e os carroceiros, respectivamente na Rampa da Imperatriz e na Praça Tamandaré, realizaram tal tipo de ação.⁶⁷⁹

3.4 A construção de uma esfera política: os canais de expressão, pressão e ação coletiva

Percebe-se, portanto, como a militância operária foi ganhando a cena pública, construindo esferas públicas parciais destinadas a absorver os temas ligados ao mundo do trabalho, debatendo de forma sistemática e racional as questões que aí eram introduzidas e, através desse processo, formando opiniões a serem difundidas e defendidas. A imprensa operária, como ficou registrado nas páginas anteriores, desempenhou um papel fundamental no sentido de tirar tais questões e opiniões do seu contexto de origem, direcionando-as, através de fluxos comunicativos cuja finalidade era produzir visibilidade e debate amplos –

⁶⁷⁸ O 1º DE MAIO EM MANAUS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 3, 1/6/1914.

⁶⁷⁹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto, PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2017, p. 76 e 78.

atingindo os espaços de sociabilidades –, à esfera pública burguesa, com vistas a formatar uma opinião pública e atingir “os espaços deliberativos”, de decisão política.

Com efeito, é importante destacar que o espaço público moderno surge “historicamente como lugar emblemático para la resolución de conflictos, donde se crean las condiciones de una labor de argumentación propiamente política sobre la organización del cuerpo social y sus principios legitimadores”. O impresso “convertirse en el vector principal de la opinión”.⁶⁸⁰ O mundo moderno, que emergiu em meados do século XVIII, trouxe consigo uma nova forma de fazer política, de tomar decisões e de legitimá-las. Não se tratava somente da separação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), das eleições e da representatividade política, mas, principalmente, da constituição de uma opinião pública elaborada pelo público nos espaços públicos constituídos na modernidade. Portanto, a opinião pública se coloca como um instrumento de debates, referência e fonte de legitimidade política. Esta legitimidade se dá numa perspectiva de soberania popular – “la voluntad de la mayoría es la voluntad legítima”.⁶⁸¹

A opinião pública requer um público, que precisava ser formado. Nessa esteira, as lideranças dos trabalhadores amazonenses tinham que “criar” tal público e dar visibilidade a ele e suas demandas. Tal esforço foi arduamente realizado e um exemplo disso foi a dinâmica de organização dos trabalhadores em associações. Uma vez criado esse público, era essencial falar para ele. A imprensa operária apareceu em cena para realizar essa atividade de comunicação. Os jornais falavam diretamente para esse público que, embora heterogêneo, era fundamental à construção de uma opinião pública. Porém, a ação comunicativa através da imprensa não se restringia ao público do mundo do trabalho. Buscava atingir setores sociais diversos, incluindo também os grupos políticos e econômicos dominantes e as autoridades públicas, numa clara tentativa de alargar a sua base social e formar uma opinião pública favorável às causas operárias. Numa das sessões da Sociedade União dos Foguistas aparecem indícios desse esforço:

No dia 27 de janeiro próximo findo, pelas 19 horas, foi esta promissora Sociedade visitada pelo Director da Vida Operária o nosso benquisto

⁶⁸⁰ DESRAMÉ, Celine. La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionario: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa (1808-1833). In: GUERRA, François-Xavier (Org.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Coleção História. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008, p. 290.

⁶⁸¹ MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier (Org.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Coleção História. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008, p. 310.

companheiro de redacção, Elesbão do Nascimento Luz, que alli compareceu em propaganda do nosso jornal, na sede social de nome acima.

Já em plena sessão, encontrou o Director da Vida Operária os associados nos seus respectivos misteres, trocando varias idéas beneficiarias em proveito de seus próprios interesses.

Presidia as funções da referida Sociedade o Sr. Alfredo Moreira Lima como o seu presidente effectivo, servindo de Secretário Interino o cidadão Ananias Alves de Oliveira, na falta do serventuário effectivo; sendo que, na supra-mencionada sessão tomava também parte na qualidade de advogado da “União dos Foguistas” o muito illustre Sr. Dr. Edgar de Castro, o qual sugeriu a lembrança da criação de uma escola dentro da própria sede da Sociedade, “União dos Foguista”, para os seus próprios associados; comprometendo-se até de trocar ideas com o Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado no sentido de conseguir alguns materiais didáticos para esse dito fim. Torna-se, portanto, bastante digno aqui na imprensa operária o registro dessas brilhantes palavras; tanto mais quanto, ellas vem de ser proferidas por um illustre magistrado, cujas aspirações se concretisam os novos hábitos de uma verdadeira regeneração civicamente social, e democraticamente moderna.⁶⁸²

Novamente se tem a questão da educação como um tema importante e, conforme se pode verificar, certos personagens que possuíam algum destaque na sociedade, cuja fala e opinião pudessem promover uma aceitação pública das demandas operárias, circulavam pelas associações dos trabalhadores (em geral como convidados), especialmente naquelas de cunho socialista ou colaboracionista, como é o caso do advogado Edgar de Castro. Certamente ele foi uma figura que, no decorrer de sua formação e atuação profissional, esteve próximo dos trabalhadores. Ainda como acadêmico participava de várias ações promovidas pelas lideranças operárias. Uma delas era o Primeiro de Maio. Nessa data, Castro, além de marcar presença nas comemorações realizadas nas ruas de Manaus, discursava em prol dos operários, como se pode observar na cerimônia de 1914, registrada nas páginas do jornal *A Lucta Social*:

Concedida a palavra ao acadêmico Edgar de Castro, este leu um brilhante trabalho literario no qual descreveu com profunda erudição as fórmulas da Sociedade Nova que o operariado aspirava na qual predominaria o Amor, a Verdade e a Justiça. Este orador foi calorosamente aplaudido.⁶⁸³

Como advogado já formado, Edgar de Castro passou a defender algumas associações operárias, como a União dos Foguistas, e a atuar como um intermediário entre as lideranças socialistas, vinculadas ao jornal *Vida Operária*, e as autoridades públicas do Estado, incluindo o governador, com quem conversava em audiências públicas. Além dele, Thaumaturgo de Azevedo, que já havia sido governador do Amazonas na década de 1890, contando inclusive

⁶⁸² SOCIEDADE UNIÃO DOS FOGUISTAS. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 1, 8/2/1920.

⁶⁸³ O PRIMEIRO DE MAIO EM MANAÓS. *A Lucta Social*. Manaus, ano I, n. 3, 1/6/1914.

com o apoio de setores do operariado local (ver capítulo 1), entrou novamente em cena, como candidato à sucessão governamental em 1920, passando a ser um personagem importante para a militância socialista, que se aproximou dele com o objetivo de ampliar o apoio à causa do operariado. Ele aparece em vários artigos no *Vida Operária*. Por exemplo:

Chegou quinta-feira última, da Capital do Paiz, a bordo do paquete “Rio de Janeiro”, o exmo. Sr. Marechal Thaumaturgo de Azevedo, candidato do Parlamento Liberal a curul governamental.

As primeiras horas do dia, foi anunciada a sua chegada, por diversas girandolas de foguetes. S. Ex., foi saudado a bordo, pelo Directorio do partido. Ao desembarcar, foi s. ex. saudado em nome da família amazonense, pela Melle, Cilene Brazil e Américo Antony, nosso confrade do “Amazonas”.

Do rodway ao Grande Hotel ostentava galharda ornamentação, e na porta principal, os alumnos do Gymnasio, estendidos em linha, prestaram os seus cumprimentos.

No salão de honra daquele estabelecimento, mais de cem meninas entoaram o Hymno dedicado a s. ex., e a Melle Graziella Henriques, em nome da mulher amazonense, saudou a s. ex., num eloquente discurso, e em seguida ofereceu-lhe uma Polyanthéa e um lindo bouquet de flores naturaes.

S. Ex. agradeceu as manifestações que lhe eram prestadas, com palavras animadoras. Em seguida s. ex. dirigindo-se a uma das janellas do Grande Hotel, fallou ao povo, num bello improviso, apresentando a sua plataforma política, e terminando agradeceu mais uma vez, as manifestações que lhe eram prestadas.

S. Ex. foi cumprimentado pelo exm. sr. dr. Franco de Sá superintendente municipal; tenente Arkbal Sá Peixoto, em nome do commandante da força publica do Estado; dr. Aristides Rocha, deputado estadual, professor Elesbão Luz e Nicodemos Pacheco, redactores deste periódico e muitas outras pessoas de destaque no nosso meio social.

(...)

A VIDA OPERÁRIA apresenta ao distincto cavalheiro, as suas boas vindas.⁶⁸⁴

As “boas vindas” dadas a Azevedo não se caracterizavam apenas como um ato de polidez e educação, mas também de aproximação e busca de apoio público às demandas do mundo do trabalho. Isso fica explícito no trecho abaixo:

Promovido por um grupo de operários, realizou-se no bairro dos Tócos, no dia 24 do mês p.p., um *meeting*, em favor da candidatura do marechal Thaumaturgo de Azevedo, onde se fizeram ouvir diversos oradores, inclusive a intelligente Min. Rosa Ramalho, esposa do sr. capitão Antônio Ramalho.⁶⁸⁵

⁶⁸⁴ MARECHAL DR. THAUMATURGO DE AZEVEDO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 16, 30/5/1920.

⁶⁸⁵ MARECHAL DR. THAUMATURGO DE AZEVEDO. *Vida Operária*. Manaus, ano I, n. 20, 11/7/1920.

Tornar público o apoio ao Marechal Thaumaturgo de Azevedo – candidato à sucessão governamental – significava, da mesma forma, apresentar ao público as demandas das lideranças operárias, buscando ampliar a base social e “ganhar” a opinião pública.

Mas os trabalhadores organizados precisavam também ocupar os espaços de sociabilidade burgueses e se destacar na cena pública. Fizeram isso, como se viu, inserindo os problemas coletivos vivenciados nos cafés, teatros, praças, dentre outros locais públicos. Em que pese a ausência de documentos que permitissem traçar um quadro quantitativo demonstrando, de forma pontual e sistemática, a base social da opinião pública, não é inoportuno dizer, com base nos indícios qualitativos disponíveis, que ela se mostrava ampla e formada por segmentos sociais diversos, com destaque para os comerciantes, os funcionários da administração pública, os setores médios (advogados, médicos, professores, militares...), os donos de fábrica e os trabalhadores urbanos, grupo que interessa mais de perto à presente tese.

Estas mentes e corações eram disputados por indivíduos que tinham o domínio da leitura e da escrita, os “homens das letras”. Consoante Marco Morel:

Cuando se habla de educación y de prensa como canales dirigidos ao “Pueblo” (tomado aqui como objeto sin conocimiento o entendimiento), no es difícil notar quiénes son los educadores e redactores. Los constructores de esta opinión pública son, en otras palabras, los miembros de la llamada “República de las Letras”, los letrados, los ilustrados. Es decir, opinión vista como fruto de la reflexión de los individuos ilustrados que se volvia pública em la medida em que aspiraba a propagar las Luces del progreso y de la civilización.⁶⁸⁶

Uma parcela destes homens escrevia no *Jornal do Comércio*, periódico ligado à praça comercial de Manaus, que se colocava como porta-voz da modernidade, propagando em suas páginas o ideal de progresso e civilização nos trópicos. Tal ideal se materializava nas páginas do impresso através da defesa de novos hábitos e condutas, sobretudo nos espaços de sociabilidade que surgiram naquele momento. Saúde, lazer, segurança pública, educação e trabalho eram alguns dos temas debatidos. Com relação à segurança pública, por exemplo, o jornal atuava como “agente fiscalizador no qual a obrigação era preservar a moralidade e os bons costumes de acordo com os parâmetros traçados pela tríade ordem-progresso-modernidade”.⁶⁸⁷ Já no que concerne ao processo educativo, esse era tido como um espaço

⁶⁸⁶ MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840)... Op. Cit., p. 308.

⁶⁸⁷ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do burgo padre ao leão do norte: o Jornal do Comercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2014, p. 114.

para a formação de almas obedientes e voltadas ao trabalho, o qual deveria ser destinado aos disciplinados e ordeiros, cujo esforço se voltaria a uma maior produtividade. O jornal queria ganhar a opinião pública, criando consenso e legitimando essas ideias. Tal ponto fica bastante evidente no trecho a seguir:

É certamente um triumpho e uma gloria para o apostolo da imprensa o aparecimento de um jornal que bem interprete e manifeste francamente o pensar, o sentir, o querer da opinião pública. O facto do reaparecimento do Jornal do Commércio, que, deixara de ser publicado em consequência do fallecimento do seu laborioso e inteligente fundador major Rocha dos Santos, está nesse caso.⁶⁸⁸

Deve-se considerar que os articulistas e colaboradores deste jornal, como de resto os da imprensa como um todo, atuavam com o objetivo de formar a opinião pública, portanto como “construtores de opinião”. Esse movimento é uma via de mão dupla, pois os “homens das letras” constituem e são constituídos por ela, uma vez que podem ser “receptor[es] o creador[es] de esta opinión”.⁶⁸⁹ A legitimidade de suas ações depende dela. As lideranças operárias pareciam ter consciência disso e atuavam se posicionando e emitindo também opiniões, em grande medida contrárias àquelas propaladas pelos órgãos de comunicação ligados aos grupos dominantes, acerca dos temas que ganhavam essa arena. Eram os “letrados do mundo do trabalho” que faziam da palavra a sua arma. Eles propalavam que o trabalho tinha uma faceta de exploração que precisava ser superada, já que ele representava a dignificação do homem (ver capítulo 2). Da mesma forma, a educação era propagandeada como um instrumento de inserção política, de visão crítica do mundo, de ascensão social e, sobretudo, de emancipação humana, e não apenas como fornecedora de mão de obra disciplinada e obediente.

Ou seja, os militantes operários, através de seus periódicos, tentaram intervir na cena pública, estabelecendo posições e opiniões que demonstravam que eles não se furtavam a utilizar a imprensa como um:

Instrumento de conscientização e luta dos trabalhadores, em franca denúncia da opressão patronal, do caráter de classe assumido pelo Estado nas sociedades capitalistas e das precárias condições de vida e trabalho a que amplas parcelas da sociedade estavam submetidas.⁶⁹⁰

⁶⁸⁸ *JORNAL DO COMMERCIO*. Manaus, ano I, n. 646, 17/4/1906.

⁶⁸⁹ MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independência (Rio de Janeiro, 1820-1840)... Op. Cit., p. 310.

⁶⁹⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto, PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Imprensa Operária no Amazonas...* Op. Cit., p. 10.

Por inúmeras vezes, tais ativistas procuraram quebrar o discurso unidirecional das classes dominantes com a sua voz ativa e amplificada pela imprensa, de modo a atingir o conjunto do operariado amazonense e, de quebra, conquistar a aceitação pública. Mas não se tornaram apenas “construtores de opinião”. Os líderes operários eram também “leitores ativos”. As redes constituídas e a circulação que por elas era realizada explicitam uma conexão relevante e um esforço de integração entre os diferentes grupos que compunham a militância operária em diferentes partes do Brasil e do mundo. Esses “leitores ativos” eram os “letrados do mundo do trabalho”, que estabeleciam um diálogo, por vezes ríspido, entre si (ou seja, entre os diferentes grupos de militantes – socialistas, colaboracionistas, anarquistas...) com a finalidade de produzir certa coesão de classe. Nem sempre conseguiam, como se viu. Porém, os diversos artigos publicados nas folhas operárias, alertando para a necessidade de união e solidariedade, revelam esse desejo.

Como “letrados do mundo do trabalho”, não descartavam a possibilidade de se inserirem e fazerem parte da chamada “República das Letras” – composta por literatos, escritores, advogados, juízes, professores, etc. – e de, em alguns casos, estabelecer alianças com setores do poder político e econômico. Hemetério Cabrinha, conhecido como o “orador das massas”, um dos fundadores do jornal *Vida Operária*, no qual também colaborou como redator, pode ser tomado como um exemplo da primeira possibilidade. Já a formação de um “bloco de interesse do trabalho”, constituído por setores da elite política e econômica local e frações da militância operária, explicita a segunda.

Por outro lado, os “letrados do mundo do trabalho” dirigiam suas palavras aos denominados “leitores passivos”, aqueles indivíduos que se situavam fora das fronteiras ativas das letras – muitos dos quais não tinham nem o domínio da leitura e da escrita. A ação das lideranças operárias com relação a eles era de missão pedagógica e doutrinária, tentando incorporar esse público aos segmentos organizados dos trabalhadores. Com isso, vislumbravam um processo de construção de canais de expressão política. As associações e o partido operário, no caso dos socialistas, podem ser tomados como exemplos dessa vontade. Atuando por meio desses organismos, as lideranças tentavam inserir suas questões na esfera política.

Nesse sentido, uma estratégia importante, como se viu, era convidar para os espaços operários agentes políticos e/ou personagens em geral que possuíssem algum destaque na sociedade, cuja fala e opinião pudessem promover uma aceitação pública e tivessem influência suficiente para atingir o âmbito legislativo, espaço político de elaboração das leis

na sociedade burguesa. Outra ação era apoiar explicitamente alguns candidatos, ao executivo e ao legislativo, que se comprometessem em levar para as esferas de decisão política as questões levantadas e debatidas pelos trabalhadores em seus espaços de discussão, notadamente as associações e os jornais operários.

Enfim, observa-se, em linhas gerais, que os temas que acabaram gerando um consenso entre os grupos militantes e suas “esferas públicas parciais” conseguiram ser introduzidos na “esfera pública burguesa”. Entre eles estão a questão da valorização do trabalho e do trabalhador, a importância da associação, o reconhecimento social, as oito horas de trabalho, a instrução educacional, dentre outros. Ganharam inclusive o espaço político, sendo alvo de medidas legislativas positivas para os trabalhadores já na década de 1920. Com relação a isso, não se pode ocultar e nem negligenciar a luta dos trabalhadores no processo de construção de esferas públicas e de espaços políticos para suas demandas de classe.

Neste capítulo, procurou-se demonstrar que a finalidade da militância operária em tecer uma articulação ampla, uma espécie de teia de dimensões internacionais na qual circulavam os conteúdos ligados ao mundo do trabalho (seja pela movimentação dos militantes e/ou de sua imprensa) e os projetos de identidade operária, era a de criar espaços públicos e políticos legítimos, com o objetivo de promover mudanças sociais que melhorassem as condições de vida e trabalho do operariado no Amazonas.

Especificamente no capítulo em tela, tratou-se de verificar como as lideranças operárias no Amazonas atuaram no sentido de construir espaços públicos parciais conectados entre si e com a esfera pública burguesa. Viu-se que a constituição de associações e de jornais operários foram essenciais para isso. Observou-se que os militantes buscaram se assentar em locais sociais diferentes (associações, congressos, reuniões comemorativas como as do Primeiro de Maio...), mas articulados entre si, estabelecendo contatos frequentes e fluxos permanentes, colocando a imprensa como central nessa movimentação, utilizando-a para a captação, sistematização e difusão de temas e conteúdos, com vistas a torná-los públicos a fim de estabelecê-los como alvos de debates e críticas visando a promoção de consensos e de aceitação pública. Dessa forma, desenharam diferentes redes sociais e atividades comunicacionais que se cruzaram e que formaram esferas públicas autônomas, conectadas e potencialmente capazes de viabilizar opiniões sobre questões que foram conduzidas a um status de interesse público.

Os espaços de sociabilidade foram importantes neste processo, pois a militância operária, em momentos específicos, ocupou-os, destacando-se na cena pública. Nas escolas, nos teatros, nos cafés e nas praças introduziram os conteúdos relacionados ao mundo do trabalho. Tais ambientes de sociabilidade da burguesia foram transformados, a partir dos gestos e das práticas dos militantes, em palcos da luta de classes, o que se procurou evidenciar ao longo do texto. Aqui cabe reforçar que os espaços de sociabilidade foram concebidos nesta tese como um elemento intermediário, de importância política considerável, e engatado nas esferas públicas parciais e na esfera pública central burguesa. Nesses locais, os jornais operários circulavam, os militantes proferiam suas palavras em público, enfim, os conteúdos do movimento operário se fizeram presentes.

É interessante deixar claro que não foi a intenção do presente trabalho realizar um estudo sistemático e aprofundado acerca das transformações da esfera pública amazonense. A ideia foi entender a relação existente entre as redes sociais, a atividade comunicacional ligada a elas (e os projetos de identidade que estavam em seu bojo) e a criação de espaços públicos, mas também políticos, operacionalizadas pelos militantes operários na região. Com isso, aponta-se para o processo de construção dos espaços públicos e políticos, particularmente sendo esses últimos o alvo central das ações das lideranças operárias.

Esboçando um esquema simplificado – e, portanto, arbitrário também – do caminho percorrido pelas lideranças no Amazonas, tem-se as associações (bases sociais), os jornais (meio de comunicação/mediação), as esferas públicas parciais (socialista, anarquistas e colaboracionista), os espaços de sociabilidades (cafés, praças, teatros, etc.) e a esfera pública burguesa (esfera de decisão política). Não se deve encarar tais elementos num sentido linear, mas sim como um feixe de relações dinâmicas e complexas, que se cruzam e se influenciam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na parte introdutória desta tese sublinhou-se o objetivo central da presente pesquisa que consistiu em analisar, através das folhas operárias, como os militantes do movimento organizado dos trabalhadores construíram complexas relações sociais – visualizadas em redes – e, no seio dessas, elaboraram e fizeram circular projetos de identidade operária necessários para a constituição de espaços públicos e políticos legítimos de mudança social. No decorrer do trabalho conseguiu-se demonstrar, por intermédio da análise das trajetórias sociais dos personagens que deram vida à imprensa operária, a formação de redes pequenas e densas e a existência de um núcleo duro constituído por alguns ativistas que transitavam frequentemente no universo operário ou eram oriundos dele, a grande maioria proveniente de setores profissionais qualificados, especialmente gráficos, caixeiros e artesãos.

Por outro lado, atestou-se também uma articulação em redes que extrapolou as dimensões estaduais, atingindo níveis regionais, nacionais e internacionais. Regionalmente, observou-se uma ligação entre os militantes do Amazonas com os dos estados do Pará, Maranhão e Acre. A conexão Amazonas/Pará, nesse sentido, era bastante significativa. Nacionalmente, as lideranças do Amazonas se conectaram com as da Bahia, São Paulo, Alagoas, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, entre outros locais. As interações mais constantes se deram, ao menos com base nas fontes consultadas, entre Amazonas e Ceará, e Amazonas e Rio de Janeiro. Internacionalmente, averiguou-se uma articulação que envolvia o continente europeu (Portugal, Espanha, França, Alemanha e Inglaterra) e a América do Sul (Quito/Equador e Buenos Aires/Argentina).

Um aspecto importante a realçar é que nestas redes amplas e fluidas, em articulação com as pequenas e densas, circularam conteúdos de crítica social. Eram conteúdos gerais – de crítica ao capitalismo, por exemplo – e específicos – salientando a importância da organização operária local, da instrução educacional, dentre outros aspectos – que serviram como arsenal (de modelos, de estratégias, de táticas...) a ser utilizado, como de fato o foi, pelas lideranças para dinamizar o movimento operário manauara. Essa circulação de conteúdos se deu numa via de mão dupla, o que comprova que o movimento operário no Amazonas não foi apenas receptáculo de informações e ideias, mas também centro difusor das mesmas.

Um elemento importante que circulava nesta teia de dimensões internacionais correspondia aos projetos de identidade formulados pelas lideranças e direcionados aos trabalhadores no Amazonas. Tais projetos, como se constatou, continham uma proposta de

identidade comum aos operários, cujos componentes principais foram a valorização do trabalho e do trabalhador e a imagem do “bom operário”, que incluía a defesa de uma “conduta digna e honrada” – elementos, ressaltamos, que eram comuns à diversidade do mundo do trabalho, ou seja, perpassavam os jornais e os grupos políticos estudados. Por outro lado, em virtude dessa mesma diversidade e considerando os variados espectros ideológicos presentes naquele contexto, as diferentes lideranças (socialistas, anarquistas e colaboracionistas) construíram projetos de identidade diversos entre si e que entraram em disputa no universo do trabalho local, como esperamos ter demonstrado.

Com efeito, um segundo aspecto a observar consiste na ideia de projetos de identidade. Tal denominação, não custa novamente sublinhar, deu-se pelo fato desses serem algo elaborado pela militância (certamente com base em uma cultura operária mais ampla) e direcionado aos trabalhadores, numa tentativa de “impor” um comportamento específico que ela considerava fundamental na dinâmica da luta social travada no Amazonas. Certamente que isso não foi imposto de modo absoluto, como se pôde averiguar a partir de algumas questões, como a da agiotagem do voto, no caso dos socialistas; a da ausência de uma adesão unificada à greve geral revolucionária, no caso dos anarquistas; e, por fim, a da pouca presença de associados na AECA e a das faltas às aulas oferecidas pela entidade, no caso dos colaboracionistas.

Para demonstrar a tese do presente trabalho, procurou-se precisar que a finalidade da militância operária em tecer uma conexão ampla, uma espécie de teia de dimensões internacionais, por meio da qual circulavam os conteúdos ligados ao mundo do trabalho (seja pela movimentação dos militantes e/ou de sua imprensa) e os projetos de identidade operária, era a de criar espaços públicos e políticos legítimos, com o objetivo de promover mudanças sociais que melhorassem as condições de vida e trabalho do operariado no Amazonas. Nesse processo, observou-se que os militantes desenharam diferentes ligações, interações e atividades comunicacionais que se cruzaram e que formaram esferas públicas autônomas, conectadas e potencialmente capazes de viabilizar opiniões sobre questões que foram conduzidas a um status de interesse público.

Os espaços de sociabilidade foram importantes neste processo, uma vez que, como se apontou, foram ocupados por parcela organizada dos trabalhadores que passaram a se destacar na cena pública. Nas escolas, nos teatros, nos cafés e nas praças, locais em muitos casos voltados originalmente à burguesia, esses militantes introduziram os conteúdos do mundo do trabalho. Tais espaços foram transformados, a partir dos gestos, das palavras e das práticas dos ativistas, em palcos da luta de classes, o que se evidenciou no capítulo final da tese.

Para finalizar, é importante informar que o presente trabalho visou contribuir com a História do Trabalho nacional, a partir de um recorte local, em três dimensões principais: a utilização da metodologia de redes como mais uma ferramenta para apreender os contatos, as conexões e as interações entre as lideranças operárias de diferentes regiões do mundo; a noção de “projetos de identidade” formulados pela militância – e, muitas vezes, restringidos a esse âmbito – numa tentativa de “impor” condutas e comportamentos de luta ao conjunto da classe; e o conceito de esfera pública de Habermas que, ao nosso ver, possibilitou visualizar as lideranças operárias em ação por dentro das estruturas burguesas. Esperamos que estes três aspectos articulados tenham possibilitado uma compreensão mais ampla e complexa das ações dos trabalhadores no Amazonas e, quem sabe, no Brasil como um todo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES CONSULTADAS:

Periódicos:

A Capital, Manaus (1917, 1918)
A Classe Operária, Rio de Janeiro (1925)
A Democracia, Porto Alegre (1905-1907)
A Federação, Manaus (1896, 1898)
A Lanterna, São Paulo (1914)
A Lucta Social, Manaus (1914)
A Luta, Porto Alegre (1906-1911)
A Plebe, São Paulo (1917, 1919, 1920, 1921, 1922, 1927)
A Rebelião, São Paulo (1914)
A Voz do Gráfico, Fortaleza (1921)
A Voz do Trabalhador, Bahia (1920-1922)
A Voz Operária, Campinas (1919)
Amazonas Commercial, Manaus (1900)
Ceará Socialista, Ceará (1920)
Comércio do Amazonas, Manaus (1870, 1898, 1899)
Confederação do Trabalho, Manaus (1909)
Correio do Norte, Manaus (1906, 1909, 1910, 1911, 1912)
Diario Officcial, Manaus (1893, 1896, 1899, 1900)
Folha Marítima, Manaus (1916)
Germinal, Bahia (1920)
Gutenberg, Manaus (1891-1892),
Imparcial, Manaus (1918)
La Battaglia, São Paulo (1909)
Na Barricada, Rio de Janeiro (1915-1916)
O Constructor Civil, Manaus (1920)
O Correio do Purús, Lábrea (1904)
O Cosmopolita, Rio de Janeiro (1916-1918)
O Extremo Norte, Manaus (1920)
O Marítimo, Manaus (1911)
O Operário, Maranhão (1892-1894)
O Primeiro de Maio, Manaus (1928)
O Restaurador, Manaus (1890)
Operário, Manaus (1892)
Pacotilha, Maranhão (1920)
Quo Vadis?, Manaus (1902, 1903)
Revista da Associação Comercial do Amazonas, Manaus (1908)
Spártacus, Rio de Janeiro (1919, 1920)
Tribuna do Caixeiro, Manaus (1908-1909)
Vida Operária, Manaus (1920)

Boletins:

Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário, São Paulo (1920)

Relatórios:

Relatórios da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (1907-1914, 1926-1929)

Documentos oficiais:

MENSAGEM LEGISLATIVA. Lida perante a Assembleia Legislativa da 2º sessão extraordinária da 11º legislatura pelo Exmo. Des. César do Rego Monteiro em 20/2/1924.

BIBLIOGRAFIA:

A Voz do Trabalhador: Órgão da Confederação Operária Brasileira: coleção fac-similar de 71 números, 1908-1915. Prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Secretária da Cultura: Centro de Memória Sindical, 1985.

ABREU, Tenner Inauhiny de. “*Nascidos no Grêmio da Sociedade*”: racionalização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889). Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2012.

ACIOLI, Sônia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Inf. Inf.* Londrina, vol. 12, p. 1-12, 2007.

AGULHON, Maurice, MAYVONNE, Bodiguel. *Les associations au village*. Le Paradou: Actes Sud, 1981.

ALVARENGA, Lucas Thiago Rodarte. *O homem livre sobre a terra livre*: o tipógrafo, o jornalista libertário e a rede social do jornal *A Terra Livre* (1905-1910). Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de, CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Ideologia e imprensa operária: o contra-discurso pequeno-burguês. *IX Encontro Anual da ANPOCS*. Águas Claras/SP, p. 1-22, out./1985.

ARAVANIS, Evangelia. Apresentando um banco de dados: imprensa anarquista, homens e mulheres na cidade de Porto Alegre (1908-1930). *Textura*. Canoas, n. 1, p. 29-36, 2º semestre de 1999.

_____. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890 a 1917)*. Tese (doutorado em História), PPGHIST/UFGRS, Porto Alegre, 2005.

AVELINO, Alexandre Nogueira. *O patronato amazonense e o mundo do trabalho*: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919). Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008.

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, vol. 2, n. 4, p. 181-224, jul./dez., 2003.

BARBOSA, Marialva Carlos. Uma história dos sistemas de comunicação: balanço de um percurso teórico. *Conexão – Comunicação e Cultura*. Caxias do Sul, vol. 9, n. 17, p. 11-29, jan.-jun./2010.

_____. Por uma história cultural latino-americana dos meios de comunicação: um olhar sobre as práticas, processos e sistemas de comunicação nas últimas décadas do século XIX. *Anos 90*. Porto Alegre, vol.9, n. 36, p. 19-33, dez./2012.

BARNES, J. A. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. In: LEINHARDT, Samuel (org.). *Social Networks. A Developing Paradigm*. New York: Academic Press, 1977.

BARRANCOS, Dora. As leituras comentadas: um dispositivo para a formação da consciência contestatária entre 1914-1930. *Cadernos AEL – Anarquismo e anarquistas*, arquivo Edgard Leuenroth/IFCH, Campinas, UNICAMP, n. 8/9, p. 151-161, 1998.

BARROS, Cláudia Amélia Mota Moreira. *Vozes Operárias: os tipógrafos e a construção da identidade operária amazonense (1891-1914)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2015.

BARTZ, Frederico Duarte. Solidariedades impressas (1917-1920): o jornalismo operário como forma de ligação entre o movimento operário gaúcho e os trabalhadores organizados do centro do país no período das grandes greves. *Vestígios do passado: a história e suas fontes. Anais do IX Encontro Estadual de História*. ANPUH/RS, 2008, p. 1-124.

BATALHA, Cláudio H. M. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Vol. 2. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p.11-44.

_____. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre, vol. 13, n. 23-24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

_____. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 12, n. 23-24, p. 111-124, set./ago., 1992.

_____. Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, p. 91-99, dez./1997.

BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BENHABIBI, Seyla. Models of public sapace: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1996.

BERTRAND, Michel. De la família a la red de sociabilidade. *Páginas – revista digital de la escuela de historia*. Rosário, ano 4, n. 6, p. 47-80, 2012.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BILHÃO, Isabel. “Informar” para “formar” – reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, vol. 16, n. 24, p. 138-156, 1º semestre de 2015.

_____. Representações do movimento operário na imprensa. Resumo. *Anais do IV Encontro Estadual da ANPUH/RS*. São Leopoldo, 5 a 9 de outubro de 1998, p. 28.

_____. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. Dia de festa, dia de luto ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920. *Revista de Historia Iberoamericana*, v. 6, p. 28-53, 2013.

_____. A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). *Revista Eletrônica Mundos do Trabalho*. Vol. 2, n 4, p. 218-234, ago./dez., 2010.

_____. *Identidade e trabalho: uma História do operariado Porto-Alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.

BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus: Fundo Editorial da ACA, 1985.

BOISSEVAIN, Jeremy. Network Analysis: a reappraisal. In: *Current Anthropology*. The University of Chicago Press. v. 20, n. 2, p. 392-394, Jun, 1979.

BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *Ibidem. O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Edições Fundo Cultural do Amazonas, 1975.

BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel: representações de mulheres pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

BURNS, Bradford. *Manaus 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Governo do Amazonas, 1966.

CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho, 1988.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1930)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

CARDOSO, Alcina Maria de Lara, ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. Jornais Operários: metodologia para análise histórica do discurso operário na Primeira República. *História: questões e debates*. Curitiba, vol. 4, n. 6, p. 99-110, jun./1983.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Marina Vieira de. Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902. *XII Encontro Regional de História Anpuh/RJ: Usos do Passado*, p. 1-11, 2006.

CASTELLUCCI, Aldrin. Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919). *Revista de História*, n. 162, p. 205-241, 1º semestre de 2015.

_____. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (doutorado em História), PPGH/UFBA, Salvador, 2008.

CASTRO, Marvignier de. *Síntese Histórica e Sentimental da Evolução de Manaus*. Manaus: Tipografia Fênix, 1948.

CAVALCANTE, Igor Olinto Rocha, SAMPAIO, Patrícia Melo. Histórias de Joaquinas: mulheres, escravidão e liberdade (BRASIL, AMAZONAS: SÉC. XIX). *Afro-Ásia*, n. 46, p. 97-120, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo. A Primeira Internacional e a Comuna de Paris. *Aurora*, vol. 5, n. 8, p. 165-183, agosto de 2011.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. *O teatro da União Operária. Um palco em sintonia com a modernização brasileira*. Tese (doutorado em História), PPGH/UFSC, Florianópolis, 2004.

COMISSOLI, Adriano, COSTA, Miguel Ângelo Silva da. Estrelas de primeira grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. *MÉTIS: história e cultura*. Caxias do Sul/RS, vol. 13, n. 25, p. 11-30, jan./jun. 2014.

CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis/Campinas: Vozes/Unicamp, 1979.

CORRÊA, Luiz de Miranda. *O Nascimento de uma Cidade (Manaus, 1890 a 1900)*. Manaus, Ed. do Governo do Estado do Amazonas. 1966.

CORREIA, João Carlos. O espaço público e a questão operária: o testemunho do jornal A Estrela. In: *Atas da 3ª Jornada de Arqueologia Industrial* ("Proceedings of the 3rd Conference of Industrial Archeology"), Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2002.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. Manaus e a imprensa operária: o discurso do trabalhador também excluí. *Amazônia em Cadernos*. Manaus: UFAM/Museu Amazônico, n. 2/3, p. 221-232, 1993/94.

_____. *Quando viver ameaça a ordem urbana: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/PUC-SP, São Paulo, 2000.

COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 47, março de 1997.

_____. Esfera pública e as mediações entre cultura e política: para uma leitura sociológica da democracia. *Revista Travessias*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 27-72, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC, 2000.

CRUZ, Manuel Carvalho Ferreira da. *O Movimento Libertário Portuense à luz do periódico A Aurora (1910-1919)*. Dissertação (mestrado em História), Universidade do Porto, 2012.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DESRAMÉ, Celine. La comunidad de lectores y la formación del espacio público en el Chile revolucionario: de la cultura del manuscrito al reino de la prensa (1808-1833). In: GUERRA, François-Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Coleção História. México: Centro de estudos mexicanos y centroamericanos, 2008.

DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e Poder no Brasil – 1901 -1915: estudo da construção do personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), PPGCOM/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes de suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói: EDUFF, 1999.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Comportamento operário nas Minas Gerais: Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFMG, Belo Horizonte, 1981.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos de Estudos do PPG em História*. Porto Alegre, vol. 13, n. 13, p. 19-29, dez./1995.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social. (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FERREIRA, Lygia Portenha Borges. *A memória do PCB em Goiás: a experiência do jornal A Luta e a formação da cultura comunista em Goiás (1937-1945)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFMG, Goiânia, 2001.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Tese (doutorado em Ciências Econômicas), IE/UNICAMP, São Paulo, 2005.

FIGUEIRA, Rickson França. *Imprensa, política e poder: a sucessão governamental do Amazonas em 1920*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2011.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1996.

GARCIA, Evaldo da Silva. A imprensa operária e socialista brasileira do século XIX. *Estudos Históricos*, n. 19, p. 262-273, 1964.

GAYOL, Sandra. Ambitos de sociabilidad en Buenos Aires: despachos de bebidas y cafés, 1860-1900. *Anuario del IEHS*, n. 8, p. 257-272, 1993.

GIL, Tiago Luís. *Infieis Transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GODOY, Clayton Peron Franco de. *Ação direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. Tese (doutorado em Sociologia), FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, Wilson. Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política. *Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política, do XVI Encontro Anual da Compós*, realizado na UTP, Curitiba/PR jun. de 2007.

_____. Esfera pública: política e media. In: RUBIM, A. C., BENTZ, I., PINTO, M. (eds.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 1999.

GONÇALVES, Adelaide (Org). *Ceará Socialista – Anno 1919*. Florianópolis: Insular, 2001.

_____. *A imprensa dos trabalhadores do Ceará de 1862 aos anos 1920*. Tese (doutorado em História), PPGH/UFSC, Florianópolis, 2001.

GONÇALVES, Adelaide, BRUNO, Allyson. Libertários: educação da solidariedade e educação da revolta. *Verve*, São Paulo, n. 2, p. 65-87, 2002.

GONÇALVES, Adelaide, SILVA, Jorge. *A imprensa libertária no Ceará, 1908-1922*. São Paulo: Imaginário, 2000.

GUERRA, François Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica, ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

_____. *Los espacios públicos en Iberoamérica, ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. Resenha de BUSTOS, José Marcos Medina. *Modernidad y sociedad tradicional en Iberoamérica*. Siglos XVIII-XIX. *Región y Sociedad*, vol. XI, n. 18, p. 199-204, 1999.

_____. *México: del antiguo régimen a la revolución*. 2 Tomos. México: FCE, 1988; GUERRA, Francisco Xavier. *Modernidad e independência. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: FCE-ED. MAPFRE, 1993.

HABERMAS, Jurgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II. Trad. Flávio Bento Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot, LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 9ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *A aristocracia do trabalho na Inglaterra do século XIX*. In: *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 319-366.

_____. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *A história de baixo para cima*. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-231.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras- História*. Porto, vol. 5, III Série, p. 115-140, 2004.

JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1990.

JORGE, Guilherme Custódio. A greve paulistana de 1917 e suas repercussões no operariado catarinense. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis, vol. 1, n. 2, p. 10-22, 2007.

KARVAT, Erivan Cassiano. *Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem*. Curitiba (1890-1933). Dissertação (mestrado em História), UFP, Curitiba, 1996.

KLEIN, Herbert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no fim do século XIX e século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, vol. 6, n. 2, p. 17-37, jul./dez. 1989.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LITAIFF, Benta. *A crise da economia gomífera e o mundo do trabalho em Manaus (1910-1930)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2010.

LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias no Rio Grande do Sul no início da República. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 17, n. 31, p. 111-143, jul./2010.

LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta (a greve geral anarquista de 1917)*. Tese (doutorado em História), IFCH/UNICAMP, São Paulo, 1996.

LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. *Pensamento Plural*. Pelotas, n. 4, p. 37-57, jan./jun. 2009.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *“Gazeta do Purus”*: cena de uma época (Senna Madureira, 1918-1924). Manaus: Imprensa Oficial, 1981.

_____. *A grande crise (1908 -1916)*. T. Loureiro e Cia: Manaus, 1985.

_____. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.

LUBENOW, A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 10, p. 103-122, 1/2007.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LYCARIÃO, Diógenes. Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade. *Contemporânea*, vol. 8, n. 1, p. 1-19, Jul. 2010.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores? *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 39, p. 89-135, jul./dez. 2008.

_____. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista História*. São Paulo, n. 175, p. 415-448, jul./dez. de 2016.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Tese (doutorado em História), PPGH/UFP, Recife, 2011.

_____. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009.

_____. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895-1905)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFP, Recife, 2004.

MALATIAN, Teresa. Memórias de sapateiros: transformações no mundo do trabalho e identidade. Comunicação Coordenada. In: *XXI Simpósio Nacional de História*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, R.J., 22 a 27 de julho de 2001.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. *Líbero*. Ano XI, n. 21, p. 23-36, Jun./2008.

MARQUES, João Carlos. *A Voz do Trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFLA, Londrina, 2013.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. O Sindicalismo Revolucionário como estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920). *Enfrentamento*. Goiânia, ano 7, n. 12, p. 1-11, ago./dez. 2012.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. *TransInformação*. Campinas, vol. 25, n. 1, p. 27-33, jan./abr. 2013.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *Comunicação e Informação*, vol. 8, n. 1, p. 26-38, jan./jun. 2005.

MESQUITA, Antônio Pedro. O Pensamento Libertário e Anarquista. In: *O pensamento político português no século XX. Uma Síntese Histórico-Crítica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

MICELI, Paulo. *Poder, sexo e letras na República Velha, em intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUÉZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestiva e fuentes parcas. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995.

MONTERO, Paula. Jürgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 84, p. 199-213, junho 2009.

MORAES, José Damiro de. “Leitura que recomendamos – o que todos devem ler”: impressos didáticos e ensino de história nas escolas anarquistas. *Cadernos de História da Educação*, vol. 2, n. 1, p. 45-58, jan./jun. 2013.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade no Brasil Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier. *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Coleção História. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008.

MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2013.

MOUTOUKIAS, Zacarías. “Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA – IEHS, 1995. p. 221-241.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. A República radical: formação dos movimentos sociais e sindicalismo revolucionário na França (1880-1914). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, vol. 9, n. 1, p. 95-114, jan./jun. de 2016.

OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de Oliveira. *A imigração nordestina na Imprensa Manauara (1877-1917)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2010.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. A campanha dos empregados no comércio de Juiz de Fora pela Regulamentação do descanso hebdomadário (1880-1905). *Anais ANPUH - XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (doutorado em História), PPGH/UFF, Niterói/RJ, 2009.

_____. *Mobilização operária na República excludente: um estudo comparativo da relação entre Estado e movimento operário nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul nas duas primeiras décadas do século XX*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

PANSARDI, Marcos Vinícius. O socialismo dos modernos e o socialismo dos antigos: a incorporação do vocabulário ideológico da II Internacional pelo movimento socialista brasileiro. *História Social*. São Paulo, n. 1, p. 65-94, 1994.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2º ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PEREIRA, Joana Dias. Sindicalismo revolucionário em Portugal. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 2, p. 195-220, 2009.

PERLLATO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, n. 53, p. 121-145, mar. de 2015.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2010.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 3, p. 129-153, jun./1995.

_____. *“Que a união operária seja a nossa Pátria!”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

_____. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: UFRGS/FAPERGS, 1989.

_____. *Origens do 1º de maio no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS- MEC, 1981.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs.). *Imprensa Operária no Amazonas*. Vol. 1. Transcrições e fac-símiles. Manaus: EDUA, 2004.

_____. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imprensa e mundos do trabalho na Belle Époque manauara. *XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. João Pessoa, 2003, p. 1-8.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.

_____. A pena e a forja: jornais de trabalhadores no Amazonas no século XIX. *Revista Esboços*. Florianópolis, vol. 21, n. 31, p. 251-278, agosto de 2014.

_____. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (doutorado em História), PPGH/PUC-AP, São Paulo, 2001.

_____. Portugueses no universo do trabalho manauara (1880-1920). In: ARRUDA, José Jobson de Andrade, FERLINI, Vera Lucia Amaral, MATOS, Maria Izilda Santos de, SOUSA, Fernando de. (Orgs.). *De Colonos a Imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 563-577.

_____. Vivências urbanas: o cotidiano de trabalhadores na contramão dos processos de modernização em Manaus. *Fronteiras do Tempo*. Manaus, vol. 1, n. 2, p. 5-19, dez./2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael. *A classe operária no Brasil: 1889-1930 – documentos*. Vol. 1. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.

PINTO, Céli. As conferências nacionais no governo Lula: limites e possibilidades da construção de uma esfera pública. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 30. Anais. Caxambu, out./2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. *Trabalhadores e patuscos: os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912)*. Dissertação (mestrado em História), UNICAMP, São Paulo, 1998.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*, n. 271, p. 1-35, mar./2007.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917-1919)*. Tese (doutorado em História), UFRGS/PPGH, Porto Alegre, 2012.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratórios. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995.

Resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael (orgs). *A Classe Operária no Brasil*. Documentos (1889-1930), vol. I: O movimento operário. São Paulo: Alfa-ômega, 1979, p. 41-58.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional*. Minas Gerais, 1888-1928. Tese (doutorado em História), UNB, Brasília, 2008.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. *Do burgo podre ao leão do norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2014.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (doutorado em História), Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

SÁBATO, Hilda. Ciudadanía, participación política y la formación de una esfera pública en Buenos Aires, 1850-1880. Siglo XIX. *Revista de História*, n. 11, 1992.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Escravidão e liberdade na Amazônia: notas de pesquisa sobre o mundo do trabalho indígena e africano. *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis/SC, 2005.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/PUC, São Paulo, 2005.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3º ed. Manaus: Editora Valer, 2001.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDFBA, 2009.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 13, n. 38, p. 1-16, out. 1998.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 2º ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando Teixeira, FORTES, Alexandre (Orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 25-48.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. *Anais do Encontro Nacional da Anpur*. Modernidade, exclusão e espacialidade do futuro. Brasília, vol. 6, 1995, p. 1045-1052.

SCHMIDT, Benito Bisso. A produção historiográfica sobre a classe operária no Rio Grande do Sul/Brasil – Balanços e perspectivas. In: *I Congresso Latinoamericano de Historia Económica. IV Jornadas Uruguayas de Historia Económica - Anais*. Montevídeu: Universidad de la República, 2007, p. 1-14.

_____. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

_____. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/RS, Porto Alegre, 1996.

SEGURA, Fabiano Fernandes. *A questão previdenciária na Primeira República: a excepcionalidade da Lei Eloy Chaves*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), PPGFCL/UNESP, Araraquara/SP, 2017.

SEIFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), FFCH/UFBA, Salvador, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhias das Letras, 1992.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 5, p. 183-205, julho de 1996.

SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque, SANTOS, Inalda Maria dos. Formação de professores na escola normal maceioense no Império: vestígios de tradições estrangeiras. *VI Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas – EPEAL*, Maceió, 12 a 15 de setembro de 2011, p. 1-12.

_____. Hermenêutica das cadeiras privilegiadas no ensino secundário alagoano do século XIX: discussão que perpassa o currículo. *Debates em Educação*. Maceió, vol. 4, n. 8, p. 98-118, jul./dez. 2012.

SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: nasce a República (1888-1894)*. São Paulo: Editora Três, 1975.

SILVEIRA, Marcos César Borges da. *O teatro operário em Rio Grande na época das primeiras chaminés*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, 2000.

SIMMEL, Georg. *Conflict e The Web of Group-Affiliations*. New York: The Free Press, 1955.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira vol. III. O Brasil Republicano (1889-1930)*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Fábio da Silva. A Voz do Trabalhador/Regeneración. Uma leitura libertária da Revolução Mexicana pela imprensa operária brasileira. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

SOUZA, Leno José Barata. *Vivência popular na imprensa amazonense do início do século XX*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/PUC-SP, São Paulo, 2005.

TELES, Luciano Everton Costa. *A vida operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho*. Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008.

_____. *De Zé povo e Barnabés: representações do trabalho e do trabalhador urbano na imprensa amazonense na década de vinte*. Projeto de Iniciação Científica - CNPq (PIBIC). Manaus: UFAM, 2002-2003.

_____. O jornal *Vida Operária* e a instrução educacional como instrumento de inserção política. *Anos 90*. Porto Alegre, vol. 21, n. 39, p. 311-336, jul./2014.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*, vol. 1 (A árvore da liberdade), 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILIO, Rogério. Reflexões acerca do conceito de identidade. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*. Vol. 8, n. 19, p. 109-119, abril/junho de 2009.

TOLEDO, Edilene Teresinha. Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. *Cadernos AEL*. Campinas/SP, n. 8/9, p. 89-115, 1998.

_____. *O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo e na Itália*: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o Fascismo. Tese (doutorado em História), IFCH/UNICAMP, São Paulo, 2002.

_____. “Para a união do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República. *Perseu*, n. 10, ano 7, p. 11-31, dez./ 2013.

TURCATO, Davide. Italian anarchism as a transnational movement, 1885-1915. *International Review Of Social History*, Amsterdã, vol. 52, n. 3, p. 407-444, nov. de 2007.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. *A campanha civilista nas ruas*: uma análise de sua construção retórico-política. Tese (doutorado em História), UNESP, Assis/SP, 2004.

VAGLIENTE, Pablo. *Construyendo la esfera pública desde el asociativismo*: Córdoba 1850-1880. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2000.

VALLADARES, Eduardo. A educação anarquista na República Velha. *Verve*, n. 7, p. 153-177, 2005.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte*: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. 3º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*: Turunas e Quixotes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

VILLANOVA, Simone. *Sociabilidade e Cultura*: a história dos pequenos teatros na cidade de Manaus (1859-1900). Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2008.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.

WELLMAN, B., BERKOWITZ, S. D. (orgs.). *Social Structures. A Network Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

YOUNG, Iris. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ZICMAN, Renée. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, n. 4, p. 89-102, São Paulo: Educ, 1985.